

Karina Anhezini



editora
unesp

Um metódico à brasileira

A História da historiografia de
Afonso de Taunay (1911-1939)



UM METÓDICO
À BRASILEIRA

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor-Executivo

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Alberto Tsuyoshi Ikeda

Áureo Busetto

Célia Aparecida Ferreira Tolentino

Eda Maria Góes

Elisabete Maniglia

Elisabeth Criscuolo Urbinati

Ildeberto Muniz de Almeida

Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan

Nilson Ghirardello

Vicente Pleitez

Editores-Assistentes

Anderson Nobara

Henrique Zanardi

Jorge Pereira Filho

KARINA ANHEZINI

UM METÓDICO À BRASILEIRA

A HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA DE
AFONSO DE TAUNAY
(1911-1939)



© 2011 Editora UNESP

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livraria.unesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

A69m

Anhezini, Karina

Um metódico à brasileira: a História da historiografia de
Afonso de Taunay (1911-1939) / Karina Anhezini. São Paulo:
Editora Unesp, 2011.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-393-0168-3

1. Taunay, Afonso de E. (Afonso d'Escagnolle), 1876-1958 –
Crítica e interpretação. 2. Brasil – Historiografia. I. Título.

11-5267

CDD: 907.2

CDU: 82-94

Este livro é publicado pelo projeto *Edição de Textos de Docentes e
Pós-Graduados da UNESP* – Pró-Reitoria de Pós-Graduação
da UNESP (PROPG) / Fundação Editora da UNESP (FEU)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Para Dulce, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao colocar, relutantemente, o ponto final neste trabalho, tenho a sensação de alívio por ter conseguido chegar a algum fim e, ao mesmo tempo, de insegurança, pois ele me acompanhou durante os últimos anos. Percebo agora que “ele”, considerado por todo esse tempo como eu mesma, passa a ter vida própria e a ser aquilo que os leitores “dele” fizeram. Apesar de encará-lo como parte do que eu fui e sou, devo reconhecer que muitas pessoas participaram da elaboração deste estudo. Cada uma em sua função ou doação contribuiu para que este ponto final ocorresse no prazo determinado e a elas gostaria de expressar meu verdadeiro agradecimento.

À minha orientadora, Teresa Malatian, que me acompanhou desde a graduação, ensinando com grande zelo os primeiros passos para a elaboração de um projeto, passando pelo mestrado e depois no doutorado, orientando na medida adequada para que eu conseguisse desenvolver um pouco mais de autonomia. Devo a ela muitos momentos de reflexão e, sem dúvida, parte de meu amadurecimento pessoal e profissional.

À Raquel Glezer e ao Horacio Gutiérrez, que participaram da minha banca no mestrado, agradeço pelas observações feitas naquela ocasião, pois elas estiveram anotadas, ali ao meu lado, durante a escrita deste trabalho.

À Denise Aparecida Soares de Moura e ao Jurandir Malerba, que em meu exame de qualificação do doutorado mostraram alguns caminhos possíveis para a conclusão do trabalho, de maneira precisa e generosa.

Raquel Glezer e Denise Moura estiveram novamente comigo compondo a banca de defesa da tese, juntamente com Márcia Mansor D'Aléssio e Antonio Celso Ferreira. Agradeço por todas as sugestões, pois ajudaram a refinar as ideias que se conformaram neste livro.

À Márcia D'Aléssio devo muito, pois foi com ela que, no meu primeiro ano da graduação, tomei contato com a Escola Metódica e comecei as minhas incursões pelo mundo da pesquisa histórica.

À Raquel, por me cumprimentar, conferindo àquele rito de passagem a devida responsabilidade, com a impactante frase: Bem-vinda à área!

À Susani Silveira Lemos França e ao Jean Marcel Carvalho França, que tanto em seus cursos quanto na convivência cotidiana me instigaram a ver o mundo com outros “óculos”. Obrigada!

À Maria Aparecida de Souza Lopes, que, especialmente na fase final da tese, foi muito solidária ao dialogar comigo a respeito de minhas angústias e incertezas.

À Solange Ferraz de Lima, à Vânia Carneiro de Carvalho e à Shirley Ribeiro da Silva, pessoas gentis e solícitas que desde o mes-trado franquearam a mim a Divisão de Acervo do Museu Paulista, lugar que possui um significado muito especial para este trabalho. Lembro-me da primeira vez que cheguei ao Museu, a imagem que se formou em minha memória é inesquecível, e essas pessoas só fizeram engrandecer esse momento.

Aos funcionários da Academia Brasileira de Letras agradeço por tamanha disposição em ajudar alguém que precisava de muitos papéis em pouco tempo. Todos foram prestimosos, tanto os do Arquivo organizadíssimo quanto os da estonteante Biblioteca do Petit Trianon, que me fez viajar no tempo e, conseqüentemente, compreender melhor os sentidos daquelas consagrações. Especialmente, porque quando pesquisava na Biblioteca “Lúcio de Men-

donça”, numa quinta-feira à tarde, pude dar uma espiadela no Salão do Chá e lá avistei os imortais atuais em meio às imagens que minha memória construiu daqueles imortais da década de 1930.

Aos funcionários da Academia Paulista de Letras, do Arquivo Nacional, do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Arquivo do Estado de São Paulo agradeço pela gentileza e profissionalismo que facilitaram a realização do meu trabalho.

Na Universidade de São Paulo passei muitos períodos na Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, no Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sergio Buarque de Holanda” e no Instituto de Estudos Brasileiros, portanto, gostaria de agradecer a todos os funcionários que possibilitaram as fotocópias de teses e dissertações e as consultas às obras de Taunay, sem as quais realizar esse doutorado não seria possível.

Em Franca, devo agradecer a todos os funcionários da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, que, de alguma maneira, me ajudaram nesse caminho desde a graduação até a finalização do doutorado. Em especial, agradeço à Luzinete, à Maísa e ao Alan da Seção de Pós-Graduação e ao pessoal da biblioteca: Enide, Márcio, Cláudia, Fátima, Dona Helena, Laura, Jaqueline, Lucilene e Maria de Lourdes, que sempre fizeram muito além dos seus trabalhos.

Ao Ricardo Alexandre Ferreira por ter participado da tese, às vezes por opção, outras por imposição, ao ouvir cada nova ideia elaborada e reelaborada, discutir cada possibilidade e ler as intermináveis versões de tudo que foi escrito até que se conformassem as páginas que agora compõem esse livro. Obrigada por compor muito do que fui e sou.

Aos meus amigos Raphael Nunes Nicoletti Sebrian e Vanessa Moro Kukul por tornarem mais fácil uma fase muito difícil da minha vida.

Aos alunos, orientandos e amigos da minha passagem pelos “Campos de Guarapuava”, em especial Daiane Vaz Machado, Grazieli Eurich, Monique Gärtner, Luiz Alexandre Kosteczka, Ernando Brito Gonçalves Júnior, Denis Lucas Viana, José Hugo Leite

Júnior, André Bonsanto Dias, Gabriela D'Avila Brönstrup, Milton Stanczyk, Michele Tupich.

A todos os meus familiares agradeço pela exigência de conexão com o mundo que há além da tese. Em especial, sinto uma afetuosa gratidão em relação à minha avó, Zilda Lopes Anhezini, e ao meu avô, Paulo Anhezini, por todas as histórias que aprendi com eles enquanto escrevia a minha.

Ao meu irmão, Lucas Anhezini, que iniciou a sua carreira acadêmica enquanto eu desenvolvia a minha e, assim, pôde ouvir as lamentações e me contar das dificuldades que cercam o cotidiano de outra área do conhecimento. Com ele ainda tenho muito a aprender.

À minha mãe, Dulce Maria Anhezini, que sempre respeitou as minhas decisões e se tornou, para mim, referência para a vida. A ela agradeço por todos os ensinamentos e dedico este livro em nome da minha gratidão.

Da tese à publicação do livro passaram-se quase cinco anos e quero agradecer pelo acolhimento e estímulo, presente desde o meu ingresso no Departamento de História da Unesp-Assis, às minhas amigas Zélia Lopes da Silva e Tania Regina de Luca.

Aos meus amigos Mariana Leal de Barros e Danilo Saretta Veríssimo, gratos encontros que a vida possibilita.

Aos meus alunos de Teoria da História e, especialmente, aos meus orientandos e orientandas pela convivência desafiadora e proveitosa que construímos a cada dia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelas bolsas que possibilitaram a consulta e coleta da maior parte do material pesquisado que se encontrava distante de Franca. Somente a dedicação exclusiva proporcionada pelo fomento da Capes e da Fapesp tornou a tese exequível em três anos e meio.

SUMÁRIO

À guisa de apresentação 13

Introdução 15

1 A composição de mosaicos da História como busca da
verdade moderna 27

2 A linhagem e a história dos historiadores das bandeiras nos
institutos históricos de São Paulo e do Rio de Janeiro 89

3 As ricas e virgens minas desbravadas para a escrita da
história da epopeia bandeirante 139

4 *Ad immortalitaten* e a consagração de mais um mortal 191

Considerações finais 229

Referências bibliográficas 233

À GUIA DE APRESENTAÇÃO

No decorrer da vida acadêmica, raras vezes temos a satisfação de acompanhar um trabalho desenvolvido com coerência e profundidade ao longo de vários anos, a exemplo do que ocorre neste livro.

A inquietação com a vida de intelectuais, suas redes de sociabilidade e seus códigos de convivência foi uma constante na trajetória de Karina Anhezini e dela resultou este belo trabalho sobre Afonso de Escragnolle Taunay. Nele a autora buscou incansavelmente desvendar o universo cultural deste paulista consagrado da paulistanidade vivida na epopeia bandeirante, que edificou imbuído pelo sentimento que considerava necessário ao historiador, o da obediência às regras metódicas do ofício para assim vencer o desafio de “compor o mosaico” multifacetado da escrita da História de São Paulo.

Incansável e prolífico, o politécnico Taunay assumiu a historiografia como vocação e, munido dos ensinamentos metódicos de Langlois e Seignobos, que formaram gerações de historiadores brasileiros, lançou-se em busca da verdade histórica em obra revisionista das análises consagradas de Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu. A inspiração metódica e suas exigências de rigor crítico aplicado às fontes documentais imperavam na primeira metade do século XX entre os que pretendiam fazer da História

uma ciência desvinculada das especulações filosóficas e da liberdade criativa dos literatos.

Neste trabalho, Karina percorre a inserção institucional de Taunay em busca do equilíbrio entre o indivíduo e sua inserção social, em elaborada e minuciosa construção do panorama do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Academia Brasileira de Letras e do Museu Paulista, locais de consagração intelectual de historiadores contemporâneos de Taunay.

Esse recorte analítico teve como norte a busca da resposta à inquietação que inspirara seu mestrado e ressurgiu em dimensão sólida e ampliada: como se escrevia a História do Brasil nesse período? Quais eram as “regras da arte”? Em meio a autodidatas e diletantes, o constructo da história como vocação se fez mais do que uma frase de efeito para revelar um projeto historiográfico de longo alcance.

A resposta a essa indagação foi dada por meio de um trajeto biográfico, uma biografia intelectual construída a partir das obras monumentais publicadas do autor consagrado e iluminada em seus meandros pelos fragmentos do vivido que as correspondências privadas e oficiais entesouram. Cartas preciosas esperaram por muito tempo até que a paciente e meticulosa análise empreendida no decorrer da pesquisa que deu origem à tese de doutorado as revelassem. Ao fazê-lo, Karina revelou a cultura histórica de uma época de revisões e descobertas do Brasil, um pequeno mundo complexo de intelectuais em redes de relações intrincadas que legitimaram a sociedade paulista e que fizeram de Taunay um membro da “bandeira do passado”.

Teresa Malatian

INTRODUÇÃO

“É o século XVII a grande centúria das bandeiras” (Taunay, 1924, Tomo I, p.181). Partindo de São Paulo, que, em fins do século XVI, apresentava os “rudimentos de uma nação” (ibidem, p.31), as primeiras entradas de André Leão e Nicolau Barreto encetaram as idas ao sertão que culminaram na arrancada paulista de 1628. “Esta arrancada poderosa em que toma parte a população inteira de São Paulo” (Taunay, 1925, Tomo II, p.5) foi comandada por Antônio Raposo Tavares. Contudo, não bastasse sua determinação, foi somente graças à coragem dos homens que viveram naquele “vilarejo minúsculo à orla do imenso sertão ignoto” (Taunay, 2003b, p.202)¹ que São Paulo pôde se constituir como um “posto avançado da civilização” (Taunay, 2003a, p.31)² e da “conquista do Brasil pelos brasileiros” (Taunay, 2003b, p.202).

Produzida em vários momentos da primeira metade do século XX, essa narrativa heroica da História de São Paulo tem como autor

1 Primeira edição publicada em 1921 na França pela casa editorial E. Arrault et Cie.

2 Primeira edição publicada em 1920 na França pela casa editorial E. Arrault et Cie.

um historiador por vocação,³ Afonso de Escragnoille Taunay. Ele nasceu em Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, em Santa Catarina) em 11 de julho de 1876, cresceu e se educou na capital do então Império do Brasil, de onde se mudou apenas aos 23 anos para trabalhar em São Paulo. Era filho de Cristina Teixeira Leite Taunay (1854-1936) e de Alfredo d' Escragnoille Taunay (1843-1899), mais conhecido pelo título de Visconde de Taunay, que lhe foi concedido pelo imperador D. Pedro II em 1889.

Afonso de Taunay formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1900 e, ainda no ano anterior, após a morte do pai, foi trabalhar na Escola Politécnica de São Paulo. Casou-se em 1907 com Sara de Souza Queiroz e, assim, inseriu-se em uma das tradicionais famílias paulistas. Foi eleito sócio dos Institutos Históricos de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1911, nomeado para o cargo de diretor do Museu Paulista em 1917 e em 1929 tornou-se imortal da Academia Brasileira de Letras.

Taunay entrou para a História da historiografia brasileira como o historiador das bandeiras,⁴ o historiador de São Paulo e do Brasil,⁵ um dos responsáveis pela cristalização da imagem bandeirante que interessava à elite política da qual fazia parte,⁶ o criador da memória bandeirante,⁷ o transformador do Museu Paulista em um Museu de História⁸ que, no entanto, não abandonou a História Natural quando

3 “[...] historiadores por vocação. Estas pessoas, apesar de sua formação profissional ter sido feita em outra área do conhecimento, dedicavam-se à história” (Glezer, 1976, p.234).

4 Cf. Lapa, 1976.

5 Cf. Leite, 1964; Ellis, 1977; Matos, 1977. O trabalho de pesquisa realizado por Odilon Nogueira Matos foi fundamental para a realização deste estudo, pois serviu como um guia das publicações de Taunay.

6 A análise de Kátia Abud centra-se em elementos que ressaltam Afonso de Taunay como representante da elite política paulistana, portanto, um construtor de uma História justificadora da projeção do estado de São Paulo nas primeiras décadas da República (Abud, 1985).

7 Cf. Oliveira Junior, 1994.

8 Cf. Elias, 1996; Brefe, 2005. O trabalho de Brefe, além de traçar a trajetória de Taunay como diretor do Museu Paulista entre 1917 e 1945, aponta um

assumiu a direção desse Museu.⁹ Contudo, a História a respeito da produção de Taunay começou a ser escrita muito antes dos trabalhos publicados no final dos anos 1970 e das dissertações e teses realizadas nas décadas de 1980 e 1990. Foi o pioneiro nos estudos de historiografia no Brasil José Honório Rodrigues (1913-1987) quem primeiro avaliou a importância de Taunay para a escrita da História do Brasil.

Em dezembro de 1957, Afonso de Taunay mandou uma carta a José Honório Rodrigues em agradecimento pela oferta da obra *Teoria da História do Brasil* (Rodrigues, 1957)¹⁰ enviada a ele com uma “gentil e benévola dedicatória”.¹¹ Taunay iniciou a missiva com elogios relativos à forma de apresentação do plano inicial da obra e, a pedido de Rodrigues, apresentou algumas sugestões. Àquela altura da vida, já com 81 anos e uma centena de títulos publicados, Taunay reunia predicados suficientes para salientar ao ainda jovem José Honório as lacunas a serem preenchidas na *Teoria da História do Brasil*.

Taunay destacou que um aspecto louvável da obra de Rodrigues era a “moderação adjetivadora, tão diversa daquela que geralmente ocorre em nossos Brasis”. O restante da carta é um interessante apontamento de lacunas:

Assim acho que se torna de interesse e da mais larga justiça fazer-se menção do imenso que a nossa história deve a Washington Luís. Com a introdução de tantos elementos preciosíssimos, indispensáveis como a tradução das *Atas* e do *Registro Geral das Câmaras* de Santo André e de São Paulo, assim como dos *Inventários*

corpus documental (documentos pessoais) de grande valor para a análise dos intercâmbios realizados pelo autor no período.

9 Cf. Alves, 2001.

10 A primeira edição é de 1949.

11 Artigo de jornal intitulado “Teoria da História do Brasil”: uma carta de Afonso de E. Taunay ao Sr. José Honório Rodrigues, publicado em 30 de março de 1958. A carta é datada de 1º de dezembro de 1957. Arquivo do IHGB, Coleção Hélio Viana, DL 1361, pasta 8.

e Testamentos [...]. Outra lacuna: a ausência de referência aos *Anais do Museu Paulista* onde se encontra considerável documentação espanhola, brasileira e paulista, sobretudo. [...] recordaria a vantagem da citação da obra de Pablo Pastells [...]. Muito grato e desvanecido fico às suas tão numerosas referências aos meus trabalhos, de forma tão gentil. Já que o Dr. enveredou por esta estrada áspera, a referência ao *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras* quero lembrar-lhe, modéstia à parte, que publiquei...¹²

Pouco mais de três meses antes de falecer, Taunay reafirmava nessa carta a maneira pela qual escreveu a História de São Paulo e, de certa forma, todo o seu empreendimento historiográfico. Faltava mencionar no estudo de Rodrigues, segundo Taunay, a documentação utilizada por ele para escrever a maior parte de suas obras, o periódico que ele criou (os *Anais do Museu Paulista*), o livro de Pablo Pastells que lhe apontou parte da documentação espanhola, fundamental para a escrita da *História geral das bandeiras paulistas*, e sua tentativa pioneira de mapear o movimento entradista e bandeirante pelo interior do Brasil. Dessa forma, Taunay tentava, ao final da vida, justificar suas escolhas e garantir que a História de sua produção fosse contada da forma mais afinada possível com o seu próprio ponto de vista.

Dezesseis dias após a morte de Taunay, ocorrida em 20 de março de 1958, foi publicado no *Jornal do Brasil* um artigo intitulado “Afonso de Taunay e o revisionismo histórico”. Ali, José Honório Rodrigues incorporou algumas das sugestões de Taunay e o lançou definitivamente na História da historiografia brasileira.¹³

No artigo, o autor lembrou uma das últimas consagrações intelectuais de Taunay e, certamente, uma das mais relevantes do ponto de vista historiográfico. Anunciava que aos 27 de dezembro de

12 Artigo de jornal intitulado “Teoria da História do Brasil”: uma carta de Afonso de E. Taunay ao Sr. José Honório Rodrigues, publicado em 30 de março de 1958. Arquivo do IHGB, Coleção Hélio Viana, DL 1361, pasta 8.

13 Esse artigo foi posteriormente publicado em Rodrigues, 1958, 1965 e 1970.

1944, “na reunião anual dos historiadores norte-americanos, realizada em Chicago, e como sempre promovida pela *American Historical Association*” (Rodrigues, 1970, p.163), Taunay foi proposto e eleito membro honorário dessa associação. Nessa mesma sessão, foram eleitos Johan Huizinga, d. Rafael Altamira y Crevea, Pierre Caronm, Albert Pollard, Georg Macauley Trevelyan e Domingo Amnátégüi y Solar.

Rodrigues traçou, nesse texto, a linha de tradição dos estudos de Taunay, vinculando-o à renovação temática empreendida por Capistrano de Abreu. Em comparação à obra de Varnhagen, o autor definiu essa renovação como um revisionismo histórico do qual Capistrano de Abreu foi o teórico e Taunay o executor. Segundo Rodrigues, após a mudança de direção apontada por Capistrano, coube a Taunay “realizar o plano de recriação histórica, fazendo reviver toda uma fase pouco conhecida” (ibidem, p.167). O ímpeto inicial de Taunay de revisar a obra de Varnhagen, escrevendo a respeito de um tema que pouco relevo tivera até então, o colocava ao lado de Rodolfo Garcia, que anotou a *História geral* tentando atualizá-la, no entanto, acrescentou Rodrigues, Taunay “não anotou, não emendou: construiu o que faltava, ampliando o nosso conhecimento histórico” (ibidem, p.168-169). O autor destacou, ainda, que ao tratar dos temas principais de sua obra, as bandeiras e o café, Taunay mudou o foco da análise, dedicando-se aos movimentos coletivos, à economia e à sociedade, apontando, assim, uma nova direção para os estudos históricos no Brasil.

O artigo guarda certo tom laudatório, muito comum no período em que foi escrito, mas constrói ao mesmo tempo um paradigma para o entendimento da historiografia brasileira na medida em que reafirma um elemento que era destacado pelos contemporâneos de Capistrano de Abreu: a renovação temática promovida por este autor em relação à escrita da História do Brasil existente até então. Reconhecido como um marco renovador da historiografia, Capistrano de Abreu influenciou grande parte da produção historiográfica das primeiras décadas do século XX.

Com seu pioneirismo, José Honório Rodrigues¹⁴ também influenciou gerações de autores que se dedicaram ao estudo da História da História no Brasil durante as décadas de 1970¹⁵ e 1980. Manoel Luiz Salgado Guimarães desenvolveu uma análise de autores que produziram seus estudos entre as décadas de 1950 e 1980. Para tanto, selecionou José Honório Rodrigues, Carlos Guilherme Mota, José Amaral Lapa e Nilo Odália. Concluiu que, apesar das distintas filiações de suas obras, esses historiadores foram responsáveis por tornar a historiografia um objeto de pesquisa dentro da disciplina histórica brasileira. No entanto, Guimarães salienta que, nos trabalhos desses autores e, portanto, em um rol de outros estudos realizados a partir das diretrizes lançadas por eles, “os textos produzidos [pela historiografia] são interrogados a partir de propósitos externos aos próprios textos, secundarizando-os, desta maneira, como matéria primordial de análise para o historiador” (Guimarães, 2005, p.43).

Essa conclusão de Guimarães é compartilhada por outros autores que, desde a década de 1990 e início da primeira década do século XXI, vêm questionando as implicações teórico-metodológicas dos trabalhos de História e propondo caminhos para pesquisas

14 Raquel Glezer destacou o pioneirismo de Rodrigues afirmando que o autor iniciou no Brasil “a publicação de obras formativas, de metodologia da história e da história da história, visando aperfeiçoar a prática da história e a reflexão crítica de nossa herança historiográfica” (Glezer, 1976, p.217). Glezer realizou um estudo da obra de Rodrigues e desenvolveu um modelo de análise historiográfica a partir da definição de procedimentos e questões fundamentais para esse tipo de trabalho. Dessa forma, a autora, ao distinguir o fazer e o saber na obra de Rodrigues, em sua tese de doutorado defendida em 1976, desempenhou um papel importante, hoje reconhecido por aqueles que, de alguma maneira, seguiram seus passos para o desenvolvimento dos estudos historiográficos.

15 Podem-se destacar ainda outros estudos publicados na década de 1970 que, mesmo com objetos, delimitações teóricas e recortes temporais distintos, tornaram-se modelares e influenciaram a confecção de vários trabalhos: Canabrava, 1971; Dias, 1974; Lacombe, 1974; Lapa, 1976; Janotti, 1977; Campos, 1977; Mota, 1977.

dedicadas ao estudo da historiografia.¹⁶ A história da historiografia tem se consolidado como um campo de estudos dentro da disciplina histórica nas últimas décadas. A indagação a respeito das concepções que nortearam as mais diversas leituras do passado¹⁷ ganha espaço e relevância no meio historiográfico, que se encontra, mais uma vez, encerrado em um momento de revisão do ofício do historiador. Ao nos libertamos da exigência de “produção de um conhecimento capaz de apreender a verdade única do passado, das leis eternas e imutáveis, das organizações estruturais, sistêmicas [...]” (Albuquerque Junior, 2007), voltamo-nos para as variadas escritas da história para compreender a “arte de inventar o passado” em outros tempos.

No bojo desse movimento, surgiu no Brasil uma preocupação maior com a definição de uma cultura historiográfica brasileira (Diehl, 2002) e, com isso, apareceram alguns trabalhos que buscam compreender os fundamentos das produções. O interesse desses estudiosos recai, principalmente, sobre os procedimentos metodológicos, os intercâmbios, os diálogos, as subjetividades, enfim, sobre as múltiplas nuances que informam os textos estudados. Esses historiadores buscam responder, em última medida, aos impasses e incertezas colocados pela teoria do conhecimento nesse final do século XX e início do século XXI dialogando com as questões de muitos economistas, sociólogos e filósofos que definem o “nosso próprio tempo em termos de sua relação com o conhecimento” (Burke, 2003).

Inquietado por essas questões desde a década de 1980 (Guimarães, 1988), Guimarães, em um de seus artigos, cita Paul Valéry (apud Barbosa, 2007, p.111-117), que lamenta a maneira negligente com que muitos historiadores tratam os fundamentos de sua própria escrita, “o que parece supor a crença numa história em si, autoevidente para os praticantes do ofício” (Guimarães, 2003, p.9).

16 Cf. Diehl, 1998; Reis, 2000; Malerba, 2001; Martins 2001; Malerba (Org.), 2006.

17 Cf. Sebrían, 2009.

Portanto, se aceitamos que o passado somente pode emergir como resultado “de uma relação que as diferentes sociedades estabelecem com o transcurso do tempo” (ibidem, p.21), cabe a uma historiografia, como disciplina, compreender as diferentes maneiras de constituição desse passado. Tal reflexão leva o autor a questionar o século XIX brasileiro, momento em que se torna central a escrita sistemática das lembranças do passado nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e nas obras de Francisco Adolfo Varnhagen.

Com preocupações semelhantes e pautadas nas orientações de François Hartog,¹⁸ Temístocles Cezar¹⁹ também se volta para o estudo do século XIX brasileiro e afirma que, de modo geral, os historiadores da historiografia brasileira não tratam da questão nesses termos:

[...] privilegiam, geralmente, uma *démarche* mais descritiva dos autores e de suas obras, na qual os aspectos ideológicos ou econômicos são o centro da análise. Raramente os estudos sobre a historiografia partem de um *problema historiográfico* ou *epistemológico*, ou seja, de uma questão que historicize os procedimentos de como e porque a história é feita e escrita. (Cezar, 2004, p.44-45)

Considerando as questões levantadas por esses autores e, em diálogo com os trabalhos que se dedicaram a aspectos variados da história da historiografia nas primeiras décadas do século XX,²⁰ dediquei-me a compreender a escrita da História de Afonso de Taunay.

O trabalho teve seu início no Mestrado. A dissertação intitulada *Intercâmbios intelectuais e a construção de uma História* (Araujo, 2003) inseriu-se em uma das perspectivas da “História

18 Hartog, 1999, 2001, 2003a, 2003b, 2004 e 2005.

19 Cezar, 2003 e 2004.

20 Araujo, 1988; Gomes, 1993; Gomes, 1996; De Luca, 1999; Malatian, 2001a; Ferreira, 2002; Bresciani, 2005; Diehl, 2005.

Intellectual”²¹ e norteou-se pela noção de redes de sociabilidades, utilizando como documentação principal a correspondência do autor. A escrita da História de Afonso Taunay entre 1911 e 1929 foi abordada por meio dos intercâmbios intelectuais estabelecidos pelo autor nas instituições das quais participou no período. Dessa forma, a dissertação conseguiu traçar as principais posições institucionais ocupadas pelo autor e seus intercâmbios, deixando os “procedimentos de como e porque” (Cezar, 2004, p.45) aquela História foi realizada em segundo plano.

Portanto, as indagações suscitadas pela dissertação e o entendimento dos estudos que concebem a História da historiografia como uma disciplina preocupada em compreender os diferentes “regimes de historicidade” tornaram possível interrogar a obra de Taunay (correspondência, livros, artigos e discursos) sob outra perspectiva. A principal questão que acompanhou o trabalho durante a realização da pesquisa empírica, norteando a seleção das fontes e guiando a escrita, foi, de certa forma, bastante genérica: como se escrevia a História no Brasil nas primeiras décadas do século XX?

A partir desse primeiro questionamento, os esforços da pesquisa foram direcionados para compreender os procedimentos que fundamentaram a escrita da História realizada por Afonso de Taunay entre 1911 (data em que ele define em uma conferência a maneira adequada de se escrever História no Brasil) e 1939 (data em que reafirma essa conferência na eleição como presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). Na medida em que a pesquisa se concentrou na escrita de Taunay, foi possível perceber que essa era uma maneira de responder à questão principal, pois, para compreender as condições de emergência da obra do autor, era preciso identificar os diálogos estabelecidos por ela com as outras produções que lhe serviram de referência.

Dessa maneira, inspirado nos ensinamentos de Michel de Certeau, esse estudo buscou interpretar a escrita da História de Afonso de Taunay como uma operação, tentando compreendê-la “como a

21 Cf. Sirinelli, 1990, 1996, 2001 e Silva, 2002.

relação entre um ‘lugar’ (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), ‘procedimentos’ de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)” (Certeau, 2002, p.66). Encarando a produção dessa maneira, esse autor admite que ela é parte integrante do rol das atividades humanas e, portanto, pode ser entendida como uma “prática” (ibidem, p.65-119).

Nesse sentido, o primeiro capítulo foi dedicado à compreensão de como Afonso de Taunay definiu a maneira adequada de se escrever História no Brasil nas primeiras décadas do século XX. A partir do entendimento dos elementos definidos pelo autor como princípios norteadores de sua escrita, foi possível avaliar as escolhas e interpretações expostas em sua produção e, sobretudo, entender como Taunay compôs o seu conceito de História num jogo permanente entre as proposições e a elaboração dos estudos. Para tanto, foi necessário entender como Taunay avaliou as propostas de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos e, ainda, de parte da produção nacional do período para que se estabelecesse as questões que estavam em pauta para esse “fazer História” (ibidem, p.78). Além disso, identificar os elementos destacados por Taunay e confrontá-los com as diretrizes apresentadas por Capistrano de Abreu em seus artigos e nas cartas trocadas entre eles permitiu compreender uma das mais importantes influências da escrita da História de Taunay: a recepção que ele realizou das orientações de Capistrano de Abreu.

Seguindo o objetivo de compreender a escrita da História de Afonso de Taunay, o segundo capítulo apresenta duas importantes inserções institucionais do autor: no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Com isso, o capítulo expõe a relevância assumida pela trajetória do pai de Taunay, Alfredo d’Escagnolle Taunay, apontada como justificativa da aceitação desse professor-engenheiro como sócio do IHGB e a escolha do tema da História das bandeiras no âmbito do IHGSP. Para tanto, são apresentados os discursos de posse do autor em cada Instituto e, especialmente, os primeiros estudos realizados por Taunay no ambiente institucional do IHGSP com o ob-

jetivo de interpretar os significados assumidos por estes trabalhos desenvolvidos preliminarmente à grande obra *História geral das bandeiras paulistas*. Nesse sentido, norteiam o capítulo as seguintes indagações: Como Taunay ingressou nos Institutos? Qual é a importância desses “lugares” para sua produção? Quais são as demandas temáticas de cada Instituto (IHGB e IHGSP) e quais são as condições de produção do texto nessas instituições? Os princípios que fundamentam a escrita da História, destacados por Taunay na conferência de abertura do curso de História Universal na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, em 1911, continuaram válidos no ambiente dos Institutos Históricos? De que maneira esses princípios foram desenvolvidos nos primeiros estudos realizados por Taunay?

A nomeação de Afonso de Taunay para o cargo de diretor do Museu Paulista em 1917 foi fundamental para a realização de seu empreendimento historiográfico iniciado nos Institutos Históricos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Portanto, o terceiro capítulo pretende compreender as circunstâncias que envolveram a escolha e a inserção de Taunay no Museu Paulista e, a partir do entendimento das atribuições que o cargo pressupunha, busca interpretar a sua escrita da História. Assim, ao considerar as facilidades que o cargo garantiu a Taunay para a aquisição de verbas utilizadas na compra de livros, reprodução de documentos e financiamento para impressão de revistas, fontes e textos de sua autoria, torna-se possível o entendimento da profusão de obras editadas após esse período.

Como funcionário público do estado de São Paulo, Taunay participou do projeto de desenvolvimento da cidade promovido pela administração pública paulista durante a década de 1920, remodelando o Museu para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Além disso, muitas das obras produzidas a partir de seu vínculo com o Museu colaboraram para a construção da “ideia de São Paulo como formador do Brasil”.²² De acordo com essa afirmação, o terceiro capítulo busca ainda problematizar uma

22 Cf. Abud, 1999, p. 71-80.

invenção da região denominada São Paulo e, simultaneamente, a invenção de uma prática discursiva necessária para a criação de tal região (Albuquerque, 2008, p.55-67). São destacados os temas escolhidos, os documentos selecionados, a forma de utilização dessas fontes, os marcos de periodização das Histórias escritas e as condições de emergência desses textos em que Taunay se dedicou a “compor o mosaico” da História de São Paulo que se pretendia afirmar como História do Brasil.

Na década de 1920, para iniciar e realizar a *História geral das bandeiras paulistas* Taunay se tornou diretor do Museu do Ipiranga; já na década de 1930, ele foi eleito imortal da Academia Brasileira de Letras, ampliando e consolidando, assim, sua posição de historiador. No último capítulo, são apresentadas as circunstâncias que envolveram a eleição e a posse de Taunay na tentativa de delinear as regras do jogo institucional da ABL e alguns aspectos da Academia Paulista de Letras, que, ficando à sua sombra, não conseguiu a mesma projeção no cenário intelectual. Esse quarto capítulo busca, portanto, compreender as obras lexicográficas que aproximaram Taunay da Academia Brasileira de Letras e algumas produções publicadas na década de 1930 em que Taunay se dedicou a historiar os “monstros e monstregos” que habitavam as narrativas de muitos cronistas e viajantes. A compreensão de outras duas consagrações do “mundo intelectual” compõe o final do trabalho: a eleição de Taunay para presidente honorário do IHGSP e a sua escolha como paraninfo da turma de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ambas ocorridas em 1939.²³

23 É necessário fazer três esclarecimentos relativos à formatação do trabalho:

1) Nas citações literais das fontes foi realizada uma atualização da grafia; 2) Optou-se por iniciar a sequência numérica e de referência das notas a cada capítulo, com o intuito de evitar confusões quanto à citação, principalmente, das obras de Taunay; 3) Sempre que foi considerado necessário, optou-se por repetir o nome da obra citada com o objetivo de tornar a referência mais direta e clara.

1

A COMPOSIÇÃO DE MOSAICOS DA HISTÓRIA COMO BUSCA DA VERDADE MODERNA

Os princípios gerais da moderna crítica histórica¹

Foi nesse local [colina situada entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú] que Padre Manuel de Paiva, superior da nova missão, celebrou a 25 de janeiro de 1554, a famosa missa evocadora da conversão do Apóstolo das Gentes, ato inicial da existência do pequenino arraial de São Paulo do Campo de Piratininga, vila em 1560 e cidade em 1711. [...] Ergueu-se o pequenino e tosco Colégio inaciano e, em torno desta *cellula mater* da magnífica metrópole hodierna, agruparam-se as choças de alguns brancos e suas progênies mamelucas. (Taunay, 2004, p.24-26)²

Cena descrita em muitos livros de História e lembrada durante as comemorações,³ em 2004, dos 450 anos da cidade de São Paulo,

1 Taunay, 1914b, p.323-344.

2 Essa obra, cuja primeira edição foi publicada em 1954 pela Editora Melhoramentos em comemoração ao IV Centenário da cidade de São Paulo, é o resultado de uma síntese realizada por Taunay de quase vinte volumes já publicados a respeito da História de São Paulo. Lofego apresenta um rol das obras publicadas por ocasião das comemorações do IV Centenário. Cf. Lofego, 2004, p.160-162.

3 No final do século XX e início do XXI, foram muitas as comemorações evocativas do passado tanto nacional quanto internacional, o que levou muitos

essa imagem tornou-se conhecida graças às diversas obras escritas por Afonso de Taunay e aos esforços empreendidos por esse autor para transformar o Museu Paulista em um museu dedicado a contar a História do Brasil e, principalmente, a História de São Paulo.⁴

Taunay pesquisou diversos assuntos relativos à História do Brasil. Sua obra é composta tanto por um romance histórico a respeito da invasão holandesa no Brasil, passando pela Missão Artística Francesa de 1816, quanto por estudos linguísticos a respeito das lacunas dos dicionários portugueses que versavam sobre a língua portuguesa no Brasil e dos termos técnicos inventados, concomitantemente, ao avanço científico. Entretanto, além desses trabalhos, o autor se debruçou persistentemente sobre a pesquisa da expansão territorial brasileira. Portanto, foi à escrita da História daquilo que considerava a “conquista do Brasil pelos brasileiros” (idem, 1922c, p.419) que Taunay dedicou sua vida. Ocupou-se em pesquisar o papel dos sertanistas da capitania de São Paulo na exploração e ocupação do território brasileiro, dedicando-se, por consequência, ao estudo de aspectos variados da História de São Paulo.⁵

A descrição da fundação de São Paulo realizada a partir de uma missa rezada no Colégio construído em São Paulo do Campo de Pi-

pesquisadores, entre outros questionamentos do presente, ao estudo das relações tecidas entre história e memória. Cf. Nora, 1993; D'Aléssio, 1993; Seixas, 2004, p.37-58 e 2002, p.59-77; Silva, 2002; Gagnebin, 2004, p.85-94; Hartog, 2003, p.113-162.

4 A respeito do Museu Paulista e da atuação de Afonso de Taunay nesse museu, Cf. Elias, 1996; Alcântara, 2000; Oliveira, 2000; Alves, 2001; Makino 2003; Mattos, 2003; Oliveira, 2002-2003; Breffe, 2005.

5 Por ter pesquisado, sobretudo, a História de São Paulo, Taunay foi reconhecido na época e, posteriormente, como o “historiador de São Paulo”. “Até hoje nenhum outro historiador brasileiro merece com mais justiça essa definição em relação a qualquer cidade, estado ou região do país. Desde que cronistas do século XVIII, como Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Leme, com seus relatos e genealogias, compuseram a imagem fundadora dos paulistas, a historiografia de São Paulo limitara-se a episódios e a figuras ilustres. Somente com o aparecimento das primeiras obras de Taunay na década de 1910 é que se iniciou o estudo sistemático de diversos temas fundamentais para o conhecimento da História de São Paulo” (Mesgravis, 2003a e b, p.3).

ratininga acompanhou a trajetória de Afonso de Taunay. Ele publicou entre 1915 e 1954 diversas obras a respeito da História de São Paulo, local onde iniciou o ofício que o tornaria conhecido como um dos principais historiadores das primeiras décadas do século XX.⁶

Entre os temas pesquisados, não ficou esquecida a *História da antiga abadia de São Paulo* (idem, 1927b), em que narrou a concessão de terras para a construção do Mosteiro de São Bento, que, segundo ele, era o segundo lugar “mais ilustre da vila, o lugar onde se assentara a taba do velho Tibiriçá, o glorioso índio que realizara a aproximação euro-americana e permitira o surto da civilização no planalto” (ibidem, p.24). Para construir essa imagem gloriosa de Tibiriçá, um dos fundamentos da formação dos paulistas, Taunay ressaltou a relevância emblemática de alguns locais que compuseram o cenário da história da cidade:

Em 1598, erguia o austero Frei Mauro Teixeira, monge vicentino, a ermida de Nossa Senhora de Monte Serrat e uma cela contígua, onde deveria passar alguns anos de vida cenobítica. A essa capela concedeu o capitão-mor Jorge Corrêa duas sesmarias. Só em 1600, porém, é que se realizou a fundação regular do Mosteiro, e por Frei Mateus da Ascensão, especialmente enviado a São Paulo com outros confrades pelo providencial do Brasil quando da visita do governador geral D. Francisco de Souza.

Passaram-lhe então os oficiais da Câmara uma carta de chãos a 15 de abril “por lhes constar que se tratava de serviço de Deus e do seu servo bem-aventurado São Bento, motivo pelo qual lhes davam e haviam por dados os ditos chãos para convento, mosteiro ou casa do dito santo, isentos de todo tributo e pensão até o fim do mundo”. (idem, 2003a, p.69-70)

6 Antônio Celso Ferreira resalta que o “historiador típico dos institutos era o homem erudito, que transitava, com fluência, por diferentes domínios intelectuais”. O modelo idealizado era do “homem público, pesquisador sério, escritor de múltiplas habilidades e, além de tudo, dotado de uma bela oratória. Entre os selecionados das gerações mais novas, Afonso de Taunay parecia reunir todas essas qualidades, daí ter sido tão insistentemente aclamado” (Ferreira, 2002, p.123).

A relevância conferida por Taunay ao papel dos beneditinos no Brasil foi narrada na referida obra e destacada por ele em outros textos e também no cotidiano de sua correspondência. A relação pessoal que ele manteve com essa ordem foi tão importante para sua iniciação historiográfica e formação intelectual que no ano em que se comemorou o centenário de seu nascimento, em 1976, vários autores se referiram a ele como um trabalhador beneditino ao contarem sua atuação nos empreendimentos educacionais do Mosteiro de São Bento, bem como ao tratarem de sua dedicação aos estudos históricos. O próprio Taunay conferia importância a essa denominação, pois para terminar o prefácio de sua *História da abadia de São Paulo* afirmou que a nova geração de homens dedicados a continuar a tarefa de D. Miguel Kruse⁷ no Mosteiro de São Bento deveria se inspirar no exemplo daqueles que “impuseram ao vocabulário da intelectualidade de todas as línguas cultas do Universo o substantivo e o adjetivo ‘beneditino’” (idem, 1927b, p.X).

Vários artigos destinados a homenagear Taunay circularam pela imprensa durante o ano em que se comemorou o centenário de seu nascimento. O jornalista Hélio Damante (1919-2002) publicou no jornal *O Estado de S. Paulo* de 11 de julho de 1976 uma síntese, bastante elogiosa, da trajetória do autor dividida em dois subtítulos: O Humanista e O Historiador. Para introduzir esse segundo subtítulo, Damante narrou:

Será à sombra do velho Mosteiro de S. Bento – Taunay nasceu, sabe-se hoje, no dia em que morreu o pai dos monges (11 de julho), conforme o novo calendário universal dos santos – que o professor da Politécnica será cada vez menos engenheiro e cada vez mais historiador.

7 Taunay afirmou em 1927 que “desde 1900 há, portanto, quase trinta anos, dia a dia, em São Paulo, acompanho a ação beneditina honrado com o apreço constante dos dignos religiosos e a amizade quase trintenária de seu Prelado, o Sr. D. Miguel Kruse. Decano do corpo docente do seu Ginásio, fundado em 1903, pude de perto, quase na intimidade, verificar o intenso amor com que os beneditinos de S. Paulo têm, ao mesmo tempo, servido a causa da Igreja e da Pátria brasileira” (Taunay, 1927b, p.IX).

Professor de História Universal no Colégio de S. Bento e depois na Faculdade de Filosofia de S. Bento, a primeira do país, fundada por d. Miguel Kruse, que ao mesmo tempo faria aluir as paredes de taipa do velho mosteiro e erguer o novo, Taunay desenvolve sua verdadeira vocação. Na opulenta biblioteca dos monges, onde não faltam códices e documentos, identifica São Paulo dos primeiros tempos e descobre os segredos de Amador Bueno. A própria abadia merece-lhe um estudo quase sentimental: *História antiga da abadia de São Paulo (1598-1772)*. (Damante, 1976)

A comemoração mais significativa do centenário de Taunay foi realizada pela Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia (Departamento de Artes e Ciências Humanas) de São Paulo, que propôs o *Curso de História Afonso D'E. Taunay*. Esse curso, divulgado amplamente pela imprensa paulista e carioca, foi realizado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e contou com nove estudos a respeito da vida e da obra do historiador, com a posterior publicação desses estudos e de outros quatro trabalhos em um número especial da *Revista do Arquivo Municipal*.⁸ Entre os estudos, foi reservado um espaço para o tema *Afonso de Taunay e o Mosteiro de São Bento*, tratado por José Aleixo Irmão (1977, p.63-72). Assim, em diversos textos e por toda a obra de Taunay a importância da influência beneditina em sua trajetória se fez presente.

A presença beneditina marcou a visão católica/providencialista que em diversos momentos mostra-se perceptível na escrita da História de Taunay. A Providência Divina foi utilizada como explicação de alguns acontecimentos pesquisados por ele e encontra-se espalhada por sua obra. Anos antes de falecer, em 1953, na introdução de *Relatos monçoeiros*, ao tratar da importância do rio Tietê para a “construção territorial do imenso Brasil ocidental”, Taunay fez uso do providencialismo para destacar as dificuldades enfrenta-

8 *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, ano 40, n.189, jan./jun. 1977. Encontra-se “Taunay e a História do Brasil”, de José Honório Rodrigues (p.83-100), entre os textos publicados.

das pelos bandeirantes e, como consequência, ressaltar a resistência destes:

Inçado de dificuldades, entrecortado pelas barreiras das itaipavas e dos saltos, como que a Providência propositalmente lhe tornara áspero e penoso o vencimento do dilatado curso para manter exercitadas as qualidades de resistência e a capacidade de sofrimento dos seus navegadores rudes. (Taunay, 1981, p.11)⁹

A formação católica de Taunay foi reforçada pelo contato cotidiano com os beneditinos desde 1897, quando foi hóspede por três anos do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro enquanto cursava a Escola Politécnica. Taunay descreveu esse contato como algo que marcou definitivamente sua vida:

Jamais poderei esquecer a formidável impressão que me causou penetrar pela primeira vez no grandioso claustro de cantaria do Mosteiro fluminense, o cemitério monástico onde sobre as lousas se inscrevem os milésimos de três séculos. Foi como que uma impressão de deslumbramento, a meus olhos de adolescente, esta visão tão impressionadora quanto majestosa, da continuidade poderosa daquela obra beneditina quase cinco vezes mais velha do que aquilo que ali eu tinha presente. Nunca vi se me apresentou com tamanho vigor outra imagem concreta da promessa de N. S. Jesus Cristo ao Príncipe de seus Apóstolos, sobre a eternidade de sua Igreja. (idem, 1927b, p.VIII)

Em 1899, faltando um ano para concluir o curso de engenharia no Rio de Janeiro, Taunay foi para São Paulo trabalhar na Escola Politécnica e relatou, em texto escrito em 1927, que a partir desse momento passou a acompanhar dia a dia “a ação beneditina, honrado com o apreço constante dos dignos religiosos e a amizade quase trintenária de seu Prelado, o Sr. D. Miguel Kruse” (ibidem, p.IX).

9 A primeira edição dessa obra é de 1953, pela editora paulista Martins.

Essa convivência foi intensificada com a criação do Ginásio de São Bento em 1903 e com a fundação, em 1908, por dom Miguel Kruse, abade do Mosteiro de São Bento, da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo. Com os cursos de Filosofia e Letras instalados, essa instituição, primeira faculdade livre de Filosofia do Brasil,¹⁰ inaugurou o curso de História Universal em 1911, pioneira tentativa de ascensão dos estudos históricos ao nível universitário (Matos, 1977, p.27), tendo como professor o jovem engenheiro, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Afonso de Taunay.

No Mosteiro de São Bento, Taunay apresentou como conferência de abertura do curso de História Universal alguns dos princípios que fundamentaram tanto a sua narrativa da fundação de São Paulo quanto a escrita das outras obras que produziu nas quatro décadas posteriores àquela noite de 3 de maio de 1911. Taunay objetivava expor nessa conferência a maneira pela qual todos os autores deveriam escrever a História do Brasil.

A historiografia brasileira já conhecia essa tentativa de definir algumas diretrizes para a escrita da História. Contava, entre outros textos, com a *Dissertação* de Carl Friedrich Phillip Von Martius, intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil* (1845), e com os estudos de Capistrano de Abreu, especialmente os artigos a respeito da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (Abreu, 1975a e b). No entanto, a iniciativa de Afonso de Taunay diferenciou-se das anteriores porque incorporava um elemento novo. Essa conferência, pronunciada por ele em 1911, foi emblemática porque compôs a primeira tentativa de institucionalização do estudo da História no

10 A Reforma Educacional Leôncio de Carvalho de 1879 havia instituído os chamados “cursos livres” e previsto as “faculdades livres”. Em 1891, na Reforma Benjamin Constant, reaparece esta solução para os cursos de ensino superior no país. Essa reforma permitia “a qualquer indivíduo ou associação particular fundar cursos ou estabelecimentos de ensino superior, e uma vez que o funcionamento destes fosse considerado regular e fosse adotado o programa de curso ou faculdade federal, aqueles cursos e estabelecimentos gozariam dos privilégios destes” (Nagle, 2001, p.205).

Brasil em um curso de nível superior. No Brasil, a pesquisa histórica realizava-se desde o século XIX nos Institutos Históricos e era, portanto, desenvolvida por homens de letras formados nas mais diversas áreas.¹¹

A conferência¹² a respeito dos “princípios gerais da moderna crítica histórica” teve início com a narrativa – bastante adequada ao se considerar o público que ouvia Taunay no Mosteiro de São Bento – de um episódio decorrente da abertura dos Arquivos do Vaticano em 1881 pelo então papa Leão XIII, que decidiu franqueá-los a estudiosos dotados de credenciais. Conta Taunay que alguém interpelou o papa afirmando que aquela atitude seria imprudente porque traria à luz documentos confidenciais que poderiam causar surpresas desagradáveis e, sobretudo, possibilitariam aos inimigos da Igreja Católica forjar armas contra a Santa Sé a partir de elementos fornecidos por esses materiais colocados à disposição.

Diante de tal preocupação o papa teria respondido:

[...] em hipótese alguma devemos temer a verdade. [...] O primeiro dos princípios da História é não ousar mentir, de leve que seja, o segundo não reacear dizer a verdade, em hipótese alguma, lembrando-se de que acima de tudo é preciso que não dê ensejo a que pareça inspirada pela lisonja e pela animosidade. (Taunay, 1914b, p.325)

Taunay afirmou que nas palavras do Sumo Pontífice encontrava-se “a síntese dos sentimentos que devem inspirar o historiador”

11 Os estudos históricos haviam passado pela profissionalização universitária na Alemanha, após 1848, na maior parte dos países europeus e Japão, depois de 1870, e na Grã-Bretanha e nos Países Baixos pouco tempo depois (Iggers, 2005).

12 Essa conferência também foi analisada por Ana Cláudia Brefe, que concluiu: “Defensor inveterado dos documentos e da submissão do historiador aos seus imperativos, a prática historiográfica de Taunay e, sobretudo, seu trabalho realizado na composição da Seção de História do Museu Paulista mostram que há uma distância, às vezes significativa, entre aquilo que ele teorizou e o que de fato realizou” (Brefe, 2005, p.76-77).

e, com esse direcionamento, lançou mão de uma imagem forte e importante para a História que acreditava ser adequada para o período: “Precisa o historiador de hoje iluminar os assuntos com os mais possantes focos de que lhe seja possível munir-se, no arsenal das ciências auxiliares da História; não arriscar um passo sem que se sinta apoiado por incompressível terreno” (ibidem, p.325-326). Ao fazer referência às ciências auxiliares, Taunay não se remetia à abertura de diálogo com as ciências sociais proposta por diversas tendências historiográficas desde o início do século XX,¹³ mas sim ao apoio das seguintes ciências auxiliares: “a filologia, a epigrafia, a paleografia, a diplomática, sem falar nos conhecimentos de linguística correspondentes a certas regiões e o estudo da interpretação das inscrições em casos especiais” (ibidem, p.328).

Com esses “possantes focos”, inspirados pela busca da verdade e amparados pelas ciências auxiliares, o historiador deveria se dirigir às fontes existentes disposto a fechar os ouvidos a tudo que não ditasse a verdade, evitando, assim, assemelhar-se àqueles a quem a “história assusta”.¹⁴ Assim, Taunay apresentou o princípio da “verdade ditada pelo documento”, referência que expõe o cerne desse empreendimento de escrita da História.

Na sequência do texto, Taunay expôs a primeira justificativa para a aceitação desse princípio da verdade remetendo-se às im-

13 “A necessidade da relação entre a história e as demais ciências sociais tornou-se uma tautologia, reconhecida pelos especialistas nas diversas historiografias nacionais, embora se discuta o grau destas aproximações, que vão desde contatos esporádicos e empréstimos metodológicos discretos até o trabalho interdisciplinar dos *area studies*, desenvolvido nos EUA dos anos 1950, ou a interpenetração da pesquisa antropológica e histórica no México atual. Na França, com as duas primeiras gerações dos *Annales* deu-se efetiva abertura para a psicologia, a geografia, a estatística, a sociologia e a economia, à medida que se foi afirmando o alargamento temático dos estudos históricos” (Wehling, 1992, p.9).

14 A expressão citada por Taunay pertence, segundo ele, a John Henry Newman (1801-1890), o fundador da Universidade de Dublin. A universidade concebida por Newman era uma instituição que privilegiava a cultura geral literária e humanística, aos moldes das Universidades de Oxford e Cambridge, portanto dedicava-se ao ensino do saber universal e defendia a busca da verdade. Cf. Teixeira, 1964, p.27-47 e 1968, p.21-82.

posições do meio, ou seja, a crítica. Com o surgimento de novos estudos e com a facilidade de acesso a documentos antes restritos ou desconhecidos, esconder a verdade passou a significar o maior perigo para o historiador, pois, se os amigos se calarem ou encobrirem suas parcialidades, os adversários estarão atentos e prontos a “proclamar retumbantemente, com tamanho estridor que se farão ouvidos em todos os recintos, os mais violentos dos baldões atingirá em cheio o historiador: o de narrador parcial e desleal” (ibidem, p.326). Portanto, afirma Taunay, para que essa acusação não seja feita, o historiador deve “dizer a verdade, toda a verdade, nada mais do que a verdade” (ibidem, p.326).

Entretanto, como é possível ao historiador alcançar essa verdade? Taunay tentou responder a essa pergunta no decorrer da conferência a partir da citação de diversos autores. No entanto, ao fazer uso de trechos de obras ele não mencionou a autoria das afirmações. Nenhuma obra foi apresentada por Taunay como um modelo. Contudo, chama a atenção, em seu texto, a seguinte frase citada na segunda página: “A história se faz com os documentos”.¹⁵ Não seria mera coincidência ser esta a primeira frase do capítulo 1 intitulado “A busca dos documentos” do livro *Introdução aos estudos históricos* de Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942).¹⁶

15 “O respeito pelo documento histórico e o controle da subjetividade são as regras de ouro daquilo que vai passar a chamar-se escola metódica. Mais tarde, ela será de algum modo vituperada e caricaturizada pela escola dos *Annales*, com a denominação de história historicizante”. Cf. Dosse, 2001, p.17.

16 “A história científica alemã conta, na França, com dois ‘tradutores’ principais: a *Revue Historique* e os manuais de metodologia da história, dos quais o mais reconhecido e difundido foi o de Ch. Langlois e Ch. Seignobos, *Introduction aux études historiques*, de 1898. Além desses ‘tradutores’ havia também as universidades e outras instituições de pesquisa, catalogação e edição de documentos. [...] Esse manual definirá o espírito que anima a pesquisa histórica de então: o ‘espírito positivo’, antimetafísico. [...] O desejo de constituir a história sob bases científicas, positivas, expressa-se, portanto, na ênfase ao dado, ao evento, no cultivo à dúvida, à observação, à erudição e na recusa dos modelos literários e metafísicos. Esse manual, que formará gerações de historiadores, exprime com exatidão o ponto de vista da ‘história metódica’, que dominou a produção

Redigido entre 1896 e 1897 “com o escopo de informar os novos alunos da Sorbonne do que são e do que devem ser os estudos históricos” (Langlois; Seignobos, 1946, p.12), o livro *Introdução aos estudos históricos* foi utilizado por Taunay para o mesmo fim pedagógico, ou seja, como um manual de procedimentos que deveria instruir os alunos quanto às leituras que fariam naquele curso em São Paulo e no seu possível ofício futuro como historiadores. Portanto, ao resumir partes importantes dessa obra, Taunay antecipou a tradução do livro de Langlois e Seignobos para o português no Brasil, que somente aconteceu em 1944. Dessa forma, o autor forneceu aos estudantes em 1911 e aos leitores da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* em 1914, ano em que a conferência foi publicada,¹⁷ um resumo dos princípios que fundamentavam os estudos históricos na França em fins do século XIX e, ainda, naquelas primeiras décadas do século XX.¹⁸

A conferência proferida por Taunay apresenta-se, portanto, como um resumo do livro de Langlois e Seignobos entremeadado com

histórica francesa de 1880 a 1945” (Reis, 2004, p.21-24). A *Revue Historique* lançada por Gabriel Monod em 1876 vinculava-se à tradição humanista renascentista e à erudição dos beneditinos de Saint-Maur, no entanto, não deixava de reconhecer a influência de historiadores alemães, tais como: Boeck, Niebuhr, Mommsen, Savigny, Ranke, Waitz e Gervinus (Bourdé; Martin, 1983).

17 Antônio Celso Ferreira ao analisar as publicações da *Revista do IHGSP* afirma que “quase nada se fala dos historiadores metódicos”. Esse texto de Taunay publicado na *Revista* comprova a evidência assinalada pelo autor, pois na conferência não há citações dos autores metódicos. No entanto, os procedimentos expostos por Taunay mostram a referência direta ao livro *Introdução aos estudos históricos* de Langlois e Seignobos. O autor destaca ainda que os autores nacionais, tais como Capistrano e Varnhagen, apareciam mais nas citações, essa característica também é válida para a produção de Taunay, pois em sua obra o diálogo com a historiografia nacional é constante, como veremos adiante (Ferreira, 2002, p.124-125).

18 Le Goff ao discutir as implicações da História entendida como ciência reconhece a importância da afirmação de Langlois e Seignobos, “sem documentos não há História”, como uma “fórmula notável, que constitui profissão de fé fundamental do historiador”, pois, mesmo após a ampliação da noção de documento e a problematização quanto aos seus usos e significados, o historiador não abandonou o trabalho com as fontes (Le Goff, 2003, p.105).

citações de outros autores e exemplos que ora compõem esse livro, ora resultam de outras leituras realizadas por Taunay. Assim, a partir da identificação da fonte não citada, mas utilizada pelo autor, foi possível cotejar a conferência e o livro *Introdução aos estudos históricos* na tentativa de identificar os elementos destacados por Taunay entre aqueles tratados pelos autores franceses.

Após a apresentação da verdade como fundamento principal do ofício do historiador, Taunay passou a dissertar a respeito dos procedimentos adequados para o trabalho com os documentos:

A história se faz com os documentos, os atos cujos vestígios materiais desapareceram estão para ela perdidos e quando muito podem concentrar-se no domínio das reminiscências coletivas. Onde desapareceram os documentos, chegam *os extremados* a avançar, cessa a história. Deve o historiador moderno começar por investigar e recolher documentos, cultivar intensamente essa ciência a que os alemães batizaram Heurística. Ninguém pode hoje descrever uma época fazendo trabalho original sem se dar a um trabalho imenso de pesquisa e de cotejo. É na obediência dessa ordem de ideias que reside a força, a superioridade e a convicção dos historiadores e eruditos hodiernos. (Taunay, 1914b, p.326-327)

Apesar de ter considerado extremada a conclusão de que onde não há documentos cessa a história, Taunay continuou seu texto em companhia de Langlois, autor do primeiro capítulo da *Introdução*, ressaltando a importância da busca dos documentos e acrescentando um exemplo que, segundo ele, demonstrava o quanto a descoberta de novas fontes poderia mudar a História e, até mesmo, “inutilizar” obras reconhecidas.

Taunay ressaltou a importância da obra de Ludwig Von Pastor (1854-1928), o historiador alemão que a partir do acesso irrestrito aos arquivos do Vaticano escreveu em dezesseis volumes uma *História dos papas* (publicada entre 1886 e 1933). Taunay, que utilizou essa obra anos mais tarde para traçar a História dos beneditinos na

América e no Brasil,¹⁹ teve acesso a ela na biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo e, mais uma vez, na conferência imprimiu a sua marca remetendo-se ao assunto tratado no início da apresentação, ou seja, a abertura dos arquivos do Vaticano, e acrescentando outras leituras além do livro *Introdução* que estava resumindo.

Bastante impressionado com a obra de Ludwig Von Pastor, Taunay afirmou que, apesar de no prefácio o autor ter ponderado “modestamente” que apenas lhe assistia “a convicção de haver encetado útil empresa não porque tinha a capacidade de traçar a síntese dos trabalhos profundos dos que estudaram a vida da Santa Sé, mas só porque lhe foi dado a devassar os Arquivos Vaticanos” (ibidem, p.327), a obra quase anulava as precedentes escritas por autores como Leopold Von Ranke e Jacob Burckhardt, que não tiveram acesso às fontes trabalhadas por Pastor.

Os esforços extraordinários desses historiadores para tirar premissas e conclusões da deficiência das fontes compulsadas, malgrado, toda a energia de sua pujança mental foram totalmente inutilizados pela aparição de uma série de documentos inatacáveis, trazidos à luz por Pastor. (ibidem, p.327)

Essa conclusão de Taunay em relação ao estudo de Ludwig Von Pastor é muito importante para a compreensão de sua própria obra, pois a publicação de uma série de documentos inéditos foi apontada por Taunay como decisiva para a escrita de sua *História de São Paulo*. A partir da publicação em 1914 das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo*²⁰ Taunay pôde explorar “o mais pitoresco

19 Cf. especialmente o capítulo 2 da obra de *História antiga da abadia de São Paulo*.

20 A publicação das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* foi financiada pelo governo municipal e, mais especificamente, deveu-se ao empenho de Washington Luís. Ele foi deputado estadual entre 1904 e 1906, secretário estadual de Justiça entre 1906 e 1912 e prefeito da cidade de São Paulo entre 1914 e 1919, período em que foram publicados esses documentos utilizados por Taunay.

terreno ainda absolutamente virgem” (idem, 2003a, p.15), como ele afirmou no prefácio, assinado em julho de 1919, de *São Paulo nos primeiros anos*. Desde 1917, Taunay apresentava nas colunas do jornal *Correio Paulistano* os resultados preliminares de seu trabalho com a documentação e, em 1920, publicou a pesquisa em livro com a ampliação e revisão dos temas. Esse foi um elemento constante na produção de Taunay e, pode-se dizer, na escrita de um amplo rol de autores que produziram nas primeiras décadas do século XX, ou seja, a descoberta de novos documentos, muitas vezes, guiou a escrita dessa História.

No entanto, além da descoberta do documento, facilitada pelo crescimento de inventários críticos, transcrições e publicações, cabia ao historiador, segundo essa perspectiva historiográfica, a crítica dos documentos que somente poderia ser realizada com ajuda das ciências auxiliares. Na conferência, antes de tratar de cada passo a ser seguido para a realização da crítica interna e externa do documento, Taunay introduziu uma afirmação gerada pela complexidade dos procedimentos que ele ainda apresentaria:

Estas imposições do critério moderno provocaram no campo da história, como já o haviam feito no de todas as ciências, o aparecimento das especializações, a restrição e a particularização dos assuntos. As grandes obras de História Universal ou de História Nacional que outrora bastaram para o esforço de um homem só vêm a ser substituídas pelas *monografias*, cada vez mais numerosas e *pormenorizadas* e pelos *esboços* biográficos. A caçada ao documento torna-se cada dia mais áspere; muito já foi colhido mas imenso há ainda que respirar. (idem, 1914b, p.328, grifos nossos)

Nesse trecho, o autor retomou, de certa maneira, a conclusão apresentada a respeito da obra de Ludwig Von Pastor, pois afirmou que não era mais tempo de Histórias nacionais porque a disciplina exigia tamanho rigor metodológico que era impossível a um homem dar conta de pesquisar todos os temas de um período em suas generalidades. Nesse sentido, considerou que aquele era

o tempo das monografias. Momento adequado para a realização de estudos localizados que, a partir de documentos inéditos, pudessem explicar o recorte estabelecido dentro das possibilidades temáticas da História nacional. Era uma História que por “recortar seus objetos, localizando-os em momentos precisos”²¹ lidava com a temporalidade curta. No caso da obra de Taunay, essa característica se torna evidente, pois, no intuito de tratar de temas que perpassavam os séculos, ele elaborou estudos pormenorizados a respeito de recortes temporais precisos que, quando reunidos, deram origem às suas *Histórias gerais das bandeiras e do café*. É importante ressaltar esse elemento porque, quando se analisa o conjunto da obra de Taunay, pode-se ter a impressão de que ele estudou longos períodos, mas, na verdade, ele empreendeu recortes temporais e temáticos precisos dentro das possibilidades da História do Brasil e apontou o método como justificativa aos seus críticos, que, ansiosos por sínteses, se impacientaram após a publicação do segundo tomo da *História geral das bandeiras paulistas* e lhe solicitaram uma síntese a respeito do bandeirismo. Os críticos mal podiam prever que aquele era o segundo volume de uma obra composta por onze tomos.

Aos dois volumes da *História geral das bandeiras paulistas* que a este antecedem, encetamos a chamar a atenção dos leitores para o fato de que se lhes oferecia uma obra de análise de documentos muito numerosos, jamais coordenados, e, em sua grande maioria, inéditos.

Não nos era, portanto absolutamente possível cogitar ou retrair sínteses daquilo que ainda não fora exposto e ainda menos analisado.

Mereceram estes dois tomos apreciações numerosas e, sobretudo, as críticas muito numerosas assinadas por alguns dos mais prestigiosos nomes das letras brasileiras. [...] Houve também

21 “A ênfase na empiria, dada pelas fontes, traz o conhecimento histórico para o tempo dos humanos, mostrando, ainda que involuntariamente, que a abstração metafísica é a responsável por um olhar que dilui os homens nas esferas do universal” (D’Alessio, 2003, p.189-190).

quem, sofregamente, já quisesse, nestes volumes, encontrar apreciações do conjunto dos fatos do bandeirantismo – quando eles mal historiam a fase inicial do movimento antitordesilhano – e ao autor o arguisse.

Seja nos permitido contestar esta impaciência lembrando aos reparadores quanto ao estado atual dos estudos sobre o bandeirismo é ainda o da *fase da descoberta dos documentos, o da interpretação dos elementos esparsos e de reunião por vezes difícil, exigindo indispensável concatenação como a que intentamos realizar.*

Vencidos estes óbices, *compendiados os ensinamentos das fontes, postos os valores em relevo* caberá aí – agora a tempo e a hora – o *enunciado das sínteses.* (Taunay, 1927, Tomo III, p.VII)

Para “compendiar os ensinamentos das fontes” muitos esforços precisavam se realizar. O trabalho de descobrir o documento, muitas vezes, solicitar a cópia, “interpretar os elementos esparsos” com o auxílio das ciências auxiliares e dos estudos existentes a respeito do tema e apresentar a “reunião concatenada” desses elementos significava a realização de “monografias pormenorizadas” que somente chegariam à síntese após um número extenso de pesquisas. Nesse sentido, esse não era o momento de fazer a síntese,²² era, sim, a hora de aplicar os procedimentos e produzir monografias para o adequado estudo dos temas.

O que se definia como a forma adequada de se escrever a História, portanto, era a composição de monografias exaustivas a respeito de um tema. Foi isto que Taunay objetivou fazer nos onze volumes da *História geral das bandeiras paulistas*, diferenciando-se da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen. No cenário nacional, outro autor havia chegado a essa conclusão muitos anos antes: “Agora o que se precisa é de monografias consciencio-

22 É importante destacar que Taunay se mantinha alheio às críticas já formuladas na França a essa ideia de uma História pormenorizada. Vale lembrar que, em 1900, Henry Berr, filósofo e historiador francês, fundou a *Revue de Synthèse Historique*.

sas” (Abreu, 1975, p.139), afirmou Capistrano de Abreu em 1882 no texto em que avaliou a obra de Varnhagen, o que, como será tratado adiante, assumiu grande relevância em relação às posições assumidas por Taunay.

Na segunda parte da conferência, Afonso de Taunay detalhou a “série de operações das mais trabalhosas” (Taunay, 1914b, 329) que apresentou no trecho citado acima como justificativa aos críticos do trabalho realizado por ele até 1927. Assim, o autor iniciou o resumo do Livro II da *Introdução*.²³ No primeiro capítulo desse segundo livro, intitulado “Condições gerais do conhecimento histórico”, Langlois e Seignobos problematizaram a afirmação de que a “história se faz com documentos” e é importante retomar aqui os argumentos apresentados pelos autores para a compreensão das afirmações feitas por Taunay na conferência.

Os fatos não podem ser empiricamente conhecidos senão de dois modos: ou diretamente, quando observados no momento em que se produzem, ou indiretamente, quando estudados nos traços que deixaram. [...] Ora, a característica dos “fatos históricos” é só serem conhecidos indiretamente, através dos traços. O conhecimento histórico é, por essência, um conhecimento indireto. [...] Só pelos traços que deixaram podem os fatos passados ser por nós conhecidos. Estes traços denominados “documentos” são observados diretamente pelo historiador, é verdade; mas depois de os examinar, nada mais há a observar; a partir daí o historiador procede por via de raciocínio, para tentar extrair dos traços, até onde isso for possível, a verdade dos fatos. O documento é o ponto de partida; o fato o ponto de chegada. (Langlois; Seignobos, 1992, p.44-45)

Fundamentado nesses argumentos, Taunay apresentou os principais aspectos, segundo sua concepção, da crítica externa, come-

23 A obra *Introdução aos estudos históricos* é dividida em Livro I com dois capítulos, Livro II subdividido em capítulo 1, Seção I (Crítica Externa) com quatro capítulos, Seção II (Crítica Interna) com três capítulos, Livro III com cinco capítulos, conclusão e dois apêndices.

çando por aquilo que traduziu como crítica de inspeção e que pode ser entendida como a crítica de restauração. Essa crítica se referia à comparação, quando possível, da cópia do documento com o original, conferindo à cópia a autenticidade ou o confronto entre as edições de um livro. Vencido esse primeiro obstáculo, para a observação do documento caberia ainda, de início, proceder à crítica de origem ou de procedência, pois é “espontânea no espírito humano a tendência em aceitar como autênticas as indicações de proveniência” (Taunay, 1914b, p.329).

A crítica de procedência assumiu grande importância para a História do Brasil escrita nas primeiras décadas do século XX devido aos esforços empreendidos para fixar a autoria de textos encontrados ou de textos conhecidos, mas anônimos ou assinados com pseudônimos. Exemplo significativo tanto pela relevância assumida pelo decifrar da autoria da obra quanto pela influência desempenhada pelo autor que a decifrou foi a “descoberta da criptonímia de Antonil por J. Capistrano de Abreu”. Publicada em 1711, *Cultura e opulência do Brasil* teve sua autoria reputada a André João Antonil, nome que dissimulava a autoria, até 1886, quando Capistrano de Abreu no prólogo de *Informações e fragmentos históricos do Padre José de Anchieta* escreveu que para o entendimento do período das minas não mais se precisava ler Rocha Pita, podia-se consultar “André João Antonil, ou, para dizer o verdadeiro nome, João Antônio Andreoni, porque Antonil era o pseudônimo – para ver o entusiasmo que a terra despertara” (Taunay, 1976, p.46). Animado por essa descoberta, Afonso de Taunay, quando convidado pela Companhia Melhoramentos para presidir uma série de reimpressões de livros raros brasileiros, coordenou, em 1923, a reimpressão de *Cultura e opulência do Brasil* a partir do confronto com a primeira edição e compôs um estudo biobibliográfico em que apresentou os temas abordados no livro, aspectos da biografia do autor e a descoberta de Capistrano.

Portanto, os procedimentos destacados por Taunay na conferência de 1911 podem ser encontrados em diversas obras suas, principalmente em muitas passagens em que afirmou a dificuldade de se escrever a História. Voltando à conferência, disse Taunay:

Pensam os profanos que tudo se acha pronto para o historiador quando conseguiu colecionar os textos relativos aos acontecimentos de que é relator. Basta-lhe agora reuni-los por meio de algumas frases de transição. Isto era bom para os velhos cronistas; exigem os tempos modernos²⁴ outra hermenêutica.

Cada fato histórico a esclarecer é uma questão a julgar em que, como em todos os processos, se começa pela audição das testemunhas. (idem, 1914b, p.329-330)

A partir desse trecho, Afonso de Taunay introduziu os aspectos da crítica interna do documento, chamada por Seignobos de crítica de interpretação (hermenêutica). Portanto, à crítica externa Taunay dedicou pouco mais de meia página de seu texto e no restante da conferência, em torno de quinze páginas, voltou-se para as questões que envolvem aquilo que essa concepção da História entendia por interpretação. Acredito que esse seja um ponto fundamental para a compreensão de como se escreveu a História no Brasil, pois contribui para o entendimento das especificidades de significado que esse conceito assumiu para parte significativa dos autores das primeiras décadas do século XX.

Se para essa concepção da História o conhecimento histórico era indireto e somente tornava-se possível por meio do documento, uma vez estabelecido qual documento seria analisado com o emprego dos procedimentos da crítica externa, caberia ao historiador “analisar” os temas tratados pelos documentos “avaliando e ouvindo quem os produziu”. Analisar um documento era “discernir e isolar todas as

24 Essa referência aos tempos modernos aparece em várias partes desse texto e também em outros livros e na correspondência de Afonso de Taunay. Nicolau Sevcenko ao estudar a sociedade paulista dos anos 1920 destaca a inserção do vocábulo “moderno” no cotidiano daquela cidade, seja nos anúncios publicitários de *novas* tecnologias ou do automobilismo, seja nos *avanços* da medicina, ou das *novidades* das profissões. Para o autor, “‘moderno’ se torna a palavra-origem, o novo absoluto, a palavra-futuro, a palavra-ação, a palavra-potência, a palavra-libertação, a palavra-alumbramento, a palavra-reencantamento, a palavra-epifania” (Sevcenko, 1992, p.228).

ideias expressas pelo autor. [...] A interpretação passa por dois graus: o sentido literal e o sentido real” (Langlois; Seignobos, 1992, 103).

Para avaliar o sentido literal de um texto, Taunay argumentou, seguindo Seignobos, que era preciso constatar a identidade das testemunhas e ouvi-las. Para essa audição das testemunhas entravam em cena os procedimentos linguísticos, pois cada época possui o seu próprio meio de se expressar e os anacronismos saltam diante dos olhos dos eruditos que têm “descoberto tanta impostura” (Taunay, 1914b, p.330). Segundo Taunay, o historiador deveria se pautar pelo conhecimento do estilo das épocas, ou seja, a forma empregada por cada período para expressar os acontecimentos, pois esta não se pode burlar.

Na sequência da conferência, Taunay imprimiu novamente o tom de dificuldade do trabalho do historiador reafirmando que os apressados poderiam pensar que todos esses passos bastariam para tratar do tema proposto. Ele explicou que isso várias vezes ocorre porque há uma tendência geral em se “aceitar como verdadeiras as afirmações do documento”. No entanto, “contra esta credulidade espontânea, os progressos da atualidade introduziram o que se chamou de a dúvida metódica” (ibidem, p.332). Assim, Taunay enfatizou a concepção do progresso atingido pela moderna crítica histórica aceitando os diversos exemplos fornecidos por Seignobos de autores que utilizaram afirmações das fontes sem desconfiar de testemunhos tidos como verídicos e ressaltou: “Não deve haver, pois, caráter exterior de um documento que dispense a crítica. Repetimo-lo: é preciso procurar saber o que o autor realmente acreditava porque pode não ser sincero ou talvez se tenha enganado” (ibidem, p.333). É importante a ênfase dada por Taunay a esse ponto do livro *Introdução* e, portanto, ao cerne dessa concepção que contrapõe verdade e mentira. O que se acompanha passo a passo, nos dois textos, é a apresentação do desenvolvimento da concepção moderna de verdade.²⁵

25 “[...] o exame crítico da tradição passou de relativo, na concepção clássica, a absoluto, na moderna. Antes, preservava-se uma parcela da memória, aquela que parecia razoável, plausível aos ouvidos contemporâneos, deixando-se o resto de lado. Agora, tudo o que vem do passado começa a ser olhado com

O tom da conferência, apresentada aos iniciantes nos estudos históricos em 1911 na cidade de São Paulo, é o de um trabalho “árduo e demorado” que se justifica pela busca da verdade, uma verdade que “pretende se relacionar com os homens não mais em função de seus valores, dos debates éticos que eles propiciam, mas apenas pela preocupação em se verificar, quando e onde elas efetivamente existiram” (Araujo, 1988, p.31). Portanto, importa compreender essa concepção de verdade e os procedimentos metodológicos derivados dela em relação dinâmica com o cotidiano de produção dos textos de Taunay, que, claramente, foram informados pelo método proposto por Langlois e Seignobos e por outras referências e circunstâncias que serão compreendidas adiante. No entanto, afirmar que Taunay se inspirou nas diretrizes desse método histórico não significa dizer que ele tenha aplicado todos os procedimentos do método em cada passo de sua produção, o que talvez nem mesmo os próprios autores da *Introdução aos estudos históricos* tenham feito, mas sim que ele foi informado por esses princípios e, sobretudo, motivado pela busca da “verdade moderna”.

Ao realizar essa busca da verdade expressa no documento, o historiador deveria considerar uma série de circunstâncias que poderiam influenciar o autor do documento já estabelecido pela crítica de procedência. Portanto, era preciso realizar um inquérito dessa testemunha para saber se ela observou o fato narrado e qual posição ocupou nessa observação. Entretanto, outras questões se incorporavam a esse questionário, pois mesmo tendo “observado o fato da melhor posição” o autor podia mentir ou não conseguir ocultar a simpatia ou antipatia por um grupo de homens, ou talvez fizesse afirmações para “adular o público”, ou ainda, mesmo sem intenção, fosse tomado por predileções literárias e estéticas que tivessem “deformado os fatos para os adaptar à sua concepção do belo” (Taunay, 1914b, p.334).

desconfiança, submetido a um contínuo e meticuloso esquadrinhamento, num esforço que demanda tanta minúcia e erudição que termina por converter o historiador em um especialista, em alguém cujo trabalho se caracteriza pela prática de um certo método, chave da verdade e da mentira, acessível apenas depois de árduo e demorado aprendizado” (Araujo, 1988, p.31).

A “desconfiança metódica” empregada na audição das testemunhas, apresentada por Seignobos, foi literalmente exposta por Taunay na conferência e a descoberta do fato foi concluída da seguinte forma:

Examinadas todas essas diversas condições ainda averiguará o crítico, tratando da sua documentação, se os fatos relativos às afirmações são de natureza a tornar a mentira pouco provável ou a fazer com que o erro também seja pouco provável e, ainda, que as declarações só correspondem a uma perfeita exatidão. A análise crítica critica concepções e afirmações acompanhadas de notas acerca da probabilidade da exatidão dos acontecimentos afirmados. Dela devem surgir os fatos históricos particulares com os quais a ciência se construirá. (ibidem, p.336)

A crítica interna encerra-se nesse ponto da análise e dá lugar às “operações sintéticas” – terceiro livro da obra *Introdução aos estudos históricos*. Essas operações foram apresentadas como fundamentais diante da confusão de materiais coletados. Taunay afirmou que, como nas demais ciências, o historiador deveria proceder por partes e estabelecer questões. Ressaltou, ainda, que quanto aos atos dos homens um rol de questionamentos era necessário para definir suas motivações, pois muito “dessemelhantes são as coisas do passado das que vimos e vemos” (ibidem, p.336). Ciente disso, o historiador deveria se libertar do seu ponto de vista moderno e aceitar que “os séculos transformam fundamentalmente o conjunto de ideias que formam o caráter nacional ou o caráter de uma época” (ibidem, p.336), portanto “imparcialmente” o historiador deveria tratar do tema que era relevante para a época e não aquele que se apresentasse como significativo para ele no presente. Taunay citou como exemplo várias atitudes que, aos “olhos modernos”, poderiam parecer injustificáveis, mas que para a época eram possíveis. Em todos os exemplos os acontecimentos foram explicados por meio de um sentido de inevitabilidade.

Nas primeiras obras que escreveu a respeito da História paulista, Taunay imprimiu essa visão de uma História com um sentido

definido e destacou a inevitabilidade do crescimento e da projeção da cidade de São Paulo. A narrativa dos “pobríssimos primórdios” da cidade de São Paulo foi conduzida para mostrar como foram heróicos os primeiros anos da “metrópole hodierna do Sul” (idem, 2003b, p.202). Nessas obras, as “dessemelhanças” entre passado e presente foram tratadas, principalmente, para argumentar a contraposição entre a vida quinhentista de São Paulo “tão rudimentar e a existência da opulenta capital do século XX, cheia de convicção na magnitude do porvir” (ibidem, p.202). As comparações eram possíveis, pois segundo sua concepção de História havia a necessidade de um esforço construtivo diante dos “fatos históricos fornecidos pelos documentos”. Portanto, se por um lado “não há história sem documentos”, por outro lado os documentos “não são o bastante para ocupar a composição, há claros a preencher” (idem, 1914b, 339). Na composição de seus estudos, Taunay relatou esse problema diversas vezes, queixando-se de que a fonte não tratava de alguma questão adequadamente e, portanto, cabia a ele inferir e preencher as lacunas:

Não nos deixam as *Atas* uma impressão exata do que foi a vida financeira das municipalidades quinhentistas de São Paulo, quanto à sua economia interna, arrecadação de impostos e estabelecimento do sistema tributário. Uma ou outra referência obscura, sumária e pitoresca, podemos respigar, relativa a esse assunto capital. [...] Torna-se muito difícil fazer-se uma ideia dos recursos monetários das primeiras câmaras paulistanas. Pelas alusões das *Atas* deduz-se que as contribuições das coimas ou direitos sobre o gado e a “renda do verde” constituíam as duas principais bases do orçamento municipal paulistano quinhentista. (idem, 2003a, p.90)

A concepção de História defendida por Langlois e Seignobos não ficou sem adversários. Os autores franceses apresentaram a questão da seguinte maneira:

Podemos, pois, considerar os fatos históricos sob dois aspectos opostos: ou naquilo que têm de individual, de particular, de passa-

geiro, ou naquilo que têm de coletivo, de geral, de duradouro. No primeiro caso, a história se apresenta como a narração contínua dos acidentes que ocorreram com os homens do passado; no segundo, ela constitui um quadro dos hábitos sucessivos da humanidade. Neste campo, travou-se na Alemanha, principalmente, a batalha entre os partidários da história da civilização (*kulturgeschichte*) e os historiadores de profissão, que permaneceram fiéis à tradição da Antiguidade; na França, houve luta entre a história das instituições, dos costumes e das ideias e a história política, apelidada com desdém pelos seus adversários “a história batalha”. [...] Não temos que tomar partido nessa controvérsia. A construção histórica completa pressupõe o estudo dos fatos sob os dois aspectos. (Langlois; Seignobos, 1992, p.165-166)

Langlois e Seignobos, apesar de afirmarem que não deviam tomar partido em relação às duas opções de escrita da História – de um lado, a História política, chamada pelos críticos de História batalha, de outro lado, a História da Civilização preocupada com os costumes e com as ideias –, apresentaram a “narração dos acontecimentos” empreendida pela História política e administrativa como uma das possibilidades do “fazer História” e foram fortemente atacados, especialmente, por Lucien Febvre (1989)²⁶ e Marc Bloch (2001).²⁷

Diante do impasse entre a História política e a História da Civilização, Afonso de Taunay,²⁸ primeiramente, apresentou a questão reproduzindo literalmente as posições apresentadas no livro *Intro-*

26 Os textos que compõem o livro *Combates pela História* foram produzidos nas primeiras décadas do século XX e reunidos pelo autor em 1949.

27 Marc Bloch morreu fuzilado pelos alemães em 16 de junho de 1944 deixando *Apologia da história* ou *O ofício do historiador* inacabado. A obra foi publicada por Lucien Febvre em 1949.

28 Aqui não se afirma que Taunay conhecia as críticas apresentadas por Lucien Febvre e Marc Bloch, pois não há nenhuma referência que autorize tal assertiva. O impasse apresentado por Taunay partiu, ao que tudo indica, exclusivamente das informações expostas no texto de Langlois e Seignobos e de seus referenciais da historiografia brasileira desenvolvida no período.

dução aos estudos históricos. No entanto, pouco antes de terminar sua conferência ele retomou tal questão e apresentou elementos fundamentais para a defesa do tipo de História que escreveu nos anos posteriores àquela conferência:

Com o século XVIII abriu-se nova era: *principiou-se a estudar a história dos hábitos dos homens e não mais unicamente a dos acontecimentos*. Já antes de 1800 surge, pela primeira vez, a expressão: *história da civilização*. [...] Com o movimento romântico, procuraram os historiadores comover o público; aparece com Sir Walter Scott o romance histórico, e todos os autores julgam necessário reproduzir os fatos com a comoção do espectador. “Thierry, ao falar-nos de Clovis”, diz Michelet, “louvando-o muito aliás, transmite as vibrações da França recentemente invadida”. Até 1850, pode dizer-se, ficou a história sendo, para o público e para os historiadores, um gênero literário; desta data em diante, paulatinamente, se desenhavam as linhas gerais da moderna concepção histórica. Dia a dia avultando, surgiram as monografias mais completas, mais rebuscadas quanto à documentação. Entre os trabalhos de caráter geral apareceram novos manuais, para todos os ramos especiais da *história da civilização*, maravilhosa condensação dos esforços de vidas inteiras de numerosos colaboradores [...]. (Taunay, 1914b, p.342-343)

Nesse trecho da conferência, Taunay fez um resumo do capítulo V do livro III da *Introdução*, intitulado “Exposição”, e conferiu relevo, como em outras passagens, aos argumentos que lhe interessavam. Um destaque interessante foi dado à citação que Michelet faz de Thierry,²⁹ pois no texto de Langlois e Seignobos esta referência foi

29 “Augustin Thierry é um dos principais representantes dessa geração [romântica] que se vê como iniciadora de uma nova aventura e encarna a vontade de criar uma nova história da França: ‘Ainda não temos História da França’, escreve ele em 1820. Para existir, esta deverá passar por um deslocamento de olhar, que não se contenta em observar as esferas dirigentes, mas reavalía a situação da gente humilde, dos anônimos: ‘Falta-nos a história dos cidadãos, a história dos súditos, a história do povo.’” (Dosse, 2001, p.14). Afonso de

utilizada para se contrapor à “história científica” e no texto de Taunay ela apareceu como se “as linhas gerais da moderna concepção histórica” tivessem se desenhado paulatinamente ao lado ou juntamente com essa possibilidade de História sem, portanto, a clara oposição que os autores da *Introdução* apresentaram. Outro ponto importante é a História da Civilização, que na *Introdução* foi apresentada como uma das possibilidades de História e, na conferência, Taunay a ressaltou como a História que se produzia no momento.

A primeira ênfase talvez tenha se dado porque o autor da conferência não acreditasse que o romance histórico não pudesse ser pautado em documentos criticados metodicamente e, portanto, pudesse dizer a verdade dos fatos. No ano anterior àquela conferência proferida em 1911, ele havia publicado um romance histórico intitulado *Crônica do tempo dos Filipes* (1910), o qual, poucos meses após a essa aula inaugural apresentada na Faculdade de São Bento, foi proposto para a avaliação de ingresso de Taunay no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A segunda ênfase, bastante clara em sua obra, era necessária para Taunay, pois nos “balanços historiográficos” produzidos por ele em 1914, 1931 e 1934 a História da Civilização, chamada por ele de História dos costumes, foi apresentada como a História que deveria ser escrita no Brasil naquele momento.

Portanto, as concepções de Taunay fundadas em referenciais ligados à sua trajetória de homem de letras formado no Brasil se impuseram nesse ponto da conferência diante das diretrizes propostas por Langlois e Seignobos. Os autores franceses visavam criticar uma História que alcançou grande prestígio de público na França, mas que, segundo eles, não se constituiu das “formas científicas de exposição histórica” (Langlois; Seignobos, 1992, p.212).³⁰

Taunay quando defende a escrita de uma História dos costumes se pauta em muitos desses argumentos apresentados por Thierry, portanto sua visão em relação à chamada “história romântica” francesa é diferente daquela exposta por Langlois e Seignobos.

30 Para a compreensão da escrita da História no século XIX na França, cf. Harzog, 2003 e 2005; Guimarães, 2002.

Afonso de Taunay não se opôs à forma de exposição vigente no cenário de escrita da História em São Paulo no período. A propósito, ele foi um dos principais autores a utilizar-se do estilo épico de escrita para a narrativa do tema das bandeiras.³¹ Para Taunay os procedimentos apresentados por Langlois e Seignobos para a escrita de História sob princípios modernos não excluem a forma romaneada de sua escrita. Taunay fez uso de uma das “deformações dos fatos históricos”, condenadas pelos autores da *Introdução*, ou seja, a “deformação épica que embeleza a narração, acrescentando-lhe pormenores pitorescos em que a aparente precisão de minúcias dá a ilusão de verdade” (Langlois; Seignobos, 1992, p.120), mas nem por isso deixou de acreditar nos procedimentos de crítica das fontes e, especialmente, não abandonou a busca da verdade moderna. Quando perguntado, em 1930, por um amigo a respeito do método histórico mais adequado à História, Taunay respondeu:

Sobre as correntes da moderna crítica histórica recomendo-lhe muito o livro de Langlois e Seignobos que tive o ensejo de resumir numa conferência que se acha publicada no tomo XVI da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”. Aí neste meu trabalho há também uma súmula de apreciações feitas sobre as ideias de outros autores e a respeito dos mesmos assuntos.³²

Essa carta acentua a importância da conferência apresentada nesse capítulo para a compreensão das concepções de História de Taunay, pois após quase vinte anos aquelas referências ainda eram consideradas por ele como os princípios básicos da pesquisa histórica.

31 Cf. Ferreira, op. cit.

32 Carta de Afonso de Taunay a João Lourenço Rodrigues, São Paulo, 31 de Janeiro de 1930, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 138. João Lourenço Rodrigues nasceu em Tatuí, em 8 de janeiro de 1869. Foi aluno da Escola Normal de São Paulo e após a formatura tornou-se inspetor escolar, em 1905, e posteriormente, foi diretor de ensino. A partir de 1908 viajou pela Europa e Estados Unidos com o intuito de aprender como era o ensino em outros países. Morreu em 20 de janeiro de 1954.

No entanto, não é somente a citação da obra de Langlois e Seignobos nessa carta que mostra a relevância que esses procedimentos assumiram na fundamentação da escrita da História de Taunay nem, contudo, a confirmação de que resumiu essa obra pode ser elemento suficiente para classificá-lo como um historiador metódico tal e qual os historiadores franceses, especialmente porque esta é uma definição cujo conteúdo seria de difícil composição, pois até para os historiadores franceses ela tem sido alvo de releituras e revisão.³³

Portanto, esse método foi uma das referências que informaram as composições historiográficas de Taunay, um *metódico à brasileira* que confrontou os procedimentos de análise interna e externa do documento, bem como as definições quanto à melhor História a ser escrita ditadas por Langlois e Seignobos, com um outro universo de produção, o brasileiro, e, assim, rearranjou esses elementos de acordo com as possibilidades apresentadas pela escrita da História no Brasil.

Para que essas nuances tornem-se claras, serão apresentados, no próximo subtítulo, três textos, produzidos em momentos e lugares institucionais distintos, que podem ser lidos como balanços historiográficos realizados por Taunay.

Os membros da bandeira do passado e a História dos costumes

Ao terminar a conferência de abertura do curso de História na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo reafirmando que “percorrer o campo de estudos históricos é obedecer aos mais nobres ditames do coração e do espírito, em prol da Verdade e da Justiça” (Taunay, 1914b, p.344), Afonso de Taunay retomou o fundamento principal da “moderna crítica histórica”, ou seja, a busca da verdade verificada na documentação por meio de minuciosos procedimentos.

33 Conferir, especialmente, o prefácio de Madeleine Reberieux. Langlois; Seignobos, 1992; Pons, 2005.

Após essa inserção institucional e a apresentação dessas diretrizes de sua concepção da História, o próximo desafio da trajetória de Taunay foi seu ingresso nos Institutos Históricos do Rio de Janeiro e de São Paulo. As propostas para compor essas instituições foram apresentadas em 1911 e, ao final do ano de 1912, o autor havia apresentado os dois discursos de posse, um no IHGSP e outro no IHGB, firmando, assim, os compromissos de confraria e sociabilidade e, principalmente, expondo os seus principais interesses temáticos.

O ingresso quase simultâneo de Taunay nesses Institutos Históricos logo foi consolidado com as participações do novo sócio nas atividades desenvolvidas, principalmente, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Na primeira sessão ordinária de 1914, o IHGSP, fundado em 1894, comemorava vinte anos de “sedimentação de um trabalho diuturno e considerável” (idem, 1914c, p.5) com uma conferência pronunciada por seu orador oficial, eleito em 1913, Afonso de Taunay.

Revivescer foi o verbo empregado por Taunay para indicar o intuito daquela comemoração. Reviver na memória episódios que indicavam os méritos do trabalho desenvolvido pelo Instituto para criar uma linha de tradição que ligasse os fundadores aos sócios do IHGSP da segunda geração.

A partir dos relatórios anuais e dos tomos da *Revista* do Instituto, Taunay empreendeu esse esforço de traçar, ano a ano, as contribuições dos sócios que se destacaram, os temas estudados, os artigos publicados, as contendas resolvidas e aquelas ainda pendentes, além de apresentar os desafios que a segunda geração de sócios carregava sobre os ombros.

Enquanto descrevia de maneira elogiosa os trabalhos de sócios como Teodoro Sampaio, Orville Derby, Antonio de Toledo Piza, Eduardo Prado, Ernesto Guilherme Young, João Mendes Júnior, Horacio de Carvalho, Washington Luís, Herman Von Ihering, Oliveira Lima, Gentil de Moura, Eugênio Egas, Afonso de Freitas e Benedito Calixto, Taunay apresentava as concepções que, na sua visão, nortearam os estudos desses autores. Dessa maneira, ressaltava que os méritos dessa História produzida no IHGSP estavam

alicerçados na “única base real da história, que é o documento” (ibidem, p.5) “desvendado”, “descoberto” nos arquivos municipais e, portanto, “salvo da ruína”.

A conferência teve início com a “revivescência” da publicação do primeiro tomo da *Revista* que trazia, além dos artigos de Sampaio, Derby e Jaguaribe, documentos inéditos do Regente Feijó. Os inéditos, protagonistas dessa narrativa, publicados durante “os quatro primeiros lustros de vida do Instituto” foram lembrados ao lado dos artigos que resultaram de pesquisas nesses e em outros documentos. Foram ressaltados os “inéditos descobertos em Portugal” (ibidem, p.7) por Eduardo Prado e publicados no quarto tomo do periódico, “os inéditos e excertos de frei Gaspar e os novos documentos sobre Iguape, traduzidos, restaurados e comentados” (ibidem, p.7).

No entanto, apesar dos vários documentos descobertos por esses estudiosos, algumas questões ainda precisavam ser respondidas e foi a uma dessas que o volume da *Revista* de 1903 se dedicou:

Enchem o volume os interessantes e eruditos estudos sobre João Ramalho de Teodoro Sampaio, Derby, Piza, João Mendes Júnior, Pereira Guimarães, Horácio de Carvalho Campos Andrade, Gomes Ribeiro, cada qual procurando devassar um pouco da penumbra carregada que rodeia a carreira da curiosa e esfingética figura quinhentista. (ibidem, p.8)

Nesse início de século, a penumbra ainda pairava sobre muitos aspectos relativos à História de João Ramalho, “figura esfingética” apresentada na obra de frei Gaspar da Madre de Deus. No entanto, logo na sequência do texto, Taunay apresentou o responsável por iluminar tal questão, que representava no período uma séria disputa historiográfica: Washington Luís (1869-1957), “perito nos segredos da nossa rude paleografia seiscentista e quinhentista”, descobriu *O testamento de João Ramalho*, documento que colocou um ponto final, na opinião desses autores, a essa grande polêmica. “O material arrancado ao mistério dos nossos documentos quase

ilegíveis” (ibidem, p.9) por Washington Luís foi qualificado por Capistrano de Abreu como algo de valor inestimável, pois tamanha era a importância das descobertas de documentos inéditos para essa perspectiva da escrita da História que era difícil avaliar a relevância de alguns textos procurados por muitos desses homens de letras que se empenhavam nessa busca cotidianamente.

“Partindo de um documento inédito e reabilitador dos ataques feitos a frei Gaspar, por Candido Mendes, é a frisante prova de quanto está a nossa história inçada de lacunas, que um papel providencial, de um momento para outro, pode preencher” (ibidem, p.9). Ao narrar esse feito que “lança luz onde havia trevas”, Taunay o explicou fazendo uso, novamente, de sua visão católica/providencialista da História. O autor retomou, ainda, os princípios destacados na conferência pronunciada em 1911 na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo e ressaltou, a partir de exemplos da historiografia nacional, aquilo que acreditava ser um dos caminhos do ofício do historiador, ou seja, preencher as lacunas por meio da descoberta de novos documentos.

Na trilha dos acontecimentos escolhidos por Taunay para a narrativa dos vinte primeiros anos do IHGSP, ele se aproximou do momento de sua entrada nessa confraria, em 1911, e se referiu aos trabalhos de Gentil de Moura, Afonso de Freitas, Eugênio Egas e Benedito Calixto, autores com os quais estabeleceu um intenso diálogo, fazendo um alerta a respeito do imenso trabalho que ainda havia para ser realizado pela segunda geração: devemos “promover o desenvolvimento da biblioteca, da mapoteca, tornar a fundar o gabinete de moedas e medalhas, estabelecer um patrimônio para publicação da *Revista* e promover a reimpressão” das obras de historiadores e cronistas, “a começar pela de Pedro Taques, de que, desde 1895, se cogita” (ibidem, p.9).

Com a apresentação dos trabalhos desenvolvidos nos primeiros vinte anos do Instituto e, principalmente, dos princípios que nortearam tais estudos, Taunay convocou os sócios para integrarem o que ele chamou de “bandeira do passado”:

Todos à obra, ilustres e prezados consócios e *cerremos pelo Instituto!* Como se fôramos os soldados de um antigo terço – que realmente somos os membros da bandeira que do Passado procura fazer, em múltiplas, em contínuas *entradas*, o *descimento* das verdadeiras históricas. (ibidem, p.13)

O convite foi lançado com a ênfase na importância dos documentos e a convicção de que as disputas historiográficas somente seriam resolvidas a partir desse procedimento de descoberta da verdade por meio de novas fontes. Os “princípios gerais da moderna crítica histórica” foram apresentados aos sócios do IHGSP com o tom de um manifesto por um caminho que deveria ser seguido por aqueles autores. Nessa conferência, diferentemente da anterior apresentada em 1911, os princípios e procedimentos foram expostos por meio de exemplos de trabalhos nacionais. Ele não recorreu à historiografia francesa ou alemã, pois na visão de Taunay a “bandeira do passado brasileiro”, apesar de encontrar pela frente um longo caminho a trilhar, já havia aberto a picada.

Afonso de Taunay havia, no ano anterior a essa conferência, proposto a realização de eventos comemorativos dos centenários de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) para os quais ele realizou estudos bibliográficos que foram apresentados nas sessões do IHGSP durante os anos de 1914 e 1915. Esses trabalhos significaram estudos preliminares para a escrita da sua História de São Paulo, bem como o estabelecimento de sua posição no IHGSP e, posteriormente, no cenário intelectual mais amplo. A partir dessas comemorações, divulgadas com grande empenho pela imprensa paulista, Taunay, que havia publicado estudos linguísticos, um romance histórico e alguns artigos de assuntos diversos, marcou o recorte do passado ao qual se dedicou, especialmente nas décadas de 1910 e 1920, quando construiu os fundamentos que resultaram em seu reconhecimento intelectual.

O professor do Colégio São Bento e da Escola Politécnica de São Paulo definiu, nesses anos de participação assídua e ativa nas reuniões do Instituto paulista, sua vocação de historiador e, em 1917,

foi convidado para assumir a direção do Museu Paulista. Após 1917, como diretor do Museu, Taunay estabeleceu intercâmbios com diversas instituições nacionais e internacionais e mobilizou uma rede de “descobridores de documentos”, ou seja, pessoas empenhadas em buscar, copiar e enviar documentação de arquivos municipais do estado de São Paulo e de outros estados do Brasil e de arquivos franceses, portugueses, ingleses, espanhóis e da América Latina em geral. Alguns desses “descobridores” eram financiados pelo governo paulista por meio de contratações realizadas pelo Museu e grande parte era de amigos ou confrades de outras instituições.

Ainda nesse ano de 1917, Taunay começou a divulgar nas páginas do *Correio Paulistano* as primeiras investidas na documentação publicada em 1914, as *Atas* e o *Registro Geral da Câmara de São Paulo*, e em 1920 publicou seu *São Paulo nos primeiros anos*, primeiro livro de uma série de estudos a respeito da História paulista que seriam por ele escritos nos próximos anos.

Foi a partir dos estudos preliminares a respeito de Pedro Taques e frei Gaspar, dos primeiros trabalhos a respeito da História de São Paulo publicados a partir de 1920 e dessa rede de pesquisa criada em torno do Museu Paulista que Taunay pôde iniciar a escrita e publicação, em 1924, do primeiro tomo da *História geral das bandeiras paulistas*. Até 1929 ele havia publicado cinco volumes dessa obra, que finalizaria somente em 1950 com o lançamento do décimo primeiro tomo. Estimulado por amigos e, certamente, confiando nesse vultoso empreendimento de pesquisa levado a cabo em concomitância com a direção do Museu Paulista, com a docência e com a produção de outros livros de temas relacionados à História paulista e de muitos que tratam de temas diversos, Taunay se candidatou, em 1929, para a vaga de Luís Murat na Academia Brasileira de Letras e tomou posse em 1930.

Duas décadas após aquela conferência pronunciada na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, com um grande rol de publicações e o ofício de historiador estabelecido em sua trajetória, o diretor do Museu Paulista e imortal da Academia Brasileira de Letras Afonso de Taunay se aventuraria novamente a produzir um

texto a respeito de um dos principais fundamentos de sua escrita da História. No entanto, nesse momento não recorreria a algum manual estrangeiro de procedimentos, mas faria um balanço, mais amplo e aprofundado em relação à conferência apresentada aos sócios do IHGSP em 1914, dos empreendimentos relacionados à “preservação do passado brasileiro”.

No artigo “Heurística paulista e brasileira” – publicado em 1931 nos *Anais do Museu Paulista* e também como último capítulo do livro *Terra bandeirante* –,³⁴ Taunay retomou o princípio da busca da verdade, afirmado em diversos textos como fundamental, e apontou a heurística como definidora das produções a respeito do passado. Nesse sentido, o objetivo principal do texto era apresentar um balanço da crítica documental no Brasil e, especialmente, em São Paulo. Com isso, o autor pretendeu mostrar, desde os trabalhos de Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738) e Pedro Taques (1714-1777) até a década de 1930, como os historiadores procederam em relação às fontes.

No início do texto, Taunay afirmou que no Brasil existiram, e ainda existiam na época em que escreveu, “historiadores esquisitos que não consultam as fontes” (idem, 1931b, p.411). Para fazer tal afirmação, o autor recorreu à autoridade de dois de seus mestres, Pedro Taques e Capistrano de Abreu. Contou Taunay que Pedro Taques, o “incontentável rebuscador das fontes documentais”, indignava-se com seu contemporâneo Sebastião da Rocha Pitta, chamado por Capistrano de “o oco e ruidoso autor da *História da América Portuguesa*”, pois ele, mesmo dispondo dos arquivos baianos, escreveu sua *História* sem a lição dos cartórios. Para Taunay, postura diversa daquela de Rocha Pitta assumiram Taques e os “nossos cronistas primevos, do tipo de frei Vicente do Salvador e Gabriel Soares de Souza” (ibidem, p.411). No entanto, Taunay

34 A edição de textos de igual conteúdo em publicações distintas, por exemplo, em jornais, revistas e livros, é uma constante na obra de Taunay. Muitos de seus livros são compostos de reuniões de artigos já publicados. Esse é um dos motivos do grande volume de títulos que integra a sua obra.

julgava que, mesmo com os bons exemplos existentes desde o século XVI de frei Vicente, Rocha Pitta fez escola e, especialmente no século XIX, proliferaram o que ele denominou de “repetidores impenitentes” (ibidem, p.412). Contudo, ainda naquele século, Francisco Adolfo de Varnhagen retomaria o bom caminho abandonado pelos historiadores, mas Taunay lamentou, como já havia feito Capistrano, que na instituição responsável pela guarda do passado brasileiro esse “verdadeiro caminho” (ibidem, p.412) não foi seguido:

Mas ainda se viu muito isolado [Varnhagen], que os seus contemporâneos pouco se dedicaram ao estudo da documentação. Haja vista esta enorme série de memórias de toda a espécie, insertas na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, sobretudo em tomos antigos. Dissertações ridiculamente vazias, deploravelmente ocas, de palavrório inútil e insuportável que tomam larguíssimo espaço reclamado pela divulgação documental. (ibidem, p.412)

Taunay relatou que no Brasil durante o século XIX foram poucas as iniciativas de apreço à recolha e à crítica documental, as exceções ficaram por conta do empenho do imperador Dom Pedro II, que mandou copiar documentos brasileiros encontrados em Portugal, e da Biblioteca Nacional, que, a partir de 1876, divulgou, por meio de seus *Anais*, “tesouros documentais e preciosas bibliografias” (ibidem, p.413).

No entanto, a situação dos arquivos brasileiros começou a mudar a partir do final do Oitocentos. Taunay considerava que, com o advento da República, “os arquivos brasileiros realmente começam a organizar-se e vivificam-se: assim também como com a República despontam os diversos núcleos regionais de estudos de nossa tradição” (ibidem, p.416). Em São Paulo, o Instituto Histórico e Geográfico foi fundado e, logo no primeiro ano, Antônio de Toledo Piza deu início à publicação dos *Documentos interessantes, revelação preciosa das riquezas do arquivo paulista*. Foram criados os Institutos Históricos da Bahia, do Pará, de Minas Gerais, do Rio

Grande do Sul, da Paraíba, do Paraná e de Santa Catarina e com eles intensificaram-se a produção de arquivos e a publicação de documentos. Taunay destacou ainda que, para a realização desses empreendimentos, foram necessários o trabalho e a competência de homens cientes da importância dessa documentação relativa ao passado brasileiro para a História do Brasil.

São muitos os autores citados por Taunay, alguns deles eram amigos que contribuíram, e ainda contribuíam naquela época, fornecendo cópias de documentos ou informações para complementar seus livros. Entretanto, um homem público, e também autor da historiografia paulista, foi privilegiado no texto de Taunay: Washington Luís,³⁵ a quem Taunay se referiu como “chefe da nação”,³⁶ foi apontado no artigo como exemplo de governador voltado para a preservação do passado brasileiro. Tendo se dedicado a “decifrar o acervo paleográfico bandeirante de São Paulo” antes de se dedicar à vida pública, Washington Luís, após publicar algumas monografias que receberam o “aplausos consagrador e caloroso de Capistrano”, decidiu publicar os documentos pesquisados (ibidem, p.417).

Prefeito de S. Paulo fez Washington Luís aparecerem estes numerosos volumes das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo*, primeiros tomos de uma série que hoje conta mais de oitenta volumes e de quarenta mil páginas de grande formato. Por ela *perpassam três séculos do passado de S. Paulo e ocorrem valiosos elementos para o melhor conhecimento da história global do Brasil e da América do Sul*. Surgiram com a segura, o laconismo, as durezas de suas páginas bárbaras, escritas numa linguagem luzitaniforme, quase sempre, e *reclamando o trabalho dos mosaístas*. Não se fize-

35 A respeito dos esforços empreendidos por Washington Luís para fomentar a “construção do passado paulista” cf. Ferretti, 2004.

36 O artigo foi publicado em 1931, mas essa referência mostra que sua escrita ocorreu anos antes, pois Washington Luís foi presidente do Brasil entre 1926 e 1929. O terceiro volume dos *Anais do Museu Paulista* foi publicado em 1927 e, devido a outras referências de obras já publicadas, parece-me que o texto foi escrito em 1929.

ram estes rogados. *Tive a felicidade de ser o primeiro dos aproveitadores* da dádiva munificente do Prefeito de S. Paulo, *valendo-me imenso da grande mina virgem do arquivo recém-publicado*, para os meus diversos ensaios sobre a história das bandeiras e a da vida paulistana nos séculos XVI e XVII. (ibidem, p.418)

Os elementos apontados por Afonso de Taunay nesse trecho podem ser lidos como um resumo de sua concepção de História. Nesse sentido, para essa perspectiva, o passado encontra-se no documento, no entanto, não está pronto, não é a História daquele período que está ali apresentada. As fontes são compostas de elementos dispersos que, quando publicados ou conservados nos arquivos, possibilitam ao historiador empreender alguns esforços para torná-las inteligíveis. Se o historiador age como o criador de um mosaico, ou seja, “compõe uma imagem por meio da incrustação de pequenas peças de cores variadas”,³⁷ as mesmas fontes resultam em diversos trabalhos. É o que Taunay relata quanto à consulta dessa documentação, pois Alfredo Ellis Júnior³⁸ e Oliveira Vianna³⁹ também fizeram uso delas para seus estudos.

Contudo, os empreendimentos governamentais não pararam nessas publicações; quando Washington Luís foi presidente do estado de São Paulo financiou a publicação dos *Inventários e testamentos*, que, segundo Taunay, “espelham a vida do Brasil primevo, sob aspectos jamais revelados” (ibidem, p.419).

Dela largamente aproveitamos Ellis e eu para o melhor conhecimento da história das bandeiras; analisou percutientemente Alcântara Machado que de *tão rica e virgem mina* houve os materiais para a sua *Vida e morte do bandeirante*, livro maravilhosamente ilustrativo

37 Aqui fiz uso do sentido literal das palavras mosaico e mosaísta (Houaiss; Villar, 2001, p.1965) para tentar compreender as afirmações de Taunay.

38 Cf. Monteiro, 1992, 1994; Ferretti, op. cit.

39 Cf. Carvalho, 1991; Odália, 1997; Venâncio, 2003; Ferretti, op. cit.; Bresciani, 2005.

da história que tanto nos falta, que inteiramente nos falta, a dos costumes. (ibidem, p.419, grifos nossos)

O artigo de Taunay aborda, portanto, uma das principais características do período, pois entre as décadas finais do século XIX e os primeiros decênios do século XX grandes esforços pessoais e investimentos públicos se direcionaram para a localização, transcrição e publicação de documentos diversos a respeito do Brasil. Esse movimento não foi realizado apenas em São Paulo; o Ministério do Exterior, desde o início do século, financiou pesquisas em arquivos europeus enviando pesquisadores e comprando cópias de documentação relacionada à História do Brasil. Taunay destacou a importância das fontes pesquisadas por Alberto Rangel,⁴⁰ que, comissionado na França e na Inglaterra durante as décadas de 1910 e 1920, copiou um grande número de fontes e serviu de ponto de referência e busca de documentação na Europa para Taunay e para uma rede de intelectuais que se correspondeu com ele nesse período.

Os esforços despendidos em torno dessa busca de documentação estavam atrelados à necessidade que esses homens de letras tinham de definir o que era o Brasil, o que era ser brasileiro, o que era ser paulista.⁴¹ Para Taunay, a melhor forma de se escrever a História do Brasil era por meio da realização de uma “História dos Costumes”, portanto, as “minas virgens” que se descobriam a cada dia deveriam servir para que os “mosaístas” compusessem a História não mais política e administrativa, denominada “história batalha”, mas sim uma “História da Civilização”.

Se em 1911, na conferência de abertura do curso de História da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Bento, Taunay não

40 Alberto do Rego Rangel nasceu em Recife em 1871, foi jornalista, engenheiro e historiador. Organizou em Paris, onde morou por vários anos nas décadas de 1910 e 1920, “O inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d’Eu”, publicado no volume 61 dos *Anais da Biblioteca Nacional* em 1939. Morreu em Nova Friburgo em 1945. Foram coletadas 153 cartas trocadas entre Alberto Rangel e Taunay de 1913 a 1936.

41 Cf. De Luca, 1999; Gomes, 1999; Malatian, 2001; Ferreira, op.cit.

se posicionou claramente e apenas reproduziu as opiniões de Langlois e Seignobos, no final da década de 1920 ele já se vinculava a uma tradição de estudos desenvolvidos no Brasil. Esses trabalhos tinham como principal característica pesquisar a exploração e o povoamento do território e os hábitos da sociedade.

Em outra conferência apresentada para inaugurar, tal como aquela de 1911, um curso de História, Taunay imprimiu essa tônica ao texto. Apresentou um rol de estudos que ele considerava vinculado a essa tradição de trabalhos preocupados em pesquisar a História dos costumes no Brasil.

Era 1934 e Afonso de Taunay inaugurava a cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.⁴² O autor se encontrou, novamente, diante da missão de ensinar aos jovens alunos de que maneira se escrevia a História no Brasil. No entanto, diferentemente de 1911, quando ainda era também um iniciante, em 1934, ele se afirmava como um “oficial do ofício” (idem, 1934-1935, p.126) capaz de avaliar as dificuldades enfrentadas pelos autores que resenharia.

Nesse sentido, falando como um historiador maduro e especializado no tipo de História que apresentaria aos alunos como a

42 Segundo Jorge Nagle, durante os trinta primeiros anos do regime republicano, “apenas algumas vozes esparsas levantaram-se contra o descaso e a pouca frequência com que se propunha esse problema [a escola superior] fundamental da cultura brasileira. Só em 1915 se formaliza, de maneira lacônica e simplificada, o projeto de criação de universidade”. Em 1920, com a reunião da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito, todas do Rio de Janeiro, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro (Nagle, 2001, p.168). Em São Paulo, segundo Elza Nadai, a percepção da necessidade de criação de uma universidade capaz de formar professores para atuar no ensino secundário foi ampliada com a instalação da Universidade do Rio de Janeiro. Assim, durante a década de 1920 “a estrutura de ensino foi questionada em todos os flancos – do primário ao superior”, as discussões se concentravam na proposta de criação de uma instituição de altos estudos financiada pelo Estado. Dessa forma, após a apresentação e discussão de vários projetos, “nos últimos anos da década de 1920, a universidade estava praticamente construída, faltando apenas tão somente sua concretização”. No entanto, a instalação da Universidade de São Paulo somente ocorreu com a criação, em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Nadai, 1987, p.237 e 240).

História a ser seguida, Taunay reafirmou que a respeito da História brasileira foram largamente explorados temas variados sob a perspectiva da “história batalha”, mas os autores e o público daquele período não mais se interessavam somente pela “história militar e administrativa”. Para tanto, o autor asseverou que a “história da civilização” sob “os moldes contemporâneos surgiu, por assim dizer, no século XIX quando a centúria já ia adiantada” (ibidem, p.123), o que explicaria, portanto, por que no Brasil somente nas primeiras décadas do século XX essa História se avolumou. Nem mesmo Varnhagen se dedicou a explorar essa História, afirmou Taunay, até bem pouco tempo os “capítulos essenciais como os do povoamento do *hinterland* brasileiro” (ibidem, p.122) eram quase desconhecidos.

Fez-se a história litorânea e não a do interior. Esta só principiou a ser tratada, com certo cuidado, de Capistrano de Abreu para cá. Foi o mestre cearense quem chamou a atenção dos nossos escritores para esta seção importantíssima dos anais pátrios. [...] A primeira manifestação séria digna de acatamento pela extensão e valia de suas páginas reside nos *Capítulos de história colonial* de Capistrano de Abreu, livro publicado no limiar de nosso século [...]. À luz das ideias e teorias modernas, estudou o grande sabedor os fenômenos do crescimento brasileiro, atribuindo como acima lembramos exato valor aos fatos da conquista e da apropriação do *hinterland*. (ibidem, p.122-123)

Dessa forma, Taunay afirmou a ruptura historiográfica operada por Capistrano de Abreu e se inseriu nessa tradição de estudos que se dedicou a apresentar os temas “da história econômica e da religiosa, os da história literária, artística e científica e, sobretudo os da história dos costumes” (ibidem, p.123). E, em uma clara referência às orientações de Capistrano, Taunay ressaltou que, com essa perspectiva, um grande campo de estudos se abriu à escrita da História de um “monografista consciencioso” dedicado a “perscrutar este ou aquele aspecto” (ibidem, p.123).

Considerando-se um dos principais monografistas inseridos nessa corrente nova de estudos do passado brasileiro, Taunay apresentou aos discentes do curso de História da Civilização Brasileira outras obras que, em sua avaliação, guiaram-se pelo objetivo de “ventilar os aspectos inéditos” da História do Brasil.

A resenha realizada por Taunay iniciou-se com a apresentação dos esforços de Pedro Calmon (1902-1985) e a justificativa dessa introdução referia-se ao curso de “extensão universitária” de História da Civilização Brasileira que esse historiador e político baiano, “pesquisador num dos museus mais conceituados do país” (Abreu, 1996, p.25), o Museu Histórico Nacional, ministrou nessa instituição em 1932. A essa cadeira Calmon também se dedicou em 1935 na Universidade do Distrito Federal. O primeiro livro desse autor destacado por Taunay foi *História da civilização brasileira* (1935). Essa obra não se inseria no rol das “monografias conscienciosas” a que se referiu Capistrano de Abreu no final do século XIX e que Taunay citou nessa conferência para se incluir como um dos seguidores do mestre. Era uma obra de História Geral que se apresentava no prefácio à primeira edição (1932) como “uma nova síntese da História do Brasil: história social, econômica, administrativa e política” (Calmon, 1935), destinada aos estudantes dos cursos superiores.

Taunay apresentou a obra da seguinte forma:

Como autor de obra geral cabe a Pedro Calmon a primazia, com a sua *História da Civilização Brasileira*, de que conhecemos a primeira edição. Tem esplêndidas páginas, mas ainda é manual incompleto. Nela figuram alguns capítulos, ao nosso ver, deslocados. E outros lhe deverão ser incorporados, ainda dela ausentes. Em todo o caso este primeiro ensaio didático, de compêndio, a ser posto à mão dos discentes, é tentativa digna de todos os encômios. (Taunay, 1934-1935, p.124)

Apesar das ressalvas apontadas na conferência, Taunay continuou indicando o livro de Calmon para os alunos até o último ano em que ministrou o curso na Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras, é o que se pode perceber pelo agradecimento ao “mestre e amigo” Taunay pela recomendação do livro de seu “amigo e discípulo muito sincero” Pedro Calmon em carta de 18 de maio de 1937.⁴³ Essa amizade foi lembrada por Calmon em suas *Memórias* quando relatou que pôde contar com o voto e o apoio de Taunay para sua eleição na Academia Brasileira de Letras em 1936 (Calmon, 1995).⁴⁴

Se Taunay fez uma apresentação com críticas à *História da civilização brasileira* de Calmon, reservou os elogios ao *O espírito da sociedade colonial* (Calmon, 2002), que, segundo suas palavras, era “um livro verdadeiramente notável, uma das mais belas obras ultimamente publicadas no Brasil” (Taunay, 1934-1935, p.124). Nesse primeiro volume de sua *História social do Brasil*, Calmon partiu do cotidiano do homem colonial para compreender as questões que considerou mais relevantes naquela sociedade, ou seja, por meio dos hábitos de higiene, da mesa, da cama, da casa, da instrução, dos crimes, buscou entender a formação do povo, a miscigenação, a organização administrativa e, assim, o espírito da época.

Outra obra que mereceu o destaque de Taunay também com ressalvas foi *Populações meridionais do Brasil* (1987), de Oliveira Vianna, pois apesar de apresentar páginas “soberbamente pensadas e escritas” o autor, segundo Taunay, confiou demais nos cronistas “que tanto se deixaram levar pela imaginação e o pouco cuidado na consulta às fontes” (Taunay, 1934-1935, p.124). Com esse parecer, Taunay contemplava, de certa forma, a opinião que Capistrano emitiu quando leu o livro:

Ultimamente estou lendo Oliveira Vianna sobre as *Populações Meridionais*, livro erudito, bem escrito, bem meditado, mas, ao menos para mim, nada convincente até a página 57, aonde cheguei.

43 Carta de Pedro Calmon a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1937, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 296.

44 A eleição para a ABL foi tema de missivas trocadas entre Calmon e Taunay: Carta de Pedro Calmon a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1936, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 296; Carta de Pedro Calmon a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1936, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 296.

O autor não gosta de mim, deduzo pela omissão *proposital* de meu nome; note que escrevi *proposital* e escrevi muito *propositalmente*. (Abreu, 1977, p.322)⁴⁵

Capistrano considerava, ainda, que Oliveira Vianna desconhecisse a diferença entre “economia doméstica e economia urbana” e diante dessa confusão a obra dele lhe parecia repleta de afirmações com fundamentos “duvidosos”. “Muitas vezes estaco indeciso”, escreveu Capistrano para Taunay em carta de 16 de maio de 1921, “escreveu ele tal coisa porque os documentos o autorizam? Ou apenas porque as doutrinas de Le Play lhe sopram?” (idem, 1956, p.78).

No entanto, Taunay, mesmo concordando em alguns pontos com Capistrano, terminou suas observações relativas à obra de Vianna afirmando que a compõem “capítulos da mais vigorosa mestria”. O autor não podia desconsiderar que em 1934 já havia publicado os três primeiros volumes da *História geral das bandeiras paulistas*, obra na qual muitos argumentos de Vianna lhe serviram de base.

Nessa tentativa de traçar uma linha de estudos que se guiaram pelas orientações do mestre Capistrano de Abreu, claramente, Taunay se deparou com algumas dificuldades, pois as obras analisadas trazem seus objetivos e interesses e seguem caminhos próprios. Em todas elas, Taunay encontrou falhas, até mesmo naquela que “revisou e orientou”.

Um dos autores com quem Afonso de Taunay colaborou na correção de alguns aspectos da obra, sugerindo-lhe, inclusive, alterações no título, foi José de Alcântara Machado de Oliveira. Advogado, professor catedrático e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, Alcântara Machado fez carreira política chegando a senador federal em 1935. Esse jurista que elaborou o primeiro projeto para o *Código Criminal Brasileiro* de 1940 ficou conhecido nos meios historiográficos pela publicação de *Vida e morte do bandeirante* (1930), obra que lhe conferiu a cadeira ocupada por seu falecido pai, Brasília Machado, na Academia Brasileira de Letras em 1931.

45 Carta de Capistrano de Abreu a Afonso de Taunay, Poços de Caldas, 1921.

Em novembro de 1925, Taunay enviou uma carta a Alcântara Machado em resposta ao seu pedido: “Com muito prazer lerei as provas de que me fala já havendo tanto apreciado os seus artigos do jornal. Muito obrigado pelas suas palavras tão amáveis. Tomo a liberdade de lhe fazer uma sugestão: porque não pôr no seu título vida e morte suprimindo os artigos. Parece-me mais vigoroso sendo, aliás, sobremodo feliz”.⁴⁶ Após três anos, as provas foram enviadas a Taunay, que lhe respondeu prontamente:

Exmo. Ilustre amigo Sr. Dr. Alcântara Machado,

Tenho a honra de lhe restituir os originais do seu “O bandeirante na intimidade” que li com o maior prazer e com a maior atenção, ou antes, em grande parte reli, tendo uma segunda impressão ainda melhor do que a primeira, já sua conhecida.

Muito me honra a disposição que me fez submetendo a minha apreciação o seu trabalho e por isto com redobrada atenção percorri as suas páginas. Nada tenho a lhe pôr como reparos a não ser uma ou outra coisinha de muito pormenorizada e sem importância. Assim escrevi umas notas a lápis no verso em face dos trechos analisados. Há um pequeno engano relativo à sogra de Pedro Taques. Assim também no capítulo “A justiça” página 5, chamo a sua atenção para a correção de um erro em que também já incorri, o ouvidor em 1633 era o Dr. Miguel Cirne e não Cisne, como Manuel Alves de Souza gravou erradamente, merecendo correção de Borges de Barros, da Bahia.

Permita, porém que lhe observe quanto me parece preferível o seu primeiro título “Vida e morte do bandeirante” ao que agora me parece mais simpático. Enfim é uma questão de mero gosto.

No capítulo “em face da morte” ocorre-me um reparo para o qual chamo a sua atenção. O caso da morte de Antônio Pedroso de Barros. Parece-me difícil afirmar que haja sido assassinado pelos seus índios. Pedro Taques afirma que foi pelo cunhado devido a um

46 Carta de Afonso de Taunay a Alcântara Machado, São Paulo, 11 de novembro de 1925, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 125.

caso de adultério. Reiterando os muitos parabéns, peço-lhe que me tenha como seu mto. admr. amº. affº.⁴⁷

Essa apreciação não foi alterada na conferência de inauguração do curso de História da Civilização Brasileira; nela, Taunay reafirmou que o livro de Alcântara Machado foi o resultado de longa pesquisa nos 27 tomos dos *Inventários e testamentos quinhentistas e seiscentistas de São Paulo* e, portanto, “representa belo mosaico trabalhado, largamente meditado para sua realização” (Taunay, 1934-1935, p.125). No entanto, Taunay considerou que o autor se dedicou a pesquisar apenas alguns aspectos do “largo painel da vida colonial paulista” e que, portanto, deveria prosseguir “explorando outras faces, onde muita novidade está a ser iluminada” (ibidem, p.125).

As considerações de Taunay a respeito das pesquisas tratam muito mais, como é de se esperar, das suas expectativas e da forma como escreveu sua História do que das obras por ele citadas. Por um lado, quando afirmou que Oliveira Vianna confiou exageradamente nos cronistas, lançou mão de um dos princípios da “dúvida metódica” que tentou imprimir em seus trabalhos e, por outro lado, em sua insistência para que Alcântara Machado continuasse a pesquisa, Taunay parece falar de si e da sua incapacidade de parar. Ele sempre afirmou que todos os assuntos que pesquisou estavam incompletos, eram “achegas”, “aspectos”, “apontamentos”, “ensaaios”, sempre aproximações do passado. Isso não significava que o passado não pudesse ser alcançado, para Taunay o passado era apreensível por meio dos procedimentos utilizados para interpretar o documento, mas, diante da impossibilidade de pesquisar todos os documentos de uma só vez e, portanto, de escrever uma História Geral do Brasil, o historiador tinha que escrever infinitas “monografias conscienciosas” na esperança de um dia alcançar o todo, a “tão sonhada síntese”.

47 Carta de Afonso de Taunay a Alcântara Machado, São Paulo, 2 de janeiro de 1929, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 135.

Na conferência, Taunay ainda tratou de outros três autores de monografias identificadas com a perspectiva de uma História econômica e dos costumes que queria se diferenciar da História batalha. Eram eles: Gilberto Freyre (1900-1987), Félix Contreiras Rodrigues e Roberto Simonsen (1889-1948).

A Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre representa um trabalho da mais larga erudição, um dos ensaios mais sólidos efetuados entre nós, redigido por pensador que sabe ver com singular agudez e expõe com notável brilho o que a bela e culta inteligência apreendeu das visões contempladas. É um ensaio de primeira ordem. Falta-lhe talvez a ampliação, para o campo da civilização cafeeira a que o escritor pernambucano não conhece em sua intimidade. (ibidem, p.125)

Com suas obras fartamente citadas por Freyre e reconhecidas como “notáveis estudos sobre a vida colonial em São Paulo” (Freyre, 2002, p.58), Taunay se mostrava claramente entusiasmado com os temas e a abordagem apresentados em *Casa-grande & senzala* e queria ver tal interpretação voltada para a região cafeeira.⁴⁸ Ainda na década de 1930, Taunay e Freyre encontraram-se no Museu Paulista para as “reconstituições de velhos sobrados da cidade de São Paulo” (Freyre, 2003, p.38) que ajudaram a compor *Sobrados e mucambos*, publicado em 1936. Ao tratar da importância dos anúncios de jornal pesquisados para esse livro, Freyre definiu aquilo que lhe interessava estudar e agradeceu Taunay pela compreensão de suas intenções:

Se as possibilidades de utilização de material, na aparência tão vil, ou apenas pitoresco, mas na verdade rico e até opulento de substância do maior interesse histórico e da mais profunda significação social, escapam aos que só compreendem os estudos sociais, solenes e grandiosos servindo-se apenas de documentos ilustres,

48 Cf. D’Andréa, 1992; Chacon, 1993; Araujo, 1994; Falcão; Araujo, 2001.

mestres como Afonso de E. Taunay e Paulo Prado souberam reconhecer a importância e o valor de riqueza de tão grande e, até hoje, tão desaproveitada. Distinguiu-nos Afonso de E. Taunay com boas palavras de animação, e mais do que isso, de lúcida e simpática compreensão, primeiro em carta, depois em artigo, justamente quando críticos menos autorizados e mais afoitos proclamavam não enxergar senão “pitoresco” em todo aquele esforço de utilização à grande dos anúncios de jornais para esclarecimento de zonas mais íntimas de nossa história social. (ibidem, p.40)

Outro livro também dedicado a estudar uma região do Brasil foi indicado, sem muita ênfase, aos alunos por Taunay. *Traços da economia social e política do Brasil colonial* (1935), de Félix Contreiras Rodrigues, apresenta um quadro do Rio Grande do Sul, servindo, segundo Taunay, como “larga base informativa”.

E, para encerrar o balanço bibliográfico, Taunay indicou aos alunos uma obra “fortemente documentada, com conclusões originais e abundantes sobre a História econômica do Brasil” (Taunay, 1934-1935, p.125), *À margem da profissão* (1932), de Roberto Simonsen,⁴⁹ a quem agradeceu, por meio de uma carta enviada em 27 de fevereiro de 1932,⁵⁰ pela remessa da obra que trazia a reunião de conferências, discursos e artigos.

No final da década de 1920, Taunay participou da comemoração do bicentenário da introdução do café no Brasil promovida pelo Departamento Nacional do Café e foi solicitado pelo então diretor do Departamento, Armando Vidal, para escrever a História do Café no Brasil (Matos, 1977, p.121). Como primeiro resultado dessa pesquisa, Taunay publicou, em 1934, uma síntese intitulada *A propagação da cultura cafeeira* e, prosseguindo nesse trabalho, ele publicaria entre 1939 e 1943 os quinze volumes da *História do café no Brasil*.

49 Cf. Maza, 2002.

50 Carta de Afonso de Taunay a Roberto Simonsen, São Paulo, 27 de fevereiro de 1932, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 144.

Essa experiência de pesquisa foi citada por Taunay na conferência para afirmar o quanto ele sabia da dificuldade de se fazer História econômica no Brasil. “A imensa e espalhada documentação, a fragmentaridade desta, a ausência de estudos anteriores, representam enormes óbices a vencer” (Taunay, 1934-1935, p.126) e o estudante de História da Civilização Brasileira, dizia ele, deve se preparar para essas dificuldades, pois quanto à iconografia a situação ainda se apresenta em pior estado. Taunay se queixava da ausência de apego dos portugueses pelas artes gráficas: “O que nos deixaram”, afirmou ele, “resume-se, por assim dizer, ao traçado de cartas geográficas em geral”. Não se pode contar com perfis, com indumentária ou cenas da vida comum, lamentou Taunay, questionando: “Que subsídios riquíssimos para a ilustração dos nossos cursos de História da Civilização Brasileira poderia trazer-nos uma iconografia abundante?” (ibidem, p.126-127).

A esperança para o trabalho com a iconografia estava depositada, segundo Taunay, no desenvolvimento de um inventário iconográfico brasileiro, ou seja, esperava-se que os mesmos esforços empreendidos nas últimas décadas para a localização e cópia de outros tipos de documentos fossem realizados para o acervo iconográfico. Em seu texto, Taunay afirmou que essa situação de desconhecimento quase total de pinturas, objetos e monumentos se devia, além da falta de apego dos portugueses por representar graficamente o cotidiano e conservá-lo, à novidade do interesse por essas fontes entre os historiadores: “A história dos costumes conta ainda poucos cultores entre nós. É a sua bibliografia bem pouco extensa” (ibidem, p.129).

Nos anos em que ministrou as aulas de História da Civilização Brasileira, Taunay enfatizou os assuntos voltados para a História econômica, social, literária e artística, que, segundo ele, ainda precisavam de mais cultores, e recorreu às fontes iconográficas para ensinar aos alunos o valor que essa documentação desempenhava na realização dessa História dos Costumes. Esse é o relato registrado no *Anuário da Universidade de São Paulo* de 1937, ano em que Taunay deixou a cadeira devido ao impedimento criado pela Constituição de 10 de novembro de 1937 de acumulação de cargos públicos, no

caso de Taunay, a direção do Museu Paulista e a docência na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo:

No decorrer do ano de 1937, os estudos realizados na cadeira de História da Civilização Brasileira, sob a regência do Prof^o. Afonso de Escagnolle Taunay, prosseguiram com a mesma orientação desenvolvida no ano anterior. Ministrando aulas ao 3º ano da subseção de Geografia e História e ao 2º ano da subseção de Ciências Políticas e Sociais, o Prof^o. Taunay focalizou principalmente os fatos da nossa história que, pela significação, se tornaram índices de desenvolvimento da nossa civilização.

Consequentemente, a maior parte do curso foi dedicado ao estudo dos fatos econômicos-sociais e à evolução literária-artística nos primeiros três séculos da vida brasileira.

Adotando o método de preleções, serviu-se, entretanto, o Prof^o. Taunay de preciosa documentação iconográfica do Museu Paulista, dando ao curso, destarte, uma feição profundamente interessante e objetiva.⁵¹

Na conferência inaugural do curso, Taunay, logo após apresentar as dificuldades em se trabalhar com a iconografia no Brasil, expôs, da mesma maneira que procedeu nos outros textos tratados neste capítulo, os caminhos possíveis para o desenvolvimento da História do Brasil nas primeiras décadas do século XX e apontou a relevância das descrições dos viajantes estrangeiros que passaram pelo país em diferentes períodos, a documentação judicial, sobretudo “os testamentos e inventários, os autos cíveis e criminais, os livros de tabelião, os inquéritos religiosos e policiais” que “trazem muita informação de polpa”, como salientou pela primeira vez Capistrano de Abreu. Portanto, era possível, na opinião de Taunay, apreender as “pinturas dos costumes”, mesmo que elas não estivessem representadas graficamente, a partir das descrições encontradas nas fontes, no entanto, para isso era preciso saber utilizar essas descrições.

51 Cadeira de História da Civilização Brasileira. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 1937-1938, p.181.

Nesse ponto da aula, Taunay retomou alguns procedimentos úteis para a audição das testemunhas apresentada na conferência de 1911 e advertiu que o historiador deveria, por exemplo, quando contar com “a contribuição dos viajantes estrangeiros estar atento às diferenças fundamentais de mentalidade” causadas pela origem desses autores, buscando encontrar “informantes probidosos e inteligentes como muitos do século XIX, cuja palavra inspira a maior confiança como sejam Tollenare, Saint-Hilaire e Koster, Debret e Kidder, Gardner e Burton, entre tantos outros” (Taunay, 1934-1935, p.130).

Taunay valorizava muito essas descrições e foi responsável pela edição ou reedição de alguns importantes relatos de viajantes, tais como de Hércules Florence (*Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*, 1941), Guilherme Piso (*História natural do Brasil*, 1948), Jorge Marcgrave (*História natural do Brasil*, 1952), Augusto Emílio Zaluar (*Peregrinação pela província de São Paulo*, 1953), J. J. Von Tschudi (*Viagem à província do Rio de Janeiro*, 1953), Luiz d’Alincourt (*Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*, 1953), bem como escreveu treze obras em que analisa os relatos desses e de outros viajantes.

Para finalizar a conferência de abertura do curso de História da Civilização Brasileira, Taunay reforçou a importância de se conjugar todos esses tipos de documentos para “ensaiar a reconstituição de aspectos da vida de outrora” (ibidem, p.131) e ofereceu como exemplo dessa tentativa de reunir fontes de origem nacional e estrangeira a obra de Luís Edmundo *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* (2000). Com esse exemplo, Taunay reafirmou o tipo de História que queria ver se avolumar na bibliografia brasileira, pois assim como os seus livros a respeito de São Paulo publicados ainda nos anos de 1920, *São Paulo nos primeiros anos* e *São Paulo no século XVI*, a obra de Luís Edmundo tratou das ruas, do transporte, das festas, da moda, da mesa, da justiça, destacando o pitoresco, tal como uma crônica histórica que, de certa forma, apresentava um rol de fontes bastante atuais.⁵²

52 Isabel Lustosa destacou a atualidade das fontes privilegiadas por Luís Edmundo, cf. Lustosa, 2001.

O parágrafo final da conferência se assemelha ao término do discurso de comemoração dos vinte anos de existência do IHGSP apresentado por Taunay em 1914; naquele momento ele convidava os sócios a participarem da “bandeira do passado” e no curso de História da Civilização diante de uma nova geração de historiadores que seriam formados pela Universidade de São Paulo reforçou o convite:

Soberbo campo de estudos se antolha aos pesquisadores de boa vontade no conjunto da enorme documentação virgem oferecida aos estudiosos da história da civilização brasileira. Assim atraía ele a maior cópia destes interpretadores de documentos, para que o avolumamento de tal bibliografia permita dentro em breve apanhados, por enquanto assaz falhos, por deficiência de indispensáveis pontos de apoio dos elementos exigidos para a construção das sínteses. (Taunay, 1934-1935, p.131)

Alguns “princípios gerais da moderna crítica histórica” foram incorporados ao cotidiano do ofício desse historiador que objetivava “reconstituir” o passado brasileiro, não qualquer um, mas aquele social, cotidiano, passado dos costumes, da vida dos homens que viveram em outros períodos. Passado por decifrar, por desvendar, por descobrir. Dessa forma, Taunay retomava os ensinamentos de seu principal mestre, Capistrano de Abreu, enfatizando que ainda era tempo de muita pesquisa para depois se pensar em construir as sínteses.

O orientador da História da “conquista do Brasil pelos brasileiros”⁵³

No final do século XIX, as diretrizes apontadas por Afonso de Taunay já não eram exatamente uma novidade entre os letrados

53 Taunay, Afonso de E. *São Paulo no século XVI...*, op. cit., p.202.

brasileiros dedicados aos estudos históricos, pois elas haviam sido apresentadas por aquele que podemos chamar de mestre de muitos autores das primeiras décadas do século XX. Em 1878, Capistrano de Abreu, ao avaliar os estudos históricos em um texto especialmente elaborado para a homenagem póstuma a Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), apresentou considerações a respeito dos escritos históricos produzidos durante o século XIX e estabeleceu os rumos que a disciplina deveria tomar, ou seja, delimitou objetivos e desafios para as gerações seguintes. Dessa forma, ele esclareceu aquilo que deveria ser priorizado, tanto os temas quanto a metodologia. Esse diagnóstico muito influenciou os estudos apresentados por Taunay nas conferências aqui já mencionadas.

O *necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro* (Abreu, 1975b) foi publicado no *Jornal do Commercio* entre 16 e 20 de dezembro de 1878, sendo posteriormente reproduzido em *Apêso à História geral do Brasil* em sua quarta edição e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de 1916; tamanha divulgação tornou esse texto ponto de partida ou passagem obrigatória das análises a respeito de Varnhagen e Capistrano de Abreu ou da produção historiográfica do Oitocentos.⁵⁴

Nesse texto, ao percorrer a trajetória de Varnhagen, Capistrano vai delineando aos poucos os elementos da profissão, começa pela motivação primeira, a atração pelo desconhecido, “a paixão pelos problemas não solvidos” (Abreu, 1975, p.82) que encaminharia o elogiado para o “terreno fugidio das dúvidas e das incertezas” por onde caminhava “bravo e sereno, destemido bandeirante à busca de mina de ouro da verdade” (ibidem, p.83). Essa imagem do bandeirante que busca desbravar a verdade nas minas escondidas da história aparece reiteradas vezes nos textos escritos nas primeiras décadas do século XX.

É importante conhecer as lições que Capistrano dispensava aos escritores com os quais se correspondia, pois poucos escritos escapa-

54 Cf. Rodrigues, 1965 e 1970; Lapa, 1976; Canabrava, 1971; Araujo, 1988; Wehling, 1994 e 1999; Reis, 2000; Pereira, 2002.

ram de suas críticas, correções e deboches. Apesar de pedir aos amigos e conhecidos para não torná-lo um mestre, muitos autores das primeiras décadas do século XX definiram-se discípulos de Capistrano. Naquelas décadas de 1910 e 1920 ele era uma referência quase unânime, pelo menos para os pesquisadores de diversas regiões do Brasil vinculados de alguma maneira, ora por meio dos Institutos ora por contatos pessoais, ao universo de produção historiográfica de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses autores relataram em diversos escritos suas dívidas para com Capistrano, o grande “orientador” do período.

Mas voltando ao texto em que tratou de Varnhagen, traçando seus primeiros aprendizados e, especialmente, suas inclinações, Capistrano salientou que, no “cultivo da ciência, não era o esmero das observações, a beleza do método e das experiências, a força e o alcance das teorias e generalizações”(ibidem, p.83) que mais interessavam a Varnhagen, mas incitavam-no a aplicação que seus conhecimentos poderiam ter para o país. A apreciação realizada por Capistrano nesse trecho, assim como no restante do texto, trazia as aspirações dele, aquilo que ele acreditava ser mais importante, apresentava nessas páginas o seu projeto de escrever uma História do Brasil com as teorias que nesse momento o encantavam, o método e o rigor das observações estavam ali apontados e por diversas vezes foram salientados em suas orientações aos autores principiantes.

Todavia, mesmo sem o alcance das teorias e generalizações havia algo que essa aplicação realizara e que Capistrano não somente admirava como também empreendera esforços durante grande parte de sua vida. A dedicação de Varnhagen resultou na correção, anotação e descoberta de autoria de obras fundamentais para o conhecimento da História do Brasil. O primeiro trabalho impresso tratava da descoberta de autoria do livro de Gabriel Soares de Sousa. Nesse texto, Varnhagen não cuidou apenas de “desvendar” o nome do autor, mas, sobretudo, “corrigiu erros, identificou as espécies biológicas e determinou as posições geográficas” (ibidem, p.83). Tarefa semelhante foi realizada pelo próprio Capistrano junto à *História geral do Brasil*, de Varnhagen. Varnhagen, segundo a avaliação de Capistrano, produziu o “efeito de uma revelação”, abrindo um

“mundo novo às investigações de todos aqueles que se ocupavam de nossos anais” (ibidem, p.84).

Por mais inovador que se apresentasse tal intento de correção e complementação da obra de Gabriel Soares de Sousa, o trabalho realizado por Varnhagen logo seria superado por novos estudos. Essa era a sina do ofício, segundo Capistrano, a partir da investigação de cartórios e bibliotecas e, da consequente descoberta de novos acontecimentos, os escritos perdiam sua atualidade e eram superados pelos posteriores.

No entanto, ainda caberia a Varnhagen um grande contributo nesse caminho do conhecimento histórico narrado por Capistrano. Após se dedicar à sina do historiador “que investiga cartórios, compulsa as bibliotecas dos mosteiros, examina os padrões de outras eras, colhe glossários e tradições, e nas localidades comenta e verifica os dizeres de Taques e frei Gaspar da Madre de Deus” (ibidem, p.84), Varnhagen publicou sua *História geral do Brasil* com a coleta de um número de fatos e documentos maior do que todos aqueles que o precederam. E, como indicava a forma de se escrever História no período, a busca interminável levou a uma segunda edição acrescida ainda de novos dados conseguidos a partir de visitas às províncias e explorações de roteiros históricos.

Capistrano reconheceu os méritos de Varnhagen, contudo, ele próprio, naquele momento, tinha o projeto de escrever uma nova História.⁵⁵

Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como consequências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguiu-lo-ia. (ibidem, p.90)

55 Cf. especialmente o capítulo 1 intitulado “Quatro séculos depois” de Pereira, op. cit.; Mattos, 2005; Amed, 2001; Diehl, 2005.

Os elementos foram encontrados e reunidos por Varnhagen, faltava alguém para elevar o edifício, alguém que conhecesse os métodos novos e fizesse uso dos instrumentos poderosos que a ciência disponibilizava. Nesse momento, Capistrano acreditava nesse poder do método, na teoria da evolução, e conclamava a vinda de alguém capaz de mostrar a “unidade que ata os três séculos” de História do Brasil e de arrancar “das entranhas do passado o segredo angustioso do presente” para libertar a História “do empirismo crasso” (ibidem, p.91).

Quatro anos mais tarde, Capistrano publicou na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro o texto *Sobre o visconde de Porto Seguro* (1975a), no qual já se percebe uma mudança. Enquanto no primeiro texto insistia na ideia de que “por toda parte pululam materiais e operários; não tardará talvez o arquiteto”(idem, 1975b), nesse último já afirmava que a História do Brasil não seria escrita tão cedo. “Agora o que se precisa é de monografias conscienciosas” (idem, 1975a).

Anos mais tarde, ele ainda queria compreender o Brasil, mas como ele mesmo afirmou as leis não o encantavam tanto, acreditava que estávamos em um momento em que muito havia por ser descoberto para que se pudesse conhecer o Brasil e foi esse Capistrano que escreveu *Capítulos de história colonial* (2000), obra que ele avaliava “repleta de lacunas, assemelhando-se menos a um edifício e muito mais a uma tapera [...]”. Confortava-lhe a certeza de ter feito germinar uma flor: a História do Brasil” (Mattos, 2005).

No entanto, antes mesmo de redefinir suas opiniões a respeito dos caminhos da História no início do século, a perspectiva historiográfica de Capistrano de Abreu representou elemento decisivo para as escolhas de Afonso de Taunay e de um grande rol de escritores do período. Taunay conviveu com Capistrano entre 1884 e 1885 quando ele foi “explicador particular” de seu tio materno Francisco José Teixeira Leite e depois entre 1888 e 1889 quando os pais de Taunay resolveram que ele se apresentaria perante as bancas de preparatórios para prestar os exames de Corografia e História do Brasil do Colégio Pedro II e, portanto, precisava de professores

para lhe ensinar os conteúdos dessas disciplinas. Para as aulas de Corografia foi contratado o geógrafo Alfredo Moreira Pinto e para as lições de História do Brasil, Capistrano de Abreu. Foi mais tarde, em 1902, durante uma visita a Capistrano, que Taunay confessou-lhe o desejo de escrever História. Ao ouvir a assertiva de seu jovem discípulo, o mestre lhe sugeriu que se dedicasse ao estudo da História das bandeiras.

Esse acontecimento considerado pelo próprio Taunay como um ato fundador em sua trajetória foi narrado por ele aos seus pares intelectuais tanto em cartas quanto, especialmente, em discursos de ingresso ou consagração institucional. Foi um episódio contado diversas vezes para traçar sua trajetória intelectual e definir sua inserção historiográfica. Podemos acompanhá-lo em 1939 no discurso de posse da presidência honorária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo:

– Se você está em São Paulo e quer escrever história, – aconselhou-me certa vez o meu querido e saudosíssimo mestre Capistrano de Abreu, – faça uma coisa: estude as bandeiras.

– Mas, isto é muito trabalhoso demais, – objetei-lhe – A vida de um homem não dá para tanto.

– Você ainda é moço e quem não tem coragem não amarra canhehora no mato, segundo afirma um prolóquio de minha terra, – retrucou-me o mestre cearense, em rude comparação de seu feito de sinceridade absoluta.

– Preferiria algum assunto mais fácil, menos extenso e mais à mão, por exemplo, o período dos Capitães-Generais.

Aí se agastou o autoritário amigo, apaixonado da franqueza e da ausência de rebuços:

– É mais fácil e mais à mão, com efeito! E assim também mais facilmente conseguirá você dar uma demonstração de rara inteligência! Deixará um episódio máximo dos nossos anais, máximo e quase virgem na consolidação de seus fastos, para cuidar de uma relação quase sempre de meros atos burocráticos de um período de depressão e decadência. Parabéns pelo brilhantismo da escolha!

Deixou-me tão rude franqueza abalado ao despedir-me, em meados de 1902, da visita feita no Rio de Janeiro a quem tão categoricamente se exprimia. (Taunay, 1939, p.10-11)

A conversa narrada daria origem à carta, fartamente citada pelos biógrafos de Afonso de Taunay, em que Capistrano reafirma as opiniões expostas pessoalmente ao discípulo. Dificilmente ele poderia concordar com a intenção de Taunay, pois talvez nessa época não o considerasse incapaz, como avaliava dois historiadores contemporâneos cujos nomes foram omitidos da transcrição publicada por Taunay nos jornais e também no discurso de posse em que tratou do assunto.

A sua ideia de escrever uma história dos capitães-generais de S. Paulo é simplesmente infeliz. Que lembrança desastrada a de preferir um período desinteressante, quando a grande época dos paulistas é o século XVII! Deixe este encargo ao... ou ao... Isto lhes vai a calhar. Que encham as páginas da *Revista* com tão desenxabido assunto.

Reserve você para si o melhor naco, deixe os miúdos para quem deles gostar. (Abreu, 1977, p.276)⁵⁶

Quando escreveu essa carta, Capistrano estava prestes a iniciar a redação de *Capítulos de história colonial*, encomendado pelo Centro Industrial do Brasil em 1905. Essa seria a concretização de um projeto idealizado ainda nas décadas finais do século XIX. Nos *Capítulos* a herança ibérica e a obra administrativa da Coroa imperial que ocupavam a primeira cena na História político-administrativa e biográfica realizada por Robert Southey e por Francisco Adolfo de Varnhagen deram lugar aos indígenas, à miscigenação, aos costumes, ao clima e à conquista do sertão. Caracterizado como revi-

56 Carta de Capistrano de Abreu a Afonso de Taunay, dia de S. Bertoldo e S. Columbado [1904?]. Para um estudo detalhado da correspondência de Capistrano de Abreu, cf. AMED, 2001.

sionista e criador de um mundo novo (Rodrigues, 1965), redescobridor do Brasil (Reis, 2000), símbolo da influência cientificista, ao menos em sua primeira fase (Wehling, 1994), representante de uma nova concepção de verdade na historiografia brasileira (Araujo, 1988), aquele que implementou e renovou a moderna historiografia brasileira (Diehl, 1998, p.52), ora positivista, ora historicista, Capistrano de Abreu, ao se interessar pelo método crítico das ciências do espírito, talvez acreditasse que o historiador devesse “reconstituir” a vida integralmente (Reis, 2000).

Portanto, a ideia de escrever a História dos capitães-gerais apresentada por Taunay a Capistrano naquela conversa de 1902 corroborava as escolhas temáticas de Varnhagen, deixando Capistrano um pouco desapontado. No entanto, instigado e convencido de que poderia ser um caminho promissor, Taunay alterou seus planos e se dedicou à História das bandeiras. “Comecei a obedecer ao mestre, a me introduzir numa camisa, não de onze, mas de cento e dez varas, que é a ventilação dos fastos bisseculares do *epos* bandeirante” (Taunay, 1939, p.11), rememorava Taunay no discurso de posse em que retrçou sua própria trajetória, conferindo a Capistrano o lugar de mestre, orientador tanto das escolhas de temas quanto da abordagem de grande parte de sua produção.

No entanto, não foi somente nesse ato inaugural do interesse de Taunay pela História das bandeiras que Capistrano de Abreu esteve presente. Esse autor acompanhou a composição das obras de Taunay desde princípios do ano de 1900, quando Taunay foi trabalhar em São Paulo e, especialmente, durante as décadas de 1910 e 1920. A leitura da correspondência enviada por Capistrano de Abreu a Taunay permite acompanhar as discussões que permearam a composição tanto de algumas obras de Taunay quanto de Capistrano a respeito do passado brasileiro, bem como é possível compreender os contornos do ambiente intelectual no qual eles estavam inseridos.

Na correspondência, esse “lugar de sociabilidade” privilegia do para se compreender o “pequeno mundo intelectual” (Gomes, 2005), primeiramente publicada por Taunay no *Jornal do Comércio* com o acréscimo de notas explicativas e depois editada por José Ho-

nório Rodrigues, sem as notas, foram compartilhadas muitas informações a respeito dos Institutos do Rio de Janeiro e de São Paulo, da Biblioteca Nacional, do Museu Paulista e da produção de diversos escritores do período. Muitas vezes essas cartas acompanharam artigos trocados para correção, documentos para o preenchimento de lacunas das pesquisas que realizavam, informações a respeito de datas, nomes, acontecimentos e visões conflitantes. Ora como um orientador atento que cobrava o envio das produções para correção, ora como um colega de ofício que pedia ajuda para a realização das pesquisas, Capistrano de Abreu foi um companheiro que dizia não gostar de ser chamado de mestre, como deixou claro em uma carta enviada em princípios de 1900, segundo uma nota de Taunay acrescentada na publicação do *Jornal do Comércio*:

Afonso amigo,

É você teimoso! Já lhe disse várias vezes: nem mestre, nem dr.! Mestre!? Mestre de meninos? Sabe você perfeitamente que dou-torei na “academia de xexém”. Não reincidenta que o caso é de *non placet*. (Abreu, 1977, p.274)

No entanto, mesmo com os repetidos pedidos de Capistrano para não ser chamado de mestre, Taunay dizia-se discípulo dele e insistia em vincular-se aos ensinamentos do historiador cearense todas as vezes que traçava sua trajetória ou mesmo, como já foi tratado nesse capítulo, quando buscava apresentar os caminhos da historiografia. Em 1914, Taunay declarou sua intenção de constituir o que ele chamou de “bandeira do passado” (Taunay, 1914c) e Capistrano de Abreu foi escolhido como o historiador que abriu os caminhos para a constituição dessa perspectiva de estudos da História das bandeiras com ênfase em uma abordagem da História dos Costumes.

“Faltam documentos para escrever a história das bandeiras” (Abreu, 2000, p.129), escreveu Capistrano nos *Capítulos* em 1907 após ter sugerido o tema para Taunay. “Que mina, e que mina virgem, a dos arquivos que dormiam” (Taunay, 1939, p.12), respon-

deu Taunay. Foi por meio da descoberta dessas “minas virgens” que esse discípulo se dedicou à produção da História da “conquista do Brasil pelos brasileiros” (Taunay, 2003b, p.202) e publicou em onze volumes a *História geral das bandeiras paulistas* e tantos outros volumes a respeito da História do Brasil, de São Paulo, das bandeiras.

Quando publicou o primeiro desses volumes, Taunay o enviou para Capistrano, que, em carta de maio de 1924, agradeceu-lhe e enfatizou a importância do tema:

Afonso amigo,

Agradeço-lhe o 1º volume da *História* e congratulo-me por ter você dado este primeiro passo num terreno a que ninguém se animara.

Apenas abri as páginas. Não me agradou Colúmbia para designar o país da América Central. [...] parece haver páginas demais quanto aos espanhóis. Isso não chega a ser uma impressão. A leitura será vagarosa; quando discordar de algo, escreverei. (Abreu, 1977, p.342)

Com o tom de um orientador que se propõe a corrigir os escritos do aluno, Capistrano escreveu durante quase três décadas para Taunay a respeito de diversos livros e artigos, respaldando, de certa forma, o sentimento, declarado por Taunay em diversas oportunidades, de orientando ou discípulo do mestre que não queria ser chamado de tal forma, mas a todo o momento, quando solicitado ou não, estava pronto a orientar.

Antes mesmo de se dispor a corrigir o primeiro volume da *História geral das bandeiras paulistas*, Capistrano de Abreu já havia orientado os estudos preliminares realizados por Taunay, especialmente as pesquisas a respeito de Pedro Taques. Capistrano representou uma das principais referências para a escrita da História de Afonso de Taunay, segundo ele mesmo reafirmou diversas vezes no decorrer da vida. Um dos textos em que o autor se mostra comovido ao tratar dessa filiação é o artigo *J. Capistrano de Abreu – In memoriam* publicado no terceiro tomo dos *Anais do Museu Paulista* em

1927 para lembrar sua relação com o mestre e agradecer-lhe após seu falecimento naquele ano:

A Capistrano devi assinalados serviços e os mais leais conselhos. Deu-me indicações preciosíssimas sobre muitos e muitos assuntos. Indicou-me opulentas fontes com aquela prodigiosa liberalidade e ausência total de inveja que formavam o fundo do seu íntimo, ao oferecer aos amigos, aos consulentes em geral, a poderosa valia de seu formidável cabedal de conhecimentos. E como se interessava pelo andamento dos trabalhos daqueles a quem estimava! Como desejava que se aperfeiçoassem!

Seja-me aqui permitida pública demonstração de reconhecimento para com a generosidade dos seus conselhos, indulgência, o reconforto de sua animação e a lealdade de seus avisos. (Taunay, 1927c, p.XVII)

Esse texto abriu uma sessão dos *Anais* dedicada a homenagear Capistrano de Abreu com a reprodução de um discurso de João Pandiá Calógeras (1870-1934) pronunciado no IHGB e um estudo de Vicente Licínio Cardoso (1890-1931) publicado no *O Jornal* do Rio de Janeiro. Com o intuito de relembrar os quarenta anos de convivência com o “sabedor das coisas do Brasil” (ibidem, p.XVIII), Taunay contou o primeiro contato com o mestre – “Vi-me, na nossa casa das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, menino de doze anos, seu aluno de História do Brasil, seu explicando único entusiasmado com as suas lições” – e o último: “Vi-me depois, ao lado de sua rede, no seu humílico porão solitário, quando já a lutar com a pneumonia dupla que o fazia sufocar, mas não lhe abatia a serenidade e a coragem” (ibidem, p.XIII).

Essas passagens apresentam o lado afetivo compartilhado por esses dois homens durante quatro décadas de convivência profissional e mostram o quanto, em meio a indicações de fontes e livros, correções de textos e conselhos de posturas intelectuais, eles construíram uma amizade e trocaram cartas, afetos, desentendimentos e muitas desaprovações. Estas vinham, especialmente, de Capistrano, que, para não desestimular o jovem aprendiz, amenizava as crí-

ticas diretas e as fazia com o seu característico tom áspero em cartas enviadas para o historiador português João Lúcio de Azevedo. No entanto, foram essas correções e todas as orientações de Capistrano que ajudaram Taunay a seguir os rumos sugeridos por ele em 1902.

Afonso de Taunay considerava que o objetivo principal de seu trabalho era a “reconstituição” do passado brasileiro. Após a conferência realizada em 1911 para a abertura do curso de História Universal na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, Taunay começou a se definir como historiador. A linguagem empregada por ele nas conferências e textos apresentados no decorrer deste capítulo remete ao principal tema que ele pesquisou, ou seja, a História das bandeiras. Taunay descreveu-se, muitas vezes, como “bandeirante”, “desbravador”, “homem destemido” diante das “buscas da verdade” nas “minas escondidas do passado”.

A partir dos textos apresentados até aqui, pode-se afirmar que, como um “mosaísta” que reúne as peças dispersas nos documentos produzidos no passado e descobertos no presente, Taunay acreditava que, como havia aprendido com Capistrano de Abreu, a História devia ser composta por diversas “monografias pormenorizadas” que se detivessem ao pitoresco, à vida comum, aos costumes. Para a composição desses mosaicos da História, Taunay divulgou, em suas aulas inaugurais e discursos, que era preciso seguir os procedimentos da crítica externa e interna do documento em busca da verdade moderna. Dessa forma, ele reuniu os ensinamentos adquiridos com os historiadores franceses que resumiu em 1911 e as orientações de Capistrano de Abreu, tornando-se um *metódico* coerente com as produções brasileiras das primeiras décadas do século XX.

Essa concepção de História apresentada por Taunay em duas conferências inaugurais – uma em 1911 na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, outra em 1934 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo –, no discurso pronunciado no IHGSP, em 1914, e no artigo *Heurística paulista e brasileira*, de 1931, está intimamente ligada ao cotidiano de produção que ele vivenciou nos Institutos Históricos do Rio de Janeiro e de São Paulo, como será abordado no próximo capítulo.

2

A LINHAGEM E A HISTÓRIA DOS HISTORIADORES DAS BANDEIRAS NOS INSTITUTOS HISTÓRICOS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO

O ingresso no IHGB, as referências de família e *a autópsia do sertão*

Exmo. Sr. Dr. B. F. Ramiz Galvão,

Acabo de saber que mereci a subida honra de ser aceito unanimemente sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e como nesta distinção percebo quanto para ela concorreram os termos do parecer que a meu respeito escreveu o Dr. venho trazer-lhe os meus muitos agradecimentos exprimindo-lhe quanto me honro de haver merecido do ilustre escritor e sábio filólogo os elogios que a indulgência lhe ditou.

Reiterando-lhe, pois os protestos de minha gratidão, tenho a honra de me assinar do Dr. muito admirador e afetuoso, Afonso de Escragnolle Taunay.¹

Quando escreveu essa carta ao orador e relator da Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Afonso de

1 Carta de Afonso de Taunay a Benjamin Franklin Ramiz Galvão, São Paulo, 26 de setembro de 1911, Arquivo do IHGB, Ramiz Galvão, lata 420, pasta 33.

Taunay passava a integrar a importante instituição que se dedicou ao desenvolvimento da História como disciplina no Brasil desde o século XIX.² Taunay reconhecia em tal carta, escrita em papel timbrado da Escola Politécnica de São Paulo, e enviada em 26 de setembro de 1911 a Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938),³ que o apoio dado à sua admissão como sócio correspondente fora imprescindível para a eleição ocorrida em 23 de setembro. Ele sabia que as relações interpessoais eram fundamentais para a escolha e eleição dos sócios desse Instituto fundado em 1838 no Brasil, aos moldes das academias ilustradas europeias dos séculos XVII e XVIII.⁴ No entanto, sabia também que além de uma indicação bem “apadrinhada” (Guimarães, 2003, p.67) o candidato a sócio do IHGB deveria apresentar provas de sua dedicação ao estudo das “coisas do Brasil”.⁵

2 Cf. Guimarães, 1988; Schwarcz, 1993; Guimarães, 1994; Wehling, 1994; Guimarães, 2003; Cezar, 2005.

3 Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938) bacharelou-se em Letras pelo Colégio Pedro II, cursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e entre 1870 e 1882 foi diretor da Biblioteca Nacional, onde produziu o importante “Catálogo da Exposição de História do Brasil” publicado em três volumes nos *Anais da Biblioteca Nacional* (periódico criado por Galvão) de 1881 e 1882. Segundo Edson Nery da Fonseca, o barão de Ramiz (distinção conferida pelo imperador em 1888) introduziu as novas visões de bibliografia e organização de bibliotecas utilizadas em países europeus no período. Ramiz foi convidado em 1895 para organizar os Catálogos do Gabinete Português de Leitura, foi membro da Academia Brasileira de Letras a partir de 1928 e sócio do IHGB, onde foi orador, diretor da *Revista* e relator da Comissão de História. Cf. Fonseca, 1963.

4 Manoel Luiz Salgado Guimarães afirma que o espaço de produção historiográfica no Brasil, representado pelo IHGB, comportou um ambiente da “academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais”. Esse lugar, segundo o autor, desempenhou “um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá na discussão da questão nacional”. Embora esses argumentos do autor se refiram ao IHGB no século XIX, pode-se considerar que essas regras de participação no Instituto perpetuaram-se nas primeiras décadas do século XX e que, além da questão nacional, os demais temas tratados pelos autores no espaço do IHGB foram marcados por este lugar de produção. Cf. Guimarães, op. cit., p.5.

5 Atas das sessões realizadas no ano de 1911. Sessão ordinária realizada em 15 de julho de 1911. *RIHGB*, tomo LXXIV, 74, 1911, parte I, p.520.

O ano institucional de 1911 do IHGB⁶ teve início com a sessão ordinária de 15 de maio. Como em um jogo de regras claras e conhecidas, Max Fleiüss (1869-1943) usou sua fala para noticiar aos presentes que o “doutor Afonso de Taunay” enviara ao Instituto as cartas trocadas entre o maestro Carlos Gomes e o Visconde de Taunay, pai de Afonso, para que fossem publicadas na *Revista* desta instituição. Taunay não poderia esperar um padrinho mais adequado à sua futura indicação para integrar o Instituto. Max Fleiüss era filho de Henrique Fleiüss, “o tão conhecido e emérito artista alemão fundador da imprensa ilustrada no Brasil”,⁷ bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi jornalista e professor de História do ensino secundário, mas ficou conhecido como secretário perpétuo do IHGB, cargo que ocupou desde 1905 (Schwarcz, 1993, p.107). Dois meses após apresentar ao Instituto a colaboração de Taunay para a *Revista*, Max Fleiüss leu, em 15 de julho, para os seus confrades a seguinte proposta:

Propomos para sócio correspondente deste Instituto o Dr. Afonso de Escragnoille Taunay, engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, lente catedrático da Escola Politécnica de São Paulo. Filho de um grande homem de letras que tanto destaque teve no nosso Instituto e descendente de varões ilustres nas artes e ciências, o Dr. Afonso Taunay herdou por atavismo o amor às coisas do Brasil, à sua história e à psicologia da nossa sociedade de antanho. Para prova basta citar o seu trabalho *Crônica do tempo dos*

6 Para a compreensão do IHGB nas primeiras décadas republicanas, cf. Guimarães, 2007.

7 Essa é a descrição de Henrique Fleiüss escrita pelo Visconde de Taunay na nota em que dedicou a edição das *Cartas sobre a expedição de Mato Grosso* a Fleiüss. Mapear essas relações que existiam no século XIX entre o Visconde de Taunay e alguns homens de letras e que se perpetuaram, ora entre as mesmas pessoas e o filho Afonso, como é o caso do barão de Ramiz, ora entre os filhos, como nesse exemplo, Afonso e Max Fleiüss, apresenta-se como um elemento importante para a compreensão da rede de referências e influências de Afonso de Taunay. Taunay, Visconde de. *Viagens de outrora*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1921, p.89.

Filipes, publicado sob o pseudônimo de Sebastião Corte Real. Na nossa *Revista*, figura firmado pelo distinto candidato um prefácio ao *Diário da viagem ao Alto Nilo*, feito pelo Imperador D. Pedro II. Também para a nossa *Revista* enviou o Dr. Taunay uma coleção de cartas do inesquecível Carlos Gomes. Destinada ainda à nossa *Revista*, o Dr. Taunay vai mandar curioso trabalho sobre seu bisavô Nicolau Antonio Taunay, um dos fundadores da nossa Academia de Belas Artes, e mais não só a biografia completa do mesmo Nicolau como dos demais artistas contratados em 1816 pelo Conde da Barca. Grande e copioso já é o acervo literário do Dr. Taunay, o qual virá no seio do nosso Instituto continuar o renome do seu progenitor. Dele se poderá dizer como o poeta: *Sequiturque patrem passibus aeqvis*.⁸

Em 1911, Fleiüss já era tratado por Taunay como “amigo velho” nas cartas que trocavam. Essa proximidade possibilitou o conhecimento da pesquisa ainda em desenvolvimento que comporia a obra *A missão artística de 1816* (1911), anunciada na proposta, bem como permitiu a publicação na *Revista* do IHGB dos outros textos citados. Contudo, o argumento mais enfatizado por Fleiüss para que a “Casa da Memória Nacional”⁹ aceitasse Taunay como sócio correspondente foi a ascendência. Citando os valores do pai de Taunay e declarando que ele continuaria o renome do progenitor, o primeiro secretário do IHGB deu início à tentativa de “reintegração” que aquela Academia planejava fazer.

Com as transformações ocorridas após a proclamação da República, o monarquista e senador do Império brasileiro Alfredo d’Escagnolle Taunay (1843-1899), que entre os anos de 1869 e 1889 foi orador do Instituto, se afastou da vida política e do IHGB declarando que assim se manteria fiel ao seu imperador, o “protetor perpétuo” daquela instituição. O descontentamento de Alfredo

8 Atas das sessões realizadas no ano de 1911. Quarta sessão ordinária realizada em 15 de julho de 1911. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LXXIV, parte I, 1911, p.520-521.

9 Cf. Guimarães, 1994.

Taunay com a nova situação era tamanho que, quando em 1896 soube da ideia de se criar uma Academia de Letras no Rio de Janeiro, escreveu logo uma carta a José Veríssimo pedindo que se criasse uma academia sem vínculos com a República.¹⁰ Em 1946, quando Afonso de Taunay preparou as *Memórias* do pai para publicação, explicou tal atitude no prefácio: “Arroubado admirador de Dom Pedro II, em quem enxergava um dos mais nobres exemplares humanos, de todas as épocas, não podia, de forma alguma, aderir à nova ordem de coisas implantada no Brasil” (Taunay, 2004, p.22).

Findada a monarquia, o IHGB não aceitou imediatamente o novo regime, no entanto com a necessidade da subvenção estatal, que representava durante o Império 75% do orçamento da instituição (Schwarcz, 1993, p.102), e a premência em aceitar a nova ordem estabelecida, em 1891 o chefe do governo provisório da República Deodoro da Fonseca tornou-se presidente honorário do Instituto (Callari, 2000, p.65). Assim, o Instituto Histórico do Rio de Janeiro selava seus compromissos com a República e afastava definitivamente o monarquista Visconde de Taunay de suas atividades como sócio daquela academia.

As alianças com a República foram se fortalecendo gradualmente em algumas mudanças dos rituais que compunham as sessões. Alguns acontecimentos pitorescos foram relatados pelos sócios para marcar as diferenças dos dois regimes dentro do Instituto. Em 1894, quando o presidente da República Prudente de Moraes foi convidado para presidir a sessão magna da instituição ele preferiu sentar-se juntamente com os membros do Instituto, deixando vaga a cadeira que pertencera a d. Pedro II, um ato de respeito à monarquia, mas também da tentativa do novo regime de se fundar em uma “aparente igualdade” (Callari, 2000, p.66). Max Fleiüss propôs em 1905 a mudança da data da sessão magna, que ocorria no dia da primeira participação do imperador no IHGB, para 15 de novembro, como homenagem ao novo regime (Schwarcz, 1993, p.107). Contudo, mesmo com essas modificações que garantiam

10 Cf. El Far, 2000, p.47.

o acesso dos representantes da República, a monarquia não foi esquecida pelo IHGB e a intenção de tornar Afonso de Taunay um membro desse Instituto esteve intimamente ligada a esse intuito de continuidade da história da instituição.

Estava programada para o ano de 1912 a inauguração de um retrato do Visconde de Taunay que figuraria na galeria dos principais associados do IHGB. Esse ato simbólico associado à eleição do filho do antigo sócio afastado por suas convicções políticas reintegraria o Visconde de Taunay ao Instituto, apagando, de certa forma, esse sinal de ruptura na história do Instituto.

Quando os homens de letras do IHGB propuseram o nome de Afonso de Taunay para ocupar uma vaga de sócio correspondente deste Instituto, ele já possuía uma carreira sólida de professor e a publicação de um romance histórico, elemento que facilitaria a ligação que o IHGB objetivava fazer entre as duas trajetórias.

Contudo, esta ligação parece ter sido efetivamente cultivada entre pai e filho, pois os textos íntimos conservados por Taunay mostram o grande carinho que seu pai lhe dispensava e a importância que as orientações deixadas tiveram para ele. Taunay guardou algumas cartas enviadas por seu pai, entre 1894 e 1899, em um caderno, cuja página de rosto, escrita à mão, traz a seguinte inscrição: *Cartas que de Papai recebi. Afonso de Escragnolle Taunay – Junho, 1899* (Ellis & Horch, 1977).¹¹ Essa correspondência preservada como um bem de valor afetivo¹² trata das instruções que o pai deixou por escrito ao filho para que ele se destaque na vida, pois

11 No ano do centenário de nascimento de Afonso de Taunay (1976) Myriam Ellis publicou um estudo biográfico do autor. Na confecção do trabalho a autora pôde contar com o acesso a uma coleção de cartas sob a posse de Augusto de Escragnolle Taunay (filho de Taunay) as quais foram guardadas com a seguinte inscrição: *Cartas que de Papai recebi – Afonso de Escragnolle Taunay – Julho de 1899* (ano da morte de seu pai). Em 1978, o Senado Federal reeditou a obra *O Senado do Império* e o estudo de Myriam Ellis serviu de introdução. Algumas das cartas consultadas foram citadas pela autora na referida obra e são de grande relevância para o entendimento da relação estabelecida entre o Visconde de Taunay e seu filho Afonso de Taunay.

12 Cf. Gomes, 2005.

Taunay, segundo o pai, “não nasceu para fazer parte de um bando de carneiros ou de perus, *aller avec les autres*. [...] Eu quisera te ver superior em tudo [...]”, afirmava o Visconde (Taunay, 1978, p.10).

Ao dar conselhos ao filho, o Visconde de Taunay perpetuou a tradição de sua própria educação, enfatizando as palavras que um dia ouvira de sua mãe e que parecem ter guiado a sua vida. Quando, com pouco mais de vinte anos, tomou parte na Guerra do Paraguai, o Visconde de Taunay conta que sua mãe lhe disse: “Irás à guerra e serás, do mesmo modo que os teus avós, feliz nela, voltando honrado e glorioso. Não podes desmerecer do que foram todos os teus antepassados” (Taunay, 2004, p.12).

Nessa narrativa do que teria sido a orientação de sua mãe, o Visconde de Taunay rememora alguns valores prezados por ele e que, ao longo da vida do filho, ele buscou enfatizar e perpetuar numa tentativa educacional de definir o que importava para aquela família. Nesse sentido, o valor mais recorrentemente afirmado nas cartas enviadas por Alfredo a Afonso foi o da linhagem. Quando, em 11 de julho de 1894, Taunay completou 18 anos, seu pai, que estava em Petrópolis se restabelecendo de uma crise provocada pelo diabetes, lhe escreveu uma extensa carta contando como havia começado a história de vida de mais um representante da família Taunay:

Fazes hoje 18 anos e parece-me ainda que foi ontem que nasceste, tão presente tenho tudo quanto se deu quando o Dr. José do Rego Raposo veio anunciar-me que havias chegado ao mundo. Eram 4 horas da madrugada, vinha raiando esplêndido dia e os clarins do palácio tocavam alvorada, respondidos por outros mais distantes.

“Há de ser um homem distinto, disse o Dr. Raposo; veja quantos indícios de futuro notável! Nasce num palácio, por admirável aurora e ao som de clarins!”

Deus permita se realize o lisonjeiro prognóstico, que hoje dependerá de ti. Sem dúvida, o destino ajuda ou peia os homens; mas grande parte do que eles são, provêm de si mesmos. (Taunay, 1978, p.6)

Um ano após ter se casado com Cristina Teixeira Leite, filha dos barões de Vassouras, Alfredo d'Escagnolle Taunay foi nomeado, em 1875, presidente da província de Santa Catarina. Em 1876, nasceu Afonso de Taunay na sede daquela província, na cidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, SC). O relato emocionado a respeito do nascimento de Afonso é apenas a introdução de uma longa carta enviada por Alfredo ao filho com o intuito de guiá-lo nos momentos de incerteza: “Se te for penoso aplicar tudo quanto te deixo dito, vai aos poucos. Não rasgue, porém, esta carta e, de vez em quando, recorre a ela [...]” (ibidem, p.7). O próprio pai parece ter a consciência do quão difícil deveria ser para um jovem de apenas 18 anos atender a todas as exigências expressas na carta. Segundo o pai, Afonso de Taunay deveria estudar muito e ser um estudante distinto, pois a questão era “alcançar, qualquer que seja a esfera em que esteja, posição saliente” (ibidem, p.7) e para isso, além de aos estudos, ele precisaria se dedicar ao piano e à dança para que dispusesse em sociedade de mais estes atributos para se destacar.

A lista de deveres não pararia por aí, Taunay tinha também que fugir das imprudências, das “más rodas”, das “ideias exageradas” e melhorar a letra. Ao pedido para que melhorasse a letra ele nunca atendeu. Isto lhe custou na vida adulta alguns atrasos na publicação de artigos de jornais e muitas reclamações de correspondentes que não conseguiam entender partes das cartas enviadas por ele.

Além de expressar os desejos íntimos que, como pai, o Visconde de Taunay gostaria de ver realizados pelo filho, as cartas foram também utilizadas para contar a Afonso a angústia de um homem que pautou sua vida pelas regras do regime monárquico e que via aquele mundo, onde durante tanto tempo teve lugar bem definido, se desmoronar. Essa é a sensação que o Visconde relata ao filho ainda moço:

Não sei se o sistema de vida e modo de estudar que adotaste é o mais conveniente e próprio para a saúde; mas, enfim, estás em idade de te guiares da melhor maneira. Não há dúvida, que precisas estudar bem e te encarreirares convenientemente, porquanto cada

qual hoje, sobretudo e no estado atual das coisas, só deve contar consigo só. No tempo do Império, a minha posição e importância te facilitariam tudo; agora tudo aquilo se evaporou, foi-se; só resta o que conseguirá o teu esforço próprio, tanto mais quanto escassearam e muito os recursos com que podíamos contar. (ibidem, p.10)

Essa carta enviada em 2 de outubro de 1896 por Alfredo ao filho trazia a preocupação diante da crise financeira pela qual passava o país. Com a criação da lei bancária de 17 de janeiro de 1890, a qual garantia o direito de emissão monetária a vários bancos com o lastro constituído por títulos da dívida pública,¹³ teve início o *Encilhamento*, caracterizado pelo Visconde de Taunay como uma “espécie de redemoinho fatal” que em “repentino arroubo” transformou “as forças vivas do Brasil, representadas por economias quase seculares” em “presas, avassaladas, inconscientes”(Taunay, 1971, p.19).

Em 1946, ao editar as *Memórias* do pai, Afonso de Taunay relembrou esse episódio que marcou os últimos anos de vida do Visconde de Taunay afirmando que, com o Encilhamento, ele “perdera a situação em que se encontrava, em fins de 1889, de homem largamente abastado” (Taunay, 2004, p.24). Esse empobrecimento da família Taunay não causou apenas o agravamento da angústia e da desolação do Visconde. À perda da situação financeira confortável a que a família estava acostumada somou-se a piora dos problemas de saúde de seu pai. Afonso sentia dia a dia crescer o peso da responsabilidade que lhe caía sobre os ombros. O pai nos últimos anos de vida enfatizava em cada carta a necessidade da ajuda do filho:

[...] A sua responsabilidade agora é grande, e enorme, feito a proteção única dos irmãos. Deves também, meu Afonso, ir pensando nesse papel que te está reservado mais ou menos cedo [...].

13 “Concedido o direito de emitir a vários bancos, a praça do Rio de Janeiro foi inundada de dinheiro sem nenhum lastro, seguindo-se a conhecida febre especulativa, bem descrita no romance de Taunay, *O Encilhamento*”. Carvalho, 1987, p.19-20. Cf. também especialmente o subtítulo “Rio de Janeiro, capital do arrivismo” em Sevckenko, 2003.

[...] Deus permita passes bem de saúde e te vejas logo no teu 2º ano. Também que te paguem o teu trabalho, dando-te estímulo e desejo de estender o círculo de tua atividade. (Taunay, 1974, p.12)

[...] Desejo que tenhas novos explicandos, persistindo sempre com os entregues já aos teus cuidados. Quero ver-te ganhando algum dinheiro mais profuso – é fácil, depende só da tua boa vontade e muito concorrerá para me tranquilizar o espírito que neste mês de abril, muito agitado andou [...]. (ibidem, p.12)

Faltando ainda um ano para a conclusão do curso de Engenharia Civil cursado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Afonso de Taunay perdeu o pai, em 25 de janeiro de 1899. Diante das responsabilidades já anunciadas, Afonso com seus 23 anos incompletos passou a integrar o corpo docente da recém-criada Escola Politécnica de São Paulo¹⁴ a convite de seu tio Augusto Carlos da Silva Teles. Assim, Taunay iniciou sua longa carreira de professor como preparador das aulas referentes às cadeiras de Química Analítica e Química Industrial do curso de Engenheiros Industriais. Dois anos mais tarde, foi efetivado nessa função, assumiu em 1904 o cargo de professor substituto e, em 1911, se tornou catedrático. Taunay somente se afastou do cargo em 1917, ano em que assumiu a diretoria do Museu Paulista.

Paralelamente ao ensino universitário, Taunay também se dedicou ao ensino secundário. Em 1902, ele tomou contato com os projetos de d. Miguel Kruse, diretor do Mosteiro de São Bento, para a construção de um Ginásio ao lado do Mosteiro. A obra foi inaugurada no ano seguinte e Taunay assumiu as aulas de Física, Química, História Universal e do Brasil naquela instituição (Prado, 1952, p.9-20). Ainda vinculado aos beneditinos, em 1911 ele inaugurou o curso de História Universal na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo.

14 Inaugurada em 15 de fevereiro de 1894 após a aprovação em 1893 do projeto do deputado estadual Antônio Francisco de Paula e Souza (1843-1917), diretor da instituição até 1917.

Portanto, o filho de Alfredo d'Escagnolle Taunay nascido em Nossa Senhora do Desterro, educado na capital do Império brasileiro e que tinha se mudado do Rio de Janeiro para trabalhar em São Paulo já havia, no final da primeira década do século XX, se firmado como professor destas instituições paulistanas e se casado em 1907 com Sara de Souza Queiroz (1886-1966), com quem teria quatro filhos, Ana de Taunay Berrettini (1907-1992), Paulo de Escagnolle Taunay (1909-1974), Augusto de Escagnolle Taunay (1912-2000) e Clarisse Taunay Taques Horta (1915).

Somente após essa década de trabalho, que proporcionou o cumprimento das responsabilidades deixadas pelo pai, Taunay pôde começar a se direcionar ao desejo, confessado a Capistrano de Abreu na conversa ocorrida em 1902, de se dedicar à escrita da História. Com a publicação, em 1910, do romance histórico *Crônica do tempo dos Filipes* (1910), Taunay deu um importante passo para se tornar um historiador. Foi essa a obra que, primeiramente, foi citada por Max Fleiüss como prova da dedicação de Taunay ao estudo da História do Brasil e, posteriormente, foi avaliada por Ramiz Galvão, relator da Comissão de História.

O caminho institucional para a eleição de novos sócios no IHGB era composto por algumas fases definidas pelo estatuto. A proposta realizada na sessão ocorrida em 15 de julho de 1911 foi encaminhada à Comissão de História para a avaliação do mérito da produção do pretendo sócio. A partir do parecer favorável dessa comissão, o processo era encaminhado para a Comissão de Admissão dos Sócios e somente com a aprovação nesta instância os pareceres a respeito do candidato poderiam ser votados. Em alguns períodos, esse trâmite chegou a demorar três anos, causando a indignação de alguns sócios.¹⁵ No caso de Taunay, a espera foi curta, apenas de dois meses.

Na quinta sessão ordinária realizada em 16 de agosto de 1911, o segundo secretário do IHGB, Marques Peixoto, leu o seguinte parecer da Comissão de História redigido por Ramiz Galvão:

15 Cf. Guimarães, op. cit.

O Sr. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay apresenta, como título à sua admissão no grêmio do Instituto, o livro que há pouco foi dado à estampa, *Crônica do tempo dos Filipes*, Tours, Impr. E. Arrault et Cie, 1910. [...] Sem ser uma obra histórica propriamente dita, a referida composição traduz e revela cuidadosos estudos históricos na pintura dos costumes da época e em episódios notáveis, como a batalha naval que em 12 de julho de 1631 travou a esquadra hispano-portuguesa de D. Antonio de Oquendo com a holandesa de Adriano Pater, assim como o ataque do famoso Arraial do Bom Jesus pelas forças de Remtach, em 1632.

Sente-se em todo o livro o pulso de um investigador estudioso, que se não quis limitar às frases banais de intrigas galantes. Como estreia, é auspiciosa. O tempo e o estudo acabarão por libertá-lo de alguns senões e de certas demasias que a crítica poderia descobrir neste trabalho – sem dúvida alguma, promissor de belos e sazonados frutos [...].¹⁶

Taunay escolheu como tema para seu romance as batalhas travadas no Brasil contra os holandeses no século XVII. A ação narrada na obra tem início em Lisboa, 3 de maio de 1631. “Estava, pois, a rua das Arcas imersa na escuridão” (idem, 1910, p.3) enquanto se encontravam cerca de vinte rapazes a vagar pela noite lisboeta em meio ao frio e à embriaguez aproveitando as últimas horas no Velho Mundo. Na manhã do dia seguinte, partiriam com a esquadra de d. Antonio de Oquendo, pronta “a singrar no rumo da Bahia, de novo ameaçada pelos neerlandeses, conquistadores de Pernambuco” (ibidem, p.35).

Após a descrição de Portugal como um lugar escuro, sombrio e decadente, Taunay narra a chegada da esquadra ao Brasil caracterizando-o como claro, puro e promissor. São Salvador, Bahia, 13 de julho de 1631, manhã clara e “radiante de sol, em que o intenso azul do firmamento se aliava à pureza e transparência da atmosfera”

16 Ata da quinta sessão ordinária realizada em 16 de agosto de 1911. *RIHGB*, tomo LXXIV, 74, 1911, parte I, p.546-547.

(ibidem, p.36), saudando a chegada da esquadra de d. Antonio de Oquendo ao porto daquela cidade. A vinda do armamento parecia significar um insuperável obstáculo diante das investidas dos flamengos contra a capital do Brasil, como também à sua permanência em Pernambuco. “Já muitos falavam da guerra como coisa acabada; recebesse Matias de Albuquerque os reforços que lhe eram destinados e, com a máxima rapidez, expulsaria das capitânias do Norte, os temidos e abominados hereges” (ibidem, p.36).

O autor dedica-se, sobretudo, à ambiência detalhada dos lugares e à caracterização das personagens com acentuado destaque à diversidade de nacionalidades existentes no Nordeste do Brasil seiscentista e as consequentes convivências e disputas entre crenças e costumes diversos. A narrativa da batalha contra os holandeses é permeada pelo romance entre Leonor de Ávila e Jorge de Lorena. Ela, protagonista da história, é referência para a maioria dos personagens masculinos do romance. Cada um deles oferece uma descrição dessa personagem numa intriga de versões desencontradas, entrelaçadas de mistérios que os envolvem a esta mulher de origem indefinida.

Jorge de Lorena, brasileiro nascido no Rio de Janeiro e entregue pelo pai a um parente, comandante de um galeão real, foi para Portugal aos 12 anos. Após quinze anos de navegação e combates, retorna à terra natal como comandante para combater os invasores holandeses e encontrar o seu grande amor, Leonor de Ávila.

Além de revelar “cuidadosos estudos históricos”, segundo afirmou o parecer de Ramiz Galvão, esta obra apresentou como tônica um tema já familiar para Taunay: a importância da linhagem. Em diversos momentos do livro, enquanto narra a história das batalhas, Taunay interrompe a ação, faz um parêntese na narrativa e explica a origem da personagem envolvida no episódio. Provavelmente, esta característica do texto esteja entre os “senões” e as “demasias” que a crítica, segundo Ramiz, “poderia descobrir”, pois quando reeditou a obra em 1926 Taunay escreveu no prefácio:

Com o fito de bem ambientar o romance [...] dentro do quadro em que se move, largamente procurei enfronhar-me nos docu-

mentos procurando surpreender o maior número de aspectos da vida seiscentista. E estas circunstâncias apontaram-na do modo mais generoso, críticos do valor e da autoridade de Oliveira Lima, João Ribeiro, Alfredo de Carvalho, Vieira Fazenda, por vezes nos termos mais honrosos, e José Veríssimo na crítica pormenorizada que ao livro fez. Do atento exame dos valores reunidos para tal fim [...] cheguei à conclusão de que muito melhoraria o romance se lhe abreviasse a ação e, sobretudo, lhe se tirasse as demasias ilustrativas do cenário seiscentista, algo digressivas. (Taunay, 1926, p.5)

Comparando as edições da obra, a primeira de 1910 e a segunda de 1926, é possível notar que Taunay suprimiu muitas descrições do cenário que ambientava a trama e modificou ou retirou, sobretudo, os diálogos das disputas por crenças e valores das diversas nacionalidades envolvidas. Estas modificações tornaram o texto mais fluido, principalmente, porque abrandaram a ênfase que o autor conferia à linhagem.

Entretanto, se por um lado Taunay afirma que graças à recepção da crítica pôde reformular e reeditar o livro, por outro lado, segundo um protesto publicado no jornal, em 15 de outubro de 1913, pelo major de engenheiros M. Almeida Cavalcanti a obra foi cercada por “reservas e indiferença”.¹⁷ De todo modo, se essa obra mostrou a Taunay que a ficção mesmo que pautada em pesquisa histórica requeria um estilo mais apurado que ele ainda não havia desenvolvido, foi capaz também de introduzi-lo no meio que o transformaria de professor-engenheiro a historiador.

Além disso, Taunay afirmou, no prefácio à segunda edição, que este romance lhe proporcionou “uma das maiores recompensas” de sua “vida de homem de letras” (Taunay, 1926, p.6). Isto se deu graças ao fato de que em 1910 o poeta e acadêmico fundador da Academia Brasileira de Letras Raimundo Correia escolheu Taunay

17 Coleção Afonso de Taunay (2ª entrada), Álbuns de Taunay, Livro III – 1912-1913, Cavalcanti, M. Almeida. *Crônica do tempo dos Filipes* – Carta aberta ao seu autor, 13 de outubro de 1913.

para participar da comissão julgadora do Concurso Literário daquele ano. Esta seria a primeira aproximação que Taunay teria com a Academia.

Muitos dos “senões” e “demásias” encontrados na obra foram agravados pela comparação que todos fizeram entre o romance de Taunay e a obra de seu pai. No entanto, essa comparação que gerou críticas ao livro foi de grande valia para a elaboração do parecer da Comissão de História do IHGB, pois Ramiz Galvão considerou para a indicação de Taunay, sobretudo, a filiação:

Filho do eminente Visconde de Taunay, que foi vulto distintíssimo nas letras pátrias e operoso sócio do Instituto, o Dr. Afonso Taunay trabalha, como se vê, por honrar brilhantemente as tradições paternas e está no caso de vir prestar-nos auxílio valioso, ocupando a nobre cadeira do autor da *Retirada da Laguna*, do Xenofonte brasileiro, cuja perda prematura ainda hoje lamentamos com viva saudade.¹⁸

Comparando *A retirada da Laguna* do Visconde de Taunay com *Anabasis – A retirada dos dez mil* de Xenofonte, Ramiz Galvão encerrou seu parecer construindo um lugar para Afonso de Taunay, ou seja, concedeu a ele o lugar de continuador do pai nessa longa tradição que compõe o mundo das letras. Portanto, a posição ocupada pelo Visconde de Taunay foi fundamental para a eleição de Afonso de Taunay no IHGB. Nos anos finais de vida, Alfredo d’Escragno Taunay duvidava que ainda poderia servir de apoio ao filho, pois havia perdido a fortuna e o cargo político, contudo, o lugar que construiu na literatura brasileira seria durante toda a vida do filho um ponto de apoio e referência. O parecer da Comissão de História, seguindo as regras do Estatuto do IHGB, foi encaminhado à Comissão de Admissão de Sócios.

¹⁸ Ata da quinta sessão ordinária realizada em 16 de agosto de 1911. *RIHGB*, tomo LXXIV, 74, 1911, parte I, p.546-547.

Na sessão extraordinária de 26 de agosto de 1911 do IHGB, o primeiro secretário Max Fleiüss apresentou uma relação de instituições europeias que reuniam, tratavam, catalogavam e estudavam os documentos utilizando-se dos conhecimentos desenvolvidos na Alemanha com a denominação de Euristk (heurística). Pautado nessa exposição, Fleiüss se dizia convencido da assertiva de Charles-Victor Langlois de que “sem documentos não há história” e propunha, portanto, que se criasse no Brasil um Centro de Estudos dos Problemas Brasileiros preocupado com todas as fases de tratamento das fontes.¹⁹

Portanto, Afonso de Taunay, que em 3 de maio daquele ano havia proferido uma conferência a respeito dos “princípios gerais da moderna crítica histórica” na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, estava integrado à ordem de questões que circulavam pelo Instituto. Foi nessa mesma sessão, após dez dias da leitura do parecer da Comissão de História, que a Comissão de Admissão de Sócios apresentou seu parecer positivo para a eleição de Afonso de Taunay para sócio correspondente, visto que ele preenchia “as condições estabelecidas pelos Estatutos, além de ser portador de um nome tão caro ao Instituto”.²⁰

A próxima sessão do Instituto, ocorrida em 23 de setembro, foi aberta com o escrutínio para julgamento do parecer da Comissão de Admissão de Sócios a respeito da eleição de Afonso de Taunay. Após a votação, o conde de Afonso Celso anunciou que o parecer havia sido aprovado unanimemente e afirmou que aquele era um momento de grande importância para o IHGB, pois possibilitava recordar “a brilhante figura que no Instituto desempenhou o pai do novo sócio, que tanto se notabilizou também nas letras pátrias”.²¹

19 Atas das sessões realizadas no ano de 1911. Sessão extraordinária realizada em 26 de agosto de 1911. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LXXIV, parte I, 1911.

20 Atas das sessões realizadas no ano de 1911. Sessão extraordinária realizada em 26 de agosto de 1911. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LXXIV, parte I, 1911, p.618.

21 Atas das sessões realizadas no ano de 1911. Sessão extraordinária realizada em 26 de agosto de 1911. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LXXIV, parte I, 1911, p.621.

Ainda naquele ano de 1911 as atas do Instituto registraram o agradecimento pela eleição enviado por Afonso de Taunay, tratado naquele momento já como consócio, e a declaração de que tomaria posse no próximo ano.

O ano de 1912 foi marcado por algumas mudanças no IHGB. Em 17 de fevereiro, foi convocada uma sessão extraordinária para a eleição de um novo presidente em razão do falecimento do presidente perpétuo do Instituto, o Barão do Rio Branco (1845-1912). Esta seria apenas a primeira perda daquele ano. Morreriam, ainda, o Visconde de Ouro Preto (1836-1912) e o Marquês de Paranaguá (1821-1912).

Em decorrência desses falecimentos e das providências que couberam ao IHGB tomar – homenagens e eleições – a posse de Afonso de Taunay somente pôde ocorrer quase um ano após sua eleição, em 15 de agosto. A sessão reservada para sua posse reuniu diversos sócios e autoridades em uma noite cercada por um clima de comemoração. Seguindo o ritual de recepção, o presidente do Instituto conde de Afonso Celso designou o primeiro secretário perpétuo Max Fleiüss para introduzir no recinto o novo sócio Afonso de Taunay. Logo após sua entrada, o presidente concedeu-lhe a palavra para que pronunciasse seu discurso. Após cumprimentar os presentes, Taunay iniciou sua fala com a lembrança da perda dos três sócios falecidos naquele ano e que, por motivos pessoais, se vinculavam a ele e a seus familiares, o que tornava aquele momento ainda mais emblemático.

Introduzindo o discurso dessa maneira, Taunay contou que desde a infância se acostumou a “venerar” aqueles nomes. Do Barão do Rio Branco guardava a memória de vê-lo com seu pai na “casa das Laranjeiras” numa roda com André Rebouças, Joaquim Nabuco, Francisco Belizário, Joaquim Serra, Carlos Gomes, Azevedo Castro, Manuel Eufrásio Correia, Thomaz Alves e tantos outros. Do Visconde de Ouro Preto retinha a gratidão filial em razão de tantas ações que provaram a admiração que dispensava ao seu pai, principalmente em momentos difíceis como nos últimos anos do regime imperial. Foi o Visconde de Ouro Preto que propôs ao

imperador em 1888 que agraciasse Alfredo d'Escragno Taunay com o título de visconde. Não menos grato se dizia Taunay ao Marquês de Paranaguá, que se ligava à sua família por tantos anos de amizade com seus avós e pais.

A partir da apresentação dessa vinculação rememorada por Taunay entre uma tradição de sócios do Instituto e seu pai, o Visconde de Taunay, ele agradeceu a generosidade que presidiu a escolha de seu nome e, principalmente, a gentileza que esses mesmos consócios tiveram em proporcionar a ele e à sua família a honra de inaugurar naquela sessão um quadro, pintado por Eduardo Sá, que retratava seu pai “revestido do uniforme de engenheiro militar”.²² Dessa forma, Taunay introduziu o estudo que preparou a respeito da vida e obra do Visconde de Taunay explicando o sentido daquela homenagem: “Colocando a efígie do seu extinto orador, na galeria dos seus máximos associados, homenageia o Instituto um dissidente; faleceu o Visconde de Taunay afastado do grêmio a que, durante mais de vinte anos, servira dedicadamente”.²³

Taunay considerou que a coerência de ideias associada ao desgosto e à revolta provocados pelas tentativas conciliadoras do IHGB com o regime republicano levou ao afastamento de seu pai. No entanto, ele asseverou que se oportunidade tivesse, no final da vida, seu pai teria voltado a integrar a agremiação. Como isso não pôde acontecer em vida “depois de sua morte, reconquistou o Instituto, como de direito, o nome do preclaro brasileiro”.²⁴

Confirmando estes conceitos generosos quisestes, acabar, para sempre, com a lembrança de tal dissidência; de hoje em diante nenhum vestígio dela remanesce; reintegras Alfredo d'Escragno Taunay nos quadros do Instituto. Coroando tão completa recon-

22 Atas das sessões do ano de 1912. Quinta sessão realizada em 15 de agosto de 1912. *RIHGB*, v.75, parte II, 1913, p.440.

23 Atas das sessões do ano de 1912. Quinta sessão realizada em 15 de agosto de 1912. *RIHGB*, v.75, parte II, 1913, p.438.

24 Atas das sessões do ano de 1912. Quinta sessão realizada em 15 de agosto de 1912. *RIHGB*, v.75, parte II, 1913, p.439.

ciliação com um morto, desejais ainda proporcionar a um filho a cerimônia glorificadora de seu pai.²⁵

Dessa maneira, Taunay corroborou com o intuito do Instituto de reintegrar seu pai ao IHGB e ofereceu aos ouvintes a leitura de trechos inéditos das *Memórias* do Visconde de Taunay. O texto completo ficou guardado na *Arca do Sigilo* do Instituto até 1948, mas naquela noite Taunay considerou oportuno apresentar alguns episódios vinculados à escrita das principais obras do pai.

Dentre os vários elementos destacados por Taunay, o mais recorrente foi o da ênfase que o Visconde de Taunay conferia à observação e recolha de impressões e documentos humanos. Segundo a descrição de Taunay, seu pai, quando partiu do Rio de Janeiro, como engenheiro militar, e integrou em 1865 o corpo de exército que tinha como missão repelir o avanço dos paraguaios no Sul da província de Mato Grosso, possuía a firme intenção de “observar tudo o que lhe fosse materialmente possível, as coisas da guerra, os homens e os costumes, a natureza e a paisagem, [...] documentar-se abundantemente para depois descrever o que vira e ouvira”.²⁶ Essa ênfase dada por Taunay à descrição do “eu vi” e do “eu ouvi” pode ser entendida como a busca por evidenciar a preocupação do pai pelo testemunho da verdade, da apresentação da prova daquilo que estava sendo narrado.²⁷ Para mostrar aquilo que o pai viu, ouviu e narrou aos homens de letras reunidos naquela noite no IHGB, Taunay leu trechos dos livros: *Inocência* (Taunay, 1936), *Retirada da Laguna* (Taunay, 1997), *Diário de Exército* (Taunay, 2002) e *Céus e terras do Brasil* (Taunay, 1924). Contudo, Taunay ainda apresentou

25 Atas das sessões do ano de 1912. Quinta sessão realizada em 15 de agosto de 1912. *RIHGB*, v.75, parte II, 1913, p.439.

26 Atas das sessões do ano de 1912. Quinta sessão realizada em 15 de agosto de 1912. *RIHGB*, v.75, parte II, 1913, p.441-442.

27 Aqui me refiro especificamente à compreensão de François Hartog de um dos sentidos do “eu vi” relacionado com a narrativa de viagem: “O ‘eu vi’ é como um operador de crença” (Hartog, 1999, p.276).

excertos das *Memórias*, exemplo daquilo que viu e ouviu, mas não pôde, por algum tempo, narrar publicamente.

Para justificar a atitude do pai de guardar as *Memórias* durante cinquenta anos, Taunay utilizou novamente a noção do “eu vi e ouvi” como prova da verdade da narrativa que não podia ser dita naquele momento:

Faltara à missão do historiador e ao firme propósito que escolhera se, ao reproduzir os aspectos pitorescos dos acampamentos, não fizesse a crítica severa dos homens e das coisas de guerra, dos chefes e dos comandados. Eis porque, para poder falar desassombradamente, obedecendo às instigações da verdade, sem, contudo temer ferir as suscetibilidades dos superiores, companheiros de armas e contemporâneos, precisou marcar um prazo de quase meio século para a divulgação das suas *Memórias*.²⁸

A apreciação do conjunto da obra do Visconde de Taunay realizada por seu filho, Afonso de Taunay, foi, de certa forma, reafirmada por Capistrano de Abreu em uma carta enviada por ele a Taunay em 1923: “Quando as críticas se apurarem, reconhecerão que seu pai foi o primeiro dentre nós que descreveu os sertões de experiência e autópsia, não de chic: antes dele só houvera estrangeiros” (Abreu, 1956, p.280).

Capistrano de Abreu ressaltou a primazia de Alfredo d’Escragolle Taunay no desbravamento dos sertões, conferindo destaque à narrativa que ele apresentou a partir da sua visão dos homens e costumes que descreveu. O autor de *Visões do sertão* (Taunay, 1923), somente após minucioso estudo realizado quando voltava da campanha que o tornou conhecido – *A retirada da Laguna* –, pôde descrever as impressões daquele mundo novo que observou. A partir dessa leitura apresentada por Capistrano é possível compreender aquilo que Taunay e Capistrano salientaram como

28 Atas das sessões do ano de 1912. Quinta sessão realizada em 15 de agosto de 1912. *RIHGB*, v.75, parte II, 1913, p.443-444.

características das obras do Visconde de Taunay: “O olho ou, sobretudo, a autópsia”.²⁹

Taunay destacou diante dos consócios do IHGB um dos princípios que no ano anterior já havia apresentado na conferência de abertura do curso de História Universal da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo do Mosteiro de São Bento como fundamental para a escrita da História, ou seja, o testemunho, o documento, a fonte. Essa foi, ao lado da ascendência, a marca principal de seu discurso. Assim, Taunay enalteceu, diante de um público composto por autoridades políticas e homens de letras, as características de historiador explicitadas nas obras do pai e agradeceu ao Instituto por oferecer-lhe o importante diploma de sócio que legitima a “cadeia que une a humanidade vivente à humanidade dos túmulos”.³⁰

Essa foi a metáfora utilizada por Taunay para representar a tradição que se cria a partir das reminiscências das gerações que, de certa forma, lutam contra o tempo a partir do estudo do passado. Com esta fala, o autor encerrou seu discurso de posse lembrando que aquela instituição que, daquele momento em diante, ele passava a integrar era, no Brasil, uma das responsáveis por preservar esta tradição. Nesse sentido, consciente da missão, iniciada em 1838, de servir à justiça de Deus, o IHGB o aceitava em seus quadros “a exemplo do segador bíblico, que no seu trigal aceitava todos os obreiros de boa vontade, embora fossem eles débeis ou inexperientes ainda”.³¹

29 François Hartog dedica o capítulo intitulado “O olho e o ouvido” à compreensão da autópsia “como marca de enunciação de um ‘eu vi’ como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo” (Hartog, 1999, p.273). Para uma compreensão da autópsia tucididiana, cf. Pires, 2007. A palavra *autópsia* é formada por aut(o): antepositivo do grego *autos*, (eu) mesmo, e por opsia: pospositivo do grego *opsis*, ação de ver, vista, visão, ato de ver com os próprios olhos (Houaiss, 2001).

30 Atas das sessões do ano de 1912. Quinta sessão realizada em 15 de agosto de 1912. *RIHGB*, v.75, parte II, 1913, p.455.

31 Atas das sessões do ano de 1912. Quinta sessão realizada em 15 de agosto de 1912. *RIHGB*, v.75, parte II, 1913, p.456.

Taunay foi recebido no Instituto. A partir daquela noite de 15 de agosto de 1912 o seu lugar no IHGB estava construído e definido, como o lugar de um homem de letras “herdeiro de um nome célebre e querido”, segundo as palavras pronunciadas por Ramiz Galvão após o discurso de Taunay. Como herdeiro, Taunay destacou no discurso as características que mais o ligavam ao pai e, portanto, esses eram os elementos que melhor definiriam aquilo que ele considerava importante apresentar naquela instituição como projeto de continuidade de suas investigações históricas.

Portanto, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Taunay apresentou a importância que a busca pela verdade por meio da crítica dos documentos significava para sua concepção de História e, pode-se afirmar, para a prática historiográfica do Instituto. No entanto, não definiu as temáticas que mais lhe interessavam, ou mesmo suas perspectivas de trabalhos futuros. Os temas e os projetos já estavam definidos naquele momento, mas ele os reservou para a apresentação no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

O IHGSP e a História dos historiadores das bandeiras: Pedro Taques de Almeida Paes Leme e frei Gaspar da Madre de Deus

Mil novecentos e onze foi um ano marcado por acontecimentos importantes na trajetória intelectual de Afonso de Taunay. Ele se tornou professor catedrático da Escola Politécnica de São Paulo, inaugurou o curso de História Universal da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo do Mosteiro de São Bento, foi indicado e eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e também do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Não por acaso estas indicações aconteceram no mesmo ano. Ambas foram consequências da projeção que esse engenheiro de formação galgou paulatinamente no meio intelectual. Ao se tornar professor catedrático, inaugurar uma disciplina histórica no ensino superior – empreendimento ainda novo em São Paulo e, portanto,

cercado de propaganda – e publicar um romance histórico, Taunay se lançaria na disputa pelas vagas de sócio dos Institutos com importantes credenciais para a época. No IHGB, assumiu em 1912 a cadeira de sócio correspondente e, no IHGSP, a de sócio efetivo.

O Instituto paulista foi fundado em 1894 tendo como presidente honorário Prudente de Moraes, então às vésperas de sua posse como presidente da República. Prudente de Moraes e muitos dos membros fundadores do Instituto participaram da criação do *Almanach Literário de São Paulo* publicado entre 1876 e 1885. José Maria Lisboa, fundador do *Almanach*, buscava criar ao lado de seus pares uma imagem elevada para São Paulo³² na tentativa de construir uma História da identidade regional. Essa característica do *Almanach* bem como sua vinculação republicana guiou desde o início os objetivos do IHGSP instaurando uma identificação entre a História de São Paulo e a História do Brasil.³³ Desde o primeiro volume da *Revista* do Instituto, essa diretriz foi apresentada com a clareza da seguinte afirmação: “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”.³⁴

Afonso de Taunay, quando foi recebido no IHGSP em 5 de julho de 1912, reafirmou os objetivos do Instituto e se apresentou como um autor disposto a colaborar na construção do principal tema da História paulista, ou seja, a expansão territorial do Brasil como obra dos sertanistas da capitania de São Paulo. Esse enfoque

32 “Sentindo-se colocados à margem do círculo das letras do Rio de Janeiro, onde o IHGB fulgurava como o núcleo da historiografia brasileira, os intelectuais de São Paulo procuraram reagir, dedicando-se persistentemente à afirmação da própria identidade histórica regional. E ainda que buscassem libertar-se das lendas, das paixões e dos romances, foi com as asas dessa imaginação que puderam seguir.” Para conhecer os objetivos e o perfil dos sócios do *Almanach Literário de São Paulo* ver, especialmente, o capítulo “O pequeno mundo letrado da província: figurações da identidade regional em fins do século XIX”. In: Ferreira, 2002, p.48.

33 “Os historiadores locais não ocultariam o propósito de abalar a história da nacionalidade, até então construída pelo IHGB, ambicionando reescrevê-la de ponta a ponta” (Ferreira, 2002, p.110).

34 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.1, 1895.

mudaria a perspectiva de abordagem do tema em relação à historiografia que tratava a ampliação do território como uma obra da Coroa portuguesa, seguindo a *História geral do Brasil* (1948-1953), de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).

Taunay foi introduzido à sala de sessões do Instituto, na nova sede situada à rua Benjamin Constant desde 1909, por Eugênio de Andrada Egas (1863-1956), que na ocasião era diretor do Patronato Agrícola do Estado de São Paulo, órgão subordinado à Secretaria da Agricultura, responsável por tratar das questões que envolviam os trabalhadores, principalmente os imigrantes e os seus patrões. Esse advogado foi eleito deputado em 1895 à Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo e manteve-se no cargo por três legislaturas, até 1903. No entanto, uma de suas principais atuações vinculava-se à imprensa em grande desenvolvimento naquela época. Como jornalista foi redator do *O Estado de S. Paulo* entre 1896 e 1898 e continuou a escrever neste periódico durante as primeiras décadas republicanas. Colaborou também em outros órgãos da imprensa como o *Correio Paulistano* e *A Gazeta*.³⁵ A *República das Letras*³⁶ no Brasil foi marcada pela profissionalização do trabalho do escritor, sobretudo via jornalismo. Os escritores das primeiras décadas do século XX vivenciaram o surgimento de um periodismo transformado em grande empresa (Martins, 2001, p.137) que passou a remunerar seus colaboradores.

Eugênio Egas, mesmo tendo outros vencimentos advindos da advocacia e do cargo público de deputado, sempre esteve vinculado à imprensa, colaborando, após sua entrada no Instituto paulista em

35 Cf. *Eugênio Egas, parlamentar e historiador do legislativo paulista*. São Paulo: Divisão de Acervo Histórico, Departamento de Documentação e Informação, s.d. Publicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

36 Segundo Peter Burke, “República das Letras (República Literária) ou ‘Comunidade do Saber’ é uma expressão que passou a ter uso cada vez mais frequente nos primórdios da Europa moderna para designar a comunidade internacional dos estudiosos” (Burke, 2003, p.58). No presente texto, a expressão é utilizada segundo a caracterização realizada por Ana Luiza Martins da passagem da *República das Confeitarias* para a *República das Letras* no Brasil (Martins, 2001).

1909, para a divulgação dos empreendimentos institucionais ou individuais de alguns sócios. Taunay foi um dos pares que puderam contar com a divulgação de seus trabalhos por meio das colunas de Eugênio Egas. Eles mantiveram uma constante troca de correspondências e favores durante as décadas de 1920 e 1930. A amizade partilhada por esses homens seria reforçada pela convivência no IHGSP que se inaugurou naquele 5 de julho de 1912.

Egas ao receber Taunay o inseriu no Instituto como uma “promessa de glória para o Brasil”³⁷ e foi neste clima de promessa que Taunay apresentou o seu maior projeto de trabalho aos pares da instituição paulista. Ele iniciou seu discurso de posse como sócio efetivo do IHGSP com os agradecimentos costumeiros deste tipo de eleição e, logo em seguida, expôs a tônica que seus trabalhos futuros teriam ao destacar que “São Paulo nunca coube dentro de suas fronteiras” (Taunay, 1912, p.89).

Eram os paulistas um punhado de homens ainda e, como que sufocados num âmbito que tinha dimensões para abrigar qualquer nação europeia, já procuravam devassar os mistérios do continente sul-americano.

A linha sutil dos demarcadores de Tordesilhas comprimia-os de encontro ao oceano, e eles, movidos por misteriosa força, empolgados pela visão do grande império português, que um dia vinha ocupar quase metade da América do Sul, começaram desde os primeiros anos vicentinos a perseguir o meridiano espanhol, rechaçando-o constantemente para o Oeste, para as selvas impetráveis do centro.

Ei-los, pois, durante mais de dois séculos a acossar o grande marco geográfico castelhano, obrigando-o a fugir da cadeia marítima ao coração da Bacia Amazônica, do litoral de São Vicente às margens do Madeira, um retrocesso de dois mil quilômetros. (ibidem, p.89-90)

37 Atas das sessões de 1912. *RIHGSP*, v.17, 1912, p.478.

O tom épico adotado por Taunay em seu discurso de posse credenciava-o para a construção de uma História, não coincidentemente, adequada ao roteiro já definido pelos seus novos consócios no mundo das letras paulistas. A ênfase na “obra titânica da dilatação e da conquista do território” (ibidem, p.90) pelos paulistas ocupou o restante do discurso, em que Taunay procurou destacar os principais episódios que, mais tarde, compuseram os onze volumes de sua grande obra: a *História geral das bandeiras paulistas*. Foi essa a forma escolhida por Taunay para ingressar no Instituto de São Paulo. Ele mostrou já naquele momento aos pares que sua intenção não era apenas a de colaborar com a publicação de alguns artigos na *Revista* do IHGSP, mas sim de participar ativamente das decisões e realizações que caracterizariam o Instituto como o local privilegiado da construção da “epopeia bandeirante”.³⁸

Taunay participou de quase todas as reuniões ocorridas ainda no ano de 1912. Apresentou em 5 de agosto uma proposta para a criação de um fundo de publicações do Instituto, compôs comissões para discutir esta e outras propostas e, na sessão de 25 de outubro, foi eleito orador oficial da instituição, passando a compor, assim, a diretoria responsável pelos rumos do IHGSP entre 1913 e 1916.

O próximo ano institucional começou com a nomeação realizada pelo presidente Luiz Piza das comissões de trabalho de sua gestão e Taunay foi escolhido para integrar a Comissão Geral de História do Brasil ao lado de Washington Luís e Domingos Jaguaribe. Mos-trando-se bastante inteirado dos assuntos tratados nas sessões, em 20 de outubro de 1913 Taunay expôs a proposta que possibilitaria a apresentação e publicação de seus próprios trabalhos a respeito de

38 “A epopeia bandeirante” é o título que Antônio Celso Ferreira confere ao seu livro que se dedica a delinear a “invenção épica paulista” a partir do estudo da produção de letrados e instituições paulistas entre 1870 e 1940. O IHGSP é o local de produção privilegiado pelo estudo sendo caracterizado como um dos principais locais onde a “invenção histórica” dos letrados paulistas se desenvolveu sob bases épicas. O autor identifica, ainda, Afonso de Taunay como um exemplo de letrado do período e, portanto, um dos construtores épicos dessa história paulista. Cf. Ferreira, 2002.

um tema que ainda suscitava muitas divergências. Taunay lembrou que nos anos de 1914 e 1915 completar-se-iam os bicentenários de nascimento de dois historiadores paulistas, Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), e que caberia ao Instituto promover as devidas homenagens.

Tal proposição, feita por Taunay, fez ressurgir as discussões já existentes a respeito do tema e a sessão foi encerrada sem a votação da proposta. O presidente sugeriu que o debate continuasse até a próxima reunião e considerou que, principalmente, em relação a frei Gaspar ainda era necessário precisar a data de seu nascimento, pois até o momento era aquela uma “matéria controvertida entre os historiadores”.³⁹

Por ser espinhoso, o tema somente voltou à ordem do dia quatro meses mais tarde, em 20 de fevereiro de 1914. Ainda assim, apenas metade da proposição seguiu seu curso normal dentro da instituição. O presidente do IHGSP nomeou nesta data uma comissão que deveria elaborar um projeto para a comemoração do bicentenário de Pedro Taques. Em contraposição, afirmou o presidente que a comemoração referente a frei Gaspar demandaria mais discussões e, principalmente, uma pesquisa aprofundada que lhe traçasse o perfil e a data de seu nascimento.

Sem muita demora, a comissão encarregada de tratar das comemorações de Pedro Taques apresentou um projeto na sessão subsequente à sua nomeação. Assinado por Gentil de Assis Moura, Augusto de Siqueira Cardoso e Afonso de Taunay, o projeto previa solenizar o bicentenário do historiador paulista com uma sessão magna realizada em julho daquele ano em que o orador oficial do Instituto, Afonso de Taunay, faria o elogio do homenageado por meio da apresentação de um estudo biográfico. Como já estava em andamento a escrita da biografia a respeito de Taques, Taunay se inscreveu, nesta mesma sessão, para ler nas reuniões seguintes as partes prontas do texto.

39 Atas das sessões realizadas em 1913. Décima oitava sessão ordinária do IHGSP realizada em 20 de outubro de 1913. *RIHGSP*, v.18, 1913, p.611.

No ano em que Taunay apresentou a proposta de comemoração do bicentenário de Pedro Taques, o tema das bandeiras e dos bandeirantes estava na ordem do dia do IHGSP e, antes mesmo da leitura que Taunay faria de seu trabalho, os sócios do Instituto ouviram a leitura de partes de outra obra que se tornou referência obrigatória para os estudiosos do assunto. Basílio de Magalhães (1874-1957) apresentou em três sessões realizadas no mês de março a conferência intitulada “O bandeirismo paulista”. O resultado parcial de *Expansão geográfica do Brasil* foi exposto nessa ocasião e teve sua primeira edição lançada em 1915 e premiada pelo IHGB dois anos mais tarde.

Taunay apresentou os primeiros capítulos de seu trabalho a respeito de Pedro Taques em 5 de maio e com isso inaugurou um rol de iniciativas que culminou na comemoração realizada em julho. O evento contou com a conferência de Taunay, a inauguração de uma placa de bronze, o projeto de reedição das obras do homenageado e a cunhagem de uma medalha comemorativa do bicentenário de Taques.⁴⁰

Eugênio Egas noticiou no *Correio Paulistano* a importância tanto do estudo de Taunay quanto da iniciativa de se comemorar o bicentenário de nascimento de Pedro Taques. O artigo de Egas publicado no jornal e também na revista do IHGSP divulgou o evento promovido pelo Instituto e enfatizou o significado da obra da personalidade homenageada. O autor destacou principalmente a capacidade intelectual dos dois historiadores, pois se, de um lado, Pedro Taques “tornou imperecíveis os nomes e os feitos das grandes famílias paulistanas” (Egas, 1914, p.262-263) narrando a vida dos bandeirantes, de outro lado Afonso de Taunay foi capaz de “recompor a vida de Pedro Taques, trazendo a público todos os detalhes dessa agitada e trabalhosa existência” (ibidem, p.263), que somente naquele momento, segundo o autor, era apresentada completamente.

40 Cf. Atas das sessões do IHGSP realizadas em 1914. *RIHGSP*, v.19, 1914.

Ao apresentar Pedro Taques utilizando-se do epíteto de “historiador das bandeiras”, Egas confere relevo ao termo empregado por Afonso de Taunay no estudo que expôs no IHGSP e que projetaria seu próprio nome sob tal alcunha a partir do estudo dessa personalidade e de sua época,⁴¹ pois foi assim que Taunay iniciou o projeto de estudo das bandeiras paulistas, apresentado quando de seu ingresso no IHGSP, dois anos antes.

Em março de 1914, ao se corresponder com seu amigo Max Fleiüss, do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, Taunay já reclamava da falta de tempo até mesmo para responder às suas cartas, pois estava, segundo ele, “atarefadíssimo a escrever a biografia de Pedro Taques cujo centenário”⁴² chegaria rapidamente. Ele esteve envolvido neste projeto de escrita da biografia do historiador setecentista até o ano de 1922, quando editou o livro *Pedro Taques e seu tempo*. Taunay havia publicado primeiramente a conferência apresentada na comemoração do bicentenário e até o final da década continuou emendando o texto a respeito da vida de Pedro Taques com a pesquisa das composições das obras e do ambiente social do autor para que pudesse publicá-la integralmente. Alguns fragmentos destes textos serviram de introdução para as edições e reedições de algumas obras de Pedro Taques organizadas por Taunay.⁴³ Para que esta divulgação da produção de Taques pudesse se realizar, foram necessárias buscas em instituições públicas e, especialmente, a colaboração de descendentes da família Taques e de outras famílias contemporâneas à época em que ele escreveu os manuscritos.

41 Estudo de uma personalidade e de uma época foi o subtítulo utilizado por Taunay para sua obra a respeito de Pedro Taques. Cf. *Pedro Taques e seu tempo: estudo de uma personalidade e de uma época. Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo 1, p.1-289, 1922.

42 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 23 de março de 1914, Arquivo do IHGB, Max Fleiüss, lata 474, pasta 65.

43 Taunay reeditou as seguintes obras de Pedro Taques: *História da capitania de São Vicente* (1928), *Informação sobre as minas de São Paulo* (1928), *Notícia histórica da expulsão dos jesuítas do colégio de São Paulo* (1929), *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica* (1953).

Na conferência apresentada em 1914, Taunay tinha como objetivo esboçar a “acidentadíssima e curiosa biografia” do historiador paulista Pedro Taques. Com esta tônica seu estudo visava mostrar quão atribulada e difícil havia sido a vida desta personagem. Influenciado pelo próprio objeto de estudo, ou seja, a vida de um genealogista, Taunay iniciou a apresentação por meio do exame do nome do autor estudado e esta abordagem levou-o à pesquisa da trajetória de Bartolomeu Paes de Abreu (1674-1741), o pai de Pedro Taques.

Segundo Taunay, Bartolomeu Paes de Abreu era um homem de elevada inteligência que quando comandava uma das duas companhias de infantaria que constituíam a guarnição da capitania de São Paulo “tinha então em mente grandiosos planos relativos à devassa do sertão, com o fito da descoberta de metais preciosos” (Taunay, 1953, p.13). Devido a isso e ao destaque de Bartolomeu Paes na mineração no início do século XVIII, Taunay considerou que seria “difícil biografar o filho, deixando-o de lado” (ibidem, p.13).

O procedimento de pesquisa, que visava reunir todos os documentos conhecidos a respeito de Pedro Taques mesmo que para isso tivesse que desmembrar o trabalho em diversas monografias pormenorizadas, foi descrito por Taunay em 1911 na conferência de abertura do curso de História Universal da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo. Portanto, neste mesmo ano de comemorações, 1914, Taunay também providenciou a publicação da conferência “Os princípios gerais da moderna crítica histórica” na *Revista do IHGSP*, pois considerava que todos deveriam escrever História seguindo aqueles passos.

Para Taunay e também para um amplo rol de autores do período, um tema impõe o estudo de outros temas e é essa uma das razões da dificuldade de se escrever as sínteses, pois, se um determinado assunto ainda não foi estudado à exaustão por meio de seus temas correlatos, ele não está esgotado para que se possa resumir-lo. Nesse sentido, o estudo da trajetória de Bartolomeu Paes de Abreu, além de compor a biografia de Pedro Taques, resultou num trabalho à parte publicado em 1922 nos *Anais do Museu Paulista* intitulado

“Um grande bandeirante: Bartolomeu Paes de Abreu” (Taunay, 1922c, p.417-519).

Com esta diretriz de esgotar o estudo dos documentos conhecidos a respeito do tema, Taunay partiu da vida de Pedro Taques para dissertar a respeito da sociedade setecentista e publicou na mesma edição dos *Anais* de 1922 “Aspectos da vida setecentista brasileira, sobretudo em São Paulo” (ibidem, p.290-416). Nesse artigo, Taunay reuniu diversos textos já divulgados entre 1917 e 1921 na imprensa, especialmente no *Comércio de São Paulo*, no *Correio Paulistano* e na *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*. Portanto, mesmo após as comemorações do centenário de Pedro Taques no IHGSP, Taunay continuou suas pesquisas e publicou os resultados na forma de artigos de jornal,⁴⁴ que, segundo ele, eram fundamentais para complementar sua renda então proveniente de suas aulas na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, no Colégio de São Bento e na Escola Politécnica de São Paulo.

Na sessão solene comemorativa do bicentenário do linhagista que traçou a genealogia de muitas famílias de São Paulo, Taunay, após descrever os infortúnios da vida do biografado, terminou a conferência lamentando que à obra dele também coube uma triste sorte, pois, “entregue a pessoas que lhe não podiam aquilatar o valor, ignorantes e simples como eram” (Taunay, 1953b, p.35), dispersaram-se os manuscritos e quase dois terços de sua obra desapareceram. Essa perda deveu-se também, segundo Taunay, ao esquecimento da obra de Pedro Taques pelos historiadores posteriores que se dedicaram à História do Brasil e aos plagiários de seus textos que impunemente copiaram e editaram imprópriamente trechos completos sem uma única menção ao trabalho do genealogista.

Taunay, que havia se dedicado ao tema das linhagens em *Crônica do tempo dos Filipes*, tinha escrito também uma História de parte

44 O desenvolvimento de um “novo jornalismo” no começo do século XX implementado pelas novas técnicas de impressão e edição permitiu o barateamento da imprensa repercutindo na forma de divulgação dos trabalhos de diversos homens de letras. Cf. Sevcenko, op. cit.

de sua família em *A missão artística de 1816* e já estava habituado com a referência à sua própria filiação como justificativa para o seu ingresso no IHGB, debruçou-se sobre a História da composição da *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*.

Quando publicou o estudo como prefácio da edição da *Nobiliarquia*, Taunay dividiu o texto em duas partes, a primeira a respeito da vida e da época intitulada “Pedro Taques de Almeida Paes Leme” e a segunda intitulada “Historiador das bandeiras”. Neste segundo texto, o autor dedicou-se a descrever todos os passos que conseguiu desvendar a respeito da História da produção de Pedro Taques a respeito das bandeiras.⁴⁵

A tônica do segundo texto não é muito diversa daquela utilizada na primeira parte, ou seja, a descrição das dificuldades que cercaram a vida do genealogista:

O estudo acurado dos troncos decorrentes dos primeiros povoadores de S. Paulo levou-o ao estabelecimento de 97 títulos genealógicos, quicá, maior número ainda, pois nos 24 impressos, referências se leem a 73 inéditos, sendo, portanto, muito provável que na parte desconhecida da obra haja alusões a novos capítulos. Para realizar tão formidável obra, no bárbaro Brasil setecentista, onde as comunicações eram inacreditavelmente difíceis, precisou o seu autor fazer um dispêndio de energia, absolutamente pasmoso. (ibidem, p.40)

Taunay relatou que para conseguir dar cabo desse empreendimento Pedro Taques precisou se dedicar incansavelmente durante cinquenta anos. Ainda adolescente, aos 16 anos, já pensava em escrever a respeito das origens das famílias paulistas, “data de 1742 o título dos Buenos, de 1748 o dos Arrudas, Botelhos e Sampaio; jamais se descurou, um só dia da faina de avolumar materiais, o cabedal de suas notas e apontamentos” (ibidem, p.40), afirma o autor.

45 Kátia Abud desenvolveu um estudo a respeito dos autores e obras que fundamentaram a construção do símbolo bandeirante identificado com o paulista. Para tanto, a autora analisou as obras de Pedro Taques, frei Gaspar e Taunay dentre outras. Cf. Abud, 1985 e 1999.

O período mais fecundo de produção de Taques foi quando retornou de Portugal em 1763 para exercer o cargo de tesoureiro da Bula da Cruzada. Incumbido desta função, Taques pôde viajar “por toda parte onde supunha encontrar papéis velhos e documentos” (ibidem, p.40) e se correspondeu com muitos “interrogados”, que lhe enviavam fontes que utilizou na redação da *Nobiliarquia*. Após esta fase de certo sossego na vida do genealogista, Taunay conta que começaram as desgraças que o acompanharam até os seus últimos dias de vida.

Vieram pouco depois os anos de reveses e das calamidades, o sequestro dos bens, as acusações as mais desabaladas contra a sua probidade, as privações e vexames sofridos pelos seus, a insolência dos credores, a angustiosa falta de meios, todos estes descambros ainda coroados por terrível moléstia nervosa e a perda de dois filhos, únicas esperanças e consolo no meio de tão atribulada vida. Nada o demoveu de levar a cabo a *Nobiliarquia* [...]. (ibidem, p.40)

Taunay enfatizou a persistência que acompanhou Taques na escrita de suas obras. A narrativa do autor privilegiou os acontecimentos que caracterizam o sofrimento enfrentado pelo linhagista para conseguir tanto os documentos quanto a produção e guarda de seus textos. Diante de tantas dificuldades, as partes da *Nobiliarquia* ficaram espalhadas com várias pessoas no Brasil e em Portugal. Os títulos recuperados foram impressos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em diversos números de sua *Revista*. Na tentativa de traçar o caminho dos manuscritos de Taques, Taunay descreveu o lugar onde se sabia ter encontrado cada parte do manuscrito e os relatos das pessoas a respeito da trajetória desses documentos. O autor buscou apresentar, com riqueza de detalhes, com quem e onde estavam os manuscritos e tentou verificar, principalmente, se era possível detectar alguma diferença na letra que compõe os textos encontrados, pois precisava identificar se ocorreram acréscimos ou distorções no texto de Taques. Taunay apresentou, portanto, em minúcias a realização dos procedimentos da crítica externa do documento.

Não lhe satisfazia, contudo, a publicação dos manuscritos de Taques realizada pelo IHGB, pois a obra é composta pela apresentação das diversas genealogias das famílias paulistas e, ao dividi-las em sete volumes, o IHGB dificultou a leitura e o entendimento do conjunto conhecido dos textos. Os sócios do IHGSP, concordando com esta avaliação de Taunay, empenharam-se desde a fundação do Instituto em reeditar a *Nobiliarquia*, mas este projeto foi adiado e somente em 1914 ele foi recolocado em pauta por ocasião das comemorações do bicentenário, mas mesmo assim não foi executado.

Após a apresentação das circunstâncias de composição e da trajetória de conservação da obra, Taunay passou a analisar o livro internamente e afirmou que:

Para o estudo da história da conquista do Brasil pelas bandeiras paulistas e das primeiras eras de S. Paulo, representa a *Nobiliarquia Paulistana* insubstituível repositório documentário, assim o entenderam e entendem quantos estudaram e estudam as coisas brasileiras. (ibidem, p.48)

Taunay reuniu as apreciações feitas por Basílio de Magalhães, Silvio Romero (1851-1914), João Pandiá Calógeras (1870-1934) a respeito da obra de Pedro Taques e destacou o quanto estes autores reafirmaram a importância documental da produção de Pedro Taques. Outro autor que conferiu relevância à *Nobiliarquia* foi Luiz Gonzaga da Silva Leme (1852-1919), pois ao revisar o livro e acrescentar suas pesquisas produziu a *Genealogia paulistana*, editada em nove volumes entre 1903 e 1905. Taunay esclareceu que este trabalho de revisão efetuado por Silva Leme foi fundamental para corrigir alguns erros cometidos por Taques e, principalmente, para preencher as lacunas documentais deixadas por ele.⁴⁶ No entanto, advertiu Taunay que esses erros e lacunas não foram fruto de uma

46 Taunay se correspondeu com Luiz Gonzaga da Silva Leme, solicitando-lhe informações a respeito das obras e fontes manuscritas consultadas por ele para complementar e retificar algumas afirmações feitas por Pedro Taques. Ver

ação consciente do linhagista, mas sim de insuficiências das fontes pesquisadas e das testemunhas consultadas, pois, para Taunay, Taques pesquisou todas as fontes que lhe foi possível encontrar.

Com a maior atenção revistou registros paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos – onde deixou anotados enganos, erros e omissões de párocos – foi o mais pertinaz ledor de quantos inventários e testamentos se lhe depararam, de quanta justificação de *genere et de nobilitate probanda* lhe caiu sob os olhos, sem contar o estudo pormenorizado dos papéis oficiais, atas da câmara e livros de seus registros, assentamentos e tombos de repartições públicas, sesmarias etc. (ibidem, p.51)

Esse apego ao documento que Taques demonstrou possuir foi a qualidade mais destacada por Taunay, pois afirmava a confiabilidade das informações contidas ali e, o mais importante, reforçava este procedimento como adequado para a busca da verdade moderna. Em diversos momentos, Taunay declarou ter aprendido muito com as lições de pesquisa que Pedro Taques lhe ofereceu por meio de sua obra. É recorrente nos trabalhos de Taunay a citação dos trechos de Taques em que adverte seus leitores para não confiarem cegamente nas afirmações de Rocha Pitta e Jaboatão, autores que, segundo ele, não primaram pela consulta às fontes. No texto a respeito da *Nobiliarquia*, Taunay dedica páginas e mais páginas às provas do “amor consagrado aos documentos” (ibidem, p.53) que Taques legou à posteridade.

Era muito importante para Taunay mostrar, por meio de um exemplo da historiografia brasileira e, mais que isso, paulista, a importância dos “princípios da moderna crítica histórica” que havia apresentado naquela conferência realizada em 1911 na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo e que em 1914 o IHGSP publicou em sua *Revista*. Dessa maneira, ele conseguia traçar a

por exemplo: Carta de Afonso de Taunay a Luiz Gonzaga da Silva Leme, São Paulo, 3 de julho de 1917, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 295.

tradição de princípios dos trabalhos que se desenvolveram no país e, principalmente, provava para seus pares que estava preparado para assumir posições relevantes neste pequeno mundo de letrados dedicados à escrita da História.

Após destacar os pontos que considerava positivos na obra de Taques, Taunay se dedicou aos conceitos expressos pelo linhagista sobre a origem nobre das famílias pesquisadas. A pureza de sangue era o elemento de maior preocupação de Taques, explica Taunay: “Dominado pelas ideias de casta e sentindo-se um pouco parente de todos os seus biografados, dava Pedro Taques, expansão a fortíssimo, visceral sentimento aristocrático de preconceitos de família, senão de classe” (ibidem, p.57).

A obra, segundo Taunay, é acentuadamente marcada por um ponto de vista contrário à mestiçagem e pela necessidade de seleção aristocrática. Os casamentos considerados indignos são apontados com o objetivo de denunciar a pessoa que “infectou” o sangue da família. Assim, mesmo apresentando a *Nobiliarquia* como uma obra fundamental para o estudo da História paulista, Taunay não se absteve de considerar que a narrativa de Taques quanto à pureza de sangue dizia respeito muito mais à sua vontade do que àquilo que era possível para o Brasil da época, quiçá para Portugal.

Teve o espírito nobiliárquico colonial o seu máximo representante em Pedro Taques, por ele viveu empolgado, pretendendo ao Brasil transplantar ideias que não se coadunavam inteiramente com as condições sociológicas da vida portuguesa setecentista. E realmente já no reino lusitano se notavam flagrantes demonstrações de enfraquecimento da tradição e do despontar do incoercível movimento nivelador que no século seguinte haveria de, por completo, arrasar as instituições nobiliárquicas e permitir a realização de uma monarquia – única no mundo – multissecular e, no entanto, traficante barata de títulos de nobreza. (ibidem, p.59)

No entanto, se quanto à pureza de sangue Taunay considerou que as ideias de Pedro Taques eram inadequadas à sociedade se-

tecentista, quanto ao ufanismo paulista ele ponderou que, sendo filho e neto de sertanistas de São Paulo, o genealogista não poderia deixar de ser um defensor das qualidades desse povo. No entanto, muitos críticos da obra de Taques não relativizaram o seu regionalismo e menos ainda a ascendência nobre apresentada por ele para as famílias paulistas.

Taunay expôs este problema como uma crítica exagerada em relação à obra de Pedro Taques, pois segundo ele apenas duas famílias foram vinculadas pelo autor com a realeza portuguesa. Para Taunay, não havia motivos para que os críticos modernos insistissem em considerar como inverdades as linhagens traçadas por Taques, pois considerava que dentre o primeiro núcleo de fundadores de São Vicente havia gente bem aparentada em Portugal. Pautando-se nesta afirmação, Taunay salientava que a pesquisa de Taques não queria fazer crer que a alta nobreza povoou São Paulo, mas sim que algumas famílias integrantes da “pequena nobreza do reino e da boa burguesia” vieram se aventurar nestas terras.⁴⁷

A linguagem empregada por Taques para designar as famílias como “nobre” e “nobilíssima”, segundo Taunay, dizia respeito à limpeza de sangue e não aos títulos nobiliárquicos. Taunay apresentou Taques como um historiador de seu tempo, vinculado, portanto, às produções de sua época, que contam com inúmeros exemplos

47 Antônio Celso Ferreira ao estudar as produções deste período destaca que havia, por parte dos autores vinculados ao IHGSP, um grande empenho em reunir brasões, moedas e medalhas e em valorizar o estudo da numismática, da heráldica e também da nobiliarquia. A partir desta identificação, o autor apresenta uma interpretação que possibilita compreender as inquietações destes letrados de maneira adequada. “Verdadeiros ou falsos tais brasões, reais ou inventadas essas ascendências nobres? Não importa. Durante algum tempo, vertentes da historiografia preocupavam-se em desvelar as falsificações, as ideologias e os mitos que recobrem certos discursos históricos – nacionalistas, raciais, classistas, sexistas –, pensando em alcançar, com isso, a plena exatidão dos fatos e processos sociais. Inútil esforço: no lugar deles, acabaram por deixar os rastros das suas próprias invenções e afetos. Em vão seria, igualmente, desvendar as mitificações do passado de quatrocentos anos que as famílias ligadas ao Instituto procuraram ostentar” (Ferreira, 2002, p.129).

de autores portugueses que se dedicaram a estudos genealógicos valorizadores da ascendência de diversas famílias que se espalharam pelas colônias de Portugal. Para encerrar esta questão perguntou Taunay:

Seria tão difícil empresa obter-se em Portugal cinquenta ou cem casais nestas condições, cinquenta ou cem casais pertencentes a famílias distintas, muito embora pobres, decadentes ou decaídas, *cadets de famille* gente de gênio aventureiro, amiga de viagens e perigos? (ibidem, p.67)

Como justificativa do ufanismo paulista criticado em Pedro Taques, Taunay considerou que ele somente foi o “arauto das ideias e sentimentos do meio em que vivia” (ibidem, p.67), pois os paulistas em geral sentiam-se, naquele tempo, orgulhosos pelos “feitos extraordinários de seus concidadãos na devassa do sertão e no recuo do Brasil para o coração da América do Sul” (ibidem, p.68). Mesmo considerando as adjetivações empregadas por Taques em seus textos como ribombantes e megalomaniacas, Taunay acreditava que elas não anulavam a dupla importância documental da obra, ou seja, como fonte do período em que foi produzida e como repositório de informações fundamentais para a História das bandeiras.

Contudo, se por um lado a tendência ao exagero que levou Taques aos qualificativos nobres das famílias pôde ser relevada e compreendida, por outro lado, quando o linhagista tratou dos bens dos antigos “potentados” paulistas, Taunay considerou inaceitáveis as afirmações que fazem crer na opulência dessas famílias, pois as situações de riqueza descritas por Taques não condiziam com a pobreza do planalto piratiningano revelada pela consulta aos inventários.

Uma nova pergunta foi lançada por Taunay aos leitores: “Aparentados os principais defeitos da *Nobiliarquia Paulistana*, acaso serão eles tão graves que o valor lhe diminuam?” (ibidem, p.69). A resposta dada a esta questão foi, obviamente, negativa e acompanhada dos argumentos que reforçavam a importância da obra e de sua reedição. Quando Taunay apresentou em 1914 o projeto para a come-

moração do bicentenário de Pedro Taques, estava prevista dentre as celebrações a reedição da *Nobiliarquia*. No entanto, esta tarefa se mostrou como uma das mais dificultosas da vida de Taunay.

O IHGSP não publicou a obra como parte das comemorações. Taunay, após os eventos ocorridos em 1915 que lembraram o bi-centenário de frei Gaspar da Madre de Deus, tentou conseguir por meio de seu amigo Max Fleiüss, secretário perpétuo do IHGB, a reedição da *Nobiliarquia* com o acréscimo do seu estudo biográfico. Para tanto, Taunay enviou uma carta escrita em papel timbrado da Escola Politécnica de São Paulo a Max, em outubro de 1916, explicando como seria proveitoso o empreendimento.

Meu caro Max,

Volto a falar-te sobre o assunto acerca do qual conversamos e não pareceu merecer o teu desassentimento: a reimpressão da *Nobiliarquia Paulistana*; em dois volumes de 600 páginas cada um, teríamos o livro. Estou certo de que seria empresa rendosa para o Instituto. Em São Paulo, muito se fala nesse livro que ninguém conhece porque entranhado em nossa *Revista* que pouco tem ao seu alcance. À nova edição anexaria eu, a guisa de prefácio, o meu estudo biográfico que é extenso e completo, por assim dizer [...].⁴⁸

Após a realização do estudo a respeito da composição da obra do linhagista, Taunay já havia cotejado as informações de Taques com aquelas publicadas por Silva Leme na obra *Genealogia paulistana*, portanto queria reeditar a *Nobiliarquia* com as devidas correções e, principalmente, em poucos volumes, dois ou três no máximo. Esta necessidade se dava por uma questão de praticidade para o consulente, pois para tratar da linhagem de uma família Taques se referia a outras linhagens as quais o leitor precisaria consultar para compreender as ramificações familiares pesquisadas por ele. Esse era o principal motivo das críticas de Taunay quanto à publicação

48 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 2 de outubro de 1916, Arquivo do IHGB, Max Fleiüss, lata 474, pasta 65.

realizada pelo IHGB, pois a obra foi fracionada em diversos tomos da *Revista*, dificultando a consulta.

Antes mesmo que Max pudesse responder à carta, Taunay lhe enviou uma outra missiva escrita, segundo ele, “a galope”, pois o assunto era urgente e precisava de intervenção rápida. Taunay era colaborador do jornal *Comércio de São Paulo*, com um contrato que previa o envio de quatro artigos mensais pelos quais recebia 100 mil réis. No entanto, ele soubera naquele 11 de outubro de 1916, data em que enviou a carta a Max, que o periódico paulista fora vendido para o carioca *Jornal do Comércio* e, devido a isso, temia que uma remodelação no quadro de colaboradores pudesse alterar os seus vencimentos ou até mesmo excluí-lo do jornal. Esse possível acontecimento lhe causaria grandes transtornos, pois o valor recebido faria muita falta diante da sua vida, que, segundo ele, estava “muito atrapalhada e com despesas enormes”.⁴⁹

Em razão deste temor, Taunay escreveu a Max pedindo que ele interviesse e expusesse a Félix Pacheco (1879-1935), diretor-proprietário do *Jornal do Comércio*, a situação na qual se encontrava. Aproveitou Taunay para dizer ao amigo Max que a antiga direção de redação do *Jornal* havia prometido a ele um aumento de 50 mil réis porque nos últimos três meses ele tinha entregado 25 artigos além dos doze contratados, dos quais em torno de quinze eram a respeito de Pedro Taques, ou seja, eram, segundo Taunay, “coisas bem trabalhadas”. No entanto, ele advertia ao amigo que caso não fosse possível manter este acordo ele aceitaria continuar trabalhando pelo valor pago até então, já que Max devia saber “quanto estava a vida cara”.⁵⁰ Taunay, que nesse período era professor do ensino superior e secundário, aproveitou a oportunidade para enfatizar que seria lucrativa tanto para ele quanto para o IHGB, que guardava os manuscritos de Taques, a reimpressão da *Nobiliarquia*.

49 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 11 de outubro de 1916, Arquivo do IHGB, Max Fleiüss, lata 474, pasta 65.

50 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 11 de outubro de 1916, Arquivo do IHGB, Max Fleiüss, lata 474, pasta 65.

Max Fleiüss assim que recebeu o pedido de ajuda de Taunay enviou uma carta a Félix Pacheco explicando a situação. Félix, por sua vez, recebeu Taunay para tratar do assunto, mas mesmo tratando-o com amabilidade não conseguiu despreocupá-lo. Foi o que Taunay relatou ao amigo Max em uma carta de 1ª de novembro de 1916, escrita em papel timbrado da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, na qual afirmou ainda: “Receio bem que a coisa não se arranje o que bem me aflige”.⁵¹

Taunay apesar da apreensão que confessava a Max estava muito animado porque o amigo havia se decidido positivamente em relação à reedição da *Nobiliarquia*. Logo após a resposta de Max, a empolgação de Taunay transformou-se em apresentação do projeto para a reedição. Ele reafirmou a necessidade de estabelecer uma concordância entre as obras de Taques e Silva Leme, tarefa que, segundo ele, já estava praticamente pronta se todos concordassem em imprimir o livro pelo exemplar de Augusto de Siqueira Cardoso, “que foi quem fez semelhante e penoso trabalho”. A justificativa para tal exigência foi declarada ao amigo Max: “Acho que não podemos dispensar a concordância que será um chamariz excelente para a vendagem. Pois todos os paulistas, muito vaidosos como são, em matéria genealógica, em geral quererão ver-se em seus avós na obra de Pedro Taques”.⁵²

Taunay enfatizou na carta enviada a Max os aspectos que aumentariam o interesse pela obra e, portanto, os lucros com as vendas. Ele sugeriu o preço adequado para o livro, o tamanho da letra e, especialmente, a composição da folha de rosto da nova *Nobiliarquia* com “muitos dizeres vistosos e pitorescos a fim de assanhar os compradores”.⁵³

51 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 1ª de novembro de 1916, Arquivo do IHGB, Max Fleiüss, lata 474, pasta 65.

52 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 1ª de novembro de 1916, Arquivo do IHGB, Max Fleiüss, lata 474, pasta 65.

53 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 1ª de novembro de 1916, Arquivo do IHGB, Max Fleiüss, lata 474, pasta 65.

O projeto de reedição da *Nobiliarquia* virou notícia entre os homens de letras que circulavam em torno dos Institutos Históricos carioca e paulista e, já no início de março de 1917, Capistrano de Abreu escreveu uma carta a Taunay contando que ficara sabendo do projeto e que concordava imensamente com a ideia de fazer a concordância entre as obras de Taques e Silva Leme. O “orientador da História das bandeiras” de Taunay parabenizava o aluno por tal empreendimento:

O seu estudo prefácio desenvolvendo a conferência do Centenário; disse-me você que será extenso à vista da documentação nova. Parabéns pelo que me conta. Sobretudo, se é tão extensa e tão cheia de novidades sobre a biografia do genealogista. A descoberta do testamento representou um belo achado, como já lhe disse mais de uma vez. Parabéns! Vamos! *Macte puer!* Taques merece um estudo aprofundado. (Abreu, 1977, p.281)

A reedição da *Nobiliarquia* ocupou grande espaço na correspondência trocada entre Taunay e Max. Além disso, tal empresa foi comentada tanto na imprensa quanto nas missivas particulares dos homens de letras vinculados a eles. No entanto, mesmo com o empenho de ambos, somente em 1923 Taunay recebeu as primeiras páginas impressas da obra que foram enviadas para a revisão. No entanto, estas provas da edição causaram-lhe tamanho desagrado que escreveu ao amigo Max indignado com o desleixo e, principalmente, com a supressão de notas importantes.⁵⁴ Como se não bastasse esperar sete anos para ver reeditada a obra de Taques, ainda ao final deste tempo lhe mandaram o texto sem condições de impressão. Sem alternativa, Taunay não aprovou a remessa enviada e em 1932, quando apenas o primeiro volume havia sido publicado, escreveu inconformado ao velho amigo:

54 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 25 de outubro de 1923, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 120.

Meu caro Max,

Esta *Nobiliarquia* é coisa mais azarada deste mundo e do outro! Pobre Pedro Taques! Que encarniçamento do Destino contra ele e sua obra! Século e meio após a sua morte e ainda a Imprensa Nacional o persegue!

Qual! O melhor é abrímos mão daquilo. Que vão para o Diabo que os carregue! Eu já publiquei para mais de 200 volumes e todos eles juntos não me deram maçada e o trabalho causado pela malfadada *Nobiliarquia*. Incrível! Uma coisa tão simples e, no entanto, tão dificultada!⁵⁵

Taunay, em 1932, já não era mais aquele autor que precisava implorar para continuar a colaborar com quatro artigos mensais em algum jornal. Diretor do Museu Paulista desde 1917 e imortal da Academia Brasileira de Letras a partir de 1929, Taunay mostrou-se irritado com o descaso das oficinas da Imprensa Nacional. O estopim deste desentendimento foi o desaparecimento de partes da obra de Taques já enviadas e revisadas por Taunay.

No entanto, a obra de Pedro Taques não seria responsável apenas por causar estes desgostos a Taunay. Com o estudo publicado, em 1922, intitulado *Pedro Taques e seu tempo*, que compôs o prefácio da *Nobiliarquia*,⁵⁶ Taunay ganhou o prêmio de erudição da Academia Brasileira de Letras de 1924.

A oportunidade para concorrer a essa premiação se deu porque Fernando Nery, secretário da ABL, escreveu a Taunay incentivando-o a candidatar-se a uma vaga na Academia em 1924 e em resposta Taunay lhe remeteu uma carta afirmando sua gratidão pelo reconhecimento do amigo e recusando o convite, pois sabia que:

55 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 4 de julho de 1932, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 145.

56 Taunay coordenou na década de 1950 uma série intitulada *Biblioteca Histórica Paulista* e em 1953 reeditou a *Nobiliarquia* em três volumes seguindo o seu projeto de concordância com a obra de Silva Leme, com as notas e com o prefácio. Cf. Leme, 1953.

[...] se há lugar em que certamente, inexoravelmente morre pagão quem não tem padrinho, e padrinho graúdo é aí. Não quero arriscar-me a um fracasso certíssimo nem tentar uma ventura que viria dar desgosto a muitos dos meus bons amigos e prazer a uns tantos inimigos felizmente bastante menos numerosos.⁵⁷

Consciente das regras do jogo e sabendo da impossibilidade de assumir tal posição naquela época, Taunay recusou a candidatura, pois sabia que tamanha exposição poderia prejudicá-lo. Seu nome já tinha alguma projeção nacional vinculada ao Museu Paulista, mas neste período ele ainda não era o reconhecido historiador das bandeiras, não havia se firmado no âmbito das principais produções sobre o tema. Contudo, Taunay, que estava interessado em participar do Concurso Literário da ABL, não perdeu a oportunidade e juntamente com a carta-resposta enviou a Fernando Nery o livro a respeito de Pedro Taques para a avaliação. Caso Nery considerasse possível que ele disputasse ao prêmio de erudição com aquele título, Taunay mandaria o número de exemplares requeridos pelo regulamento visto que, segundo ele afirmou sem nenhuma modéstia, “no Brasil não se haja escrito trabalho tão desenvolvido sobre um cronista”.⁵⁸

Assim, as propostas apresentadas por Taunay em 1913 no IHGSP de comemoração dos bicentenários de dois historiadores setecentistas resultaram em muitas publicações e alguns reconhecimentos para Taunay. Não foi somente com os estudos a respeito de Pedro Taques que ele concorreu e ganhou um prêmio de erudição da ABL. Em 1926, Taunay disputou e ganhou novamente o Concurso Literário da Academia com a obra *Escritores coloniais* (1925) em que trata da vida e obra de Diogo Garção Tinoco, André João

57 Carta de Afonso de Taunay a Fernando Nery, São Paulo, 11 de julho de 1924, Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, *Arquivo Afonso de Taunay* (Coleção) – Série 1 – Correspondência Pessoal.

58 Carta de Afonso de Taunay a Fernando Nery, São Paulo, 11 de julho de 1924, Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, *Arquivo Afonso de Taunay* (Coleção) – Série 1 – Correspondência Pessoal.

Antonil, frei Gaspar da Madre de Deus, Manuel Morais, Pero de Morais Madureira, Manuel Cardoso de Abreu, frei Miguel Arcanjo da Anunciação, Teotônio Jose Juzarte e Diogo de Toledo Lara e Ordonhes. O capítulo em que apresenta frei Gaspar é fruto da conferência proferida no IHGSP em 17 de julho de 1915 e todos os outros capítulos foram desenvolvidos a partir dos dois primeiros estudos de História literária que Taunay desenvolveu para as comemorações dos historiadores paulistas, pois precisou consultar estes autores para produzir os trabalhos.

O estudo a respeito de frei Gaspar também foi publicado como prefácio da reedição realizada por Taunay em 1920 da obra *Memórias para a História da capitania de São Vicente* (Madre de Deus, 1953). Diferentemente da reedição da *Nobiliarquia*, o trabalho despendido para a publicação das *Memórias* não foi cercado por tanta dificuldade e aborrecimento. O problema enfrentado por Taunay no que diz respeito a frei Gaspar era de outra ordem. Precisa ele resolver uma disputa historiográfica.

Quando Taunay, recém-eleito sócio do IHGSP, propôs comemorar o bicentenário de frei Gaspar a recepção não foi muito positiva porque as opiniões em torno dessa personagem eram controversas. Seria ele um importante historiador colonial ou apenas um falsário?

O trabalho de pesquisa que Taunay realizou para apresentar nas comemorações ocorridas no IHGSP em 1915 objetivava encerrar qualquer dúvida que ainda pairasse a respeito da seriedade das informações contidas na obra do frade beneditino. Na conferência Taunay apresentou, além das contendas historiográficas, a trajetória de vida deste frade desde sua árvore genealógica até seus últimos dias de vida. Para traçar-lhe a ascendência, Taunay recorreu às informações de Pedro Taques, primo de frei Gaspar, e aproveitou para repetir algumas das justificativas da importância desses historiadores que havia apresentado na conferência a respeito do linhagista. Enfatizou que Pedro Taques e frei Gaspar não quiseram provar que os colonizadores portugueses descendiam de Carlos Magno ou Meroveo, mas sim eram apenas filhos da pequena no-

breza do reino, “da boa burguesia”, que quando muito afidalgados possuíam modestos morgadios e comendas.

Pertencente às famílias Lemes, Buenos da Ribeira, Siqueiras Mendonças, Pires e Camargos, frei Gaspar, diferentemente de seu primo Pedro Taques, que se orgulhava da pretensa pureza de sangue, considerava-se muito mais brasileiro do que lusitano, pois se enviaidia pelo “sangue tupi de Antonia Rodrigues, catecúmena do beato José de Anchieta e filha de Pequerobi, maioral de Ururai [cacique de São Miguel de Ururai]; pelos Carvoeiros o da índia Isabel Dias [Bartira], a filha de Tibiriçá [cacique da nação Guaianaz] e mulher de João Ramalho” (Taunay, 1916, p.423). Essa diferença de origem entre Pedro Taques e frei Gaspar marcou fundamentalmente as obras destes dois historiadores coloniais, pois, enquanto Pedro Taques reprovou a mestiçagem ressaltando a pureza de sangue, frei Gaspar destacou a mestiçagem como traço do paulista.⁵⁹

Taunay publicou o resultado desta pesquisa elaborada para as comemorações do segundo centenário natalício de frei Gaspar no terceiro volume da *História geral das bandeiras paulistas*, editado em 1927. O autor aproveitou em sua grande obra a respeito da História das bandeiras todos os estudos preliminares desenvolvidos até o início da publicação em 1924. Para incluir o trabalho a respeito do frade beneditino, Taunay retirou a apresentação da trajetória de vida do frade e apresentou as disputas historiográficas e o valor da obra como fonte de informação de uma época.

Os ataques às afirmações de frei Gaspar, segundo Taunay, eram fruto de uma corrente de opinião nascida no século XIX que as consideravam fantasiosas:

Violenta fobia de aspecto realmente curioso, a aversão por tudo quanto lembrasse os privilégios do Velho Mundo, sobretudo as regalias nobiliárquicas – fobia filha do inebriamento causado pela recente libertação das colônias americanas, a ojeriza aos europeus, dominadores de ontem, e do exacerbamento das ideias liberais de

59 Cf. Abud, op. cit.

1830 – fundamente impregnou a mente de uma geração de brasileiros. (Taunay, 1927. p.113)

Um dos principais críticos de frei Gaspar foi o senador maranhense Candido Mendes de Almeida (1818-1881). Segundo Taunay, “o ilustre senador” foi tomado de “verdadeiro ódio à pessoa e à obra do beneditino e, atacou-os com uma veemência pouco consentânea da moderação e imparcialidade exigida dos historiadores” (ibidem, p.117). O crítico acumulou argumentações contra as afirmações de frei Gaspar em textos, segundo Taunay, favorecidos pelo talento e pela cultura privilegiada das palavras de um advogado, mas que muito se diferenciavam da fala do historiador. Ao fazer essa diferenciação, Taunay retomou o princípio de maior importância da busca da verdade moderna, ou seja, “a história se faz com documentos, e só com documentos – de nada vale, porém este amontoado de argumentos, todo o arrazoado eloquente em que tudo há, menos a mais elementar pesquisa documentária” (ibidem, p.117).

Retomar o caso das acusações de Candido Mendes a frei Gaspar era oferecer aos leitores e, principalmente, aos críticos da *História geral das bandeiras paulistas*, que ansiavam por ler uma obra de síntese, um dos principais exemplos da historiografia contemporânea do quão importante era a pesquisa minuciosa das fontes documentais. Esta disputa se deu porque Candido Mendes pautou toda a sua argumentação contra o frade beneditino pela acusação de que ele, tomado pelo seu orgulho de casta e pelo bairrismo, falsificou os documentos utilizados para compor suas obras *Memórias para a História da capitania de São Vicente* e *Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil* e, sobretudo, inventou o testamento de João Ramalho, português que se encontrava em terras de São Vicente antes da ocupação oficial por Martim Afonso de Souza.

No entanto, quando Washington Luís descobriu o documento e o publicou em 1905 “desabou o já combalido castelo de cartas, tão penosamente edificado por Candido Mendes”, assim descreveu entusiasmado Taunay o feito de Washington Luís, que quando acon-

teceu já havia mobilizado outros autores vinculados aos Institutos carioca e paulista na busca deste testamento que não só reabilitaria a imagem do historiador setecentista como também resolveria uma questão fundamental para a História do Brasil: frei Gaspar havia se confundido na idade de João Ramalho ou este português tinha chegado ao Brasil antes de Pedro Álvares Cabral?⁶⁰

Com a descoberta do testamento foi verificado o equívoco quanto à idade atribuída a João Ramalho por frei Gaspar, mas, segundo Taunay, tal escorregadela “pouco desmerece o valor da obra do cronista” (Taunay, 1927, Tomo III, p.118). O que importava naquele momento era provar a existência do documento e a imprudência do advogado maranhense, que incorrera no pior erro da moderna crítica histórica, ou seja, não se pautar pela crítica dos documentos.

A comemoração realizada no IHGSP a frei Gaspar revestiu-se, afirmou Taunay, de uma solenidade “desagravante e reparadora” da memória do historiador setecentista. Foi esse o tom que Taunay imprimiu no texto da conferência e no capítulo da *História geral* dedicado ao frade. Ressaltou Taunay que, se em algum momento o historiador escreveu alguma inverdade, não foi com a intenção de fazê-lo, apenas fora acometido pela humana “inevitabilidade do pendor para o erro” (ibidem, p.125).

No entanto, acreditava Taunay que novos documentos apareceriam em defesa de frei Gaspar, “dos recessos dos arquivos, onde irão buscar os ardorosos pesquisadores dia a dia a avolumar-se no país, e inspirados nos verdadeiros princípios da moderna crítica histórica” (ibidem, p.125).

Nos estudos que realizou a respeito de Pedro Taques e frei Gaspar, Taunay buscou se guiar pelos ensinamentos que havia apresentado na conferência realizada em 1911 na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo e já esboçava alguns dos traços que norteariam sua produção, ou seja, a composição de mosaicos de História por meio de estudos pormenorizados dos temas pesquisados.

60 A respeito dessa discussão, cf. Ferretti, 1999.

A trajetória de Taunay nos Institutos Históricos carioca e paulista foi marcada desde o início pela exposição destas características de escrita da História que se coadunavam com as diretrizes destas instituições. Durante as décadas de 1920 e 1930, Taunay continuou participando das atividades dos Institutos, o que o levaria à máxima consagração no IHGSP em 1939, quando foi eleito presidente honorário da Instituição.

No entanto, ecoavam nos ouvidos de Taunay as lições deixadas pelo pai, ele sabia que possuía o nome Taunay e que como tal não podia ser caracterizado como mais um sócio dentre tantos nestas instituições. Logo, ele procuraria ocupar uma posição que lhe traria a distinção almejada e, principalmente, em um lugar onde poderia executar os seus projetos com maior facilidade. Foi escolhido em 1917 para assumir a direção do Museu Paulista, como veremos no próximo capítulo.

3

AS RICAS E VIRGENS MINAS DESBRAVADAS PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EPOPEIA BANDEIRANTE

Afonso de Taunay: "*the right man in the right place*"¹

Nos meses finais do ano de 1916, Taunay estava preocupado com a sua vida financeira que andava “muito atrapalhada e com despesas enormes”,² segundo o que contou ao amigo do Rio de Janeiro Max Fleiüss ao pedir ajuda para que não perdesse os vencimentos de 100\$000 recebidos pela colaboração no jornal *Comércio de São Paulo*. Todavia, juntamente com os cartões que chegavam durante o mês de janeiro de 1917, desejando uma boa entrada de ano para ele e sua família, surgiram também algumas cartas que apresentavam uma possibilidade de mudança não somente de renda e ele passou a vislumbrar uma nova oportunidade:

[...] Afonso, como lente da Politécnica [...] pode desempenhar as funções de Diretor do Museu, percebendo os vencimentos de lente, mais 250\$000 mensais para o aluguel da casa. Os vencimentos são

1 Carta de Alípio Canteiro a Afonso de Taunay, São Paulo, 29 de janeiro de 1917, APMP/FMP (3ª entrada), p.295.

2 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 11 de outubro de 1916, Arquivo do IHGB, Max Fleiüss, lata 474, pasta 65.

650\$000, mais 250\$000 para o aluguel. O Secretário deve aumentar esses vencimentos. Aumente ou não, o Afonso continuará com os vencimentos que tem até agora, em 25 meses.³

A carta enviada pelo advogado Edmur de Souza Queiroz (1877-1946) a Taunay no dia 24, uma quarta-feira de janeiro, era a transcrição de um recado de Alípio Canteiro. Esta missiva trazia o resultado da conversa que Alípio Canteiro havia tido com Armando Prado. Os dois advogados paulistas, Edmur, irmão mais velho de Sara de Souza Queiroz Taunay, e Alípio Canteiro foram responsáveis pela intermediação das conversas entre o então diretor do Museu, o também advogado Armando da Silva Prado (1880-1956),⁴ as autoridades político-administrativas responsáveis pela designação de um nome para ocupar o cargo de diretor do Museu Paulista⁵ e Afonso de Taunay. As negociações aconteceram entre o início de janeiro e meados de fevereiro, quando Taunay pôde agregar ao nome a função que o distinguiria nas letras históricas.

Armando Prado assumiu a direção do Museu após a demissão do zoólogo Hermann von Ihering (1850-1930), que havia dirigido o Museu entre 1894 e agosto de 1916. A longa gestão de Ihering terminou após a instauração, realizada pela Secretaria de Negócios do Interior do estado de São Paulo, representada na ocasião pelo médico e político Oscar Rodrigues Alves, de uma Comissão Inspectora investida de amplos poderes para investigar a administração do Museu.⁶

3 Carta de Edmur a Afonso de Taunay, São Paulo, 24 de janeiro de 1917, Coleção Afonso de Escragnoille Taunay (2ª entrada), pasta 2.

4 Armando da Silva Prado (1880-1956) foi vereador da Câmara Municipal de São Paulo entre 1910 e 1913 e entre 1920 e 1922, ocupou a direção do Museu Paulista de agosto de 1916 a fevereiro de 1917 e ainda foi Deputado Estadual de 1922 a 1930.

5 A respeito da criação do Museu Paulista e de sua vinculação com a história das ciências no Brasil, cf. Taunay, 1937; Elias, 1996; Lopes, 1997; Figuerôa, 1997; Lopes & Figuerôa, 2002-2003.

6 Em *O Ipiranga apropriado*, Ana Maria de Alencar Alves analisou detidamente a gestão de Hermann von Ihering e as circunstâncias que envolveram a demissão desse diretor. Além disso, a autora contribui ao interpretar o papel

Investigada pela comissão, a direção personalista de Ihering apresentou inúmeras irregularidades. Os maiores desacordos gravitaram em torno da coleção de conchas fósseis e das conchas fluviais, do alu-guel do palacete onde Ihering morava, o qual desejava ver incluído como parte de seu salário, e na definição do acervo que compunha a biblioteca particular do zoólogo e a biblioteca do Museu.⁷ Em agosto de 1916, o naturalista foi afastado da direção e Armando Prado assumiu como diretor interino do Museu, cargo que ocupou por apenas seis meses, enquanto esperava a escolha de um substituto.

O cunhado de Taunay, Edmur, foi responsável pelo envio da carta em que Alípio Canteiro informava o estado das negociações:

Acabo de falar com o Armando Prado que me informou: 1º) haver pedido demissão do cargo de Diretor do M. Ipiranga para o qual havia sido nomeado por indicação exclusiva do Olavo Egydio. 2º) que o Secretário [Oscar Rodrigues Alves] rogou-lhe retirasse o pedido até escolher quem o pudesse substituir, e que ele, Armando, aguarda esta escolha para, de fato, exonerar-se. Conversando com ele, louvou e achou felicíssima a indicação do Afonso, tanto mais quanto agora, no Museu, com a aproximação das festas do Centenário da Independência, só se pensa e se trabalha na Seção de História, particularmente na da nossa Independência. [...] Parece que tudo está simplificado: v. deve procurar o Olavo que, obtido o assentimento do Afonso e sem prejuízo deste, em matéria de vencimentos, conseguirá sem maiores dificuldades, a nomeação do

assumido pelas ciências naturais nessa fase do Museu Paulista, colaborando para a compreensão das medidas tomadas em relação às coleções dessa área na gestão de Afonso de Taunay. Cf. Alves, 2001.

- 7 Ana Maria de Alencar Alves aponta outros motivos para os problemas enfrentados pelo cientista destacando, principalmente, sua atuação contra o desmatamento florestal (ibidem, p.141-153). Outro elemento que pode ter contribuído para complicar a situação de Ihering no Brasil foi o antigermanismo gerado pela Primeira Guerra Mundial. Lília Moritz Schwarcz ressalta que pesavam sobre ele acusações de que teria proferido declarações racistas feitas a respeito dos indígenas brasileiros em 1911 no jornal *O Estado de S. Paulo*. Cf. Schwarcz, 1993, p.82-83.

Museu. (Recado do [Alípio] Canteiro) P. S. Procure falar hoje, ou amanhã, de manhã, com Olavo Egydio.⁸

Nessa carta, Alípio Canteiro pedia para Edmur de Souza Queiroz que convencesse seu cunhado Taunay de que não teria prejuízo algum em assumir o cargo de diretor do Museu Paulista e que conversasse com Olavo Egydio de Souza Aranha (1862-1928), que fora casado com sua já falecida prima Vicentina de Souza Queiroz de Souza Aranha,⁹ para apresentar o nome de Afonso de Taunay para o cargo. Intermediando as negociações, Edmur enviou o recado a Taunay e foi conversar com Olavo Egydio.

Depois de recebido o recado, Taunay respondeu à carta do amigo, de forma cordial e modesta, afirmando que a escolha dele nada mais seria do que uma prova de amizade, não significando, portanto, que ele seria a pessoa mais apropriada para assumir o cargo. Diante do comedimento de Taunay provocado pelas circunstâncias, Alípio respondeu:

Caro Taunay,

Recebi ontem, à noite, a tua amável cartinha. Parece-me que você se engana: interessando-me alguma coisa pela tua nomeação sou mais amigo do Museu, do que de você. Para a direção daquele, você é o *the right man in the right place*.¹⁰

8 Carta de Edmur a Afonso de Taunay, São Paulo, 24 de janeiro de 1917, Coleção Afonso de Escagnolle Taunay (2ª entrada), pasta 2.

9 As referências de parentesco da família Souza Queiroz são importantes na medida em que esta deve ser considerada uma das inserções de Afonso de Taunay na sociedade paulista, pois ao casar-se, em 1907, com Sara de Souza Queiroz, que era filha do cafeicultor Antônio de Souza Queiroz (1844-1920) e de Vitalina Pompeo de Camargo de Souza Queiroz (1855-1936) e neta do barão de Souza Queiroz (Francisco Antonio de Souza Queiroz) e da baronesa Antonia Eufrosina de Campos Vergueiro de Souza Queiroz, Taunay vinculou-se a uma das tradicionais famílias paulistas. A respeito da genealogia dos Souza Queiroz, cf. Castro, 2004.

10 Carta de Alípio Canteiro a Afonso de Taunay, São Paulo, 29 de janeiro de 1917, APMP/FMP (3ª entrada), p.295.

No entanto, a apreensão de Taunay quanto à indicação dos outros possíveis nomes que estavam em discussão parecia não cessar mesmo com as boas relações que mantinha com os poderes públicos paulistas. Washington Luís, prefeito de São Paulo naquele ano de 1917, era seu velho conhecido das reuniões do IHGSP, onde, ao lado de Domingos Jaguaribe, compuseram a Comissão Geral de História do Brasil entre 1913 e 1916. Washington Luís reconhecia os dotes de Taunay como historiador, tendo inclusive o convidado para participar do júri responsável por escolher o melhor projeto apresentado para o brasão da cidade de São Paulo,¹¹ mas oficialmente não cabia a ele a nomeação para o cargo de diretor do Museu e sim ao secretário de Negócios do Interior, Oscar Rodrigues Alves. De um lado, portanto, Washington Luís apresentou o nome de Taunay como possibilidade para assumir o cargo ao presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes,¹² com quem mantinha estreitas relações desde a época em que Washington assumiu o cargo de intendente municipal de Batatais (1897-1899)¹³ e que havia sido seu colega no mesmo escritório de advocacia (Miceli, 2001, p.107). De outro lado, Edmur conversou com Olavo Egydio de Souza Aranha, membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Paulista entre 1917 e 1923 (Love, 1981, p.407).¹⁴ Essa conversa resultou na

11 Carta de Washington Luís a Afonso de Taunay, São Paulo, 9 de junho de 1916, APMP/FMP (3ª entrada), p.295.

12 Altino Arantes Marques (1876-1965) foi presidente do estado de São Paulo entre 1916 e 1920. Sérgio Miceli destaca que Altino Arantes reagiu “ao surto bravio das greves operárias de 1917 a 1919 com a imposição de severas medidas repressivas. Esse comportamento desencadeou vigorosas reações críticas, tanto por parte das lideranças operárias e sindicais como dos articulistas e caricaturistas da imprensa oposicionista e anarquista, muitos dos quais eram de origem imigrante”. Além dessa faceta da política administrativa de Altino Arantes, o autor caracteriza-o como um “político benfeitor das artes” que “exerceu seus pendoros para o mecenato no bojo das diversas funções públicas que desempenhou no plano estadual e no nacional”. Miceli, 2003, p.52-57.

13 O cargo de intendente municipal no período era correspondente ao de prefeito em suas atribuições. Cf. Pereira, 2005.

14 A respeito da história do Partido Republicano Paulista, cf. Casalecchi, 1987.

seguinte carta enviada a Taunay numa quinta-feira, 1º de fevereiro de 1917:

Taunay,

Recebi uma outra carta sua. A título de novidade informo a você que os concorrentes ao cargo são o *Barros Barreto* [Antônio de Barros Barreto, lente da Escola Politécnica de São Paulo] (cuja nomeação o governo não vai tornar efetiva, visto ter sido membro da comissão de inquérito dos atos e administração de Ihering – segundo informou-me o Armando Prado – e imagina quem? ... o Evaristo da Veiga, [...]).

Escrevo estas linhas ao lado do Edmur. Resultado da conversa dele com o Olavo: este declarou ao Edmur haver conversado com o Oscar Rodrigues Alves, secretário, havendo o mesmo acolhido a ideia com simpatia. A coisa está neste pé. O Olavo parece que aprova francamente a ideia da tua nomeação. O Alfredinho [Alfredo Egydio de Souza Aranha (1894-1961)], filho do Olavo, já falou a respeito com o Edmur, tendo dito que o pai dele se manifestava favorável.

Por enquanto a coisa está relativamente sob o parecer do Olavo.

Os amigos de você aqui não acham conveniente pôr mais ninguém a pedir por você. Você aqui seria melhor. Por isso acho conveniente abreviar a partida daí. O que for será: palpita-me que a tua nomeação será um fato. Até breve. Abraços do Canteiro.¹⁵

As impressões dos amigos Alípio Canteiro e Edmur de Souza Queiroz estavam corretas e assim que Taunay retornou de suas férias no interior foi nomeado pelo secretário dos Negócios do Interior, Oscar Rodrigues Alves, diretor, em comissão, do Museu Paulista. Logo na segunda quinzena do mês de fevereiro, Taunay enviou diversas cartas às instituições científicas brasileiras e estrangeiras comunicando a mudança de direção do Museu.

15 Carta de Alípio Canteiro a Afonso de Taunay, São Paulo, 1º de fevereiro de 1917, APMP/FMP (3ª entrada), p.295 (grifo do autor).

Nomeado pelas relações de parentesco, pelos contatos políticos e pelas amizades com as pessoas certas, Taunay trazia consigo os ensinamentos adquiridos com seu pai. Estava pronto para assumir aquilo que melhor a vida lhe apresentasse. Os ensinamentos de seu pai ecoavam em sua mente: prepare-se para as melhores posições, tenha todas as credenciais e seja bem relacionado, esteja preparado para distinguir-se dentre os demais. Com essas premissas direcionando suas condutas, Taunay estava ali trabalhando em São Paulo desde 1899, inserindo-se nas principais instituições culturais da cidade, publicando nos jornais paulistanos. Entrou para uma família tradicional paulista por meio do casamento, estreitou seus laços com os poderes políticos que governavam São Paulo naquele momento e, sobretudo, havia se decidido quanto à carreira que queria seguir. Sim, ele havia se decidido, era professor de Química e Física na Politécnica e no Colégio de São Bento, mas já era um historiador de ofício. Um historiador que publicara os estudos a respeito de Pedro Taques Paes Leme e frei Gaspar da Madre de Deus, os historiadores da História das bandeiras.

Da História Natural à História Nacional

Afonso de Taunay assumiu a direção do Museu Paulista com a missão, já anunciada por Armando Prado,¹⁶ seu antecessor, de prepará-lo para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, que aconteceriam durante a semana do dia 7 de setembro de 1922. Portanto, ele contava com quase cinco anos para providenciar as modificações que o governo paulista e ele considerassem necessárias.

No entanto, para atingir esses objetivos, Taunay deveria modificar as feições de um museu já reconhecido como uma instituição

16 “[...] no Museu, com a aproximação das festas do Centenário da Independência, só se pensa e se trabalha na Seção de História, particularmente na da nossa Independência [...]” Carta de Edmur a Afonso de Taunay, São Paulo, 24 de janeiro de 1917, Coleção Afonso de Escagnolle Taunay (2ª entrada), pasta 2.

vinculada às ciências naturais. Quando criado em 1894, o Museu do Ipiranga integrava um rol de iniciativas que visavam o desenvolvimento de instituições científicas no Brasil e sua vocação inicial era a História Natural. O grande número de instituições reformuladas ou construídas no final do século XIX, impulsionadas pelo incremento dos investimentos públicos voltados para as ciências naturais, levou o geógrafo norte-americano Orville Adelbert Derby (1851-1915) a afirmar que o Brasil teria “despertado para a pesquisa científica”.¹⁷

O edifício que abriga o museu foi projetado pelo engenheiro e arquiteto italiano Tommaso Gaudêncio Bezzi com a finalidade de representar o Monumento à Independência brasileira. A intenção de construir um monumento foi contemporânea à declaração da Independência. O imperador D. Pedro I concedeu, em 1823, uma licença, a pedido do Barão de Iguape, para esse fim. Ao longo do século XIX, algumas propostas foram apresentadas e, somente após grandes divergências com intensa repercussão na imprensa,¹⁸ o projeto de Bezzi foi aprovado em 1881 pelo governo provincial de São Paulo. O Museu Paulista foi instalado no Palácio do Ipiranga a partir de 1894 sob a direção de Hermann von Ihering,¹⁹ que fora

17 “De fato, a partir do último quartel do século XIX – e pelo século XX adentro – o país experimentou uma série de iniciativas no âmbito científico-cultural, que envolveram tanto a criação de novos espaços institucionais quanto a reformulação dos preexistentes. São exemplos do primeiro caso a Comissão Geológica do Brasil (fundada em 1875), a Escola de Minas de Ouro Preto (1875), a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886), a Imperial Estação Agrônômica de Campinas (1887), o Museu Paraense (1871), o Instituto Bacteriológico de São Paulo (1892), a Escola Politécnica de São Paulo (1893), o Museu Paulista (1894), o Instituto Soroterápico de Manguinhos (1899), o Instituto Butantã (1901), o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907), entre outros. Do segundo caso, citem-se o desmembramento do Imperial Observatório Nacional da Escola Central (1871), a transformação da Escola Central em Escola Politécnica do RJ (1874), as reformas do Museu Nacional (1876) e do Colégio Pedro II (1876 e 1878)” (Figueirôa, 1997, p.103).

18 Cf. Elias, 1996.; Alves, 2001.

19 “Hermann von Ihering (1850-1930) chegara ao Brasil em 1880. Foi naturalista-viajante do Museu Nacional. Seus estudos abrangeram as mais diversas

convidado em 1892 por Orville Derby, o então chefe da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, para chefiar uma Seção Zoológica da Comissão.²⁰

O Monumento da Independência transformado em Museu Paulista foi inaugurado durante as festividades de 7 de setembro de 1895 e contava com o quadro de Pedro Américo *Independência ou Morte!*, pintado entre 1886 e 1888, no Salão de Honra²¹ e um esqueleto de baleia no hall de entrada (Lopes, 1997, p.271), elementos emblemáticos que apontavam para a convivência da História Pátria e da História Natural nesse novo espaço da ciência no Brasil.

Quando Afonso de Taunay assumiu a direção do Museu Paulista, esse espaço já havia se consolidado como referência de estudos em diversos ramos das ciências naturais, com intercâmbios mantidos com muitas instituições nacionais e internacionais. Portanto, uma das primeiras medidas tomadas por ele foi o envio de várias cartas comunicando a mudança de direção do Museu. O elenco de algumas dessas cartas é capaz de mostrar a diversidade e amplitude das relações que o museu mantinha no período: ao sr. Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional,²² ao Sr. Aurélio Lopes de Souza, diretor interino da Biblioteca Nacional,²³ ao dr. Carlos Chagas, diretor do Instituto Oswaldo Cruz,²⁴ ao sr. João C. Costa, diretor da Escola

áreas da História Natural, tendo deixado publicações botânicas, antropológicas e etnológicas, dedicando-se, porém ao longo de toda sua vida, desde sua tese de doutorado, à Zoologia e Paleozoologia de moluscos. Considerado um notável malacólogo, era também autoridade em diversos ramos da Zoologia, como a ornitologia e a mamalogia” (Lopes, 1997, p.268).

20 A respeito das negociações entre Orville Derby e Hermann von Ihering, cf. Figuerôa, 1997, especialmente p.143-148; Lopes, 1997, especialmente p.265-269; Alves, 2001, especialmente p.62-68.

21 A respeito da obra de Pedro Américo e das implicações do “fato representado”, cf. Oliveira & Mattos (orgs.), 1999 (Acervo, 2).

22 Carta de Afonso de Taunay a Bruno Lobo, São Paulo, 26 de fevereiro de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 103.

23 Carta de Afonso de Taunay a Aurélio Lopes de Souza, São Paulo, 26 de fevereiro de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 103.

24 Carta de Afonso de Taunay a Carlos Chagas, São Paulo, 26 de fevereiro de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 103.

de Minas de Ouro Preto,²⁵ ao sr. Tarcísio de Magalhães, diretor interino da Escola Agrícola “Luiz de Queiroz”,²⁶ ao general Thaumaturgo de Azevedo, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,²⁷ ao dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, diretor da Sociedade de Estatística do Rio de Janeiro,²⁸ ao sr. Coronel Frederico Schumann, diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro,²⁹ ao dr. Antônio Pacheco Leão, diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro,³⁰ dentre muitas outras cartas enviadas aos Institutos Históricos dos vários estados, aos museus europeus e latino-americanos.

Além dos comunicados oficiais de sua nomeação, Taunay enviou diversas cartas às pessoas que conhecia e que pudessem de alguma maneira colaborar na localização de documentos e na doação de coleções de obras referentes à História do Brasil para compor a biblioteca do Museu.

Taunay afirmava que durante os 22 anos, de 1894 a 1916, da administração de Ihering “vegetou a coleção chamada histórica do Museu Paulista, amontoadas em duas das menores salas do Palácio do Ipiranga” (Taunay, 1937a, p.47) mesmo com o regulamento da instituição instruindo em seu terceiro artigo que caberia ao museu, além de se dedicar às ciências naturais, constituir-se também de “uma seção destinada à história Nacional e, especialmente, dedicada a coleccionar e arquivar documentos relativos ao período de nossa independência política” (ibidem, p.45).

25 Carta de Afonso de Taunay a João C. Costa, São Paulo, 26 de fevereiro de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 103.

26 Carta de Afonso de Taunay a Tarcísio de Magalhães, São Paulo, 26 de fevereiro de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 103.

27 Carta de Afonso de Taunay a general Thaumaturgo de Azevedo, São Paulo, 26 de fevereiro de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 103.

28 Carta de Afonso de Taunay a José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, São Paulo, 26 de fevereiro de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 103.

29 Carta de Afonso de Taunay a Frederico Schumann, São Paulo, 26 de fevereiro de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 103.

30 Carta de Afonso de Taunay a Antônio Pacheco Leão, São Paulo, 26 de fevereiro de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 103.

A convivência entre as distintas áreas do conhecimento continuou existindo durante a gestão de Taunay, pois, mesmo com o direcionamento das atividades e verbas para a História nacional que o governo paulista e ele imprimiram no Museu, a História natural não foi esquecida. Uma das primeiras providências que Taunay tomou foi a impressão de um novo tomo da *Revista do Museu Paulista*, além da contratação do botânico Frederico Carlos Hoehne para catalogar o imenso material de que o Museu dispunha e, logo em março de 1917, propôs ao secretário do Interior que contratasse por três meses um especialista de cada área das ciências naturais para que pudessem classificar o material das várias especialidades de que o Museu dispunha. Foram convidados para prestar esse auxílio ao Museu, dentre outros: Ricardo Krone, Mello Freitas, Adolpho Ducke, Adolfo Lutz, Luís Travassos, Carlos Moreira, Adolpho Hempel, Alípio de Miranda Ribeiro e Roquette-Pinto.³¹

Enquanto estabelecia contatos para a aquisição de documentos e obras de História do Brasil, Taunay não cessou as atividades de contratação, consulta e compra de coleções e livros dedicados às ciências naturais. De certa forma, ele administrava essa seção, conseguindo verbas e pessoal especializado, e trabalhava pessoalmente na transformação do Museu Paulista em um museu de História que deveria estar pronta para as comemorações do Centenário da Independência.

No primeiro volume que editou da *Revista do Museu Paulista*, Taunay publicou o artigo “O primeiro naturalista de São Paulo” (1918). Um estudo a respeito de Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, um “naturalista ignorado” segundo ele. A partir do exame de fragmentos do tratado de Ornitologia escrito por Ordonhes, Taunay concluiu que devia lhe atribuir a honra de ter sido o primeiro filho de São Paulo que havia “escrito cientificamente alguma coisa sobre as ciências naturais”. Esse artigo de Taunay mostrava a maneira pela qual ele tentaria adequar seus conhecimentos às exigências do

31 Para um estudo mais detalhado do tema, ver especialmente o subtítulo “Taunay e a História Natural”, in: Alves, 2001, p.156-164.

cargo na medida em que naquele momento contava o Museu Paulista, ainda dedicado principalmente às ciências naturais, com um historiador em sua direção.

Um dos importantes trabalhos que Taunay coordenou no Museu quanto às ciências naturais foi a divulgação de dois volumes de bibliografia das áreas de Botânica, Zoologia, Geologia, Mineralogia e, ainda, Etnografia. O primeiro foi lançado em 1921 e trazia uma bibliografia “assaz extensa sobre as ciências naturais e o Brasil, relativa aos anos de 1913 e 1919. Havia-se nesta época revistado a produção científica brasileira e estrangeira que chegara à biblioteca do Museu Paulista” (Taunay, 1927a), afirmou Taunay. No entanto, ele verificou que a bibliografia internacional era muito restrita, portanto resolveu publicar apenas uma relação comentada das obras nacionais.

Na *Advertência* do segundo volume dedicado às obras internacionais, Taunay explicou como foi desenvolvido o trabalho:

Em 1921 tivemos que interromper esse penoso trabalho. O extraordinário acúmulo de serviço trazido pelo Centenário e a *remodelação completa* do Museu Paulista para a sua reabertura solene a 7 de setembro de 1922, impediu-nos de continuar com tão árduo serviço. Com a reorganização do Museu Paulista, ficou ao arbítrio dos dignos assistentes continuar a tarefa ampliando-a se entendessem que merecia ser continuada. [...] Como terão os leitores o ensejo de notar, cabe ao Dr. Adolpho Hempel a maior contribuição para esta bibliografia. Nos dois anos em que serviu no Museu Paulista, prestou este distinto naturalista, coccidiólogo mundialmente reputado, os melhores serviços ao Instituto [...] assim como merece especial menção a espontânea colaboração graciosa do Sr. Júlio Melzer, distinto coleopterólogo residente em São Paulo. (ibidem, sem número de página, grifo nosso)

No primeiro volume, Taunay havia participado não só da coordenação como também do trabalho de resenha de muitas obras. No total dos dois volumes, foram escritos 350 verbetes dos quais 142

são da autoria de Taunay (Matos, 1977, p.83). No segundo volume, como ele mesmo afirmou, suas energias estavam todas voltadas para a “remodelação completa” por que passou o Museu Paulista.

Aquilo que deveria ser remodelado foi narrado por Taunay no *Guia da Seção Histórica do Museu Paulista*:

Durante quase um quarto de século permaneceu a chamada coleção histórica do Museu Paulista no *status quo* de 1895. Nem sequer se cogitou da criação de uma brasileira restrita na biblioteca do estabelecimento.

Nem mesmo a doação valiosíssima do Presidente Campos Salles mereceu ser instalada fora do exíguo cômodo em que estavam empilhados móveis, telas históricas e retratos, diversos objetos domésticos os mais dispare, e outros *soi disant* históricos, alguns dos quais até ridículos, senão grotescos, num conjunto digno de verdadeiro belchior, realmente depreciativo da tradição nacional, tanto mais quanto tudo merecia a mais desleixada conserva.

Em diversas outras salas havia um ou outro quadro histórico, colocado da maneira menos recomendável [...]. (Taunay, 1927a, p.47)

As críticas à administração de Ihering eram duras e, muitas vezes, até acusatórias, pois Taunay acreditava que o naturalista havia se apossado de livros que pertenciam à biblioteca do Museu Paulista e que, principalmente, havia descumprindo uma de suas funções deixando de adquirir móveis antigos que no final do século XIX e início do XX eram vendidos por preços que em 1917 já eram inacessíveis.

A História da “remodelação completa” do Museu Paulista narrada por Taunay no *Guia da Seção Histórica do Museu Paulista* tem início com a saída de Ihering da administração e com o interesse dos poderes públicos em financiar tal empreendimento:

Com a rápida diretoria do dr. Armando Prado (1916-1917) começou a reviver a seção histórica do Museu Paulista, por meio de excelentes aquisições relativas ao passado de S. Paulo e do Brasil.

No período presidencial do Dr. Altino Arantes (1916-1920) a aproximação dos festejos projetados para 1922 valeu à seção histórica, e ao Museu em geral, o ensejo de obter valiosos recursos, cabendo aqui lembrar os excelentes elementos alcançados graças ao interesse do Dr. Oscar Rodrigues Alves, então Secretário do Interior. Daí resultou a abertura de duas salas consagradas à cartografia antiga de S. Paulo e a exposição de valiosos documentos paulistas.

Sob a presidência do Dr. Washington Luis P. de Souza (1920-1924) tomou a seção histórica enorme desenvolvimento. Largos créditos lhe foram concedidos pelo novo presidente, apaixonado tradicionalista, para a apresentação condigna do palácio do Ipiranga e suas coleções na data fausta do centenário da Independência.

A 7 de setembro de 1922 foram abertas à visita pública oito salas novas consagradas à história paulista e nacional, além de se ter procedido à decoração do majestoso peristilo, da escadaria monumental e do Salão de Honra, onde apenas se apresentava outrora o quadro de Pedro Américo.

Ao Dr. Alarico Silveira, então Secretário do Interior, deveram-se ainda os recursos para a ampliação de diversas exposições, além da edificação do grande e tão evocativo pavilhão de velhas máquinas agrícolas.

Pela lei nº 1911, de 29 de dezembro de 1922, criou-se, no Museu Paulista, a seção de História Nacional, especialmente de S. Paulo, e de Etnografia.

Ainda ocorreu no período presidencial de 1920-1924 a criação do Museu Republicano Convenção de Itu, inaugurado a 18 de abril de 1923, e anexado à seção de História do Museu Paulista. (Taunay, 1927a, p.49-49)

Taunay narrou nesses poucos parágrafos o resultado de um trabalho cotidiano, desenvolvido entre 1917 e 1924, que foi cercado de muitos pedidos de verbas, de diversas exigências quanto à forma de aplicação desses recursos e, principalmente, da movimentação de uma extensa rede de auxiliares nacionais e internacionais, amigos, profissionais e instituições, que proporcionaram a localização e

aquisição de documentos e livros, a produção de quadros e esculturas para a montagem do cenário³² das comemorações de 1922.

Como funcionário público do estado de São Paulo, Taunay narrou a importância das verbas e das intenções das administrações que se sucederam nesse período de transformação de um museu dedicado às ciências naturais para um museu de História.

Para que essa transformação acontecesse, foram necessárias, além das verbas públicas destacadas por Taunay, a escrita de uma determinada História com escolhas de temas, de personagens, de recortes temporais, de bibliografia e documentos. Essas escolhas foram realizadas seguindo um certo modo de fazer, uma determinada forma de operar e ler as fontes, a bibliografia e interpretar as experiências passadas a partir daquele presente. Portanto, os princípios da moderna crítica histórica, as influências do pai, as orientações de Capistrano de Abreu, o ambiente dos Institutos Históricos de São Paulo e do Rio de Janeiro possibilitaram a Taunay a realização da transformação do Museu Paulista planejada pela política paulista do período. Mas proporcionaram, sobretudo, as condições de emergência³³ de sua produção historiográfica.

É possível e relevante analisar a montagem do cenário das comemorações de 1922 no Museu por meio do estudo das medidas administrativas efetuadas cotidianamente por Taunay na direção daquele monumento à Independência, mas é por meio da interpretação da História escrita por Taunay concomitantemente à montagem desse cenário que podemos compreender essa escrita articulada às produ-

32 Para um estudo aprofundado das mudanças ocorridas no Museu Paulista durante a administração de Taunay (1917-1945), cf. Breffe, 2005. Para o conhecimento dos intercâmbios intelectuais ocorridos para a preparação do Museu Paulista, cf. Anhezini, 2002-2003. Para a compreensão das representações pictóricas da cidade de São Paulo produzidas para figurar no Museu Paulista, cf. Lima & Carvalho, 1993.

33 Manoel Luiz Salgado Guimarães destaca a importância de se “pensar a historiografia a partir do conceito de cultura histórica [...] em suas profundas relações com a história da cultura. O texto adquire centralidade nesta investigação, posto que condição para a compreensão dos passados possíveis e historicamente construídos por homens”. Guimarães, 2005, p.45-46.

ções da cultura humana e às condições de possibilidade de emergência desses textos nas primeiras décadas do século XX em São Paulo.

A História se faz com os documentos

Em 1911, Afonso de Taunay proferiu a aula inaugural do curso de História Universal na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo intitulada *Os princípios gerais da moderna crítica histórica* (1914b). Com uma clara referência ao livro *Introdução aos estudos históricos* (1946), de Langlois e Seignobos, Taunay dissertou a respeito dos procedimentos adequados para a escolha e utilização dos documentos na pesquisa histórica. Decorridos seis anos dessa primeira exposição daquilo que considerava a maneira mais adequada para se escrever a História do Brasil, Taunay se viu diante da possibilidade de colocar em prática alguns daqueles procedimentos.

À frente da reestruturação da Seção de História do Museu, Taunay se empenhou desde os primeiros meses na localização da documentação que necessitava para montar as primeiras salas que desejava expor até o final do ano de 1917. Para tanto, providenciou a contratação de copistas reconhecidamente competentes que pudessem reproduzir fielmente cerca de cinquenta mapas dos séculos XVI, XVII e XVIII referentes ao Brasil e a São Paulo, em particular, e numerosos documentos datados de 1550 a 1822 relativos “aos mais importantes fatos do passado paulista”.³⁴ Uma das negociações mais longas girou em torno da aquisição do mapa de d. Luis de Céspedes Xeria. Taunay tratou com o sr. Santiago Montero de Sevilha durante todo o ano de 1917 porque queria uma “cópia exata com os tamanhos e cores naturais”³⁵ do mapa original.

34 Carta de Afonso de Taunay enviada aos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Comércio* e *Correio Paulistano*, São Paulo, 22 de dezembro de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 104.

35 Carta de Santiago Montero Diaz a Afonso de Taunay, Sevilha, 13 de agosto de 1917, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 104.

Além das cópias de mapas e manuscritos e da contratação de artistas que fizeram quadros e esculturas para ornamentar o Museu, Taunay contou com o auxílio de Gentil de Moura, Eugênio Egas, Max Fleiüss, Ramiz Galvão, Afonso de Freitas, Capistrano de Abreu e Basílio de Magalhães para o rastreamento de obras importantes, produzidas nos séculos coloniais, de que a biblioteca do Museu não dispunha. Após o esforço empreendido no primeiro ano de trabalho, o prefeito de São Paulo, Washington Luís, enviou a Taunay uma carta de reconhecimento:

De posse do relatório por V. Ex^a apresentado à Câmara Municipal de São Paulo e relativo ao ano de 1917, relatório que V. Ex^a ofereceu à Biblioteca do Museu, cabe-me só agradecer-lhe a valiosa oferta como ainda felicitá-lo pelos dados que em tal documento se verifica, comprobatórios da brilhante e patriótica gestão de V. Ex^a a quem confiou em seu favor o executivo do município de S. Paulo.³⁶

De posse dos documentos adquiridos pelo Museu e diante da necessidade de estudar alguns episódios da História paulista para orientar a feitura dos quadros, esculturas e a compra de obras e documentos, Taunay produziu cinco artigos que reunidos em livro deram origem ao *Na era das bandeiras* (1922),³⁷ seu primeiro ensaio a respeito do tema das bandeiras realizado após os estudos biobibliográficos relativos a Pedro Taques e frei Gaspar da Madre de Deus.

Utilizando-se das aquisições de três edições da *Histoire journalière du voyage fait avec six navires sous la conduite du sr. Joris van Spilbergen*, que apresentavam pequenas divergências as quais Taunay tentou confrontar, ele narrou alguns episódios da passagem

36 Carta de Washington Luís a Afonso de Taunay, São Paulo, 11 de setembro de 1918, APMP/FMP (1^a entrada), p.107.

37 O texto apareceu primeiro em 1919 na *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 84, p.385-531. Utilizarei como referência a segunda edição de 1922.

da esquadra comandada por Joris van Spilbergen pelo Brasil que no ano de 1915 “assaltou Santos” (Taunay, 1922a, p.61-87). Dando destaque para o papel do “grande bandeirante” Sebastião Preto, que provavelmente foi “o chefe do socorro paulistano à marina ameaçada pela esquadra de Spilbergen” (ibidem, p.87), Taunay apresentou essa narrativa como um episódio inédito e interessante para a História de São Paulo.

Outro documento que mereceu o destaque de Taunay foi o mapa de d. Luis de Céspedes Xería que, em sua avaliação, representava a primeira carta de penetração do Brasil. A partir desse mapa, da *Historie du Paraguay*, de Charlevoix, da *Relación de viaje*, de d. Luis de Céspedes, e da *História do Rio Grande do Sul*, de Carlos Teschauer, todos documentos adquiridos para o Museu Paulista, Taunay escreveu a História da viagem de d. Luis de Céspedes Xería, que passou por São Paulo e foi até a Ciudad Real, onde foi empossado pelo governo paraguaio. A importância desse estudo foi justificada não somente pela divulgação do mapa, mas, sobretudo, pela narrativa do “arrazamento total das missões do Guairá pelos paulistas, comandados por Manuel Preto” (ibidem, p.122) durante o governo de Céspedes Xería.

O ensaio intitulado “Um Cresco colonial”, também incluído em *Na era das bandeiras*, traz a apresentação de fragmentos dos manuscritos que restaram de Guilherme Pompeu de Almeida, presbítero secular nascido em Parnaíba em 1656. O tal padre milionário tornou-se conhecido dos pesquisadores a partir da divulgação na *Revista IHGB da Nobiliarquia paulistana* de Pedro Taques, porém a publicação do testamento de Pompeu de Almeida realizada por Azevedo Marques em 1879 veio reduzir um pouco as proporções megalomaniacas, apresentadas por Taques, dos dados referentes à fortuna do padre.

Por essa razão, ou seja, pela existência de duas versões possíveis somadas a outros documentos descobertos posteriormente, Taunay acreditava que o comentário dos manuscritos do padre Guilherme Pompeu descobertos posteriormente a essas duas fontes já conhecidas podia “dar suficiente ideia do quão valioso vem a ser para a

história da civilização no Brasil”, pois “permite, até certo ponto, a reconstrução de determinada face de São Paulo setecentista, muito embora os documentos se achem notavelmente desfalcados e, sobretudo, truncados” (ibidem, p.137).

A narrativa dos *Martírios de Iguatemi* também foi produzida por meio de um documento adquirido para o Museu Paulista e possibilitou a Taunay reafirmar um princípio motivador de sua escrita da História, ou seja, o estudo da vida cotidiana colonial. Antônio de Toledo Piza, quando esteve na presidência do IHGB, imprimiu volumosa documentação a propósito dos atos oficiais que cercavam a história do rio Iguatemi, no entanto, destaca Taunay:

Abundam os fatos extraordinariamente, multiplicam-se os pormenores, mas faltam-lhes o indispensável e insubstituível complemento da *documentação humana*. Não há naquelas centenas de páginas senão a frieza da palavra oficial, sempre reservada, como os dados estatísticos de toda a espécie acompanham. Este complemento *vivificador* nós o obtivemos de outra origem, graças à leitura de um manuscrito inédito adquirido para o Museu Paulista [...]. Desconhecido, modesto, humilde mesmo, representa importantíssima contribuição para a história de Iguatemi porque é natural e desataviado, *narrativa de acontecimentos traçados dia a dia, sob a impressão imediata dos fatos*. Lendo-o a princípio descuidadosamente, por ele se interessou o nosso ilustre mestre Capistrano de Abreu que o percorreu até a última página, recomendando-nos vivamente que o lêssemos também. (ibidem, p.142, grifos nossos)

Seguindo os conselhos do mestre Capistrano, Taunay resolveu estudar as tais páginas do manuscrito de Theotônio José Juzarte e concluiu que elas continham os elementos que interessavam à História, ou seja, a narrativa do cotidiano, os acontecimentos que conferem vida à história. Essa leitura resultou no artigo em que Taunay comenta as circunstâncias pitorescas e, segundo ele, até empolgantes, “decorridas em torno de uma grande monção de in-

felizes povoadores, despachados em 1769 para aquelas paragens mortíferas do sul mato-grossense, pelo arbítrio do governo português” (ibidem, p.142).

Além desses estudos, *Na era das bandeiras* é composto, ainda, de um trabalho de grande significado para a compreensão do projeto de História que Taunay estava colocando em prática. A pesquisa que abre o livro é o estudo do “primeiro ponto de partida para a conquista do Brasil pelos brasileiros” (ibidem, p.60). Esse é o momento inaugural na obra de Taunay da apresentação dessa fórmula narrativa de exposição daquilo que foi a ideia fixa perseguida por ele em todas as suas buscas de fontes para provar que coube aos sertanistas paulistas conquistar e povoar o Brasil. Em 1919, quando ele publicou nesse livro um artigo contendo a reconstituição da “vida em Santo André da Borda do Campo” a partir das *Atas da Câmara* dessa vila, Taunay iniciou o seu projeto, que somente seria concretizado com a publicação de mais ou menos vinte outros livros. A narrativa daquilo que defendeu como a conquista do Brasil pelos brasileiros foi o projeto desenvolvido em todos os volumes da *História geral das bandeiras paulistas* e da História de São Paulo quinhentista, seiscentista e setecentista.

Portanto, na visão de Taunay, os cinco artigos publicados no livro *Na era das bandeiras* eram uma mostra de como documentos inéditos, adquiridos pelo Museu, possibilitavam a escrita da História da Civilização brasileira, entendida como a história da vida cotidiana dos homens que viveram no período mais importante da História do Brasil, ou seja, a era das bandeiras.

As Atas e o Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo

Se a História não se faz sem os documentos, quando se publicam novos documentos deve o historiador logo “fazer História” deles, pois novas fontes devem ser entendidas como novas peças disponíveis para a composição dos mosaicos da História. Quanto maior

o número de monografias compostas com essas novas peças, mais próximo da verdade estará o historiador e este deve ser o objetivo do seu ofício, é o que dita a moderna crítica histórica, afirmava Taunay (idem, 1914b).

Entre 1902 e 1903, quando frequentou o Arquivo Público de São Paulo e o Arquivo da Câmara da capital, Washington Luís havia pesquisado as *Atas da Câmara de São Paulo* e o *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*. Naquele período, afirmou ele, estava animado em fazer uma relação cronológica das entradas pelo sertão, porém, eleito deputado estadual em 1904 e tomado após esse momento pela vida política e administrativa, publicou apenas o *Testamento de João Ramalho* em 1905, um grande achado para a época, e um ensaio na *Revista do IHGSP* intitulado “Contribuição para a história da capitania de São Paulo: Governo de D. Rodrigo César Menezes”, que seria desenvolvido e publicado em livro em 1918 (*A capitania de São Paulo*, Luís, 1918). Daquele período guardou muitas anotações e, em 1956, já afastado da vida pública, lançou a *História da capitania de São Vicente* (2004). No entanto, das consultas realizadas naquela documentação não restaram apenas as notas, mas também a intenção, segundo ele, de facilitar o acesso a tais fontes em razão da necessidade de algum historiador realizar aquilo que ele havia planejado e somente concretizaria no final da vida:

Eu havia tido lazeres e paciência, anteriormente, para compul-sar tais documentos e deles extraí notas. Muitos dos estudiosos da História de São Paulo não teriam tempo para o consumir em investigações de arquivos. Seria, pois, egoísmo imperdoável, não divulgar tais documentos desde que fosse possível. E assim se fez.

A publicação dessa documentação valiosa, decifrada em boa letra de forma, em volumes facilmente manuseáveis, iria permitir a estes estudiosos o exame tranquilo em suas casas, em horas dispo-níveis, com seguro proveito para a nossa literatura histórica. (Luís, 2004, p. 42)

Por ocasião do início de gestão como prefeito da cidade de São Paulo em 1914,³⁸ Washington Luís contratou para o trabalho de decifração e transcrição os paleógrafos Francisco de Escobar e Manuel Alves de Souza e determinou a publicação das *Atas da Câmara de São Paulo*. Após o término dessa tarefa, eles se debruçaram sobre o *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo* e, em 1917, a publicação desse *corpus* documental resultou em mais de quarenta volumes.

Taunay muito se beneficiou do empreendimento documental e histórico de Washington Luís. Sob os olhos de Taunay essa documentação tomaria a forma do objeto de composição da História dos Costumes. Essas novas fontes, entendidas por Taunay como peças do mosaico somadas àquelas de que já dispunha no Museu Paulis-

38 “Quando Washington Luís foi elevado ao cargo de prefeito da capital, em 1914, além de seus esforços para reorganizar as finanças e os serviços municipais, de proceder ao levantamento do patrimônio e dos terrenos da prefeitura, ele foi mais além e metodizou o sistema educacional público, reorganizando também o Museu Paulista [...]. Levando adiante ainda essa política, ele patrocinou a publicação de antigos manuscritos relacionados à história local e também dispôs sobre a publicação dos Atos da Câmara Municipal de São Paulo. Peça emblemática seminal na instilação dessa nova consciência, ele instituiu a criação do escudo da cidade. Composto pelo concurso do pintor tradicionalista Wasth Rodrigues e do futuro modernista Guilherme de Almeida, o brasão heráldico [...] anunciava a divisa tonitroante: ‘Non Ducor Duco’. Um símbolo de cristalina clareza, para o caso de alguém ainda ter dúvidas. Com a aproximação do primeiro centenário da Independência do Brasil, a ser celebrado em 1922, foi organizado um concurso público para se erigir um monumento comemorativo, [...] destinado a impressionar, a atrair o público para o museu e a exprimir, em termos inequívocos, que a Independência foi estabelecida em São Paulo e conduzida por um político paulista, José Bonifácio de Andrada e Silva. Dentro desse clima de entusiasmo localista foi forjada a figura mítica do bandeirante [...]” (Sevcenko, 1992, p.137-138). É fundamental salientar que a imagem positiva do bandeirante começou a se formar no século XVIII, com Pedro Taques e frei Gaspar, em oposição às versões depreciativas construídas pelos jesuítas, e que no final do século XIX as representações positivas dessa figura foram retomadas e já encontravam-se estampadas nas páginas do *Almanach Litterario de São Paulo*. Cf. Ferreira, 2002, especialmente o capítulo 1, p.29-92.

ta, conformariam um dos pontos centrais do seu principal recorte temático: a História de São Paulo.

A partir de 1917, Taunay passou a divulgar as primeiras incursões no terreno das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* nas colunas do *Correio Paulistano*, jornal oficial do Partido Republicano Paulista, que reunia naquele tempo as figuras proeminentes da administração pública de São Paulo. A partir da década de 1920, quando Menotti Del Picchia assumiu o cargo de crítico literário e redator político, a redação do *Correio Paulistano*, localizada no epicentro da vida cidadina de São Paulo, o Triângulo,³⁹ passou a congregiar Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho e Alfredo Ellis Júnior,⁴⁰ integrantes do grupo modernista Verde-Amarelo.⁴¹

Nesse ambiente de exposição das posições políticas do PRP e da fermentação de ideias modernistas que eclodiriam durante a década de 1920, Taunay obteve um espaço privilegiado de divulgação de seus trabalhos. Quase semanalmente publicou partes dos estudos que resultaram na composição dos primeiros livros nos quais, a partir das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara Municipal*, escreveu a sua versão da História de São Paulo.

Em 1920, 1921 e 1923, Afonso de Taunay publicou *São Paulo nos primeiros anos* (1920), *São Paulo no século XVI* (1921) e *Piratiniga* (1923). Inaugurava oficialmente com essa trilogia a já anunciada narrativa da “conquista do Brasil pelos brasileiros” com as características que marcaram a sua escrita a respeito do passado colonial brasileiro. Essas características já presentes em muitas passagens dos estudos publicados anteriormente – tanto naqueles a respeito de Pedro Taques e frei Gaspar da Madre de Deus quanto nos artigos que compuseram a obra *Na era das bandeiras* – apare-

39 Cf. Fabris, 1994.

40 Cf. Ferretti, 2004. Antônio Celso Ferreira afirma que Alfredo Ellis Júnior “manteve contatos estreitos com os verde-amarelos, apesar de não ter participado das experiências estéticas do modernismo”. Ferreira, 2002, p.331.

41 Cf. Velloso, 1993, p.89-112.

ceram nessas três obras aperfeiçoadas e com o formato não mais de um projeto para uma História dos costumes no Brasil, mas sim efetivamente na forma de “ensaio de reconstituição social”.⁴²

São Paulo nos primeiros anos foi dedicado ao “dr. Washington Luís Pereira de Souza” em agradecimento pela publicação da documentação que norteou a feitura do livro. Taunay justificou o estudo da seguinte maneira:

Muito tentadora a empresa, não só porque se refere a São Paulo, centro de irradiação da conquista do Brasil pelos brasileiros, primeiro posto avançado da civilização no interior do nosso país, como por oferecer ao comentador o mais pitoresco terreno e até hoje virgem. Não houve, com efeito, nas nossas letras históricas quem empreendesse uma reconstituição no gênero da que procuramos realizar: ressuscitando grande cópia de fatos inteiramente inéditos, salvo quanto a este ou aquele pormenor escasso, aqui e ali colhido, como o fez Azevedo Marques. (Taunay, 2003b, p.15-16)

Estavam ali destacadas muitas das orientações que ele havia professado em 1911 para os alunos da Faculdade Livre de Filosofia e Letras e, em 1914, para os consócios do IHGSP e, principalmente, abria-se a possibilidade de seguir a ordem do mestre Capistrano de Abreu: “Se você está em São Paulo e quer escrever história faça uma coisa: estude as bandeiras” (idem, 1939, p.10).

Taunay tinha em mãos os tão sonhados “fatos inéditos” para “ressuscitar” a respeito da cidade que representava o “centro de irradiação” das entradas pelo sertão. Realmente, era uma “tentadora empresa” cuja publicação foi financiada pelos cofres públicos do município de São Paulo e, ainda, revisada, mais de uma vez, pelo escritor e amigo Alberto Rangel (1871-1945). Rangel morou na Europa durante as décadas de 1910 e 1920, onde organizou “O

42 Essa definição aparece como subtítulo da obra *São Paulo nos primeiros anos*, mas está presente na apresentação das duas outras obras: *São Paulo no século XVI* e *Piratininga*.

inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d'Eu", publicado pela Biblioteca Nacional em 1939.

Em 14 de setembro de 1919, quando recebeu as provas da casa editora de Tours, Rangel escreveu a Taunay:

Acabo de receber de Tours um pacote com as provas das últimas páginas do seu curiosíssimo livro. E entre parênteses: O título depois que você o encurtou ficou bem melhor. Eu adotaria *São Paulo nos primeiros tempos*, tanto a palavra *anos* me soa mal, e tanto mais que ficaria mais de acordo com o livro que pouco diz efetivamente e rigorosamente dos primeiros anos sumidos com o primeiro volume das *Atas*. Você perdoe-me o desaforo...

Você pôs-me em botas com essa revisão. Não sei, muitas vezes, a que me ater. Faltando-me o primeiro volume publicado das *Atas*, nenhum meio de conferir as citações a esses documentos. E no seu original, Taunay, muitas vezes, não se sabe onde acabam as transcrições. E que dificuldade para uniformizar a grafia que diverge nos originais impressos nos jornais. [...] O diabo: felizmente você verá as últimas provas e remediará o desconcertado. Mas, pelo amor de Deus, substitua nas emendas que fizer sua letra garranchenta por caligrafia inteligível [...]. Por outro lado, que prazer você me deu com a leitura em primeira mão dessas preciosas e interessantíssimas páginas, andando ao rabisco das inevitáveis *coquilles*! Quanta coisa impagável nas crônicas dos peludos edis vicentinos e como você soube joeirá-los com tanto carinho, bonomia e clareza.⁴³

Na versão final, Taunay não tirou os “anos” e nos livros que escreveu posteriormente também não tomou mais cuidado com os originais; talvez esse descuido possa explicar parcialmente a velocidade e a quantidade de obras que ele produziu durante a vida. Escrevia tudo à mão e mandava para a revisão de algum amigo e, com

43 Carta de Alberto Rangel a Afonso de Taunay, Paris, 14 de setembro de 1919, Fundo Alberto do Rego Rangel – Arquivo Nacional, caixa 13, pacotilha 7.

o passar do tempo, de um profissional e imprimia, muitas vezes, mais de um livro por ano. No entanto, apesar das dificuldades tidas por Rangel para revisar a obra, ele parece ter apreciado a leitura e ainda ajudou a divulgá-la na Europa, enviando um exemplar para João Lúcio de Azevedo, um historiador português⁴⁴ cujo intercâmbio com Taunay fora estabelecido por intermédio de Capistrano de Abreu, que já se correspondia com João Lúcio havia alguns anos. A impressão causada pela obra deixou Taunay bastante agradecido, pois em carta de novembro de 1920 comentou o historiador lisboeta:

Prende a atenção como um romance, e a gente sente-se viver no seio daquele Brasil rudimentar, que assim seria em todos os novos povoadores, com os seus esforços pela vida, os interesses em conflito, aquele renovar de uma ilha de Robinson, onde se tivesse reproduzido o naufrago descobridor, tenho o seu livro por fundamental para a história do Brasil, descobrindo-nos a célula primitiva de onde saiu S. Paulo grande e o Rio de Janeiro maior. Quando contei as folhas li até página 90; na sessão seguinte fui até o fim. Que mais precisaria dizer-lhe?⁴⁵

Interessado pelo andamento da historiografia brasileira, o historiador português solicitava a Taunay as revistas dos Institutos do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como a coleção de documentos utilizados na composição do livro apreciado. Em contrapartida, João Lúcio de Azevedo representava o vínculo mais estreito de Taunay com os arquivos portugueses e, portanto, sempre se servia da prestimiosidade do amigo para conseguir cópias de documentos

44 Não foram somente as recepções positivas que marcaram a relação entre intelectuais portugueses e brasileiros na Primeira República, para o entendimento das polêmicas travadas entre alguns desses intelectuais, cf. Serpa, 2000, p.81-114.

45 Carta de João Lúcio de Azevedo a Afonso Taunay, Lisboa, 19 de novembro de 1920, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 295.

para o Museu Paulista, as quais também utilizava em profusão para suprir as lacunas de suas pesquisas particulares.

Em âmbito internacional, essa e outras obras publicadas anteriormente contaram também com a apreciação de Oliveira Lima, o historiador-diplomata pernambucano. Taunay e Oliveira Lima se corresponderam durante as décadas de 1910 e 1920 e a principal motivação das trocas de cartas era o envio de obras e documentos. Oliveira Lima, quando já aposentado e instalado em Londres, afirmava ao amigo:

Refugio-me no passado das tristezas do presente, e estou trabalhando no arquivo aqui com papéis velhos. Li com muito interesse o seu estudo sobre “Pedro Taques” no *J. do Comércio*, mas não li o sobre “Gaspar da Madre de Deus”. Onde saiu? Recebo também o *Estado*, mas faltaram-me uma vez alguns números. Será num desses? Falta-me um volume da *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, mas neste momento não lhe posso precisar qual – penso ser o 3º. Estou, nos momentos vagos, catalogando a biblioteca, e quando catalogar essa parte, lhe mandarei dizer o volume que me falta para fazer o favor de mandar-me porque tenho a coleção completa e estimo muito tê-la.⁴⁶

Essa “paixão bibliófila”⁴⁷ cultivada por Oliveira Lima levou-o a adquirir um amplo e rico acervo que, doado à Catholic University of America – CUA (Washington, D. C.), formou a Oliveira Lima Library,⁴⁸ instalada no campus da CUA oficialmente em 1924. Portanto, diante dessa dedicação em colecionar obras, Oliveira Lima

46 Carta de Oliveira Lima a Afonso Taunay, Londres, 25 de janeiro de 1915, Coleção de Afonso Taunay (2ª entrada), pasta 4. Conteí com a colaboração da Profa. Dra. Teresa Maria Malatian para a transcrição de todas as cartas enviadas por Oliveira Lima a Afonso Taunay coletadas no Museu Paulista.

47 Cf. Malatian, 2001, p.361.

48 Para a compreensão da composição e dos significados da Oliveira Lima Library, cf. “Tessitura da memória: Oliveira Lima Library”, Malatian, 2001, p.351-409.

agradecia gentilmente aos amigos que lhe ofertavam suas produções. Foi essa gratidão por ter recebido um exemplar de *São Paulo nos primeiros anos* que motivou a carta enviada a Taunay em 1920:

[...] recebi pelo último vapor o exemplar do seu último trabalho, tão interessante e bem documentado, sobre os começos de S. Paulo. Queira aceitar os meus agradecimentos efusivos pelo grande prazer que me proporcionou essa leitura e pelo fato de se não ter esquecido de quem se acha distante.⁴⁹

Essa obra, *São Paulo nos primeiros anos*, despertou o interesse de boa parte dos sócios dos Institutos Históricos, principalmente porque muitos também estavam utilizando aquelas fontes, recentemente publicadas, em suas próprias pesquisas. O exigente mestre Capistrano de Abreu, que, muitas vezes, criticava os trabalhos de Taunay, enviou-lhe uma carta em abril de 1920 reconhecendo seus méritos e, como era de costume, fazendo correções:

Grande parte do dia de ontem empreguei lendo seu livro sobre São Paulo quinhentista. Já estou no meio e hoje ou amanhã devo terminar. Você proporcionou-me horas agradáveis e a mesma sensação proporcionará aos leitores. Seu método de exposição tornará popular a leitura e é bem possível que a tornem mais atrativa as perífrases, alusões, etc. [...] Depois de completar a leitura, exporei algumas dúvidas. Há uma distração curiosa em seu livro: supõe as câmaras do tempo regidas pelos Filipinos. No trabalho sobre as atas, que comeci, o primeiro artigo devia intitular-se A Câmara de S. Paulo, sobre as Ordenações Manuelinas. (Abreu, 1956, p.308-309)

O recurso linguístico a que Capistrano de Abreu se referiu como “as perífrases” pode definir não somente a forma utilizada por Tau-

49 Carta de Oliveira Lima a Afonso Taunay, Washington, D. C., 25 de dezembro de 1920, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 295.

nay nessa obra como em todas as outras que escreveu. Fazia uso, muitas vezes, de circunlóquios para expressar o argumento principal e se perdia em meio a tantas palavras e adjetivações. Mas, como afirmou Capistrano, essa forma poderia tornar mais popular a leitura. Não sei se a tornou popular, mas certamente garantiu um tom emotivo e dramático⁵⁰ ao texto que encantou muitos leitores, como atestam as impressões causadas em Rangel, João Lúcio, Oliveira Lima e tantos outros autores que se manifestaram em relação a esta e às obras posteriores.

Em *São Paulo nos primeiros anos*, Taunay buscou apresentar passo a passo a crítica do documento. No primeiro capítulo, ele expõe ao leitor a fonte em sua exterioridade (como foi e por quem foi produzida, de que maneira foi escrita e as circunstâncias que envolveram a transcrição e impressão ocorrida na contemporaneidade) e em sua interioridade (de que temas as fontes tratam e, principalmente, aquilo que não mencionam). Taunay destacou o quanto era importante observar o alheamento daquele povo em relação aos acontecimentos extralocais, o que possibilitava ao pesquisador analisar os elementos psicológicos e acompanhar quase que dia a dia os acontecimentos que envolviam aquela sociedade. De posse das informações da crítica interna e externa da fonte, Taunay considerou que as *Atas* eram “o reflexo da vida imediata da vila paulistana” e, sob esse ponto de vista, constituíam “um repositório de dados e elementos psicológicos de insubstituível valor” (Taunay, 2003b, p.24).

A partir do segundo capítulo, Taunay adentrou o conteúdo do documento e tratou das primeiras fortificações de São Paulo. Esse tema foi abordado a partir dos “incidentes pitorescos” relatados nas *Atas*, tal como o que envolveu Domingos Roiz. Contou Taunay que era comum que os moradores fizessem buracos ou arrancassem as

50 É fundamental observarmos os recursos linguísticos utilizados por Taunay para compor a sua História, pois o estilo, dentre as inúmeras possibilidades de interpretação existentes, não é um ornamento, é a maneira de narrar a matéria narrada. Cf. Gay, 1991.

portas do muro que cercava a vila, inclusive alguns moradores até vendiam as portas arrancadas. Domingos Roiz havia sido intimado pela Câmara para tapar o buraco que ele havia feito no muro. Como o morador não efetuou o reparo, a Câmara realizou o serviço e lhe cobrou as despesas. No entanto, o morador enviou uma petição à Câmara para que abrisse novamente a passagem e Taunay narrou os detalhes do curioso pedido:

“Havia o baluarte caído desde quatro anos”, explicava o pobre-diabo. Entaiparem-lhe agora a abertura seria condená-lo a grande incômodo. Eram “a terra pobre e as necessidades dela muitas”. Sua mulher ia à roça com as escravas atravessando as derruídas fortificações. Se assim não fosse, precisariam dar enorme volta. À vista de semelhante inconveniente, pois, respeitosamente suplicava o desolado emparedado “que lhe dessem licença, para que de novo abrisse a passagem, para que sua mulher e cunhadas e escravas pudessem dela servir-se”. *Para Domingos Roiz, ao que parece, não existia a questão do salus populi. Queria as suas comodidades esse egoísta do século XVI.* (ibidem, p.29-30, grifos nossos)

Essa forma bem-humorada de narrar os fatos pitorescos encontrados nas *Atas* pode ser verificada em diversas páginas da obra e o julgamento das personagens também. Mesmo defendendo a imparcialidade do historiador, Taunay não se privava de julgar os atos que considerava inaceitáveis ou de apontar, como no caso citado, como uma ação individual estava contrária à organização geral da vila que ele vinha narrando desde o início do capítulo.

É no final desse segundo capítulo que Taunay, após ter narrado todas as medidas administrativas tomadas para a fortificação da vila, apresenta o surgimento da São Paulo que interessava aos seus objetivos de escrever a História das bandeiras:

Assim, pois, surgiu São Paulo pelo século XVII adentro murado de toscas e rudes taipas como se uma praça de guerra, medieval, fora. É que realmente constituía um posto avançado da civilização e

da conquista do Brasil, primeiro marco fixo e inabalável da entrada para o oeste infindo que à nossa pátria dilatária pelas terras imensas do continente, umas legitimamente lusas, outras não, à fê das bulas e tratados. (ibidem, p.31)

Após ter apresentado o argumento central que justificava a importância de se conhecer a São Paulo quinhentista, ou seja, de que era preciso desvendar de que maneira se organizou aquele lugar e aquela sociedade de onde partiriam no próximo século as bandeiras, Taunay passou a descrever em minúcias os acontecimentos registrados, entre os anos 1554 e 1601, nas *Atas* e no *Registro Geral da Câmara*. Esses documentos foram confrontados com algumas obras coloniais e contemporâneas.

São diversos os temas tratados na obra e os principais interesses de Taunay recaíram sobre as atribuições daqueles que administravam a vila, de que maneira eram realizadas as eleições, as dificuldades técnicas e financeiras para se construir o primeiro paço municipal, o mobiliário da casa da Câmara, a ereção do pelourinho, a construção da força, que por muitas vezes fora ereta e outras tantas derrubada, a organização da justiça paulistana, a primeira cadeia, a impunidade, o primeiro grande crime, os desejos de construção da primeira matriz, as confrarias, as irmandades, o espírito de independência da Câmara municipal, o amor à autonomia, as finanças, as primeiras preocupações urbanas, os arruamentos, o abastecimento de água, a superintendência de polícia e a “repressão de escândalos públicos” (ibidem, p.118), as questões de higiene e saúde pública, a organização do trabalho, a vida econômica, “a marmelada, primeiro objeto da exportação paulista” (ibidem, p.139), o rudimentar comércio, “a pobreza e o desconforto dos lares, a ausência de mobiliários, falta de utensílios e objetos mezinhos à vida civilizada” (ibidem, p.158), os inventários pobríssimos, as posturas sobre lavouras e criações, a viação urbana e vicinal, o caminho do mar e os mais antigos visitantes de São Paulo.

Com um olhar voltado para os costumes dessa sociedade que enfrentava diversas dificuldades para se organizar, Taunay percor-

reu as fontes tentando descrever os temas que ali ele encontrava. Como era de se esperar, essa narrativa não apresenta a neutralidade anunciada pelos “princípios gerais da moderna crítica histórica”, a busca pela verdade dos fatos passa pelo crivo do historiador, que escolhe, direciona e encaminha sua argumentação para provar a afirmação, apresentada no final do segundo capítulo, de que São Paulo era realmente um posto avançado da civilização e que de lá saíram no século XVII os paulistas responsáveis pela conquista do Brasil.

Em algumas passagens é possível verificar esse encaminhamento. Pautado nos costumes das pessoas do lugar, os paulistas, Taunay afirma: “Assim, parecem-nos sobejamente demonstrados o espírito de independência, a oposição à prepotência, do povo de São Paulo, desde as primeiras décadas quinhentistas” (ibidem, p.89). Taunay apresenta as atitudes administrativas como se estivessem voltadas para a realização do destino manifesto de São Paulo ser “a capital opulenta hodierna” (ibidem, p.16): “Urgia manter rigorosa disciplina naquele posto avançado da civilização perdido entre as selvas, que era São Paulo e essa disciplina, entendia-o a Câmara, precisava basear-se sobretudo no respeito à autoridade” (ibidem, p.121). Ao encaminhar a narrativa para o final do século XVI, próximo aos anos que antecederam as primeiras entradas pelo sertão, Taunay afirma: “De ano para ano, tomava a Vila aspecto mais civilizado, mais organizado” (ibidem, p.173).

O livro não termina com um capítulo de conclusão, pois era apenas um primeiro trabalho ao qual se seguiriam outros já escritos quando da publicação deste e alguns planejados para os quais ele ainda buscava apoio e documentação.

Dessa forma, foi lançado no ano seguinte, em 1921, *São Paulo no século XVI*, que se poderia pensar ser o mesmo livro, pois o recorte geográfico era São Paulo, o recorte temporal era o século XVI e a documentação anunciada no prefácio eram as *Atas* e o *Registro Geral da Câmara de São Paulo*. Então, afinal, o que teria ficado sem historiar da São Paulo quinhentista que precisava de mais um livro? Faltou historiar aquilo que as fontes que se avolumavam no Museu Paulista dia a dia podiam acrescentar às *Atas* e ao *Registro Geral da*

Câmara de São Paulo e aos estudos já existentes a respeito tema. Assim como no livro anterior, muitos artigos também foram publicados, primeiramente, no *Correio Paulistano* em 1918 e a edição contou com o amparo dos poderes públicos municipais. No prefácio, Taunay esclarece que novamente precisou recorrer a Alberto Rangel “para o penoso e enfadonho trabalho da confecção do volume. Dele se desempenhou com o maior carinho”, o que significava para Taunay mais uma demonstração “da velha e boa amizade” que mantinham. Taunay fez um agradecimento ainda mais especial que o anterior, relativo à revisão de *São Paulo nos primeiros anos*, porque Rangel, enquanto revia as provas do livro de Taunay, finalizava o seu próprio livro, que tratava também de “*quando o Brasil amanhecia*” (Taunay, 2003a, p.203).⁵¹

Assim Taunay se referiu ao livro de Alberto Rangel, publicado em 1919, *Quando o Brasil amanhecia (fantasia e passado)*, do qual acompanhou a elaboração e edição por meio das trocas de muitas cartas. Rangel era um incansável epistológrafo, escrevia enormes cartas contando a respeito de tudo, do frio na Europa, dos efeitos da Primeira Guerra Mundial em seu cotidiano e no espírito dos homens e mulheres que enfrentavam em solo europeu o medo e as consequências dos ataques, da saudade que sentia do Brasil, do preço do pão, das apresentações de teatro, das doenças dos membros de sua família, das notícias que lhe chegavam relativas ao Brasil, do início da primavera, dos autores brasileiros, dos textos que escrevia e, principalmente, do seu trabalho de buscas de documentos e organização do Arquivo da Casa Imperial do Brasil no Castelo d’Eu.

Novamente, durante a realização da revisão, Rangel reclamou dos descuidos de Taunay quanto à elaboração do livro:

De volta da Gran Germânia encontro uma massagada de provas do seu interessantíssimo *São Paulo no século XVI*. E logo me

51 A primeira edição dessa obra também foi impressa na França, pela casa editorial Arrault et Cie, em 1921.

pus a revê-las com o enorme interesse com que me abalo por tudo quanto é taunaysiano. As provas vão já até a página 192. [...] Você mandou os originais ainda bem crespos de rebarbas. Que relaxação é você para com os belos frutos da sua fina inteligência! Que pouquinho para com a sua belíssima obra, cujo relevo dobraria se você com mais cuidado burnisse e rabotasse o amável, singelo e atraente estilo que possui! Mas isso seria trabalho de pinça e raspadeira, bem contrário do fecundo labor de seu espírito de alto voo e mergulho profundo no lagoão da nossa história.⁵²

O trabalho de “pinça e raspadeira” foi realizado por Rangel, pois Taunay anunciava ao amigo que estava com mais seis volumes escritos. Certamente, não era possível “brunir e rabotar” tanto texto em tão pouco tempo e ainda preparar o Museu Paulista para as comemorações do Centenário da Independência, além das outras atividades humanas de descanso e compromissos variados.

Você, pescador emérito, com o seu talento e perspicácia faz o milagre evangélico da multiplicação dos peixes. Com os grãos secos de duas tamboeiras, com as *Atas* e o *Registro*, desenrola uma seara esplêndida. Renovo os parabéns pelo seu portentoso trabalho. *E vejo que você já está com seis outros volumes prontos!* Posantíssimo Atlante da história, quanto você merece da nossa terra! Você ergue um monumento perene, rasgando os véus dos dramas iniciais! Que abertura para os longínquos horizontes! Que respiro nos velhos tempos! *Se um dia surgir o teatro histórico no Brasil os seus trabalhos lhe servirão de fundamento. Com efeito, quanta coisa traz você da vida dos nossos primeiros tempos e que se prestará à focalização numa cena!* Começaremos então a ser um povo, aprendendo nesse silabário do passado. Meu Taunay, um abraço de alta pressão pelo seu *São Paulo no século XVI*. Venham logo os que se anunciam ainda gerados da sua maravilhosa atividade mental e

52 Carta de Alberto Rangel a Afonso de Taunay, Paris, 8 de maio de 1920. Fundo Alberto do Rego Rangel – Arquivo Nacional – caixa 3, pacotilha 7.

que hei de saborear com o mesmo gosto e admiração que tive ao manusear os outros.⁵³

A ideia de Alberto Rangel, provavelmente, surgiu das imagens que ele criou mentalmente ao ler os livros de Taunay, que após as correções realizadas por ele próprio suscitaram cenas da vida cotidiana quinhentista. No entanto, ao invés de integrarem um “teatro histórico no Brasil”, muitas dessas cenas foram interpretadas, quase duas décadas após ele ter escrito essa carta, no cinema, pois Taunay participou ao lado de Edgar Roquette-Pinto (1884-1954) da execução de dois filmes de Humberto Mauro (1897-1983), *O descobrimento do Brasil* (1937) e *Bandeirantes* (1940).⁵⁴ Mais do que um dado pitoresco, esta informação reforça a importância de se compreender os fundamentos dessa escrita da História das décadas de 1910, 1920 e 1930, pois eles alicerçaram a composição desses filmes divulgados nas décadas seguintes para um público muito mais amplo do que aquele que criou as imagens mentais, tal como Rangel. Especialmente, ao se considerar que o filme *Bandeirantes*, ao lado de tantos outros que tinham o objetivo de contar a História do Brasil, foi produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo, órgão criado em 1936 para ser um meio avançado de educação no país.

Mas, voltando à carta intuitiva de Alberto Rangel, ele se referiu também aos seis volumes anunciados por Taunay como obras prontas à espera de impressão. Essa referência ajuda a compreender os motivos que levaram Taunay a transformar, com o tempo, aquele primeiro projeto de lançar uma trilogia pautada no estudo das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* em outros projetos, então mais ambiciosos.

Após a publicação de *São Paulo nos primeiros anos*, em que se deteve no acompanhamento daquela documentação transcrita e

53 Carta de Alberto Rangel a Afonso de Taunay, Paris, 5 de junho de 1920. Fundo Alberto do Rego Rangel – Arquivo Nacional – caixa 3, pacotilha 7 (grifos nossos).

54 Cf. Moretin, 2000, p.65-74; Schvarzman, 2004.

impressa pelo governo municipal de São Paulo, Taunay começou a aprofundar seus estudos, principalmente, motivado pelas obras que chegavam à biblioteca do Museu Paulista e pelas inúmeras cartas que recebia apontando as deficiências e os pontos em que devia se aprofundar. Diante disso, *São Paulo no século XVI* é o resultado das informações retiradas das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* somadas e confrontadas com os estudos que realizou das obras e descrições de frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques, Robert Southey, Francisco Adolfo de Varnhagen, padre Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, frei Vicente do Salvador, Pero de Magalhães Gandavo, frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, Gabriel Soares de Souza, padre Simão de Vasconcelos, Eschwege, Marcgraff, Guilherme Piso, entre outras. Na obra anterior, alguns desses autores estavam presentes, mas não ditavam os rumos da narrativa.

Outra diferença marcante está nos autores contemporâneos que Taunay utilizou para compor o segundo texto. Enquanto em *São Paulo nos primeiros anos* ele citou informações e opiniões de Capistrano de Abreu, Orville Derby, Teodoro Sampaio, padre Pablo Pastells, Cândido Mendes, Artur Neiva e Washington Luís, em *São Paulo no século XVI* somaram-se a esses autores Benedito Calixto, Ricardo Gumbleton Daunt, Brasília Machado, Basílio de Magalhães, Eduardo Prado, Alberto Rangel, Barão de Studart e José Veríssimo. A maior parte desses autores passou a se corresponder com Taunay nesse período, entre a divulgação dos primeiros artigos em 1917 no *Correio Paulistano* e a publicação das obras.

A consulta desses variados autores levou Taunay a recriar uma São Paulo quinhentista com temas diferentes daqueles do primeiro livro. O enfoque voltado para os hábitos e costumes continuou presente, mas ao se debruçar sobre a produção das cartas jesuíticas outras faces da História de São Paulo foram privilegiadas.

O livro começa com as circunstâncias que envolveram a fundação de São Paulo e segue narrando o cotidiano da instalação dos missionários em São Paulo e as dificuldades de catequização dos indígenas. São relatadas várias cenas pitorescas da catequese, os

resultados da evangelização, a influência da música na catequese, a oposição jesuítica ao movimento de escravização do indígena, enfim, os temas das fontes pesquisadas novamente definiram os assuntos abordados.

A obra termina ao se referir rapidamente à entrada pelo sertão de André Leão em 1601, “cuja importância nunca é demais encaixar, observa com toda a justiça Basílio de Magalhães – o passo inicial dos paulistas em relação a Sabarabussú, aos Cataguazes, a Goiás, a Mato Grosso” (Taunay, 2003a, p.416), e à bandeira de Nicolau Barreto realizada em 1603, porém elas não foram estudadas detidamente, pois “pertencem ao século XVII e escapam ao nosso quadro” (ibidem, p.418), afirmou Taunay.

Ainda na introdução, Taunay justificou a delimitação temporal da seguinte forma:

Nada geralmente mais esdrúxulo do que o critério da subordinação dos fatos históricos às efemérides seculares, interrompendo-se o estudo, a descrição de uma fase evolutiva para que se não transponha um marco, cuja particularidade única venha a ser a da contagem centenária dos anos. Ocorre, porém, com a história de São Paulo uma particularidade: coincidem os primeiros milésimos do século XVII exatamente com o desabrochar de um período inteiramente novo, o da ativação das entradas produzida pelas instigações de D. Francisco de Souza aos paulistas.

Até 1596 viveu a vila paulistana absolutamente incerta do seu porvir; seria possível manterem-se os brancos no planalto? Não os obrigariam os silvícolas a um retrocesso para o litoral? As campanhas de Jorge Correa e, sobretudo, as de João Pereira de Souza desafogaram a situação de Piratininga; desanuviou-se-lhe o futuro. Logo depois, a presença, a ação e incitamentos de D. Francisco de Souza consolidavam de todo a situação, e lançavam-se os paulistas na senda definitiva das grandes entradas, com André de Leão, em 1601, e Nicolau Barreto, em 1603. Assim, pode-se dizer que a primeira fase da história de São Paulo finda com o século XVI. (ibidem, p.202)

No plano inicial, Taunay trataria da segunda fase de São Paulo em *Piratininga*, obra publicada em 1923. Entretanto, nas 173 páginas desse livro, ele retomou o mesmo modelo de apresentação das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* empregado em *São Paulo nos primeiros anos*, descrevendo as ruínas do primeiro paço municipal, os projetos de construção da cadeia, os problemas ainda encontrados para se construir a igreja matriz, o comércio, a economia, os impostos, os preços dos alimentos, a questão do tráfico vermelho, as casas e o mobiliário, ou seja, os temas tratados pelos documentos pesquisados. Apresentou esse volume como mais uma peça do mosaico que deveria se somar a estudos mais aprofundados do século XVII. Para tanto, ele planejava e, como havia anunciado a Alberto Rangel, já havia escrito os quatro volumes da *História seiscentista da vila de São Paulo* e, como mostra o prefácio assinado em 1923, também já estava pronto o primeiro volume da *História geral das bandeiras paulistas*.

Para usar uma linguagem próxima ao objeto de estudo de Taunay e também muito característica de sua compreensão de como deveria ser escrita a História do Brasil, os estudos das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* abriram a picada no sertão ainda ignoto da História de São Paulo. A partir desses trabalhos, ele descobriu as fontes e outros estudos que deveria conhecer e pôde, assim, desbravar os séculos XVII e XVIII, os séculos em que o Brasil foi descoberto pelos brasileiros, segundo sua interpretação, compartilhada por diversos autores da década de 1920.

A avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses a respeito da epopeia brasileira

Washington Luís quando assumiu o governo do estado de São Paulo,⁵⁵ em 1920, deu continuidade à sua intenção de imprimir os

⁵⁵ Washington Luís, após a primeira fase de sua gestão da cidade de São Paulo, de 1914 a 1916, “marcada pela carestia, pelo desemprego e pela diminuição da

documentos relativos a São Paulo, editando os *Inventários e testamentos* em um total de 27 volumes. Taunay reconheceu diversas vezes a importância dessa atitude de Washington, agradecendo-lhe nos prefácios de suas obras e, em 1923, antes de dedicar-lhe o primeiro tomo de sua principal obra, que seria financiada pelo governo estadual, enviou-lhe uma carta de reconhecimento e gratidão:

Imenso deve a tradição nacional e paulista a atuação de V. Ex. A publicação da série monumental das *Atas e Registro Geral da Câmara de São Paulo* já por si representaram uma contribuição de inestimável valia para a reconstituição das nossas antigas eras. É tanto mais preciosa quando se refere a documentos de gênero inédito no meio da documentação até hoje impressa. Não contente com esta reconstituição, V. Ex. apenas assumiu a presidência e mandou encetar outra, talvez ainda mais preciosa ou pelo menos tanto, os *Inventários e Testamentos*. São serviços à tradição nacional que jamais poderão ser assaz encarecidos.⁵⁶

Atento ao ensinamento do mestre Capistrano de Abreu que dizia: “Em história o ideal é não deixar trabalhos para os outros enquanto não aparecem novos documentos” (Abreu, 1956, p.277), Taunay – diante das séries de documentos publicados em 1914, 1917 e 1920 e de tantos outros adquiridos pelo Museu Paulista que lhe possibilitaram abrir oito novas salas em 1922 durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil – iniciou, em

atividade econômica na capital”, chegou à sua segunda fase administrativa, 1917-1919, apoiado pelo presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes, enfrentando os efeitos da Primeira Guerra Mundial, a greve de 1917 e a epidemia de gripe que em 1918 assolou a capital, e ao mesmo tempo se consolidando “como o representante do PRP mais afinado com a onda modernizante ao empenhar-se decisivamente em prol do automobilismo e das estradas de rodagem”, metas que o levaram ao governo do estado de São Paulo em 1920. Cf. Pereira, 2005, p.214 e 285.

56 Carta de Afonso Taunay a Washington Luís, São Paulo, 15 de dezembro de 1923, APMP/FMP (1ª entrada), pasta 120.

1924, a publicação da *História geral das bandeiras paulistas*⁵⁷ com o patrocínio do governo do estado.

Os quatro volumes da *História seiscentista da vila de São Paulo* (1926-1929, seis volumes) também foram escritos a partir do estudo dessa mesma documentação, mas somente conseguiram o financiamento da Câmara Municipal de São Paulo para a impressão em 1925, por meio da aprovação da proposta apresentada pelo amigo de Taunay e primo de Sara de Souza Queiroz, sua esposa, Henrique de Souza Queiroz. Com a anuência dos vereadores paulistas, em 1926 foi editado o primeiro volume, correspondente aos anos 1600-1653, em 1927 foi publicado o segundo, referente aos anos 1653-1660, em 1928 o terceiro volume finalizava a análise do recorte temporal e o quarto volume, publicado em 1929, trazia uma retomada dos “aspectos sociológicos do século”, contendo um índice completo da série. Já nessa época, 1929, começava a surgir uma certa vontade de síntese, que foi realizada em algumas obras da década de 1930.

No entanto, o segundo volume, ainda bastante minucioso, publicado em 1927, foi acrescido de uma nota, que se referia à página 81. Tal página encontra-se no início do sétimo capítulo, em que Taunay tratou da ilegalidade da transmissão dos poderes municipais no ano de 1653, quando os Camargos estavam de posse do governo da vila. Taunay, ao narrar, na referida página, “os acontecimentos passados em torno do crime de Alberto Pires”, afirmou que Paulo Prado em *Paulística* (Prado, 2004),⁵⁸ livro publicado em 1925, teria se equivocado ao contar tais acontecimentos discordando das informações disponíveis em Pedro Taques. Na nota Taunay esclareceu:

Os reparos que fizemos à interpretação de Paulo Prado, quanto à sucessão de fatos passados após o crime de Alberto Pires – reparos

57 A dissertação de Paulo Cavalcante dedicou-se a estudar, especificamente, a obra *História geral das bandeiras paulistas*. Cf. Oliveira Junior, 1994.

58 Ver o capítulo “Pires e Camargos”, p.110-125. Para uma análise da obra de Paulo Prado, cf. Berriel, 2000; Dutra, 2000, p.233-252.

previamente publicados nas colunas do *Correio Paulistano* –, levaram este escritor a nos ministrar amáveis esclarecimentos sobre o seu modo de pensar divergente do nosso.

A seu ver muito pouca confiança merece a cronologia do que existe na *Nobiliarquia Paulistana*, obra composta pela cópia dos originais de Pedro Taques, existente no Instituto Histórico Brasileiro. Assim, tem como errado o milésimo atribuído pelo linha-gista ao grande conflito entre Fernão de Camargo e segundo Pedro Taques, avançando-o largamente para os nossos dias.

É absolutamente incontestável que os erros cronológicos da *Nobiliarquia* abundam. Nós mesmos já tivemos o ensejo de os corrigir largamente, à vista dos documentos, e até em relação a fatos da biografia do próprio autor.

Como até hoje, porém, não se descobriu contraprova ao único depoimento conhecido sobre o caso do Pátio da Matriz de São Paulo [o assassinato em questão] relato devido ao linhagista, entendemos mais prudente seguir as indicações do velho autor paulistano, contra as quais, aliás, nenhuma contestação documental tivemos o ensejo de ler ainda. (Taunay, 1927, Tomo II, grifos nossos)

É notável o quanto essa discordância representa claramente a posição que Taunay assumiu em diversos casos semelhantes que, numa obra da amplitude da *História geral das bandeiras paulistas*, ocorreram várias vezes. Quando Paulo Prado editou *Paulística* em 1925, Taunay publicou no jornal os reparos à obra alegando que ele fazia afirmações contrárias à prova; por outro lado, Paulo Prado se defendia dizendo que eram interpretações a partir das provas que eram duvidosas.

Para Taunay, como nos referimos no Capítulo 1 deste trabalho, o conhecimento histórico é indireto e somente torna-se possível por meio do documento, a prova. Uma vez estabelecido qual documento será analisado com o emprego dos procedimentos da crítica externa, no caso a *Nobiliarquia paulistana*, cabe a ele, historiador, “analisar” os temas tratados por esse documento selecionado “avaliando e ouvindo quem os produziu. Analisar um documento é

discernir e isolar todas as ideias expressas pelo autor” (Langlois & Seignobos, 1992, p.103). Portanto, se não há outro documento para se avaliar, não há “contraprova”, Taunay, seguindo “os princípios da moderna crítica histórica”, somente poderia contar os fatos a partir do passado que lhe chegou às mãos por meio da prova.

Quando publicou o segundo volume da *História seiscentista*, Taunay considerou importante apresentar essa nota já que a discordância, tornada pública, entre Paulo Prado e ele precisava ser conhecida pelos leitores do volume editado após dois anos do ocorrido. Taunay enviou um exemplar de presente⁵⁹ a Paulo Prado, que gentilmente respondeu:

Meu caro dr. Taunay,

Recebi há dias, mas só agora terminei a leitura de seu segundo livro sobre a *História seiscentista de São Paulo*. É inútil dizer que o li com grande proveito e prazer. Já não é mais possível a gente estudar e amar a história de São Paulo sem Taunay. Quando estiver terminado o seu trabalho ele será certamente a base das almas que se possam escrever sobre o assunto. Mais uma vez meus parabéns. Quando nos encontraremos para uma palestra histórica?

Cordiais cumprimentos do amigo, Paulo Prado.⁶⁰

Paulo Prado foi um ensaísta amplamente debatido e reconhecido, principalmente por sua obra *Retratos do Brasil* (1928), preocupado muito mais com o momento cultural e político de sua época do que com as exatidões da verdade histórica as quais Taunay queria alcançar. Tal afirmação não significa que não se importasse com a História, pela qual, segundo ele, aprendeu a se interessar por meio de Capistrano de Abreu, de quem se considerava discípulo também, tal como Taunay. No entanto, os livros de Paulo Prado

59 A ideia das obras desses homens de letras sendo ofertadas como presentes juntamente com suas correspondências foi desenvolvida por: Venâncio (2001).

60 Carta de Paulo Prado a Afonso de Taunay, São Paulo, 11 de julho de 1927, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 295.

assumiam para Taunay o lugar das sínteses que ainda não continham os elementos que somente poderiam ser alcançados quando as monografias conscienciosas estivessem prontas. Apesar das discordâncias, eles desfrutaram de trocas de cartas amigáveis durante a década de 1920 com algumas referências a encontros agradáveis de “palestra histórica”.

Esse capítulo que discutiu com Paulo Prado e tantos outros da História de São Paulo foram incorporados por Taunay à *História geral das bandeiras paulistas*, portanto, quando ele iniciou em 1924 a publicação dessa longa série de onze volumes, partes inteiras já estavam prontas e foram reeditadas sob uma nova ordem dentro da *História geral*. Taunay anunciou aos leitores essa inevitável repetição no prefácio do primeiro volume da *História seiscentista*: “Casa-se frequentemente a História da vila de São Paulo tão intimamente ligada à das bandeiras que os capítulos comuns de uma e outra avultam” (Taunay, 1924, Tomo I, p.IV).

Diferentemente das obras escritas até então, que eram introduzidas por pequenas apresentações, normalmente intituladas “Duas palavras”, o primeiro volume da *História geral das bandeiras paulistas* possuía um prefácio extenso e uma “Introdução geral” da série.

A primeira frase da tão planejada *História geral das bandeiras paulistas* trazia algo que era de se esperar: “Não é uma obra de síntese que o leitor tem sob os olhos” (ibidem, p.7). Estava anunciado, aí, nas primeiras palavras das quase 5 mil páginas seguintes, o tipo de trabalho que o leitor encontraria pela frente. Era uma História que se pretendia geral e trazia pela primeira vez essa indicação no título, mas isso não se contrapunha à ideia divulgada e defendida de monografia conscienciosa. A *História geral* se referia à pretensão de compor um mosaico da História das bandeiras a partir de peças variadas, cobrindo, com todos os pormenores possíveis, cada pedacinho daquele recorte temático, no espaço e no tempo, com a interpretação das provas documentais que naquele momento se avolumavam.

Em seu prefácio, a justificativa da escolha temática que havia sido apresentada nas obras a respeito da História de São Paulo ape-

nas foi reforçada da seguinte maneira: “episódio culminante dos anais brasileiros, pois a ele deve o país dois terços de seu território atual” (ibidem, p.7). Assim, de forma sucinta, Taunay expôs a relevância do tema, pois garantiria destaque à justificativa de elaboração do trabalho.

Taunay afirmou que a História do Brasil se resumia até bem pouco tempo à repetição de cronistas coloniais e historiadores que trataram das questões administrativas, das invasões e expulsões dos estrangeiros, deixando na “obscuridade os feitos das bandeiras” (ibidem, p.7), de tal modo que os compêndios oficiais produzidos para instruir as gerações de brasileiros no ensino secundário não faziam menção ao nome “da maior figura do movimento: Antônio Raposo Tavares!” (ibidem, p.7).

Seguindo essa argumentação, Taunay afirmou que somente no último quartel do século XIX passou-se a reconhecer a importância do bandeirismo. Antes disso, Robert Southey, em sua *História do Brasil*, que serviu de epígrafe ao primeiro volume de Taunay, realizada com a consulta de um grande acervo de documentos brasileiros localizados em arquivos estrangeiros, ultrapassou em muito “a obra magra e mal alinhavada de Rocha Pitta” (ibidem, p.8) e consagrou “longas páginas à fundação e desenvolvimento da província jesuítica do Paraguai, às reduções do Guairá, aos ataques paulistas e ao abandono desta região pelos inicianos vencidos” (ibidem, p.8). Nem mesmo Francisco Adolfo de Varnhagen conferiu relevância ao tema, indignou-se Taunay, ironizando:

Caso insignificante este jornadejar pela selva, coisa mínima este romper do sertão, oferecendo todas as comodidades àqueles que o devassam! É o que se depreende de tão rápidos e vulgares conceitos. E tudo isto de tão pequenas consequências... (ibidem, p.9)

Quem inverteu a ordem de prioridades dos temas para se conhecer a História do Brasil foi Capistrano de Abreu, reconheceu Taunay, pois introduziu “O sertão” no livro *Capítulos de história colonial*, definindo qual deveria ser a história a se aprofundar:

A invasão flamenga constituiu mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo. (Abreu, 2000, p.127)

Dessa forma, mesmo com a autocrítica exacerbada que lhe garantia a sensação de ter construído uma tapera, Capistrano de Abreu tinha a certeza de ter feito germinar a História do Brasil.⁶¹ Sua História do sertão tinha início em São Paulo e não deixava de lado, mesmo que sem o estilo épico encontrado em Taunay, uma certa admiração e reconhecimento pelas dificuldades que aqueles homens “quase sobre-humanos” enfrentaram:

Podemos começar pela capitania de São Vicente. O estabelecimento de Piratininga, desde a era de 530, na borda do campo, significa vitória ganha sem combate sobre a mata, que reclamou alhures o esforço de várias gerações. Deste avanço procede o desenvolvimento peculiar de São Paulo.

O Tietê corria perto; bastava seguir-lhe o curso para alcançar a bacia do Prata. Transpunha-se uma garganta fácil e encontrava-se o Paraíba, encaixado entre a serra do Mar e a da Mantiqueira, apontando o caminho do Norte. Para o Sul estendiam-se vastos descampados, interrompidos por capões e até manchas de florestas, consideráveis às vezes, mas incapazes de sustarem o movimento expansivo por sua descontinuidade. A este apenas uma vereda quase intransitável levava à beira-mar, vereda fácil de abrir novas picadas, domando as asperezas da serra, rompendo as massas de vegetação, arrostando hostilidade dos habitantes, pediria esforços quase sobre-humanos. (Abreu, 2000, p.127)

61 Já me referi a essas ideias no Capítulo 1 e, agora, retomo as conclusões apuradas de Ilmar Mattos (2005), que, na minha opinião, consegue captar um pouco da sensibilidade dos significados que esses escritos tiveram para o seu autor e para aqueles que o cercavam.

A importância da geografia para se entender a História estava aí apresentada por Capistrano aos seus discípulos, que compreenderam a lição. A História do desbravamento e do povoamento do Brasil foi escrita tendo a geografia como elemento central nas primeiras décadas do século XX.⁶² Taunay, no prefácio, após destacar o pioneirismo do mestre, referiu-se ao trabalho de outro discípulo, Basílio de Magalhães, que em *Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII* (1944),⁶³ apresentado no Primeiro Congresso de História do Brasil realizado em 1914 pelo IHGB, resumiu aquilo que fora produzido desde as primeiras indicações de Capistrano até o momento de sua confecção, pois na primeira década do século XX muitos autores se dedicaram a estudar algum aspecto do bandeirismo ou a publicar alguma documentação nova.

Nesse sentido, após o direcionamento dado por Capistrano, foram fundamentais as publicações de documentos, segundo Taunay, para que ele pudesse dar início à sua empreitada. As iniciativas de publicação de documentos relativos à História paulista tiveram início, ainda no século XIX, com a edição da coleção *Documentos interessantes para a História e costume de São Paulo*, promovida por Antônio Piza entre 1894 e 1903, depois foram publicadas as *Atas e o Registro Geral da Câmara de São Paulo* em 1914 e 1917 e, logo em seguida, a série dos *Inventários e testamentos* em 1920. Esses documentos serviram de base para os trabalhos de Taunay, Alfredo Ellis Júnior (1896-1974) e José de Alcântara Machado (1875-1941). Foram, primeiramente, divulgados nos periódicos *Correio Paulistano* e *Jornal do Comércio* e, posteriormente, lançados em volume.

62 Tânia de Luca, ao estudar a produção do período publicada na *Revista do Brasil*, afirma: "Por mais divergentes que fossem as análises a respeito da *realidade nacional*, pelo menos em um ponto todos pareciam concordar: o Brasil, com suas fronteiras quase continentais, ostentava um patrimônio geográfico invejável, que o distinguia dos demais países. Não é de surpreender que nos discursos sobre a nação brasileira, o espaço tenha ocupado posição destacada". De Luca, 1999, p.86. Para um estudo do papel da geografia na escrita da história do século XIX, cf. Cezar, 2005, p.79-99.

63 Primeira edição de 1915, premiada em 1917 pelo IHGB.

Naquele ano de 1924, em que Taunay lançou o primeiro tomo da *História geral*, também foi publicado *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, de Alfredo Ellis Júnior.

No entanto, além desse grande volume de documentação publicada, havia um enorme acervo extralusitano ainda inexplorado que Taunay pretendia apresentar em sua obra. Desde 1912, segundo Taunay, com a publicação do livro de Pablo Pastells *História de la compañía de Jesús em la Provincia del Paraguay*, os pesquisadores tomaram conhecimento da importância dos arquivos espanhóis e Capistrano de Abreu estimulou Basílio de Magalhães a solicitar ao governo do estado de São Paulo que mandasse copiar documentos guardados no Arquivo General das Índias em Sevilha, Espanha.

A partir desse momento, Taunay, Basílio, Capistrano e outros passaram a mandar copiar esses documentos às suas próprias custas. No entanto, com a entrada de Taunay no Museu Paulista esse cenário se alterou.

Nomeado, em 1917, diretor do Museu Paulista, pudemos dar muito maior desenvolvimento a este trabalho em que ocupamos os conscienciosos paleógrafos, srs. Santiago Montero Diaz e Francisco Návas del Valle [...] não só foram copiados os papéis indicados por Pastells, como muitos mais, conhecidos dos srs. Montero Diaz e Návas del Valle, que tem um índice especial seu de numerosos tesouros do infindável arquivo sevilhano. (Taunay, 1924, Tomo I, p.14)

Dessa forma, Taunay teve acesso a outros documentos, fontes inéditas que ele mandava copiar para o acervo do Museu Paulista e pôde confrontar com os documentos brasileiros que já havia estudado. Em 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência, Taunay lançou, autorizado por Alarico Silveira, secretário do Interior do estado de São Paulo, os *Anais do Museu Paulista*. Dividiu essa publicação em duas partes: uma dedicada à divulgação de estudos, que no primeiro volume eram de sua própria autoria, e outra dedicada a publicar a documentação espanhola adquirida pelo Museu.

Com base na trajetória da historiografia brasileira e da aquisição de novos documentos, Taunay lançou como argumento central da importância da elaboração de seu trabalho o conhecimento dessa documentação inédita e “importantíssima para o estudo do bandeirismo”. É assim que ele termina a penúltima parte do prefácio:

Os documentos espanhóis, preciosíssimos sob todos os pontos de vista, não têm, quase sempre, a contraprova de origem portuguesa. O movimento bandeirista de São Paulo era oficialmente condenado por uma série de cartas e disposições régias, absolutamente letra morta, mas obedientes ao critério hipócrita de fugir cuidadosamente ao estabelecimento de qualquer documentação.

Acresce a esta circunstância, o fato de que o levaram a cabo indivíduos ásperos e incultos, inteiramente avessos à escrita.

Assim é, que por meio, sobretudo, da documentação espanhola, se pode estudar a fase importantíssima da luta entre os paulistas, castelhanos e jesuítas, graças à qual foram os espanhóis rechaçados para o oeste do Paraná e o território hoje paraguaio. (ibidem, p.15)

Tendo em vista a abundância de documentação que havia conseguido entre 1917 e 1923 no cargo de diretor do Museu Paulista e as fontes publicadas pelo governo do estado, Taunay estava diante de um momento já bastante distinto daquele em que Capistrano escreveu em 1907: “Faltam documentos para escrever a História das bandeiras” (Abreu, 2000, p.129). Como não faltavam mais documentos para escrever a História das bandeiras, Taunay afirmava que era tempo de dar início a esse grande empreendimento. No entanto, considerava que ele e seus confrades haviam demorado demais para reunir as peças que faltavam e receava não terminar tal empreitada por tê-la começado velho demais, estava com 48 anos quando publicou o primeiro volume.

A quantidade de documentação descoberta era a justificativa historiográfica para a realização do trabalho, no entanto, ao final do prefácio ele acrescentou outra. “Se nos abalancamos a empreender a penosa tarefa presente, fizemo-lo por um pendor especial do espírito a reverenciar a obra destes construtores épicos do Brasil central e

meridional” (1924, Tomo I, p.15). Assim, confessava o seu desejo íntimo de homenagear os homens que exploraram o sertão nos séculos XVII e XVIII e se dizia parcialmente realizado por já ter demonstrado sua deferência a alguns deles por meio da arte na decoração do Museu Paulista, quando encomendou as duas imponentes esculturas em mármore, realizadas por Luigi Brizzollara, de Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes Leme, que figuram no saguão do Museu.

As duas justificativas, tanto a historiográfica quanto a pessoal, espalharam elementos pelos onze volumes da obra. A obra se caracteriza pela busca da verdade moderna por meio da crítica interna e externa das variadas fontes consultadas, pelo confronto de informações com as produções a respeito do tema e pela narrativa da epopeia bandeirante. Essas características não são opostas ou excludentes. Pelo contrário, elas compõem uma das maneiras de se produzir História nas primeiras décadas do século XX, pois ao narrar esses documentos depurados pela crítica documental e pelo diálogo com as outras produções do período, compondo ações gloriosas e perfis heroicos, utilizando os recursos metodológicos que acreditava levarem à verdade, Taunay construiu uma História épica⁶⁴ das bandeiras paulistas e colaborou para a criação de “nar-

64 Pautado numa perspectiva historiográfica que não se propõe apontar o que havia de invenção e/ou de realidade na epopeia bandeirante, Antônio Celso Ferreira reabilita, de certa forma, os homens de letras que produziram história nesse período. “Na ausência de um passado amontoado em séculos que, em fantasia, os europeus buscavam reinstalar, eles, filhos de uma terra nova, emergentes de apenas cem anos, tinham de construir, literalmente, o seu. É lícito que isso seja, também, história.” Nesse sentido, o autor, ao caracterizar a produção do IHGSP em seus primeiros quarenta anos, conclui: “Seja nas biografias, seja nas genealogias, buscava-se a construção de trajetórias incomuns, responsáveis por grandes realizações, individuais ou clônicas, fazendo-as transcender os marcos da própria colonização, com base no recuo a um passado longínquo europeu. A nobilitação das personagens revela a ambição de fixar uma epopeia paulista, sustentada por indivíduos aos quais se atribuíam uma força superior” (Ferreira, 2002, p.130 e 60). Diante de tal caracterização, Afonso de Taunay encontrava-se totalmente adequado às preocupações de seu tempo, pois a história escrita por ele assumia grande pertinência junto aos Institutos Históricos carioca e paulista, como já mostramos no capítulo anterior.

rativas de fundação” importantes para a formação da identidade de São Paulo.⁶⁵

O trabalho monumental de Taunay resultou nos onze volumes publicados entre 1924 e 1950. Durante a década de 1920 foram publicados os cinco primeiros tomos da obra, na próxima década foram lançados o sexto e o sétimo tomos e somente na segunda metade da década de 1940 os volumes oitavo, nono e décimo foram publicados, ficando ainda para o ano de 1950 a publicação do décimo primeiro e último tomo da obra.

Na *História geral das bandeiras paulistas*, Taunay conseguiu reunir, com o uso dos julgamentos e das perifrases, os argumentos e, mais do que em qualquer outra obra por ele escrita, os elementos que encaminhados provavam a sua tese de que São Paulo foi o centro irradiador dos “bravos” sertanistas que desbravaram o Brasil, transformando uma pequena extensão de terra em uma nação quase continental. Para conseguir levar a cabo tal feito, Taunay precisou dialogar com a produção a respeito do mesmo tema que se avolumava dia a dia. Assim, pelas páginas da *História geral* desfilarão os argumentos dos principais autores do período em que a obra foi produzida. Na busca pela verdade moderna que se contrapõe à mentira, Taunay agrupou os “erros” e os “acertos” dos mais diversos autores, apresentando extensos balanços bibliográficos da produção do período.

Taunay, que havia começado seus estudos a partir da realização de trabalhos a respeito dos historiadores da História das bandeiras, passou a ser reconhecido a partir da publicação da *História geral das bandeiras paulistas* como o próprio historiador das bandeiras. Se na década de 1920, para iniciar e realizar esse empreendimento historiográfico, Taunay se consolidou como diretor do Museu Paulista, na década de 1930 ele se tornou imortal da Academia Brasileira de Letras, ampliando e consolidando, assim, sua posição de homem de letras no Brasil. A sua proximidade com o “mundo das letras” era antiga, pois desde 1909 se interessava por assuntos lexicográficos.

65 Cf. Saliba, 2004, p.555-587.

Nesses trabalhos, os “princípios gerais da moderna crítica histórica” ainda estiveram presentes embora as orientações de Capistrano de Abreu fossem contrárias à realização de tais estudos. Mesmo com vários volumes da *História geral das bandeiras* por finalizar, o historiador já consagrado continuou a busca pela verdade moderna por meio da crítica documental e passou a historiar os “monstros e monstrenhos” que habitavam as narrativas de muitos viajantes, como veremos no próximo capítulo.

4

AD IMORTALITATEN E A CONSAGRAÇÃO DE MAIS UM MORTAL

De “mortal politécnico”¹ a imortal historiador

Vou amanhã na posse do Felix² na Academia de Letras. Entrarei com cuidado no salão dos Imortais para que se não me peque alguma coisa, de modo a ter que voltar... E, sobretudo, ao sair limparei bem as botas nos tapetes da egrégia Companhia para não trazer na poeira do chão desse cenotáfio de múmias algum bacilo [...]. Inegavelmente, nada legítima entre nós a existência extemporânea dessa instituição. É mais um coleginho de invejas e intrigas, de incompetências e rastaquerismos e, sobretudo, de uma bajulação hedionda, esbagaçada nos dentes do rodete do elogio mútuo. É preciso roubar ao nosso meio de mofinos e lisonjeiros, facilidade de fundir em tais nódulos as suas misérias generalizadas... Mas verá você que um belo dia o Brasil estará cheio desses grupinhos, dessas lojecas literárias, onde o que mais se oferece é o que menos valor tem. [...] Acaba

1 Carta de Alberto Rangel a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1913, Fundo Alberto do Rego Rangel – Arquivo Nacional, caixa 13, paco-tilha 7.

2 José Felix Alves Pacheco (1879-1935) foi jornalista, político, poeta e tradutor da obra de Baudelaire, a quem dedicou trabalhos biobibliográficos.

que todo sujeito que escreva um bilhete ou um artigo a pedido na “Trombeta de Sapucaí” considerar com direito a matricular-se numa destas cooperativas... Contanto que cicrano possa pôr no cartão de visita: Da academia de São João da Vara Verde! E pensar, o coitadinho, que dessa forma absolutamente ingênua e simplíssima ele consiga apoiar-se em alguma coisa que o transforme de um asno em Francisco Lisboa... O gosto de aparecer, a mania de agradecer dão-se as mãos nessa lepra que irá lavrar no Brasil inteiro.³

Era 13 de agosto de 1913 e Alberto Rangel vociferava contra a Academia Brasileira de Letras em carta enviada ao amigo Afonso de Taunay que naquela época ainda era um mortal politécnico. O tempo da ABL de Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Visconde de Taunay havia expirado para Rangel. Após a eleição do ministro das Relações Exteriores Lauro Müller, ocorrida em 14 de setembro do ano anterior, a indignação tomou conta do ambiente intelectual. O ministro não possuía nenhuma obra e, para atender às exigências dos estatutos, mandou imprimir um discurso pronunciado em uma festa oferecida ao então presidente da República, Hermes da Fonseca. Concorreu com o ministro que não tinha letras a apresentar o filólogo e bibliógrafo Ramiz Galvão, que havia organizado o Catálogo de História do Brasil da Biblioteca Nacional e publicado, dentre outras obras, o *Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das palavras portuguesas derivadas da língua grega* em 1909. Essa eleição somada à de Oswaldo Cruz em 1911 provocaram polêmicas dentre os acadêmicos e em todo o universo de letrados da época.⁴

Taunay ainda estava iniciando sua carreira como historiador nos Institutos Históricos do Rio de Janeiro e de São Paulo e, portanto, com pouca projeção no cenário intelectual, limitava-se a comentar

3 Carta de Alberto Rangel a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1913, Fundo Alberto do Rego Rangel – Arquivo Nacional, caixa 13, pacotilha 7.

4 Para uma análise dessas eleições, suas implicações e as polêmicas que geraram, cf. El Far, 2000; Rodrigues, 2001.

com o amigo Rangel as regras que imperavam na Instituição que seu pai havia ajudado a fundar. No entanto, não tardaria para que as primeiras incitações viessem desassossegar sua vaidade.

A partir da publicação de *Crônica do tempo dos Filipes* em 1910 e, principalmente, após a edição, em 1919, da obra do Visconde de Taunay *Recordações de guerra e de viagem*, Taunay manteve com a Academia uma relação de proximidade. Nos anos seguintes a essa segunda publicação, ele enviou notícias ao diretor da secretaria da ABL, cargo que na ocasião era ocupado por José Vicente de Azevedo Sobrinho, tanto a respeito das edições e reedições que realizou dos livros de seu pai quanto para agradecer a acolhida de suas publicações lexicográficas. A primeira publicação de Taunay nessa área foi o *Léxico de termos técnicos e científicos*, que tratava das deficiências dos dicionários de língua portuguesa. Essa temática ocupou sete outros trabalhos que envolveram Taunay em uma polêmica com Cândido de Figueiredo.⁵

Após a publicação, em 1909, do *Léxico de termos técnicos e científicos*, produzido para suprir ausências de termos importantes para o mundo contemporâneo que vivenciava o “espantoso progresso das ciências, o desenvolvimento e aperfeiçoamento das indústrias, a série ininterrupta das grandes invenções e descobertas e, a consequente, criação de novas tecnologias e amplificação, em grandes proporções, das já existentes” (Taunay, 1909), o autor publicou *Léxico de lacunas*, em 1914, cujo objetivo ele apresentou no longo subtítulo: “*Léxico de termos vulgares, correntes no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo, e de acepções de numerosos vocábulos, ainda não apontados nos grandes dicionários da língua portuguesa*” (idem, 1914a). Para suprir as deficiências dos dicionários, Afonso de Taunay arrolou mais de 10 mil lacunas, visando não apenas

5 Antonio Cândido de Figueiredo (1846-1925), professor, gramático e filólogo, sócio da Academia de Ciências de Lisboa. Autor do *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmãos, 1899. Pertenceu à Comissão Oficial do governo português, nomeada em 1911, para reformar a ortografia da língua. Sobre a participação deste intelectual na reforma ortográfica proposta pela Academia Brasileira de Letras, cf. Rodrigues, 2001.

acrescentar, mas também corrigir os erros existentes no trabalho do lexicógrafo português Cândido de Figueiredo. Essa polêmica rendeu a publicação de seis outros livros: *Vocabulário de omissões* (1924), *Coletânea de falhas* (1926), *Reparos ao dicionário de Cândido de Figueiredo* (1926), *A terminologia zoológica e científica em geral e a deficiência dos grandes dicionários portugueses* (1927), *Insuficiência e deficiência dos grandes dicionários portugueses* (1928) e *Inópia científica e vocabular dos grandes dicionários portugueses* (1932).

Essas publicações foram, aos poucos, estreitando as relações de Taunay com a ABL. No entanto, trouxeram-lhe muitos dissabores com seu orientador Capistrano de Abreu, que considerava os esforços empreendidos por Taunay um tempo perdido:

Afonso amigo,

Voltou você ao vômito! Que pena! Nem compreendo como insista em gastar tanto e tão precioso tempo a discutir com o homem do chinó. Infeliz mania!

Basta! Já você lembrou os casos do “florianista”, da “sirena”, do “guaxupé”, do “aeroplano” e quejandas asnicas. Para que mais? [...] Convença-se de que matou e enterrou o sujeito e, assim, recuperando a saúde mental, cuide de assuntos sérios. [...] Em todo o caso não me mande mais os seus artigos contra o homem de peruca, que não os lerei. Só servem para me irritar. [...] Livre-nos Deus de que você prossiga no espiolhamento de todo o dicionário! Será um nunca acabar! E quando tiver terminado, então aí avaliará o prejuízo que teve em tempo e serviço.

Não gaste cera com tão ruim defunto e deixe em paz o sujeito dos postiços. Em todo o caso está advertido: nunca me mande mais novas provas da sua infeliz figueiridite. (Abreu, 1977, p.349-350)

Independentemente das opiniões de Capistrano de Abreu, Taunay se envolveu nessa polêmica com tamanha dedicação e bom humor que nada, nem ninguém, conseguiu demovê-lo do intento de mostrar, a quem quisesse ler seus livros, a estreita compreensão que o lexicógrafo português demonstrava em relação aos brasilei-

rismos e regionalismos apresentados pela literatura brasileira, bem como das invenções tecnológicas e das terminologias zoológicas e científicas que tanto fizeram parte do cotidiano de formação de Taunay na Politécnica, na docência das aulas de Química e Física, adensando-se após sua entrada no Museu Paulista em 1917.

Se os outros livros que escrevera e que ainda estava produzindo significavam para Taunay um trabalho levado a cabo para sua satisfação pessoal, mas, principalmente, para o Museu, para os Institutos e eram financiados pelos governos municipal e estadual de São Paulo, os livros *Reparos ao dicionário de Cândido de Figueiredo* (1926) e *Insuficiência e deficiência dos grandes dicionários portugueses* (1928) representavam uma questão tão pessoal que foram dedicados à família, o primeiro à esposa “Sara Querida, em lembrança de 1907 e em lembrança de 1918...” e o segundo a “Ana, Paulo, Augusto e Clarisse, lembrança muito grata à sua afeição de filhos ótimos”. Essas obras apresentam um lado mais espontâneo da escrita de Taunay e, assim, a ironia toma conta do texto. Taunay considerava que a língua, dentre todas as fontes existentes, era a mais inesgotável, pois a cada dia novas palavras eram criadas para denominar as inovações tecnológicas, os novos hábitos da sociedade, além das descobertas linguísticas da própria historiografia. Provavelmente, pensava ele, “se grande parte do meu ofício é preencher lacunas e corrigir os erros dos outros, na língua, esta fonte inexaurível, encontro o meu deleite”.

No entanto, como toda boa polêmica, o autor do *Novo dicionário da língua portuguesa* rebateu as críticas de Taunay na obra *Combates sem sangue: em favor da língua portuguesa*, publicada em Lisboa em 1925, ano de sua morte. Em resposta, Taunay, no último capítulo de *Insuficiência e deficiência*, escreveu aquilo que denominou de “Suprema humilhação, Confissão de derrota, Ato de contrição”. Cândido de Figueiredo acusou Taunay de desconhecer a ciência lexicográfica e que, portanto, o seu método de preenchimento de lacunas por meio da literatura, dos documentos e da historiografia era ultrapassado. Diante de tal crítica, Taunay satirizou a partir de uma história contada por seu pai e compôs uma cena na qual os grandes

mestres, citados por Figueiredo, estavam em uma sala para aplaudir o “novo gênio da língua portuguesa e da filologia comparada, o sr. Cândido de Figueiredo” e, de repente, perceberam a presença “do díscolo Taunay”. Vejamos o que aconteceu ao dissidente e anacrônico que queria escrever vocabulários sem ao menos conhecê-los:

Descobriu-me e interpela-me compassivo e meigo:

– Vae-te! Retira-te de minha presença e some de minhas vistas! Que fazes aqui? Pobrezinho! Ignoras a ciência de Bopp, de Schlegel, de Whitney e Burnouf! Há cem anos atrás podias ser um dicionarista razoável. Hoje não! Vae-te! some-te de minha presença! Tomado de infindo respeito levanto os olhos e percebo nos rostos geniais dos grandes mestres da filologia a confirmação da imperativa ordem:

– Não nos podes compreender! clama-me um assomado.

– Quem és tu, *minus habens*? Verbera-me outro.

– Por que não nasceste um século antes, animal? apostrofa-me um terceiro furibundo e quiçá belicoso.

E, um por um, os grandes do humanismo e da filologia acabrunham-me com os seus anátemas. Espavorido, ponho-me a rastejar em reptação retrógrada. E tão acabrunhado pela majestade da cena e a magnitude da reprovação daquela assembleia de colossos que prorrompo em brados insopitáveis, entrecortados de soluços atroadores:

– Perdão, augusto mestre! Perdão, augusta assembleia! *Peccavi!* Deixai-me passar este latinzinho. *Cor contrictum et humiliatum!* E mais este! Vem a calhar. É do *Miserere mei Deus!*

Reconheço o meu erro imenso, o meu orgulho horrendo!

Não! De ora em diante, serei o primeiro a apregoar a exatidão de tudo o que contestei ao *Novo Dicionário da Língua Portuguesa...*

Assim, passo a afirmar: [...]

Que periscópio é o mesmo que caleidoscópio, [...]

Que florianesco se diz no Brasil do estilo do fabulista Florian, [...]

Que golfinho é um peixe da família dos cetáceos,

Que a abelha guaxupé é um penteado das mulheres brasileiras,
 Que o furão é um mamífero vermiforme,
 Que o carrapato é um crustáceo, [...]
 Que no *Novo Dicionário* não há lacunas! (Taunay, 1928,
 p.151-153)

O ano de publicação desse livro era 1928. Taunay havia recusado os convites que começaram a chegar em 1924, após o surgimento do primeiro volume da *História geral das bandeiras paulistas*, para concorrer à imortalidade, mas ao final da década os primeiros sinais de que poderia ceder começavam a surgir. No entanto, além das publicações lexicográficas e de sua produção historiográfica já volumosa, uma mudança ocorrida na Academia em 1924 colaborou efetivamente para a eleição de Taunay:

Meu caro Dr. e ilustre amigo,
 Não imagina a satisfação com que li hoje, de manhã, num telegrama, daí, a notícia da sua nomeação para a vaga do excelente José Vicente, que fica tendo o mais digno e competente dos substitutos. Breve vou mandar-lhe umas notícias como fazia com o seu bom predecessor, referentes a umas novas edições de meu pai. Remeto-lhe em data de hoje, *mas para o Sr.*, o primeiro tomo dos *Anais do Museu Paulista* [...].⁶

Nessa carta datada de março de 1924, Taunay felicitava a entrada do amigo Fernando Nery na direção da secretaria da ABL e expressava que gostaria de continuar mantendo com ele a mesma troca de correspondência que realizava com seu antecessor desde 1919 para informá-lo a respeito das edições dos livros de seu pai, o Visconde de Taunay. No entanto, em julho daquele ano, Taunay enviou-lhe uma outra carta em resposta à sugestão para que se can-

6 Carta de Afonso de Taunay a Fernando Nery, São Paulo, 29 de março de 1924, Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, *Arquivo Afonso de Taunay* (Coleção) – Série 1 – Correspondência Pessoal (grifo do autor).

didatasse a uma vaga na ABL. Naquele momento, Taunay dizia-se totalmente inteirado das regras da instituição e, portanto, sem condições para concorrer:

Li com muita atenção o que me diz e acho a coisa muito inviável. Não quero fazer de pobre soberbo nem dizer contra a consciência que a combinação não me seria útil e muito agradável. Mas é que a vejo com bom êxito sobremodo duvidoso. Aí conto apenas com três ou quatro simpatias bastante anódinas e nenhuma amizade segura; em compensação tenho certeza de concentrar pela frente cinco ou seis antipatias positivas e fortes e irredutíveis. Bem sei que para se vencer o perigoso passo é preciso ter um patrono, ou mais patronos prestigiosos e, sobretudo, dedicados.⁷

No entanto, Taunay não perdeu a oportunidade e enviou ao amigo a monografia “Pedro Taques e seu tempo” (1925) para o Concurso de Erudição da ABL. Como vimos no segundo capítulo deste trabalho, Taunay concorreu e ganhou o prêmio de erudição nos concursos realizados em 1924 e 1926.⁸ Portanto, sua ligação com a Academia foi se estreitando cada vez mais e a cada vaga que surgia, novamente Fernando Nery sugeria a Taunay que se candidatasse. Como secretário da ABL, ele buscava se inteirar dos bastidores das eleições e escrevia ao amigo Taunay dando detalhes dos conchavos conhecidos. Em 1925, não foi diferente. Enquanto Taunay publicava o segundo volume da *História geral das bandeiras paulistas* e tentava alinhar apoios junto à Câmara Municipal de São Paulo para a impressão dos quatro volumes da *História seiscentista da vila de São Paulo*, Nery o instigava novamente. Taunay, convencido da inadequação de tal exposição, respondeu-lhe que

7 Carta de Afonso de Taunay a Fernando Nery, São Paulo, 11 de julho de 1924, Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, *Arquivo Afonso de Taunay* (Coleção) – Série 1 – Correspondência Pessoal.

8 Em 1926, Taunay concorreu e ganhou o prêmio de erudição com a obra que incluía a monografia a respeito de frei Gaspar da Madre de Deus, cf. Taunay, 1925, Tomo II, p.1-294.

“seria dar murro em ponta de faca”, pois, como já havia explicado em outros momentos, sabia o que era “preciso fazer para o triunfo”, ou melhor, sabia o que era “preciso ser, para se lograr êxito”. Ele reclamava por não possuir nenhum dos trunfos necessários: “fortuna ou posição política ou, então, um longo, paciente e humilde trabalho de cabala”.⁹ Aproveitando o exato diagnóstico de Taunay, Nery, durante os anos de 1926 e 1927, buscou deixá-lo ciente das possibilidades dos nomes que poderiam apoiá-lo para dar início à cabala,¹⁰ já que não dispunha das demais cartas do jogo.

Em 1928, Taunay mudou o tom de suas cartas, talvez pela boa acolhida dos trabalhos lexicográficos e, certamente, pelo bom andamento dos seus estudos históricos. Ele parecia estar pronto para começar a jogar, mas ainda hesitava um pouco diante de algumas regras: “Tomo nota das suas recomendações amigas a respeito da *conspiração*. Não compreendi bem um ponto, acha você que eu deva escrever *já* ao Medeiros, Fernando e outros amigos? Mas isto não é odioso, não havendo nenhuma vaga?”.¹¹

Fernando Nery sabia que, para conseguir o número de votos necessários, Taunay deveria mostrar interesse em ser imortal, não importando se havia ou não vaga naquele momento. Os eleitores imortais deveriam saber da pretensão do historiador Taunay, pois ao menor sinal de vacância de uma cadeira o seu possível eleitorado precisava estar pronto para conseguir convencer os opositores. No entanto, mesmo com as orientações de Nery, Taunay parecia não querer se expor. O tom das cartas sugere que ele gostaria de ser aclamado acadêmico e não ficar mendigando os votos entre os imortais:

9 Carta de Afonso de Taunay a Fernando Nery, São Paulo, 25 de setembro de 1925, Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, *Arquivo Afonso de Taunay* (Coleção) – Série 1 – Correspondência Pessoal.

10 A palavra cabala foi utilizada aqui com o sentido empregado pelos autores nas cartas, ou seja, conluio, combinação em segredo, nos bastidores, *conspiração*.

11 Carta de Afonso de Taunay a Fernando Nery, São Paulo, 3 de agosto de 1928, Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, *Arquivo Afonso de Taunay* (Coleção) – Série 1 – Correspondência Pessoal (grifo do autor).

Meu caro Nery,

Recebi a sua, como de costume, afetuosa carta. Dos amigos consultandos não vejo muito como possa dirigir-me a diversos, como por exemplo, ao João Ribeiro, Medeiros [e Albuquerque] (que nunca me fizeram o menor avanço e mal conheço, aliás) e também Afonso [Celso] que, uma vez interrogado, positivamente, pelo Max [Fleiüss], “fechou-se em copas”, completamente, e até de modo meio ríspido. Creio que, em hipótese alguma posso dirigir-me a ele depois de tal demonstração que se passou em minha presença, e foi inteiramente espontânea por uma destas mostras de cordialidade e amizade do Max [...] como já disse a você é muito sério para mim uma derrota ou uns 4 ou 5 votos, me porá aqui em posição muito penosa e deprimente. Em muito prefiro não correr o risco de tão desagradável prova. Se eu não tiver garantia de dez votos prévios para um escrutínio não me meto na fornalha. Até agora só tive como manifestações de simpatia positiva três ou mais duas de tênue interesse, coisa mais de polidez do que outra coisa.¹²

A vaidade pessoal e a posição que Taunay ocupava no cenário intelectual paulista deixavam-no nessa indecisão, mas com a morte do acadêmico Luís Murat em 11 de julho de 1929 as pressões aumentaram e, nesse momento, não somente o secretário da ABL continuou estimulando sua candidatura. Como era de se esperar, alguns imortais começaram a cabala. O poeta e acadêmico fundador da cadeira número 8, Alberto de Oliveira, escreveu-lhe uma carta logo após a morte de Murat em que aconselhava: “Permita-me que eu lhe dê um conselho: inscreva-se. Isso feito e sabido dissipar-se-á a ameaça de umas tantas candidaturas e o incômodo dos pedidos que causam estas ocasiões sobre os acadêmicos, porque você é nome que todos temem”.¹³ É importante compreender que

12 Carta de Afonso de Taunay a Fernando Nery, São Paulo, 15 de agosto de 1928, Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, *Arquivo Afonso de Taunay* (Coleção) – Série 1 – Correspondência Pessoal.

13 Carta de Alberto de Oliveira a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1929, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 295.

Taunay recebeu várias cartas com o mesmo conteúdo dessa; no entanto, somente no momento da eleição entendeu que elas não significavam, necessariamente, votos.

Fernando Nery continuou insistindo para que Taunay se candidatassem remetendo-lhe cartas e recados por meio de amigos comuns. Depois de alguns dias, percebendo que havia uma possibilidade mais concreta de êxito, Taunay decidiu enfrentar a eleição e passou a enviar os pedidos de votos para os imortais. Algumas respostas, rapidamente, começaram a chegar:

Prezado Amigo e Confrade Sr. Afonso d'E. Taunay,

Afetuosamente aperto de mão. Nunca, a nenhum candidato à Academia manifestei o meu voto antes da eleição. O Sr., porém, me mexeu tanto, que abro a primeira exceção, declarando que pode contar comigo. Pelo que tenho ouvido, penso que é caso de felicitá-lo antecipadamente. Creia-me de veras todo seu, Conde de Afonso Celso.¹⁴

Taunay, que guardava uma impressão negativa da opinião de Afonso Celso quanto à sua candidatura, agradeceu-lhe orgulhoso:

Sr. Conde e meu ilustre amigo,

Recebo neste instante a sua prezadíssima carta que tanto e tanto me desvanece trazendo-me mais uma demonstração de um apreço sobremodo honroso como é o seu. Obrigadíssimo pela exceção de que me fala. Enche-me de verdadeiro desvanecimento. Muito obrigado pelas bondosas alvíssaras. Vamos a ver no que dá tudo isto.¹⁵

Depois de “tudo isto”, primeiro a negação e depois todo o trabalho de agregar votos, expondo-se diante de homens de letras que mal conhecia e, principalmente, na imprensa, que era personagem

14 Carta de conde de Afonso Celso a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1929, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 295.

15 Carta de Afonso de Taunay a conde de Afonso Celso, São Paulo, 30 de setembro de 1929, Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, *Arquivo Afonso de Taunay* (Coleção) – Série 1 – Correspondência Pessoal.

central desse espetáculo desde as polêmicas eleições das primeiras décadas, Taunay foi eleito na tarde de 7 de novembro de 1929 para a cadeira número 1 da Academia Brasileira de Letras. Os jornais noticiaram no mesmo dia a concorrida disputa. A segunda edição do jornal *O Globo* estampava a foto de Taunay e a seguinte nota:

Apresentaram-se candidatos, conforme antecipamos em nossa primeira edição, o poeta Hermes Fontes e o historiógrafo paulista Afonso d'Escagnolle Taunay, apurando-se o seguinte resultado:

1º escrutínio: Hermes, 14 votos, Taunay, 19; 2º escrutínio: Hermes, 13 votos, Taunay, 20.

Foi eleito, portanto e assim proclamado, o Sr. Afonso Taunay por 20 votos contra 13 obtidos pelo poeta das “Apoteoses”.

Compareceram a sessão 29 acadêmicos, sendo de 33 o número de votos com que se procedeu a eleição. (*O Globo*, 1929)

A eleição provocou na imprensa notas de reconhecimento “ao historiador de marcado relevo”, “figura ilustre da intelectualidade e diretor do Museu Paulista”, mas também reacendeu a discussão a respeito dos critérios de escolha dos acadêmicos e das definições das letras. Afinal, um historiador era um letrado? A maioria dos jornais que noticiaram a eleição, tanto os do Rio de Janeiro quanto os de São Paulo, afirmaram positivamente, mas o jornal *A manhã* fez críticas duras à ABL: “Esta que vá se enchendo de médicos e historiógrafos que continuará muito bem...” (*A manhã*, 1929). Estava posta novamente a polêmica, mas, como eleição na Academia parece se definir como polêmica, Taunay foi festejar a vitória congraçando-se com os amigos da redação do *Correio Paulistano* e enviando cartas aos imortais mais íntimos.

Dentre os letrados, o imortal eleito no ano anterior, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, o barão de Ramiz (1846-1938) – que em 1911 foi o relator do parecer favorável da Comissão de História responsável por julgar a relevância das produções de Taunay para a sua admissão como sócio do IHGB –, recebeu a notícia da eleição com entusiasmo e saudou o amigo:

Um abraço de parabéns: está o meu amigo eleito membro da Academia. Não foi unânime a eleição, como eu desejara; influências ministeriais infelizmente intervieram, ao que parece, a favor do seu concorrente, que estava a pique de ganhar a partida. Graças a Deus, vingou o mérito. Agora, meu amigo, é continuar na faina brilhante. É você dos nossos, e ainda bem! Sempre amigo velho, Ramiz.¹⁶

O ainda mortal Paulo Setúbal (1893-1937), considerado “o maior expoente” (Ferreira, 2002, p.242) no gênero do romance histórico, o autor “mais lido e popular do período”,¹⁷ que repousava na Suíça para curar-se da tuberculose, também escreveu para Taunay felicitando-o:

Acabo de receber, pelo correio de hoje, uma carta do nosso amigo querido – o Alípio Canteiro – com uma notícia para mim encantadora, a sua eleição para a Academia Brasileira. Bravos! Que bela e nobre, e justa escolha! O ilustre autor da *História das bandeiras* não vai apenas enfeitar o cenáculo: vai dar a ele esse brilho, fulgor autêntico, que vem dos que têm valor de verdade. O meu coração de amigo está hoje envaidecido [...].¹⁸

No entanto, outra Academia queria ver o nome de Afonso de Taunay ligado ao dela. Enquanto decidia durante o mês de agosto se disputaria com Hermes Fontes a cadeira número 1 da ABL, em São Paulo Taunay foi solicitado a participar do “ressurgimento” da Academia Paulista de Letras. Fundada em 27 de novembro de 1909, “por volta de 1921 esmorecia e definhava” (Ellis, 1999, p.16) a APL. Taunay fez uma análise da situação dessa instituição para o

16 Carta de Ramiz Galvão a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 1930, Coleção Afonso de Taunay (2ª entrada), pasta 4.

17 Esta afirmação, segundo Ângela de Castro Gomes, era de João Ribeiro, ele escreveu que o livro *A marquesa de Santos*, de Setúbal, vendeu 40 mil exemplares (Gomes, 1996, p.120).

18 Carta de Paulo Setúbal a Afonso de Taunay, Montana, 2 de dezembro de 1929, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 295.

amigo Paulo Setúbal na qual considerava, em última instância, que ela não deveria existir, porém pressionado por amigos Taunay acabou cedendo e entrando para a instituição também no ano de 1929:

No microcosmo literário a grande novidade foi a ressurreição da Academia Paulista de Letras. Convidaram-me para ela, recusei, reconvidaram-me, rerecusei por estar convencido da nula eficiência desta sociedade que sempre foi tão caipora. Mas os amigos aclamaram-me e assim não tive remédio senão ceder a tão gentil intimação. Pensei que depois de tão longo colapso a coisa ressurgisse com melhor jeito e creio que me enganei redondamente. Encontrei o mesmo espírito, vaidoso de academismo, macaqueador e frívolo. [...] Nas sessões preparatórias fiz o possível para que a reorganização se fizesse sob bases mais justas e prestigiadoras, protestei contra a não inclusão de Paulo Setúbal, Paulo Prado, Monteiro Lobato, Altino Arantes, Martins Fontes, Pires do Rio, Franco da Rocha, Gofredo Teles. Pedi a supressão do total fóssil dos 40 lugares elevando-se as cadeiras para 50, pedi ainda a troca do nome de Academia para outro menos pretensioso e vi-me repellido *in limine* e só apoiado por Arthur Motta. Cada vez mais me convenço que para se trabalhar e produzir só há uma coisa: o isolamento. A Academia se refez com alguns bons nomes como: Arthur Motta, Menotti [del Picchia], Guilherme [de Almeida], [Alfredo] Ellis, Plínio Salgado, Lourenço Filho, Veiga Miranda, etc., mas não tenho absolutamente esperanças de que vá por diante, tanto mais quanto não tem onde cair morta e em São Paulo é a terra de vale quem tem.¹⁹

Elucidativa essa longa, mas muito precisa, análise que Taunay fez da Academia Paulista de Letras. Ela não conseguiria a projeção almejada e até a atualidade não alcançou o *status* da Academia Brasileira de Letras. Diferentemente da ABL, para a APL Taunay

19 Carta de Afonso de Taunay a Paulo Setúbal, São Paulo, 22 de agosto de 1929, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 295. Muitos dos autores sugeridos por Taunay para integrarem a APL tornaram-se acadêmicos na década de 1930. Para a compreensão deste ressurgimento da APL, cf. Ferreira, 2002, p.246-261.

não teve que fazer conluíus, naquele momento, pois a sua posição em São Paulo já estava consolidada, digamos que os conchavos já vinham de longa data. Talvez por isso, por não considerar esta posição como uma distinção, Taunay tenha desdenhado tanto a cadeira número 36, que tinha como patrono Euclides da Cunha (1866-1909) e foi ocupada, posteriormente, por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), seu aluno no Colégio de São Bento, que também o substituiu, em 1945, na direção do Museu Paulista.

Alberto Rangel, autor que dá início a este capítulo com uma crítica fervorosa à ABL, se soubesse da afirmativa de Taunay de que para produzir e trabalhar o isolamento era o melhor companheiro, não o perdoaria pela falta de coerência entre suas palavras e ações, pois, durante os três meses posteriores à escrita dessa análise crítica da APL apresentada a Paulo Setúbal, Taunay participou de todas as intrigas e combinações secretas exigidas para agregar ao seu nome o distintivo: “Da Academia Brasileira”. Em suas obras publicadas após 1930, essa marca substituiu, na maior parte das vezes, a outra, adquirida em 1917, “Diretor do Museu Paulista”. No entanto, além da distinção consagrada, a ABL representou para a produção historiográfica de Taunay uma das leituras críticas mais elaboradas a respeito de sua obra na época.

Depois da eleição, a posse

Taunay foi recebido na Academia Brasileira de Letras em 6 de maio de 1930 por Edgar Roquette-Pinto (1884-1954). A praxe acadêmica pedia que o ingressante fizesse uma apreciação da obra e da trajetória pública de seu antecessor na cadeira e o imortal encarregado de introduzir o mortal à imortalidade deveria apresentá-lo a esse novo ambiente.

Taunay, como de costume, preparou um longo texto a respeito do jornalista, poeta e político, fundador da cadeira número 1, Luís Murat (1861-1929), e ao final afirmou, como era de se esperar, que o assunto era tema para um largo tomo. Este, Taunay não o escre-

veu, contudo, escreveu tantos outros volumes e aproveitou a plateia para falar deles.

Apegado sempre às suas origens, Taunay narrou um episódio familiar. Contava seu pai ao seu avô que, certa feita, na viagem de volta de Mato Grosso ao litoral, perguntou a um tropeiro a respeito da distância que ainda teriam que percorrer até chegarem a Santos e o tropeiro desalentando-o respondeu: quatrocentas léguas. Naquele momento, a conversa foi interrompida pelo menino Afonso, de 7 anos, que, admirado, indagou-lhes: “Sempre no Brasil?”. Seu avô, sorrindo, respondeu: “Sempre, certamente! Isto não é nada para o Brasil, saiba-o você” (Taunay, 1937c, p.213). Segundo Taunay, essa resposta o deixou perturbado e quando acrescida das várias histórias de viagem, que seu pai lhe contara durante a infância e a adolescência, deixaram-lhe “a impressão de mistério”, de “verdadeira fascinação” pela História do povoamento do Brasil. Sua mãe, percebendo suas inclinações, contratou o geógrafo Alfredo Moreira Pinto e o historiador Capistrano de Abreu para ministrar aulas dessas disciplinas ao filho. Dessa forma, Taunay retrçou, perante os imortais, a sua já conhecida história de formação que o levou a pesquisar a História das bandeiras e a tornar-se conhecido, por consequência, como o Historiador das Bandeiras.

A principal História que Taunay produziu a partir dessas motivações juvenis e de tantos outros elementos que apresentamos neste trabalho contava naquele ano de 1930 com seis volumes publicados e tinha como principal eixo de narrativa a expansão do território, qualificada por ele de “a conquista do Brasil pelos brasileiros”. No entanto, para Roquette-Pinto o que interessava nessa História não era o território, mas sim a raça. A partir desse ponto do discurso, Roquette-Pinto passou a dissertar a respeito da *História das bandeiras* dizendo como ela deveria ter sido escrita. Destacando aspectos dos livros de Taunay, ele apresentou suas próprias interpretações dos acontecimentos narrados.

Mais de uma vez tenho perguntado a mim mesmo, perplexo ao ver escritores brasileiros de talento e cultura repetir balofas nece-

dades a respeito dos irremediáveis desastres sociais que seriam os povos mestiços, tenho perguntado a mim mesmo: como é possível crer mais nos livros falsos do que na própria natureza. Sejam quais forem as tristezas que o espetáculo da vida nacional, em qualquer tempo, haja de suscitar em nossa alma, o Brasil é uma realidade; desmente as teorias [...]. (Roquette-Pinto, 1937c, p.230)

Taunay, acostumado com as glórias, com os louros fáceis dos elogios em cartas, nos jornais, em citações nas obras de outros autores, estava diante das críticas mais duras que recebeu no período. Como diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto presidiu em 1929 o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, do qual resultou, entre outras ações, a produção do *Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o racismo*, assinado também por Gilberto Freyre, Artur Ramos, entre outros. Esse documento “representou a primeira expressão pública de cientistas brasileiros contrários ao racismo” (Schwarcz, 1993, p.259). Nesse Congresso, o antropólogo Roquette-Pinto se opôs à maioria dos participantes que “defendiam a aplicação de uma política eugenista radical e a teoria degeneracionista da mestiçagem” (ibidem, p.96).

Diante de um antropólogo com perspectivas teóricas ligadas aos ensinamentos de Mendel e Franz Boas, os textos de Taunay foram colocados à prova. Roquette-Pinto destacou que a combatividade e a mobilidade que animava os sertanistas traçados por Taunay eram características ameríndias, não de dólico-louros. A verdade moderna naquele momento estava em disputa e o antropólogo enfatizava: “Não há retórica que destrua a verdade; nem livro que desmint a vida” (Roquette-Pinto, op. cit., p.231).

Não sei, sr. Afonso de Taunay, se fostes sempre bem inspirado consagrando, no primeiro volume da vossa História, um capítulo ao que chamastes *arianização progressiva* dos paulistas, porquanto a antropologia ensina que o *sangue ariano* é uma utopia. Em todo caso afirmais muito bem: “é com elementos quase unanimemente euro-americanos que efetua sua obra a raça de gigantes de Saint-Hilaire”. (ibidem, p.231)

Referia-se Roquette-Pinto aos capítulos 2 e 3 da primeira parte do tomo 1 da *História geral das bandeiras paulistas*, em que Taunay acompanhou as opiniões de Oliveira Vianna para explicar a formação do povo paulista. No entanto, não foi apenas nesses capítulos que a temática racial apareceu na obra de Taunay, ela marcou fortemente os três primeiros volumes publicados em 1924, 1925 e 1927. Nesses tomos, Taunay se colocou entre as teses de Vianna e os elementos germânicos apontados por Pedro Taques Paes Leme para as origens lusitanas. A partir do quarto volume, a tese, já presente nos outros tomos de forma contraditória e às vezes ambígua, como mostrou Roquette-Pinto, de que os paulistas foram formados por elementos preponderantemente euro-americanos vai ganhando espaço e o mameluco, o cruzamento entre o branco e o índio, passa a formar o paulista descrito por Taunay.

Apesar das discordâncias que Roquette-Pinto apresentou, aquela era uma ocasião de recepção de um novo membro na concorrida Academia, portanto, ele terminou gentilmente afirmando:

Pelo que aí fica, sr. Afonso de Taunay, podeis ver que, se não estou sempre de perfeito acordo convosco, sou sempre um vosso humilde leitor maravilhado pelo carinho e pela consciência, com que tomais parte no grande e nobre movimento intelectual que é, na República, a *história dos brasileiros que conquistaram o Brasil*. (ibidem, p.237)

Essa não era apenas uma gentil finalização de discurso, na verdade representava uma das mais salutares características do mundo intelectual. Juntos, Taunay e Roquette-Pinto foram trabalhar com Humberto Mauro na execução dos filmes *O descobrimento do Brasil* (1937) e *Bandeirantes* (1940), como assinalamos no capítulo anterior. Já como imortal, Taunay divulgou na *Revista da Academia Brasileira de Letras* o filme *Bandeirantes* destacando o intuito que Roquette-Pinto tinha de prosseguir, após a realização de *O descobrimento do Brasil*, a “difusão das cenas nobres da nossa terra”. Roquette-Pinto imaginou, segundo Taunay contou nesse artigo,

a composição de um filme destinado a todas as escolas do Brasil, “encerrando motivos hauridos da epopeia bandeirante”. Para a realização de tal empreendimento, ele solicitou a colaboração de Taunay, que aceitou o convite e relatou ter vivido “longas horas das mais agradáveis” na execução desse trabalho (Taunay, 1941, p.298-307).

Ser um *metódico à brasileira* era assim, Taunay seguia a leitura que realizou dos “princípios gerais da moderna crítica histórica”, as orientações de Capistrano de Abreu – que imperativamente dizia: “Não deixe material para os outros” –, acompanhava a profusão de documentos que seus leitores indicavam, enviavam ou, ainda, publicavam em suas obras que dia a dia saíam das prensas e incorporava críticas como a de Roquette-Pinto, enfrentando-as como mais um documento a ser investigado.

No sétimo volume da *História geral das bandeiras paulistas*, publicado em 1936, em que Taunay iniciou a narrativa dos “episódios de Palmares”, Roquette-Pinto apareceu ao lado de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, entre outros, todos especialistas que, independentemente de suas visões conflitantes a respeito “das consequências dos contatos afro-euro-americanos” (Taunay, 1936, Tomo VII, p.322), foram considerados na realização da obra.

Contudo, a composição do texto por mais que se quisesse imparcial nunca o foi. As simpatias por teorias e interpretações, as amizades e afinidades, os argumentos que corroboravam as opiniões e os encaminhamentos dos textos de Taunay sempre integraram sua composição da História. A relação pessoal com Oliveira Vianna e a admiração por suas ideias não abandonaram a obra e a vida de Taunay. Em 1940, ele foi escolhido para receber Vianna na Academia Brasileira de Letras e reafirmou sua admiração pelas ideias expressas em *Populações meridionais do Brasil*, definido por Taunay como um “livro de sociologia aplicada à história com o intuito de definir as características da psicologia política e social dos nossos grupos centro meridionais” (Taunay, 1944, p.243) que defendia a tese “da preponderância diretiva marcante do espírito ariano na formação brasileira” (ibidem, p.245).

Após a posse da imortalidade, o apoio aos mortais

Antes de receber Oliveira Vianna no final da década de 1930, Taunay apoiou a candidatura de alguns amigos. O primeiro empenho de Taunay se voltou para ajudar o secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “o velho amigo Max Fleiüss” a ingressar na ABL. Max, em 1911, garantiu o ingresso de Taunay no IHGB e o laço de amizade já existente desde então somente se estreitou.

Meu caro Max,

Deves saber o que conversei com a boa D. Sinhá pelo telefone; estou pronto a fazer o possível pelo triunfo da tua candidatura, mas é preciso que te apresses já e já porque a pressão está começando fortíssima, já rebati três golpes. Vou começar a escrever cabalando por ti. Infelizmente as minhas relações com o Guilherme [de Almeida] e Alcântara [Machado] são mínimas, embora cordiais. Em todo o caso vou escrever e falar a ambos. Creio que vais ter muito mar pela proa. O [Osvaldo] Orico nada conseguirá, o Múcio [Leão] é muito moço ainda embora rapaz de valor, o Tristão [de Athayde (Alceu Amoroso Lima)] é pessoa distintíssima a quem muito prezo, aliás, nada me pediu e é muito, aliás, muitíssimo moço, fatalmente mais dias, menos dias será da Academia.²⁰

Max Fleiüss ouviu as indicações do amigo e logo se apresentou candidato à vaga aberta pelo falecimento de Alberto de Faria. A eleição ocorreu em 7 de abril de 1932. Max concorreu em quatro escrutínios com Maurício de Medeiros, que somente foi eleito em 1955, Veiga Miranda, Osvaldo Orico, eleito em 1937, Getúlio Schilling, Lindolfo Gomes e Silvio Júlio de Albuquerque Lima. No entanto, nenhum candidato conseguiu a maioria de 18 votos

20 Carta de Afonso de Taunay a Max Fleiüss, São Paulo, 3 de dezembro de 1931, Arquivo do IHGB, Max Fleiüss, lata 469, pasta 19.

exigida para a eleição. No dia seguinte, Max apresentou-se novamente como candidato à vaga na Academia e utilizou como uma das justificativas o valor que esta cadeira significava para ele, particularmente, por ter como patrono Francisco Adolfo de Varnhagen, também um historiador. Essa menção foi amplamente divulgada nos jornais, mas Max não conseguiu se eleger. A vaga foi preenchida somente em 16 de maio de 1933 por Rocha Pombo (1857-1933), que bastante adoentado faleceu antes de tomar posse.

As regras do jogo para o ingresso na Academia Brasileira de Letras eram bastante complicadas e envolviam a cada eleição um novo rol de elementos de acordo com os candidatos que se apresentavam. Taunay levou alguns anos para aprender essas regras, e na eleição do amigo Max ainda não desfrutava de muitos contatos, pois ainda era um recém-imortal; contudo, após esse aprendizado ele já estava apto a ensinar:

Meu bondoso Dr. Taunay,
Afetuoso abraço.

Recebi os seus dois cartões (um deles verdadeiramente hieroglífico!) datados do Rio. Agradeço as notícias que tem a bondade de me enviar. Eu, por elas, fiquei radioso. E parece que tenho razão, não é? Continuo, porém de acordo com o seu conselho, a não dormir sobre os louros. E, ainda, de acordo com o senhor, ou antes, de acordo com o ótimo neologismo – a votopexia! – a botar pedidos sobre pedidos em torno dos votos...²¹

Taunay sabia bem que Setúbal não podia confiar em todas as promessas de votos. Guardava de sua própria eleição, ainda recente, a experiência. Ele contava ser eleito no primeiro escrutínio por unanimidade, de acordo com as declarações recebidas antes do pleito. No entanto, passou por duas votações e esteve a um passo de perder. Não contava Taunay com as oscilações de opinião do poeta

21 Carta de Paulo Setúbal a Afonso de Taunay, São José, 28 de maio de 1934, APMP/FMP (3ª entrada), p.295.

Alberto de Oliveira. O poeta, apesar de prometer-lhe apoio, votou em seu concorrente, Hermes Fontes, no primeiro escrutínio e, somente ao perceber que a eleição não se resolveria, mudou de posição e confirmou seu voto para Taunay. Segundo o Jornal *A manhã*, que criticou a entrada de Taunay na ABL, a derrota do poeta deu-se graças a outro poeta (*A manhã*, 1929).

No entanto, enquanto Taunay e Paulo Setúbal tratavam de congregar os apoios de Ramiz Galvão, conde de Afonso Celso, entre outros, para a eleição na ABL, discutiam também o *El Dourado*:

Estou dando os últimos retoques ao meu “El Dourado” (que tal o título? interessa?) e penso tê-lo definitivamente pronto, isto é, passado a sua paina, revisto, etc., no fim de semana. Assim sendo, conto botar aí no próximo sábado.

Será ocasião de pôr os originais na sua mão e ver qual é a sua opinião sobre esse trabalho. E depois – prelo! Sábado, pois conversamos.²²

El Dourado era mais um romance de Paulo Setúbal que objetivava “dotar a história de tons belos e comoventes, com probidade e sustento documental” (Ferreira, 2002, p.243), portanto, ninguém melhor para auxiliá-lo do que Taunay. No entanto, diferentemente das obras do “mestre Taunay”, que também escrevia História com tons de romance, os livros de Setúbal eram romances históricos que alcançaram vendagens significativas para a época, o que levava o autor a se convencer do papel educativo da divulgação romanceada dos fatos da História. O texto de apresentação do livro *El Dourado* é emblemático da diferença entre as produções historiográficas de Taunay, situadas no âmbito dos Institutos Históricos e produzidas em diversos volumes de difícil acesso para o público mais amplo, e a vulgarização de Setúbal por meio de romances históricos concisos:

22 Carta de Paulo Setúbal a Afonso de Taunay, São José, 28 de maio de 1934, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 295.

Cerca de vinte mil leitores, no curto prazo de três semanas, compraram os meus dois últimos livros – *O ouro de Cuiabá* [1933] e *Os irmãos Leme* [1933]. [...] *El Dourado*, saibam-no todos, não passa de sossegada crônica. Crônica que traz à baila, reavivado apenas, um velho lance da História brasileira: a descoberta do ouro nas Gerais. Reavivado apenas, sim. Pois o que está escrito nestas páginas, leitores amigos, anda esparso em muito autor antigo. E também em alguns autores modernos. Entre os modernos, à frente dos quais avulta o eminentíssimo Calógeras, cuja obra – *As minas do Brasil e sua legislação* – seria triste lugar-comum estar a gente aqui a encarecer, eu folgo neste passo destacar um nome: Basílio de Magalhães. A obra deste bandeirógrafo notável – *Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII* – é uma escassa monografia de cem páginas. Mas que cem páginas! Há nesse magro opúsculo, fortemente condensada, mais erudição histórica do que em muitíssimo livro grosso: é, simplesmente, uma pequenina obra magistral. Ora, assim sendo, o que vai escrito nestas páginas, por certo sabem-no com profusão essa meia dúzia de eruditos que, nos nossos Institutos Históricos...

(Neste ponto, tenho a certeza, vai interromper-me com vivacidade o meu estremecido amigo Afonso de Taunay:

– Meia dúzia só? Upa! Muito mais...

– Muito mais, mestre Taunay?

– Muitíssimo mais, caro romancista! Pelo menos o dobro...

– Doze? É demasiado, meu grande historiador! Onde vai vosmecê descobrir, no Brasil, doze sabedores de História Pátria? Eu dou de barato, vá lá, que seis sejam pouco. Mas doze? Não é possível! Vamos entrar num ajuste: digamos que sejam oito.

– Não senhor! Eu também dou de barato, vá lá, que seja um número exagerado. Mas oito? Também é pouco. Façamos um acordo: dez.

– Dez? Pois aceito o cálculo... Não discutamos mais: dez!)

O que vai escrito neste livro, portanto, sabem-no com profusão esses dez de mestre Taunay. Mas acontece que esses dez não são o Brasil. O Brasil são quarenta milhões. (Setúbal, 1956, p.7-8)²³

23 A primeira edição é de 1934.

As palavras de Setúbal mostram o momento difícil de definição das áreas de produção do conhecimento no Brasil, pois ele, tanto nessa obra como nas outras que escreveu, fez questão de anunciar as fontes consultadas, os autores especializados nos temas tratados, tal como os “dez de mestre Taunay” faziam, no entanto, considerava que as obras daqueles historiadores não conseguiam atingir um público leitor menos especializado. Este somente poderia conhecer a História do Brasil por meio da obra de ficção bem documentada.

Taunay, nessa época, 1934, já havia se decidido e optado pelo estudo pormenorizado dos temas da História do Brasil e abandonado o romance histórico, aliás, ele escreveu somente um, *Crônica do tempo dos Filipes*, em 1910 e o reeditou em 1926. O que havia de comum entre essas produções que levava Paulo Setúbal a pedir para que Taunay revisasse sua obra era, de um lado, a consulta documental que ambos realizavam e, de outro, a visão épica que compartilhavam da História.

Tantas afinidades levaram Taunay a apoiar Paulo Setúbal na eleição da Academia Brasileira de Letras e, nos meses anteriores ao pleito, ele reconhecia o empenho do amigo: “Meu grande Dr. Taunay, Recebi as suas duas cartas do Rio. Agradeço-lhe, suas amáveis, o interesse que tem tomado pela minha *causa acadêmica*”.²⁴ O auxílio surtiu efeito, Setúbal foi eleito em 6 de dezembro de 1934 e foi recebido pelo acadêmico Alcântara Machado em 27 de julho de 1935.

Em 1935, o pedido de voto e ajuda veio de um dos precursores da História da expansão sertanista, citados na apresentação de Setúbal, e referência fundamental para a produção da *História geral das bandeiras paulistas*: Basílio de Magalhães (1874-1957), o autor da *Expansão geográfica do Brasil*.

Ilustre confrade e prezado amigo Dr. Afonso Taunay,

Cumprimento-o muito afetuosamente. Não tendo sido preenchida a vaga de Coelho Neto, no pleito de 12 do corrente mês,

24 Carta de Paulo Setúbal a Afonso de Taunay, 5 de setembro de 1934, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 295 (grifo do autor).

resolvi inscrever-me em primeiro lugar quando abrir novamente a inscrição.

Seguirei, assim, o conselho do prezado amigo, cujo prognóstico ficou totalmente confirmado. Espero que, na próxima eleição, o ilustre confrade me honre com seu voto e com o seu apoio, ambos de alto valor para mim.²⁵

No entanto, Basílio de Magalhães, que havia se candidatado e perdido a eleição, parece ter recuado da intenção de se candidatar pela segunda vez. Essa vaga somente foi preenchida em 19 de março de 1936 pelo político João Neves da Fontana. Em 1936, quem também disputou as eleições foi Pedro Calmon (1902-1985).

Meu querido mestre Dr. Taunay,

Muito lhe agradeço a bondosa carta do dia 11, como tudo que vem da fê, muito me penhorou. [...] De trabalho de cabala vou bem. Posso juntar à relação de minhas esperanças os nomes de Goulart de Andrade e Aloísio de Castro. O Dr. [Max] Fleiüss tem me ajudado na roda do Instituto, e Afrânio Peixoto, o Dr. [Rodolfo] Garcia, o [Gustavo] Barroso, me animam com seu otimismo. Ao rádio de meu concorrente [Barbosa Lima Sobrinho] prefiro a discrição modesta, porém eficiente propaganda. O Dr. Roquette-Pinto assegurou-me à primeira hora que me daria o voto, e porque com ele trabalhei o ano todo, na sua estação de rádio, como responsável por um quarto de hora das preleções sobre história, creio que não me faltará. Não tive notícias de D. Aquino e de Luiz Guimarães. Rogo sempre que lhe for possível, considerar a meu respeito com Alcântara Machado e Guilherme de Almeida. [...] O sr. aceite um abraço de sincera e viva amizade, e os agradecimentos, nunca assaz renovados, do seu discípulo e admirador, Pedro Calmon.²⁶

25 Carta de Basílio de Magalhães a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1935, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 296.

26 Carta de Pedro Calmon a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1936, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 296.

Taunay enviou em abril o seu voto, que, segundo Calmon, honrava “o humilde discípulo com um carinho, e para ele inesquecível testemunho de uma amizade verdadeira e queridíssima”.²⁷ No dia 16 daquele mês, Pedro Calmon foi eleito imortal e recebido em 10 de outubro de 1936 por Gustavo Barroso.

Taunay apoiou autores vinculados à sua concepção de História: Max Fleiüss, que se dizia convencido da assertiva de Langlois e Seignobos, de que “sem documentos não há história” (*RIHGB*, 1911, tomo LXXIV, parte I), Paulo Setúbal, cujos romances históricos eram pautados na probidade documental, Basílio de Magalhães, um dos pioneiros no estudo da *expansão geográfica* no Brasil, e Pedro Calmon, que se considerava discípulo de Taunay e a quem ele elogiou em 1934²⁸ por sua obra *O espírito da sociedade colonial*. Portanto, a entrada de Taunay na Academia Brasileira de Letras não significou um abandono de nenhum dos princípios que considerava válidos até então, mas a posição que desfrutava na década de 1930 permitiu-lhe a dedicação a outros temas, para além da História das Bandeiras, dentre eles o “fantástico” das descrições de diversos cronistas.

Condensando informes respigados

No correr do ano de 1937, com mais de cinquenta livros publicados e contando ainda com diversos artigos, discursos, traduções e reedições, Afonso de Taunay publicou *Monstros e monstregos do Brasil* (1998).²⁹ O historiador, que acabara de lançar mais um tomo, o sétimo, da *História geral das bandeiras paulistas*, reunia em livro anotações de leituras que integraram boa parte de seus estudos.

27 Carta de Pedro Calmon a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1936, APMP/FMP (3ª entrada), pasta 296.

28 Taunay, Afonso de E. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 1934-1935.

29 Primeira edição foi publicada pela Imprensa Oficial em 1937.

“Respirar” nas obras dos primeiros visitantes e cronistas o que considerava curioso e pitoresco acerca da zoologia fantástica brasileira entre os séculos XVI e XVIII foi o objetivo anunciado logo no prefácio dessa narrativa iniciada em outra obra publicada em 1934 e intitulada *Zoologia fantástica do Brasil* (1999).³⁰

Aves que vivem de vento, javalis que respiram por um orifício no dorso, um molusco que menstrua como as mulheres, um gambá cujo fedor deixa um homem ou um cavalo desacordado durante três ou quatro horas, a monstruosa e fatal *ibibaboka*, uma serpente gigantesca, monstros e monstrenhos relatados pelos visitantes do Brasil dos séculos XVII e XVIII e que em 1937 foram “recuperados e rearranjados” num divertido texto.

O autor produziu esse livro motivado pela leitura de “interessante e erudito estudo” do naturalista argentino Aníbal Cardoso³¹ e, sobretudo, pela ambição frente à possibilidade de apresentar algo inédito, inaugurar, talvez, um gênero no Brasil que, sem dúvida, já lhe interessava havia muito, pois a busca pelo pitoresco, assim como o estranhamento e, às vezes até, a admiração frente àquilo que denominava *espírito de época* marcaram sua produção.

O “fantástico”, o “extraordinário”, as “histórias esquisitas” haviam despertado a atenção desse historiador das bandeiras paulistas quando a Companhia Melhoramentos de São Paulo o convidou para selecionar e organizar a *Biblioteca da adolescência*, um empreendimento editorial que chegou a abranger cerca de trinta volumes divididos em três séries intituladas: “Viagens e aventuras”, “Histórias maravilhosas” e “Lendas curiosas”.

Além de organizar e selecionar as obras, coube ao próprio autor a tradução de três livros. As escolhas que ao primeiro olhar podem causar certa surpresa no momento em que foram realizadas tiveram

30 Primeira edição da obra foi feita pela Melhoramentos em 1934.

31 Taunay se referiu à obra do naturalista argentino Aníbal Cardoso intitulada *La ornitología fantástica de los conquistadores*. Esse autor participou do Primeiro Congresso Internacional de História da América realizado no Brasil pelo IHGB em 1922. Cf. Guimarães, 1997.

boa aceitação, pois a seleção partiu das obras dos grandes mestres da literatura universal com o feliz propósito de garantir aos jovens brasileiros leituras que já haviam encantado algumas gerações de leitores europeus e norte-americanos. Taunay escolheu traduzir, para a série intitulada “Histórias maravilhosas”, Edgar Allan Poe³² e Ernest Theodor A. Hoffmann.³³ Se nesses contos Taunay apresentou o fantástico como imaginação da literatura de ficção, em suas obras o fantástico foi o manancial para se ter “ideia do que pensavam os europeus contemporâneos das grandes viagens acerca da fauna das terras ignotas” (Taunay, 1999, p.20).

No primeiro livro, *Zoologia fantástica*, Taunay considerou que para a compreensão das descrições fantásticas colhidas nas obras de “Gandavo, Fernão Cardim, Anchieta, Gabriel Soares, Hans Staden, Ulrico Schmidel, Cabeza de Vaca, João de Léry, Thévet, etc., os informes oriundos dos mapas quinhentistas das relações devidas a Pero Vaz de Caminha, Américo Vespúcio, Pigafetta, o anônimo da Gazeta do Brasil etc.” era necessária para o leitor “uma exposição das credences zoológicas europeias contemporâneas ao início das grandes navegações e da descoberta do Novo Mundo” (ibidem, p.17). Para apresentar tais credences, Taunay utilizou, sobretudo, as obras de Ferdinand Denis e Charles-Victor Langlois, apontando casos que lhe pareceram, segundo afirma, inteiramente pertinentes.

Taunay apresentou nas páginas dessa obra a resenha das “abusões reinantes” nas descrições do Novo Mundo, ou seja, seguiu o seu intuito de mostrar os enganos, assim como fez em outros livros em que apresentava os erros dos autores. Contudo, se na *História geral das bandeiras paulistas* e nas outras Histórias de São Paulo os erros eram cometidos pela falta de fontes ou pela interpretação incorreta que os autores faziam dos documentos, nessas obras os enganos foram interpretados como ilusões causadas pelo encon-

32 Desse escritor norte-americano, Taunay traduziu e editou *Novelas extraordinárias* (1924) e *Histórias esquisitas* (1928), ambas pela editora Melhoramentos.

33 Desse escritor romântico alemão, Taunay traduziu e editou *Contos fantásticos* (1928), também pela editora Melhoramentos.

tro com o estranho, o diferente, o outro. Taunay introduziu em sua escrita da História uma busca pela compreensão daquilo que esses homens pensavam, preocupou-se em traçar-lhes o imaginário (Matos in: Taunay, 1999, p.13).

Para “desvendar os segredos” da zoologia descrita pelos conquistadores, Taunay recorreu, primeiramente, a Ferdinand Denis:

Em 1843, publicou este douto francês o seu *Le monde enchanté* sobre a cosmografia e história natural fantásticas medievais. Nessa obra analisou vários desses códices célebres de que hauriu umas tantas particularidades de pitoresca recordação.

É, aliás, da mais agradável leitura essa obrinha do grande amigo do Brasil, hoje apenas conhecida, talvez dos bibliófilos e dos colecionadores de brasileiras. (Taunay, 1999, p.21)

Na companhia de Denis, Taunay se inseriu no rol dos eruditos que conheciam essa obra e descreveu um percurso da zoologia conhecida desde a História da Antiguidade, passando pela Idade Média até chegar à Idade Moderna. Destacou Taunay os dragões das regiões longínquas, as baleias que atingiam seiscentos pés de comprimento e trezentos de largura, as concepções que os homens tinham da terra, as águias bicéfalas, os unicórnios, entre outros animais fantásticos descritos pelos propagadores exímios de fábulas. Além destes contadores de histórias fabulosas, começaram a aparecer as relações de “viagens imaginosas”. Taunay narrou que Cristóvão Colombo, dominado pelas velhas e arraigadas ideias medievais, avistou nas terras da América sereias “ao atingir a foz de grande rio que fluía do Paraíso Terreal”. Em torno da descoberta do Éden, vasta bibliografia se produziu e, segundo a avaliação de Taunay, a exata localização não era uma preocupação do tempo, portanto, ora ele foi localizado “sobre escarpado monte”, ora “em terreno de suave declive” (ibidem, p.29).

O segundo autor em quem Taunay se apoiou para escrever a respeito dos bestiários e das enciclopédias medievais foi Charles-Victor Langlois. Taunay, em 1911, na conferência de abertura de

História Universal da Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo descreveu os princípios gerais da moderna crítica histórica a partir, sobretudo, da obra de Langlois escrita em conjunto com Charles Seignobos. Naquela ocasião, ele não citou a autoria da obra que resumiu, no entanto, em 1934, na *Zoologia fantástica*, ele rendeu homenagens ao erudito contemporâneo:

Na bibliografia francesa encontramos precioso guia para o fim que temos em vista ventilar, o volume relativamente recente de um dos mais fortes eruditos de nossos dias, Carlo Vítor Langlois.

Na história da erudição contemporânea, poucos nomes terão tanto prestígio quanto o desse autor doutíssimo a quem a bibliografia de sua língua deve alguns dos mais notáveis trabalhos de pesquisa de que pode ufanar-se. E sobre uma série de assuntos variados.

Assim, começando por notável estudo do reinado de Filipe III, o Ousado, *muito escreveu sobre os métodos de crítica histórica* e versou assuntos pedagógicos e bibliográficos sempre com rara felicidade. E de muitas outras questões tratou sempre com real destaque.

Mas o que em sua obra mais sobreleva, talvez, vem a ser os estudos medievais; os capítulos magníficos sobre os reinados de São Luís e seus sucessores até o último capetíngio direto, a *reconstituição social francesa levada a cabo na série esplêndida da Vida em França na Idade Média*, em que destacaremos *La connaissance de la nature et du monde*. (ibidem, p.31, grifos nossos)

Taunay, atualizado nas publicações da historiografia francesa, se referia à obra *La vie en France au Moyen Âge de la fin du XII siècle au milieu du XIV siècle d'après les romans mondains du temps* (Langlois, 1924), obra em que Langlois dedicou grande atenção à vida cotidiana e aos costumes daquela sociedade medieval. É importante observar que Taunay conhecia não somente as obras a respeito dos métodos da crítica histórica, mas também os trabalhos em que Langlois aplicava tal método. Taunay, esse *metódico à brasileira*, continuava atento aos ensinamentos aprendidos no iní-

cio do século e considerava Langlois como um dos maiores nomes contemporâneos.

Respigando, aqui e acolá, na obra de Langlois, Taunay apresentou as mais curiosas “abusões zoológicas vigentes na Europa no alvorecer da era das descobertas e conquistas americanas” (Taunay, 1999, p.32), pois somente conhecendo essas histórias tornava-se possível perceber, afirmou ele, o quanto “cronistas e historiadores do Novo Mundo, nos primeiros séculos [...] se deixaram influenciar pela leitura ou reminiscências dos textos dos antigos autores dos bestiários medievais” (ibidem, p.49).

Após percorrer essas e outras obras que se referiam às descrições zoológicas que informaram os cronistas dedicados a narrar a zoologia brasileira, Taunay iniciou no último capítulo do livro o estudo de Fernão Cardim e Gabriel Soares de Souza. Ao final desse capítulo, deixou uma nota que prometia a continuidade do trabalho em um livro que se chamaria *Zoologia imaginosa do Brasil* no qual trataria da bibliografia brasileira dos séculos XVII e XVIII.

O título *Zoologia imaginosa* Taunay trocou para *Monstros e monstregos do Brasil* e a importância do tema não foi mais referendada por um importante erudito internacional, mas pelo orientador da História da “conquista do Brasil pelos brasileiros”, Capistrano de Abreu.

A busca realizada por Taunay pelos monstros e monstregos que habitavam as narrativas a respeito do Brasil se iniciou pelos *Diálogos das grandezas do Brasil* reunidos em livro, pela primeira vez, pelo imortal da ABL Afrânio Peixoto (1876-1947), prefaciados por Capistrano de Abreu, anotados por Rodolfo Garcia e publicados pela Academia em 1930. Desses *Diálogos*, Taunay “respigou” o que podia servir de “achegas” ao seu objetivo de estudar a zoologia fantástica brasileira dos séculos XVII e XVIII.

Um dos interlocutores dos *Diálogos* descreveu os jacus, os mutuns, inhambus, urus e colocou os jaburus e acauãs entre os galináceos, antes de descrever os anus como pássaros sem sangue e relatar a existência de papagaios de plumagem artificial. Taunay, para explicar essa descrição, recorreu ao médico, especialista em

zoologia brasileira e colaborador no Museu Paulista, Mello Leitão (1886-1948), que afirmou não ser essa uma invenção de Brandônio (um dos interlocutores dos *Diálogos*), pois “no norte do Brasil geralmente todos sabem o que significa *papagaio contrafeito* (de que as penas verdes são arrancadas em certas regiões do corpo, nascendo, em vez delas, outras amarelas)” (idem, 1998, p.46-47).

Nos *Diálogos* era tamanha a soma de informações pitorescas encontradas por Taunay que ele dedicou dois capítulos ao livro, pois Brandônio descreveu um gavião que matava um leitão, o cagambá, que com sua fetidez deixava um homem ou um cavalo sem sentidos por três ou quatro horas, o lagarto sinimbu, que se alimentava do vento, dentre outras tantas histórias. Algumas foram consideradas idiotas por Taunay, como a da cobra *boaçu* ou cobra de veado que engolia um homem por inteiro e, depois de morta e comida pelos outros animais, renascia como Fênix, em carne e espírito.

Depois dos *Diálogos*, mereceu a atenção de Taunay a *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, cuja ressurreição coube a Capistrano de Abreu. Taunay avaliou que a resenha zoológica dessa obra era inferior à anterior, mas frei Vicente confirmava uma das referências encontradas nos *Diálogos*: os porcos monteses com o umbigo nas costas. Taunay novamente em busca da verdade do relato consultou Mello Leitão: “É, aliás, plausível este engano dos autores antigos quanto ao caso do umbigo dorsal dos nossos javalis, observa Mello Leitão”, o engano provinha da presença, “no dorso destes suídeos, da glândula de almíscar, cuja abertura ao nível dos rins dava-lhes a ideia de cicatriz umbilical” (ibidem, 74).

Outra obra tratada por Taunay também foi destacada por Capistrano de Abreu. O livro *Histoire de la mission des pères capucins en l'isle de Maragnan* de frei Cláudio d'Abeville foi publicado na Coleção Eduardo Prado por Paulo Prado por sugestão de Capistrano de Abreu, que prefaciou a edição. Taunay considerou que para o seu escopo a contribuição dessa obra não era das mais alargadas, “embora comece bem”, afirmou ele, pois do grande rapi-neiro, “o euyra-ouassou (o uiraçu, a grande harpia de Lineu, hoje rara), pretende que é tão possante e tão forte que suspende aos ares

um carneiro e com a maior facilidade derruba um homem” (idem, 1999, p.89). Ainda a respeito deste livro, Taunay ressaltou um “relato inacreditável” a respeito de vampiros maranhenses que, às vezes, amputavam o artelho grande de suas vítimas sem que estas despertassem. Enquanto coletava os informes nessa obra, Taunay destacou a linguagem utilizada por frei Cláudio d’Abeville, pois lhe chamaram a atenção os adjetivos ótimo, delicioso, excelente empregados para descrever o sabor das carnes das aves maranhenses. No entanto, ao final da apresentação, Taunay fez a seguinte avaliação:

Como vemos, em matéria de zoologia fantástica brasileira pouco nos fornece o bom franciscano, o que, aliás, é um título a favor da sua inteligência e da veracidade de seus informes, pois com certeza muitas e muitas coisas estrambóticas lhe inculcaram os índios e outros depoentes das particularidades do Brasil. (ibidem, p.92)

Taunay continuou a coleta das informações nos textos de Ivo d’Evreux, que, segundo Capistrano, “revelam sua psicologia sem alargar os horizontes” (ibidem, p.81), do viajante Ricardo Flecknoe, que, na opinião de Taunay, não foi um grande observador, mas deixou algumas notas curiosas, de Simões de Vasconcelos, que lhe pareceu menos crédulo, de Francisco Coréal, que se ocupou em descrever as regiões e pintar seus costumes, William Dampier, que grafou o nome de animais e plantas de “forma impagável e irreconhecível” (ibidem, p.139), João Nieuhoff, “o inventor do café com leite” (ibidem, p.152), reza a tradição, de Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, que possui obra de “inestimável valor” por relatar a ascensão, em presença de D. João V, do aparelho de papelão construído por Bartolomeu de Gusmão (ibidem, p.136),³⁴ e John

34 As invenções de Bartolomeu de Gusmão interessaram Taunay durante a década de 1930 e ele se dedicou a estudar a vida e a obra desse “Padre Voador”. Este foi mais um tema tratado com bastante envolvimento pessoal, pois, além de resultar em livros, levou-o a redigir um libelo compendiador dos documentos estabelecadores dos direitos à prioridade aerostática de Bartolomeu de Gusmão.

Browne, para o qual Taunay pergunta “que haverá de verdadeiro em tudo quanto escreveu mestre Browne?” (ibidem, 239). No entanto, em várias passagens, Taunay ressaltou a importância que as narrativas mentirosas tiveram para criar uma atmosfera de credências em torno dos assuntos da História Natural.

Taunay narrou nesses dois livros tantos pormenores curiosos e preencheu a lacuna da bibliografia brasileira quanto à zoologia fantástica que visitantes e cronistas nos séculos XVI a XVIII criaram para o Brasil, inspirados, muitas vezes, nas descrições correntes na Antiguidade e na Idade Média. Realizou tal empreendimento historiográfico inspirado pela busca moderna da verdade, confrontando, por exemplo, as descrições de Brandônio e a ciência representada por Mello Leitão. Reafirmou seus conhecimentos frente ao ambiente intelectual da década de 1930 com dois livros de pura erudição bibliográfica e, assim como nos seus estudos lexicográficos, demonstrou muito humor e prazer ao fazer esse longo e minucioso trabalho de coleta das informações condensadas nesses volumes.

Charles-Victor Langlois foi apontado pela primeira vez na obra de Taunay como um dos maiores eruditos do período, confirmando as escolhas feitas em 1911, e Capistrano de Abreu, ao lado de autores contemporâneos como Rodolfo Garcia, que pactuaram o mesmo direcionamento temático e metodológico, compuseram o rol dos principais elementos da escrita da História de Taunay que, ainda, em 1934 e 1937, foram reafirmados por ele.

Contudo, para o “pequeno mundo intelectual” (Gomes, 1999, p.20) as consagrações institucionais não parecem excessivas e Taunay, após gozar dez anos de imortalidade, recebeu do IHGSP mais uma distinção e foi escolhido paraninfo na Universidade de São Paulo.

As consagrações do imortal

Em 1939, Afonso de Taunay, foi eleito presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e escolhido paraninfo da turma que se formou, naquele ano, no curso de História

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Taunay tornou-se sócio do IHGSP em 1911 e ministrou o curso de História da Civilização Brasileira entre 1934 e 1937, quando, impossibilitado pela Constituição de 10 de novembro de 1937 de acumular a docência com o cargo de diretor do Museu Paulista, deixou em seu lugar na Universidade Alfredo Ellis Júnior, que era também sócio do IHGSP e que fora seu aluno no curso ginásial no Colégio de São Bento.

Recebido pelo presidente efetivo, José Torres de Oliveira, Taunay ouviu naquela ocasião de comemoração que a justificativa para a sua eleição como presidente honorário do IHGSP era um “tributo de gratidão ao grande historiador que, além de numerosos e valiosíssimos trabalhos, empreendeu a tarefa ingente de escrever a *História geral das bandeiras paulistas*” (RIHGSP, v.37, 1939, p.7). José Torres de Oliveira ressaltou, ainda, que para definir Taunay era necessário lembrar a expressão utilizada, para o mesmo fim, pelo professor Antônio Piccarolo no jornal *O Estado de S. Paulo*: “Mar de Erudição”.

Com essa saudação, Taunay recebeu a cópia fotográfica da proposta de sua eleição com todas as assinaturas dos sócios que com ela concordaram. Assim, Taunay se colocava novamente diante de uma plateia de consócios, alguns que o ouviram proferir o discurso de posse em 1912, outros mais novos que passaram a conviver com ele já como orador do Instituto a partir de 1913, ainda outros que o conheceram como diretor do Museu Paulista, em 1917, ou como imortal da ABL, eleito em 1929. Muitos ali eram seus amigos, alguns seguiram seus passos nos estudos de aspectos da História das Bandeiras, outros se dedicaram a outros temas da História paulista, mas todos os presentes foram informados, naquela ocasião, da História da trajetória intelectual que Taunay construiu para a posteridade.

Dessa forma, Taunay, após o término dos agradecimentos, retrçou as motivações de sua escolha pelo tema das bandeiras lembrando as orientações dadas em 1902 pelo mestre Capistrano de

Abreu, a publicação das *Atas e do Registro Geral da Câmara de São Paulo*, dos *Inventários e testamentos* por Washington Luís, a possibilidade de acesso à documentação de Portugal e Espanha por meio do cargo de diretor do Museu Paulista e, nessa instituição, a tarefa de “povoar” o palácio do Ipiranga “com os atributos simbólicos evocativos da construção de nossa pátria, desde os dias da descoberta e do primeiro povoamento até aos da entrada do Brasil no rol das nações independentes” (Taunay, 1939, p.13).

Taunay reafirmou a importância do IHGSP, com seu corpo social cada vez mais repleto de elementos novos, mas guiado sempre pela norma, “essencial e inflexível, de que onde não há documentos, não há história” (ibidem, p.14).

É neste ambiente que venho, hoje, receber a investidura que tanto me honra neste cenáculo de apaixonados ventiladores dos fastos do Brasil e de São Paulo.

Assim, ao nosso caro Instituto caibam longos e longos anos de indefeso e fecundo labor em prol do estabelecimento destes feitos da vida comum de todos os brasileiros, que são a trama da história nacional. Neles e em atuação magnífica, por tantos e tão repetidos motivos, sucedeu que muitas vezes se verificasse, a *Gesta Brasiliae per Paulistas* (ibidem, p.14).

Nesse discurso de posse, que encerra a década de 1930 na trajetória desse historiador, Taunay reafirmou as bases de seu empreendimento historiográfico. Destacou a importância dos documentos, sem os quais cessa a História, e a abordagem da História da vida comum como a própria trama da História Nacional. Essa História foi também chamada por Taunay de História dos Costumes ou História da Civilização.

Em 1934, Taunay inaugurou a cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Lecionou nela durante os anos de 1935, 1936 e 1937 e os formandos do curso de História de 1939 elegeram-no paraninfo da turma.

Taunay encerrava, naquele momento, mais uma fase de sua trajetória intelectual dizendo aos seus alunos do orgulho que sentia por ter participado da construção dessa nova etapa dos estudos históricos no Brasil. O engenheiro formado em 1900, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que se tornou historiador na primeira década do século XX, quando decidiu aceitar a orientação de estudar as bandeiras, terminava, naquela colação de grau, a década de 1930 como diretor do Museu Paulista, imortal da Academia Brasileira de Letras, presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, reafirmando aos formandos do curso de História que adotassem como mote de suas carreiras a busca pela verdade. Busca essa que guiou a sua própria trajetória de pesquisador e que se encontrava sintetizada no dístico do escritor português Eça de Queiroz (1845-1900): “Sobre a inflexível rigidez da Verdade a excelência das coisas do intelectualismo puro” (Taunay, 1939-1949, p.239).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma questão perpassou todo este trabalho: como se escrevia a História no Brasil nas primeiras décadas do século XX?

Na tentativa de respondê-la, compreendi que a História no Brasil foi escrita nesse período por advogados, médicos, literatos, jornalistas, políticos, diplomatas, professores, engenheiros, dentre outros. O homem que se dedicava às letras históricas era formado em diversas áreas do conhecimento. Escrever História, portanto, não significava mera mudança de rota na profissão, pois muitos a conciliavam com a escrita da História, outros abandonavam a formação original e tornavam-se historiadores de ofício, no entanto, todos carregavam consigo, em suas pesquisas a respeito do passado, algumas características dessa trajetória.

Os historiadores por vocação escreveram a História do Brasil em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, na Bahia, enfim, pelo país afora, vinculados, sobretudo, aos Institutos Históricos e às instituições de pesquisa que desde o século XIX vinham se desenvolvendo no Brasil, tais como: Biblioteca Nacional, Museu Nacional, Museu Paulista, Academia Brasileira de Letras, Academia Paulista de Letras, dentre outros museus, academias e institutos. Esses homens de letras – e aqui é bom que se enfatize, são raras as exceções da presença feminina no mundo historiográfico das pri-

meiras décadas do século XX, seguindo a tendência da participação feminina nessa sociedade – tinham nos jornais e revistas o principal local de divulgação de suas produções. Os livros publicados eram editados na Europa, principalmente na França e em Portugal, e somente com o aperfeiçoamento técnico das décadas de 1910 e 1920, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, passaram para as prensas das casas editoras nacionais.

As dificuldades de acesso à documentação e aos livros eram tantas que o historiador, para conseguir cópias ou mesmo informações a respeito do tema pesquisado, tinha que possuir uma rede de contatos que lhe diminuísse as distâncias entre o material, sua pesquisa e a redação do texto. Era uma sociedade que vivenciava intensas mudanças, os jornais traziam notícias diárias, o telegrama comunicava os assuntos urgentes, o telefone, apesar de ainda não funcionar tão bem, já encurtava as distâncias, o rádio, um pouco mais tarde, também noticiava os acontecimentos e as aparições públicas de consócios e confrades. No entanto, ainda era o correio o principal meio de comunicação.

Esses homens escreviam cartas e mais cartas a respeito de tudo, umas formais e institucionais, outras nem tanto. Estas tratavam das doenças, dos nascimentos dos filhos, depois dos netos, das mortes das mães, das sogras, dos filhos, das esposas e, principalmente, dos amigos. Cartas também eram lugares privilegiados para as fofocas e intrigas, para se conseguir empregos ou para mantê-los, mas entre historiadores elas eram, principalmente, os locais das fontes e dos livros. Livros e cópias de documentos acompanhavam as cartas e outras eram remetidas em agradecimento a estas, às vezes com artigos para correção ou com algumas informações importantes para aquele que as receberia e que, imediatamente, produzia mais uma carta em agradecimento. Era um círculo interminável, e quando ele se interrompia logo aparecia a cobrança: Por onde andas? Não recebeste a última que lhe mandei? Será que extraviou? É, o correio tinha dessas coisas, os pacotes, às vezes, não chegavam. Outras vezes, algo na carta anterior havia causado um desagrado e, por isso, a resposta chegava atrasada. No entanto, na maioria das vezes,

a cordialidade e os bons modos da sociedade imperavam nas cartas, que também traziam elogios, muitos elogios e críticas, tantas críticas que, às vezes, eram enviadas a terceiros por serem muito duras para chegarem diretamente ao seu destinatário. Os homens dedicados à escrita da História trocavam tantos livros e documentos ou informações a respeito da localização das fontes porque, em sua maioria, guiaram as suas produções pela descoberta desses materiais inéditos divulgados pelas cartas.

Essa primeira aproximação de resposta para a questão inicial da pesquisa – como se escrevia a História no Brasil nas primeiras décadas do século XX – foi possível por meio do estudo da escrita da História de um historiador: Afonso de Escragnole Taunay. Portanto, após entender o movimento geral da produção da História no período e conhecer os locais privilegiados de produção e divulgação com suas regras de sociabilidade, direcionei a atenção para os procedimentos que fundamentaram a escrita da História realizada por Afonso de Taunay entre 1911 e 1939. Nesse sentido, esse foi um duplo movimento, enquanto percebia algumas regras gerais da escrita da História no período, compreendia como Taunay escreveu História nas primeiras décadas do século XX. Sendo assim, é possível e, mesmo muito provável, que a descrição geral de como se escrevia História nessa época possuía variações de acordo com o foco específico escolhido para a pesquisa.

Voltando-me para a produção historiográfica de Taunay, busquei interrogar os diversos textos desse autor. Estavam em pauta nesse momento da pesquisa a compreensão da formação familiar, escolar e religiosa de Taunay, as principais leituras do mundo que o cercava, incluindo aí pessoas e livros, e o desenrolar dessas referências iniciais no desenvolvimento de seu ofício de historiador. De quais instituições participou? Quais eram as regras desses locais? Quais eram as influências dessas regras em sua produção? Quais obras e autores interferiram em sua escrita? Como todos esses elementos, componentes de um meio, um lugar, conformaram os procedimentos de análise que o levaram à sua produção historiográfica? Pretendi responder a essas questões entendendo-as como

partes da operação historiográfica e, portanto, como uma “prática” integrante do rol das atividades humanas (Certeau, 2002).

Historiador por vocação, Taunay foi um *metódico à brasileira*. Seguiu a leitura que realizou dos princípios gerais da moderna crítica histórica, as orientações de Capistrano de Abreu – que imperativamente dizia: “Não deixe material para os outros” –, acompanhava a profusão de documentos publicados, principalmente, em São Paulo e outros tantos que seus leitores indicavam, enviavam ou, ainda, publicavam em suas obras que dia a dia saíam das prensas e incorporava críticas, tais como a de Roquette-Pinto, enfrentando-as como mais um documento a ser investigado. Na produção da epopeia bandeirante ou na História dos monstros e monstrenços, assim como, nas obras lexicográficas, os princípios gerais da moderna crítica histórica guiaram a escrita desse *metódico* que soube combinar a leitura da historiografia francesa com o desenvolvimento da historiografia brasileira das primeiras décadas do século XX.

Institutos, academias, museu, autores, textos e a relação que esse historiador estabeleceu com o tempo. O seu tempo, as décadas iniciais do regime republicano, um tempo de crises, de abalos das certezas do Oitocentos, um tempo passado, o passado colonial paulista, que inventado ali por aquele presente era a ação da providência para o futuro da metrópole que ainda estava por se constituir. Compreender essas experiências dos tempos e seus regimes ainda se apresenta como um desafio para a nossa interpretação do mundo moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos e teses a respeito da História das Ciências no Brasil, do Museu Paulista e de Afonso de Taunay

- ABUD, K. *O sangue intímido e as nobilíssimas tradições*. (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- . A idéia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, A. C.; LUCA, T.; IOKOI, Z. G. (Org.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1999, p.71-80.
- ALCÂNTARA, A. A. de. *Taunay e a iconografia cafeeira: discurso e recurso*. 2000. (Trabalho apresentado para a conclusão do Curso de Especialização em Museologia). Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ALVES, A. M. de A. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- ANHEZINI, K. Museu Paulista e trocas intelectuais na escrita da História de Afonso de Taunay. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v.10/11, p.37-60, 2002-2003.
- BREFE, A. C. F. *Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Unesp; Museu Paulista, 2005.

- DANTES, M. A. M. (Org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- ELIAS, M. J. *Museu Paulista: memória e história*. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ELLIS, M.; HORCH, E. R. *Afonso d'Escragnolle Taunay no centenário de seu nascimento*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia; Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1977.
- FIGUERÔA, S. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LEITE, M. *Afonso d'Escragnolle Taunay: historiador de São Paulo capitania, província e estado*. São Paulo: s/ed., 1964.
- LIMA, S. F. de; CARVALHO, V. C. de. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, n.1, 1993.
- LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____; FIGUERÔA, S. F. de M. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann Von Ihering (1850-1930). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v.10/11, p.23-35, 2002-2003.
- MAKINO, M. *A construção da identidade nacional: Afonso de E. Taunay e a decoração do Museu Paulista (1917-1937)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- MATOS, O. N. *Afonso de Taunay historiador de São Paulo e do Brasil: perfil biográfico e ensaio bibliográfico*. São Paulo: Museu Paulista, 1977. (Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, v.1)
- MATTOS, C. V. de. Da palavra à imagem: sobre o programa decorativo de Afonso Taunay para o Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.6/7, n.7, p.123-148, 2003.
- MENESES, U. T. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, v.3, p.9-42, 1995.
- MORETIN, E. V. O tema do descobrimento do Brasil no cinema dos anos 30: uma análise de *Descobrimento do Brasil* (1937), de Humberto Mauro. *História: questões e debates*, n.32, p.65-74, 2000.
- OLIVEIRA, C. H. de S. O “*Espetáculo do Ypiranga*”: mediações entre história e memória. 2000. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

- _____. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v.10/11, p.105-126, 2002-2003.
- OLIVEIRA, G. H. *O Espólio Bernardelli no Museu Paulista e o pensamento museológico de Affonso de Escragnolle Taunay*: estudos teórico-metodológicos em Museologia e a historicidade do fenômeno museal. 2000. (Trabalho apresentado para a conclusão do Curso de Especialização em Museologia). Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA JUNIOR, P. C. *Afonso d'E. Taunay e a construção da memória bandeirante*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- RAIMUNDA, S. L. *A invenção do mito bandeirante, tradição e pensamento regionalista na historiografia paulista das décadas de 1920-1930*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- REVISTA do Arquivo Municipal de São Paulo, ano 40, nº 189, jan./jun. 1977. (Número comemorativo do centenário de nascimento de Afonso de Taunay)
- RODRIGUES, J. H. Afonso de Taunay e o revisionismo histórico. *História*, São Paulo, v.17, nº 35, p.97-105, 1958.
- _____. Taunay e a História. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, nº 189, p.83-100, 1977.

Livros, artigos e teses a respeito de autores, obras, instituições e revistas (século XIX e primeiras décadas do século XX)

- ABREU, R. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.
- _____. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.
- ALVES, C. F. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- AMED, F. J. *História ao portador*: interlocução privada e deslocamento no exercício da escrita de cartas de João Capistrano de Abreu (1853-1927). 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade

- de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ANHEZINI, K. Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.32, p.51-70, 2003.
- ARAUJO, R. B. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.28-54, 1988.
- . *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- AXT, G.; SCHÜLER, F. (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: ensaios de cultura e identidade*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004.
- BERRIEL, C. E. O. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas, SP: Papius, 2000.
- BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005.
- BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.
- CALLARI, C. R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.21, n.40, p.59-83, 2000.
- CAMARGOS, M. *Vila Kyrial: crônica da Belle Époque paulistana*. São Paulo: Senac, 2001.
- CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- . *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- . A utopia de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, v.4, n.7. p.82-99, 1991.
- CHACON, V. *Gilberto Freire: uma biografia intelectual*. Recife; São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco; Nacional, 1993.
- CERRI, L. F. *Non Ducor, Duco: a ideologia da paulistanidade e a escola*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.18, n.36, p.115-136, 1998.
- CHIAPPINI, L. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. *Estudos Históricos*, v.8, n.15, p.153-159, 1995.
- D'ANDRÉA, M. S. *A tradição re(des)coberta. Gilberto Freire e a literatura regionalista*. Campinas: Unicamp, 1992.
- DE LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.
- DIAS, M. O. L. da S. *O fardo do homem branco*: Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Nacional, 1974.

- DIEHL, A. A. O que é História? Sistemas de referência e narrativa. Capistrano de Abreu e o moderno sentido para a historiografia brasileira. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.49-77, jan./ jun. 2005.
- DUTRA, E. de F. O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu *Retrato do Brasil. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.14, n.26, p.233-252, 2000.
- EL FAR, A.. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- . *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.
- ELLIS, M. Gênese e renascimento da Academia Paulista de Letras. In: *Academia Paulista de Letras: 90 anos*. São Paulo: APL; Imprensa Oficial do Estado, p.11-30, 1999.
- FALCÃO, J.; ARAUJO, R. M. B. de. (Org.). *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- FERREIRA, A. C. Entre a tradição e a modernidade, entre a história e o romance. *IHGSP*, São Paulo, v.XC, p.14-26, 1995.
- . *Um eldorado errante: São Paulo na ficção de Oswald de Andrade*. São Paulo: Unesp, 1996.
- ; LUCA, T. R. de; IOKOI, Z. G. (Org.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1999.
- . *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Unesp, 2002.
- . Heróis e vanguardas, romance e história: os intelectuais modernistas de São Paulo e a construção de uma identidade regional. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- FERRETTI, D. J. Z.; CAPELATO, M. H. R. João Ramalho e as origens da nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1999.
- . *A construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FIORENTINO, T. A. del. *Prosa de ficção em São Paulo: produção e consumo (1900-1922)*. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Estado da Cultura, 1982.
- GOMES, A. de C. Essa gente do Rio... *Estudos Históricos*, v.6, n.11, p.62-77, 1993.

- _____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- GONÇALVES, M. de A. *Em terreno movediço*. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Souza. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- GONTIJO, R. Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, n.45, p.129-154, 2003.
- GUALTIERI, R. C. E. *Evolucionismo e ciência no Brasil: museus, pesquisadores e publicações 1870-1915*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- GUIMARÃES, L. M. P. “*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 1994. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- _____. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.20, 1997/2.
- _____. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, p.5-27, 1988.
- HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. A. (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- JANOTTI, M. de L. M. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.
- LEITE, S. H. T. de A. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Unesp, 1996.
- LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj; Ucam, 1999.
- MALATIAN, T. Diplomacia e Letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima. *Estudos Históricos*, n.24, p.377-392, 1999.
- _____. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru-SP: Edusc; São Paulo, SP: Fapesp, 2001a.

- _____. Práticas de memória na Oliveira Lima Library. *História*, São Paulo, v.20, p.13, 2001b.
- _____; LEME, M. S.; MANOEL, I. A. (Orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca, SP: Unesp, 2003.
- MARCONDES, A. *Campos Salles: uma investigação na República Velha*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- MARTINS, A. L. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp; Fapesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MARTINS, R. de O. *Um ciclone na paulicéia: Oswald de Andrade e os limites da vida intelectual em São Paulo (1900-1950)*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- MATTOS, I. R. Capítulos de Capistrano. Localizado no portal *Modernos Descobrimentos*. Disponível em: <<http://www.modernosdescobrimentos.inf.br/desc/capistrano/capituloscapistrano.htm>>. Acesso em: 21 set. 2005.
- MAZA, F. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONTEIRO, J. Tupis, tapuias e história de São Paulo: revisitando a velha questão guaianá. *Novos Estudos Cebrap*, n.34, p.125-135, 1992.
- _____. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. *Novos Estudos Cebrap*, n.38, p.61-78, 1994.
- MOTA, M. A. R. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MOTTA, M. da S. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- NAXARA, M. R. C. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.
- _____. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- NEEDELL, J. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- ODÁLIA, N. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997.
- PASSIANI, E. *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- PAULILLO, M. C. R. de A. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Unifeo, 2002.
- PEREIRA, D. M. *Descobrimientos de Capistrano*. A História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- PESAVENTO, S. J. (Org.). *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- PONTES, H. *Destinos mistos: os críticos do grupo clima em São Paulo 1940-1968*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- REIS, J. C. Varnhagen (1853-7). O elogio da colonização portuguesa. *Varia História*, Belo Horizonte, n.17, p.106-131, 1997.
- . *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3.ed., Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- . *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RODRIGUES, J. P. C. de S. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Cecult, 2001.
- SALIBA, E. T. A dimensão cômica da vida privada na República. In: *História da vida privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- . *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANDES, N. F. *A invenção da nação: entre a monarquia e a República*. Goiânia: UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.
- SCHAPOCHINIK, N. *Letras de Fundação: Varnhagen e Alencar – Projetos de narrativa instituinte*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- SCHVARZMAN, S. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2004.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- . *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SÜSSEKIND, F. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- VENTURA, R. *Estilo tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- . *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. Esboço biográfico. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- WEHLING, A. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Livros e artigos a respeito de arquivos privados e escrita epistolar

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, n.21, p.9-34, 1998.
- BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S. e MIGNOT, A. C. V. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- FRAIZ, P. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, n.21, p.59-87, 1998.
- GALVÃO, W. N. A margem da carta. *Manuscrita: Revista de Crítica Genética*, n.7, p.47-57, 1998.
- e GOTLIB, N. B. (Orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GOMES, A. de C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, n.21, p.121-127, 1998.
- . (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- . (Org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- . (Organização, introdução e notas). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005. (Coleção Letras em Série)
- MENESES, U. T. B. de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, n.21, p.89-103, 1998.

- PROCHASSON, C. "Atenção: Verdade!" Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, n.21, p.105-119, 1998.
- VENÂNCIO, G. M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.28, 2001.
- . *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

Livros a respeito do pré-modernismo e do movimento modernista

- ATHAYDE, T. de. (Alceu Amoroso Lima). *Contribuição à história do modernismo*. O pré-modernismo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- AZEVEDO, M. H. C. *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- BOMENY, H. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.
- CARVALHO, J. M. de et al. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- CHIARELLI, T. *Um jeca nas vernissages: Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.
- FABRIS, A. (Org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.
- . *O futurismo paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda no Brasil*. São Paulo: Perspectiva: Edusp, 1994.
- GOMES, A. de C. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- LAFETÁ, J. L. *1930: a crítica e o modernismo*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- MICELI, S. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*: Companhia das Letras, 2003.
- VELLOSO, M. P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, v.6, n.11, p.89-112, 1993.
- . *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Balanços e estudos historiográficos, obras de Teoria da História e História da literatura

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. M. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de Teoria da História*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- . O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v.10, n.17, p.55-67, 2008.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- . As letras na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. T. 3, v.2.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. A escola metódica. In: *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.
- CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSE, J. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CANABRAVA, A. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Revista de História*. São Paulo, USP, 18 (88), out/dez, 1971.
- . Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. *Anais do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros*, v.II, p.4-9, 1972.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1976.
- . *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6.ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. 2 volumes.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CEZAR, T. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- . Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- . A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.79-99, jan./ jun. 2005.
- D'ALÉSSIO, M. M. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. *Revista Brasileira de História*. v.13, n.25/26, p.97-103, set. 1992/ago. 1993.

- _____. *Reflexões sobre o saber histórico*. Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo: Unesp, 1997.
- _____. Práticas historiográficas: um estudo. In: MALATIAN, T.; LEME, M. Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (Orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca, SP: Unesp, p.183-198, 2003.
- DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupe, 1998.
- _____. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001.
- FEBVRE, L. *Combates pela História*. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GAGNEBIN, J. M. Memória, História, testemunho. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). *História e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p.85-94.
- GAY, P. *O estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GLEZER, R. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 1976. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- _____. Tempo e História, *Ciência e Cultura*, Campinas, SP, v.54, n.2, p.23-24, out./dez. 2002.
- GUIMARÃES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, p.184-200, dezembro de 2002.
- _____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.31-47, jan./jun. 2005.
- _____. *Para se escrever uma História do Brasil: a guerra pelo passado na cultura histórica oitocentista brasileira. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: história: guerra e paz [CD- ROM] / Associação Nacional de História – ANPUH*. Londrina: Editorial Mídia, 2005.
- HARTOG, F. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

- _____. (Org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. (Humanitas)
- _____. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003a.
- _____. *Régimes D'historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions Du Seuil, 2003b.
- _____. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- _____. Michelet, a história e a “verdadeira vida”. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.13-20, jan./ jun. 2005.
- IGGERS, G. G. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Edition including a new epilogue by the author. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 2005.
- IGLÉSIAS, F. Comentários. *Anais do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros*, v.II, p.21-34, 1972.
- _____. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte, MG: Ipea; Nova Fronteira; UFMG, 2000.
- LACOMBE, A. J. Historiografia brasileira; Os grandes nomes da nossa história. In: *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p.160-203.
- LANGLOIS, C.-V. ; SEIGNOBOS, C.. *Introduction aux études historiques* (1898). Préface de Madeleine Rebérioux. Paris: Éditions Kimé, 1992.
- _____. *Introdução aos estudos históricos*. Tradução de Laerte de Almeida Moraes. São Paulo: Renascença, 1946.
- LAPA, J. R. do A. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 5.ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- MALERBA, J. Em busca de um conceito de Historiografia – Elementos para uma discussão. *Varia História*, Belo Horizonte, n.27, p.27-47, 2001.
- _____. (Org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTINS, E. de R. Historiografia Contemporânea – Um ensaio de tipologia comparativa. *Varia História*, Belo Horizonte, n.27, p.13-26, 2001.
- MATOS, O. N. Alguns aspectos da evolução da historiografia. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, n.3, p.145-163, 1972.
- MOTA, C. G. A historiografia brasileira nos últimos 40 anos: tentativa de avaliação crítica. *Debate e Crítica*, n.5, p.1-26, 1975.

- _____. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- NORA, P. Entre história e memória; a problemática dos lugares. *Projeto História*, n.10, dez. 1993.
- PIRES, F. M. *Modernidades Tucidideanas: Ktema es Aei*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2007.
- PONS, A. e SERNA, J. Apologia de la história metódica. *Pasajes. Revista de pensamiento contemporáneo*, n.16, p.128-136, 2005.
- REIS, J. C. A especificidade lógica da História. *Varia História*, Belo Horizonte, n.27, p.48-73, 2001.
- _____. *Wilhem Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.
- _____. A História metódica, dita “positivista”. In: *A História entre a Filosofia e a Ciência*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RODRIGUES, J. H. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 2.ed., revista, aumentada e ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (2 volumes)
- _____. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.
- _____. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969.
- _____. *História e historiografia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.
- SEBRIAN, R. N. N.; FERREIRA, R. A.; ANHEZINI, K. (Orgs.). *Leituras do passado*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
- SEIXAS, J. A. de. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). *História e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p.37-58.
- _____. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, J. A. de; BRESCIANI, S. M.; BREPOHL, M. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p.59-77.
- SILVA, H. R. da. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- _____. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, v.22, n.44, p.425-438, 2002.
- SILVA, R. F. da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- SÜSSEKIND, F.; DIAS, T. (Org.). *A historiografia literária e as técnicas de escrita: do manuscrito ao hipertexto*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa; Vieira e Lent, 2004.

- VALÉRY, P. Discurso sobre a História. In: BARBOSA, J. A. (Org.). *Variedades*. 3. reimpr. São Paulo: Iluminuras, 2007, p.111-117.
- WEHLING, A. *Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. História*, São Paulo, v.23, nº 1, 1973.
- . *A invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro; Niterói: Editora Central da Universidade Gama Filho; Universidade Federal Fluminense, 1994.
- . Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p.147-169, 1992.
- YLMAZ, L. Como a História deveria ser escrita; ou deve mesmo ser escrita? *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, nº 1, p.21-29, jan./ jun. 2005.

Demais livros e artigos da bibliografia

- ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMADO, J. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.145-151, 1995.
- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BERTOLLI FILHO, C. *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BORGES, V. P. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- ; COHEN, I. S. A cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932. In: *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. Organização Paula Horta. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v.3.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- . *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BOUTIER, J. e JULIA, D. (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

- CAPELATO, M. H. R.; PRADO, M. L. C. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- . *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista. 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARDOSO, Z. *O romance paulista no século XX*. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1983.
- CARONE, E. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: Difel, 1971.
- . *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1972.
- CARVALHO, J. M. de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, p.123-152, 2000.
- CASALECCHI, J. E. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, M. C. B. P. (Coord.) *A família Souza Queiroz de 1874 a 2004: e a “Associação Barão de Souza Queiroz de Proteção à Infância e à Juventude”*. São Paulo: Instituto Dona Ana Rosa, 2004.
- CYTRYNOWICZ, R. São Paulo e o *front* na Segunda Guerra Mundial. In: HORTA, P. (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v.3.
- DINIZ FILHO, L. L.; BESSA, V. de C. Território e política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.15, p.27-38, 1995.
- DONATO, H. Os que governaram São Paulo: 1890 a 1950. In: HORTA, P. (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v.3.
- Eugênio Egas, *parlamentar e historiador do legislativo paulista*. São Paulo: Divisão de Acervo Histórico, Departamento de Documentação e Informação, s/d. Publicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- FERREIRA, M. de M. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, v.6, n.11. p.9-23, 1993.
- FONSECA, E. N. da. *Ramiz Galvão: bibliotecário e bibliógrafo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963.
- FREDERICO, E. Y. *Caipira à sombra do café: um estudo sobre o regionalismo paulista*. 1991. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

- GLEZER, R. Os formadores da nação e as “populações marginais”. *História: fronteiras/ANPUH*. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP; ANPUH, 1999.
- HARDMAN, F. F. *Nem pátria nem patrão!:* memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3.ed. São Paulo: Unesp, 2002.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JANOTTI, M. de L. M. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LOFEGO, S. L. *IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.
- LOVE, J. *A locomotiva*. São Paulo na federação: 1899-1922. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LUSTOSA, I. Um clássico sobre o Rio de Janeiro antigo. *Jornal do Brasil*, Caderno Idéias, p.6, 26/05/2001.
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Edusp, 1973.
- MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Edusp, 1978.
- NADAI, E. *Ideologia do progresso e ensino superior (São Paulo 1891-1934)*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- OLIVEIRA, C. H. de S.; MATTOS, C. V. (Orgs.). *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp; Museu Paulista, 1999. (Acervo, 2).
- OLIVEIRA, L. L. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.4, p.172-189, 1989.
- . *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PEREIRA, R. M. *Washington Luís e a modernização de Batatais*. São Paulo: Annablume, 2005.
- . *O prefeito do progresso: modernização da cidade de São Paulo na administração de Washington Luís (1914-1919)*. 2005. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca-SP, 2005.

- QUEIROZ, M. I. P. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, n.13, 1992.
- QUEIROZ, S. R. R. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAGO, M. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: HORTA, P. (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v.3.
- RÉMOND, R. Por que a história política? *Estudos Históricos*. v.7, n.17, 1996.
- RIOUX, J-P.; SIRINELLI, J-F. (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- SAES, F. São Paulo republicano: vida econômica. In: HORTA, P. (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v.3.
- SALIBA, E. T. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: HORTA, P. (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v.3, p.555-587.
- SCHMIDT, B. B. (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- SERPA, É. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.20, n.39, p.81-114, 2000.
- SEVCENKO, N. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.
- . A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.
- SIRINELLI, J-F. *Intellectuels et passions françaises: manifestes et petitions au XX siècle*. Paris: Gallimard, 1990.
- . Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- . *Aux marges de la République: essai sur le métabolisme républicain*. Paris: PUF, 2001
- SOUZA, M. A. A. Metrópole e paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização. In: HORTA, P. (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v.3.

- TEIXEIRA, A. A universidade de ontem e de hoje. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.42, n.95, p.27-47, jul./set. 1964.
- . Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.50, nº 111, p.21-82, jul./set. 1968.
- TOTA, A. P. Rádio e modernidade em São Paulo (1924-1954). In: HORTA, P. (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v.3.
- VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- VON MARTIUS, K. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v.6, n.24, p.381-403, 1845.

Fontes

Obras de autoria Afonso de Taunay

Livros

- TAUNAY, A. de. E. *Léxico de termos técnicos e científicos*. Separata do “Anuário da Escola Politécnica”, São Paulo, 1909.
- . *Crônica do tempo dos Filipes*. Tours: Imprimerie E. Arrault et Cie, 1910.
- . *Léxico de lacunas*. Tours: Arrault, 1914. (Separata da *RIHGSP*, v.16)
- . *São Paulo nos primeiros anos*. Tours: E. Arrault et Cie, 1920.
- . *São Paulo no século XVI*. Tours: E. Arrault et Cie, 1921.
- . *Na era das bandeiras*. 2ª ed. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo – Weiszflog Irmãos, 1922a.
- . *Piratininga: aspectos sociais de São Paulo seiscentista*. São Paulo: Tipografia Ideal; Heitor L. Canton, 1923.
- . *História geral das bandeiras paulistas: escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses*. São Paulo: Tipografia Ideal; H. L. Canton & Imprensa Oficial do Estado, 1924-1950. (11 tomos)
- . *Reparos ao Novo Dicionário de Cândido Figueiredo*. Tours: Arrault e Cie, 1926a.

- _____. *Leonor de Ávila: romance brasileiro seiscentista*. São Paulo: Irmãos Ferraz Editores, 1926b.
- _____. *História seiscentista da vila de São Paulo: escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros e estrangeiros*. São Paulo: Tipografia Ideal; Heitor L. Canton, 1924-1929. (4 volumes)
- _____. *Achegas para a bibliografia das Ciências Naturais*. Resumo de obras, opúsculos e artigos publicados no estrangeiro e interessando ao Brasil (1917-1921). [Sem indicação de editora ou data]. Publicado em separata do tomo XV da *Revista do Museu Paulista* em 1927a pelas Oficinas do “Diário Oficial” de São Paulo.
- _____. *História antiga da abadia de São Paulo (1598-1772)*. São Paulo: Tipografia Ideal; Heitor L. Canton, 1927b.
- _____. *Insuficiência e deficiência dos grandes dicionários portugueses*. Tours: Arrault e Cie, 1928.
- _____. *Terra bandeirante*. São Paulo: Tipografia Diário Oficial, 1931a.
- _____. *Zoologia fantástica do Brasil (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Melhoramentos, 1934.
- _____. *Subsídios para a História do café no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1935.
- _____. *Guia da Seção Histórica do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937a.
- _____. *Monstros e monstregos do Brasil: ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937b.
- _____. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Martins, 1953a. (Biblioteca Histórica Paulista)
- _____. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.
- _____. *O Senado do Império*. Introdução de Myriam Ellis. Brasília: Senado Federal, 1978.
- _____. *Monstros e monstregos do Brasil: ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Zoologia fantástica do Brasil (séculos XVI e XVII)*. Apres. de Odi-
lon Nogueira Matos. São Paulo: Edusp: Museu Paulista, 1999.
- _____. *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da
Universidade de São Paulo, 1981.
- _____. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social*. São
Paulo: Paz e Terra, 2003a.

_____. *São Paulo no século XVI: história da Vila Piratiningana*. São Paulo: Paz e Terra, 2003b.

_____. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

Artigos

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A Missão Artística de 1816. *RIHGB*, v.74, p.3-202, 1911a.

Frei Gaspar da Madre de Deus. Conferência comemorativa do segundo centenário natalício do historiador, proferida no IHGSP, a 17 de julho de 1915. *RIHGB*, tomo 77, parte II, p.421-495, 1916.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Frei Gaspar da Madre de Deus. *RIHGSP*, v.20, p.221-242, 1911b.

Os princípios gerais da moderna crítica histórica. *RIHGSP*, v.XVI, p.323-344, 1914b.

Os quatro primeiros lustros de vida do Instituto. *RIHGSP*, v.19, p.5-13, 1914c.

Revista do Museu Paulista

O primeiro naturalista de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, tomo X, São Paulo, Tipografia do “Diário Oficial”, p.829-864, 1918.

Anais do Museu Paulista

Pedro Taques e seu tempo. Estudo de uma personalidade e de uma época. *Anais do Museu Paulista*, tomo I, p.1-286, 1922b.

Um grande bandeirante: Bartolomeu Paes de Abreu (1674-1738). Exploração do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso; a conquista de Goiás. *Anais do Museu Paulista*, tomo I, p.417-528, 1922c.

Aspectos da vida setecentista brasileira, sobretudo em São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, tomo I, p.290-416, 1922c.

Escritores coloniais: subsídios para a história da literatura brasileira, *Anais do Museu Paulista*, tomo II, p.1-294, 1925.

J. Capistrano de Abreu. In Memoriam. *Anais do Museu Paulista*, tomo III, p.XIII-XVIII, 1927c.

Heurística paulista e brasileira. *Anais do Museu Paulista*, v.4, p.411-425, 1931b.

Revista da Academia Brasileira de Letras

História de um film. *Revista da ABL*, ano 40, vol. 61, p.298-307, 1941.

Centenário do Visconde de Taunay. *Revista da ABL*, ano 42, vol. 66, p.60-78, 1943.

História bibliográfica de “Inocência”. *Revista da ABL*, ano 54, vol. 89, p.28-44, 1955.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

A propósito do curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 1934-1935.

A prioridade aerostática de Bartolomeu de Gusmão e sua comprovação por documentos recentemente descobertos. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 1937-1938.

Cadeira de História da Civilização Brasileira. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 1937-1938.

Discursos

Discurso de posse pelo dr. Afonso de Escragnolle Taunay, *RIHGSP*, vol. 17, p.87-91, 1912.

Discurso de posse pelo dr. Afonso de Escragnolle Taunay, *RIHGB*, vol. 75, parte II, p.434-456, 1913a.

Recepção do sr. dr. Alberto Rangel em 21 de julho de 1913, *RIHGSP*, vol. XVIII, p.107-119, 1913b.

Recepção do sr. dr. Manuel de Oliveira Lima em 15 de abril de 1913, *RIHGSP*, vol. XVIII, p.41-48, 1913c.

Recepção do sr. Afonso Taunay na Academia Brasileira de Letras em 6 de maio de 1930. Discurso do sr. Afonso Taunay. Resposta do sr. Roquette-Pinto. *Discursos Acadêmicos* (1927-1932), vol. VII, p.185-238, 1937c.

Discurso de posse de Afonso de Taunay na presidência honorária do Instituto. *RIHGSP*, v.37, p.5-14, 1939.

Discurso do professor Afonso de Escragnolle Taunay, paraninfo da turma de 1939. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 1939-1949.

Recepção do sr. Oliveira Vianna na Academia Brasileira de Letras em 20 de julho de 1940. Discurso do sr. Oliveira Vianna. Resposta do sr. Afonso de Taunay. *Discursos Acadêmicos* (1938-1943), vol. XI, p.187-255, 1944.

Prefácios de livro

Prefácio. In: LEME, P. T. de A. P. *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953b. (Coleção Biblioteca Histórica Paulista – Direção de Afonso de E. Taunay)
 Antonil e sua obra. Estudo biobibliográfico. In: ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

Correspondência de Afonso de Taunay (1911-1939)

Divisão de Acervo – Serviço de Documentação Textual e Iconográfica do Museu Paulista (Universidade de São Paulo)

Coleção Afonso d'Escragnolle Taunay (1ª entrada).

Coleção Afonso d'Escragnolle Taunay (2ª entrada).

Arquivo Permanente Museu Paulista / Fundo Museu Paulista (1ª entrada), pastas 103 a 197.

Arquivo Permanente Museu Paulista / Fundo Museu Paulista (3ª entrada), pastas 295 e 296.

Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras

Arquivo Afonso de Taunay (Coleção) – Série 1 – Correspondência Pessoal.

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arquivo Washington Luis Pereira de Souza – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Fundo Alberto do Rego Rangel – Arquivo Nacional – Caixa 13 – Pacotilha 7.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Arquivo do IHGB – *Max Fleiüss*.

Arquivo do IHGB – *Ramiz Galvão*.

Arquivo do IHGB – *Coleção Hélio Viana*

Correspondência impressa

ABREU, C. de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 1; edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

ABREU, C. de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 3; edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1956.

GARCIA, R. *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Divisão de publicações e divulgação da Biblioteca Nacional, 1970. (Coleção Rodolfo Garcia).

Atas

Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Histórico entre 1911 e 1939.

Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo entre 1911 e 1939.

Artigos a respeito de Afonso de Taunay publicados em jornais, coletados no Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, Arquivo Afonso de Taunay – Série 3 – Hemeroteca

“A eleição de hoje na Academia Brasileira de Letras”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7/11/1929.

“A eleição de ontem”. *A Gazeta*, São Paulo, 8/11/1929.

“Para a vaga de Luis Murat na Academia de Letras”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 8/11/1929.

“Foi eleito para a vaga de Luis Murat o historiador Afonso de Taunay”. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 8/11/1929.

“A magistratura da inteligência”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 8/11/1929.

“A eleição do sr. Afonso de Taunay na Academia Brasileira de Letras”. *Diário da Noite*, São Paulo, 8/11/1929.

“A eleição do sr. Afonso de Taunay na Academia de Letras”. *Diário da Tarde*, Curitiba, 8/11/1929.

“Na Academia Brasileira de Letras a eleição de E. Taunay”. *Folha de Santos*, Santos, 8/11/1929.

“O novo imortal”. *Jornal de Petrópolis*, Petrópolis, 8/11/1929.

“Uma eleição na Academia Brasileira de Letras”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8/11/1929.

“O sucessor de Luis Murat na Academia Brasileira é o sr. Afonso Taunay”. *O Estado*, São Paulo, 8/11/1929.

- “A eleição de ontem na Academia de Letras”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 8/11/1929.
- “O sr. Afonso Taunay para a Academia”. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 9/11/1929.
- “Na Academia Brasileira de Letras”. *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 9/11/1929.
- “Afonso de Taunay, eleito membro da Academia de Letras”. *Folha do Comércio*, Campos, 9/11/1929.
- “Imortalidade – Afonso de Taunay e a sua grande obra”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9/11/1929.
- “Afonso de Taunay membro da Academia de Letras”. *O Combate*, São Paulo, 9/11/1929.
- “Na Academia Brasileira de Letras foi eleito o historiador Afonso de Taunay para a vaga de Luis Murat”. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 10/11/1929.
- “Dr. Afonso de Taunay”. *A Cidade*, Blumenau, 20/11/1929.
- DAMANTE, Hélio. No Centenário de Afonso de Taunay. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 11/07/1976.

Obras reeditadas por Afonso de Taunay

- LEME, P. T. de A. P. *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. (Coleção Biblioteca Histórica Paulista – Direção de Afonso de E. Taunay).
- MADRE DE DEUS, frei G. da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo; Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. (Coleção Biblioteca Histórica Paulista – Direção de Afonso de E. Taunay).

Obras de contemporâneos de Afonso de Taunay

- ABREU, C. de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*. 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975a.
- . Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*. 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975b.
- . *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

- CALMON, P. *História da civilização brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- . *História social do Brasil: espírito da sociedade colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Volume 1)
- . *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos)
- EGAS, E. Pedro Taques, *RIHGSP*, v.19, 1914.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 46ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- . *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revista. São Paulo: Global, 2003.
- LUÍS, W. *A capitania de São Paulo*. Governo de d. Rodrigo César Menezes. São Paulo: Casa Tipográfica Garreaou, 1918.
- . *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal; v.24)
- MACHADO, A. *Vida e morte do bandeirante*. 2ª ed. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1930.
- MAGALHÃES, B. de. *Expansão geográfica do Brasil*. (3ª edição corrigida e ampliada). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional – EPASA, 1944. (Coleção de Basílio de Magalhães & Cândido Jucá Filho – Biblioteca Brasileira de Cultura).
- PRADO, P. *Paulística etc.* 4ª ed. revista e ampliada por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- RANGEL, A. *Quando o Brasil amanhecia (fantasia e passado)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1919.
- RODRIGUES, F. C. *Traços da economia social e política do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.
- SETÚBAL, P. *El Dourado: episódio histórico*. São Paulo: Saraiva, 1956.
- SIMONSEN, R. *À margem da profissão*. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.
- VIANNA, O. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia; 1987.

Obras do Visconde de Taunay (Alfredo d'Escagnolle Taunay)

- VISCONDE DE TAUNAY. *Dias de guerra e de sertão*. São Paulo: Edição da “Revista do Brasil”, 1920.
- . *Viagens de outrora*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1921.

- _____. *Visões do sertão*. São Paulo: Oficina Gráfica Monteiro Lobato, 1923.
- _____. *Céus e terras do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.
- _____. *Inocência*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1936.
- _____. *O Encilhamento*: cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.
- _____. *A retirada da Laguna*: episódio da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Diário do Exército, campanha do Paraguai, 1869-1870*: Comando-em-chefe de S. A. o sr. marechal de Exército conde d'Eu. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- _____. *Memórias*. Edição de Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2004.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

Papel: Offset 75 g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250 g/m² (capa)

1ª edição: 2011

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Marcos Keith Takahashi

A historiografia brasileira, de forma geral, tem negligenciado a real abrangência das documentações propostas e analisadas por Afonso de Taunay. Neste livro, Karina Anhezini preenche essa significativa lacuna: recupera aquela documentação, localiza e critica os usos dados das informações e nos oferece uma obra abrangente e pertinente aos modelos analíticos desenvolvidos pela historiografia moderna.

De forma competente, a autora demonstra como a historiografia desenvolvida por Taunay tinha caráter laudatório e épico – elementos fundamentais para a compreensão da história escrita no Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX – e tece um fio narrativo que navega por inúmeras fontes literárias, sem, contudo, perder a precisão e o detalhamento histórico. Ao recuperar os escritos e o modelo metodológico de análise desenvolvido por Taunay, trilhando pelo modelo de intelectualidade existente naquele período, a autora abre novos caminhos para a percepção das obras e do pensamento desse historiador. Um livro importante, que certamente garante a continuidade e a atualização dos debates sobre a historiografia brasileira na atualidade.